



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

João Victor Moré Ramos

IGNACIO RANGEL - GEOGRAFIA E PROJETO NACIONAL:
Formação Social do Oeste Paulista: o caso de Olímpia

Florianópolis

2022

João Victor Moré Ramos

IGNACIO RANGEL - GEOGRAFIA E PROJETO NACIONAL:
Formação Social do Oeste Paulista: o caso de Olímpia

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Doutor em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. José Messias Bastos.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ramos, João Victor Moré

IGNACIO RANGEL - GEOGRAFIA E PROJETO NACIONAL : Formação Social do Oeste Paulista: o caso de Olímpia / João Victor Moré Ramos ; orientador, Prof. Dr, José Messias Bastos, 2022.

206 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Ignacio Rangel. 3. Projeto nacional. 4. Estância turística de Olímpia. I. Bastos, Prof. Dr, José Messias. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

João Victor Moré Ramos

IGNACIO RANGEL - GEOGRAFIA E PROJETO NACIONAL:
Formação Social do Oeste Paulista: o caso de Olímpia

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Isa de Oliveira Rocha
(Universidade do Estado de Santa Catarina)

Prof. Dr. Vinicius de Lucca Filho
(Instituto Federal de Santa Catarina)

Dr. Evandro Andaku
(OAB – Jabaquara - SP)

Prof. Dr. Carlos Cassemiro Casaril
(Instituto Ignacio Rangel)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Prof. Dr. José Messias Bastos
Orientador

Florianópolis, 2022

*“O Pensamento ferve, e é um turbilhão de lava;
A Forma, fria e espessa, é um sepulcro de neve...
E a Palavra pesada abafa a Ideia leve,
Que, perfume e clarão, refulgia e voava.”*

(Inania Verba, Olavo Bilac)

*Dedico esse trabalho aos
meus pais (Gilberto Ramos e Magali T. M. Ramos);
ao meu irmão (Lucas M. Ramos);
aos meus mestres e orientadores
José Messias Bastos, Armen Mamigonian e Carlos Augusto de F. Monteiro;
E a todos amigos e amigas que fizeram parte, direta ou indiretamente, dessa frente de
batalha em prol do futuro brasileiro.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço as mulheres e homens comuns que fizeram parte desse quinquênio de imersão nas profundezas da terra escura em busca do ouro brilhante.

Agradeço aos meus, que não relutaram em abandonar as trincheiras, concedendo-me o privilégio de prosseguir, lado a lado, ombro a ombro, dia após dia, nessa incessante batalha pela vida e pela dignidade dos batalhadores brasileiros.

Agradeço, as instituições brasileiras de Pesquisa e Desenvolvimento (CAPES e CNPq) pelo apoio e pelo financiamento para a realização dessa investigação.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina, o Programa de Pós-Graduação em Geografia, o Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LABEUR) e o Núcleo de Estudos Asiáticos (NEAS) pela coragem, independência e pelo acolhimento que foi me proporcionado.

Apprezzare la famiglia, e la grande famiglia dei comunisti della mi vita...

“Como disse o poeta, há mais coisa entre o céu e a terra, do que cogita tua filosofia, Horácio”.

(RANGEL, 1991e)

“A história dele” [...] “basicamente é uma história de compromisso. Compromisso com o socialismo e com o Brasil. Tornou-se um estudioso do mundo. Dizia que a tendência do mundo é o socialismo e defendia que o Brasil precisava ser economicamente forte e com essa força se livrar do imperialismo norte-americano, como se livrou de Portugal, como se livrou da Inglaterra”. Por tudo isso, [...] “O Rangel é perigoso, porque tem ideias — as mais avançadas, mais anti-imperialistas, mais socialistas, mais nacionalistas”.

(MAMIGONIAN, 2019c)

RESUMO

Entre nossos arraiais da esquerda é evidente a falta de entusiasmo nos debate sobre as tarefas da revolução brasileira nesse primeiro quartel do século XXI. A geografia, por sinal, encontra-se nesse mesmo quadro de letargia, trocando a seriedade dos estudos pelo prestígio dos “holofotes” e “confetes”. Salvo raras exceções que ainda conseguem não só interpretar, mas explicar a realidade sem cair em modismos passageiros, o fato é que há uma generalização da opinião pública (o chamado moral das tropas) e parte significativa da intelectualidade brasileira arraigada nos princípios da escatologia e da liquidação do pensamento criativo e radical inaugurado por Ignacio Rangel. Por sinal, não soa estranho encontrar nessa crise uma gravitação do pensamento único e da luta de classes entorno das escolas americanas de administração de Yale, Chicago, etc., que irromperam com ideias de globalização e mundo sem fronteiras acompanhadas de seus críticos e gurus de esquerda que trataram de vestir novas roupagens da moda – como é o caso do “novo imperialismo” – causando um profundo distanciamento das relações centro-periferia que ainda nos ajudam a decifrar a realidade. Aliás, é esta mesma periferia ”crítica” do imperialismo e seus intelectuais orgânicos subordinados aos interesses hegemônicos, como se expressa na “nova geografia do capitalismo” que ao manter em voga “os traiçoeiros ardis da lógica”, se omitem em resolver os verdadeiros problemas que estão postos na ordem natural das coisas, isto é, propor alternativas para acabar com a crise brasileira, e por assim dizer, o estrangulamento dos serviços de utilidade pública, em busca de uma mudança substancial do horizonte socialista. Diante dessas tarefas, buscou-se aqui retomar os fundamentos centrais do pensamento de Ignacio Rangel como instrumental teórico imprescindível para os estudos da industrialização brasileira e para a ciência do planejamento. Argumenta-se que as pesquisas em matéria de geografia econômica têm negligenciado a singularidade das leis de funcionamento do desenvolvimento capitalista nas formações sociais periféricas, e por assim dizer, a possibilidade de retomar o desenvolvimento a partir dos pilares fundamentais do Projeto Nacional. Outrossim, procurou-se apresentar nesse trabalho a aplicação dessas ideias, sobretudo o papel dos juglarianos brasileiros no processo de substituição de importações ao estudar o caso da formação regional do Oeste Paulista e suas implicações na Estância Turística de Olímpia.

Palavras-chave: Ignacio Rangel; Projeto Nacional; Estância Turística de Olímpia.

ABSTRACT

Among our leftist camps, the lack of enthusiasm in debates about the tasks of the Brazilian revolution in this first quarter of the 21st century is evident. Geography, by the way, finds itself in this same context of lethargy, exchanging the seriousness of studies for the prestige of the “spotlight” and “confetti”. Except for rare exceptions that still not only interpret, but explain reality without falling into passing fads, the fact is that there is a generalization of public opinion (the so-called morality of the troops) and a significant part of the Brazilian intelligentsia rooted in the principles of eschatology and liquidation of creative and radical thought inaugurated by Ignacio Rangel. By the way, it doesn't sound strange to find in this crisis, a gravitation of the unique thought and of the class struggle around the American schools of administration of Yale, Chicago, etc., which erupted with ideas of globalization and world without borders, accompanied by their companions and gurus leftists who tried to put on new clothes of fashion - as is the case of the "new imperialism" - causing a deep distancing from the center-periphery relations that is still not deciphered in reality. In fact, it is this same "critical" periphery of imperialism and its intellectuals subordinate factors to hegemonic interests, as expressed in the "new geography of capitalism" that by keeping in vogue "the treacherous devices of logic", they fail to solve the real problems that are placed in the natural order of things, that is, alternative proportions to end the Brazilian crisis, and so to speak, the strangulation of public utility services, in search of a substantial change in the socialist horizon. Faced with these tasks, the aim here is to resume the foundations of Ignacio Rangel's central thought as an essential theoretical tool for the studies of Brazilian industrialization and for the science of planning. It is argued that research in economic geography has neglected the uniqueness of the functioning laws of capitalist development in peripheral social formations, and so to speak, a possibility of resuming development based on the fundamental pillars of the National Project. Furthermore, this work sought to present the application of these ideas, especially the role of Brazilian juglarians in the process of import substitution by studying the case of the regional formation of Oeste Paulista and its implications for the Tourist Resort of Olímpia.

Keywords: Ignacio Rangel; National Project; Tourist Resort of Olímpia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Empregos na construção naval brasileira: entre 1960 e 2011.....	74
Figura 2 - Esquema morfológico do Estado de São Paulo (1956).....	87
Figura 3 - Localização de Olímpia (SP)	93
Figura 4 - Rotas Terrestres e Marítimas da Nova Rota da Seda	126
Figura 5 - Evolução manufatureira em países europeus (1998-2011).....	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção Industrial brasileira (1901-2019).....	79
Tabela 2 - Variação anual do PIB em %	92
Tabela 3 - Crescimento do PIB e PIB per capita 1978-2017.....	121
Tabela 4 - (PEA) POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DE OLÍMPIA	159
Tabela 5 - Olímpia: Participação de trabalhadores por subsetores (1985-2008).....	163
Tabela 6 - Olímpia: número de estabelecimentos por subsetores (1985-2008)	164
Tabela 7 - Área Cultivada - Município de Olímpia.....	166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Juglarianos brasileiros (crescimento industrial – 1900-2020)	78
Gráfico 2 - Taxa de Câmbio Nominal	92
Gráfico 3 - Manufatura (% no PIB) versus PIB per capita, 1947 a 2018: Brasil x EUA - PIB per capita em 1.000 US\$ PPC de 2017.....	151
Gráfico 4 - Participação da indústria no total do valor adicionado (em %) - 2002-2010.....	163

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Avanço das companhias ferroviárias no Estado de São Paulo.....	86
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB Associação de Geógrafos Brasileiros
ALCA Área de Livre-Comércio das Américas
ALN Aliança Nacional Libertadora
ANPEGE Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
AT-MAT Alta Tecnologia e Média-Alta Tecnologia
BNDE Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRAZCOT Sociedade Algodoeira Brasil-Japão Ltda.
BRICS Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul
BT-MBT Baixa Tecnologia e Média-Baixa Tecnologia
CEXIM Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil
CIA Central Intelligence Agency
CIIC Coeficiente Importado de Insumos e Componentes Comercializáveis
COPER Comissão de Povoamento dos Eixos Rodoviários
CSN Companhia Siderúrgica Nacional
DIA Defence Intelligence Agency
DIT Divisão Internacional do Trabalho
DPT Divisão Planificada do Trabalho
ENG Encontro Nacional de Geografia
EUA Estados Unidos da América
FGV Fundação Getúlio Vargas
FIESP Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINAME Agência Especial de Financiamento Industrial
FIRJAN Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI Fundo Monetário Internacional
FNM Fábrica Nacional de Motores
FS Formação Social
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IIR Instituto Ignacio Rangel
IOS iPhone Operating System
IRI International Republican Institute

IRPF Imposto de Renda da Pessoa Física
IRPJ Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
ITER International Thermonuclear Experimental Reactor
JMAS Joint Military Attache School
KGB Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti
MAFERSA Material Ferroviário S/A
MDB Movimento Democrático Brasileiro
MP Modo de Produção
NED National Endowment for Democracy
NSA National Security Agency
ONG Organização Não-governamental
ONU Organização das Nações Unidas
OSF Open Society Foundation
OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG Plano de Ação Econômica do Governo
PCC Partido Comunista Chinês
PCUS Partido Comunista da União Soviética
PIB Produto Interno Bruto
PIL Programa de Investimento em Logística
PND Plano Nacional de Desenvolvimento
PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRP Partido Republicano Paulista
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira
PT Partido dos Trabalhadores
RCEP Parceria Econômica Regional Abrangente
SANBRA Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro
SBPC Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEADE Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SUMOC Superintendência da Moeda e do Crédito
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
UNASUL União das Nações Sul-Americanas
UNB Universidade de Brasília

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

USP Universidade de São Paulo

USAID Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 QUESTÃO DE MÉTODO?	29
2.1 A TOTALIDADE COMO INTERSECÇÃO GEOGRAFIA-MARXISMO.....	34
2.2 A RETOMADA DOS PARADIGMAS NA GEOGRAFIA	37
2.3 AVANÇOS E RECUOS DA INTERSECÇÃO GEOGRAFIA-MARXISMO.....	40
2.3.1 O desencontro da geografia com o marxismo no Ocidente	42
2.3.2 A importação do “desencontro” pela periferia capitalista	45
2.4 VIVIFICAÇÃO DO PARADIGMA DE FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL (F.E.S.)	52
2.4.1 Modos de produção e Formação Social	56
3 IGNACIO RANGEL E A DUALIDADE BÁSICA COMO TEORIA E MÉTODO DAS FORMAÇÕES SOCIAIS PERIFÉRICAS.....	60
3.1 A HIPÓTESE CENTRAL DA DUALIDADE BÁSICA	69
3.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO E OS CICLOS JUGLARIANOS BRASILEIROS	75
3.3 A DUALIDADE NO CASO DO OESTE PAULISTA.....	81
3.4 A QUESTÃO REGIONAL E O DESENVOLVIMENTO DAS VIAS DE TRANSIÇÃO NOS BAIXOS CHAPADÕES	84
4 A CONJUNTURA MUNDIAL E O BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	94
4.1 A TRANSIÇÃO CAPITALISMO-SOCIALISMO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	99
4.1.1 A ofensiva imperialista dos EUA.....	101
4.1.2 Uma crítica à geopolítica do “espetáculo” como técnica de guerra imperialista... 106	
4.1.3 As heranças e o impasse da geopolítica da <i>pax americana</i>.....	109
4.1.4 Ciclos Longos e as bases do irracionalismo capitalista	114
4.2 A LIDERANÇA CHINESA NA TRANSIÇÃO CAPITALISMO-SOCIALISMO	120
4.3 O BRASIL NA TRANSIÇÃO CAPITALISMO-SOCIALISMO.....	128
4.3.1 Projeto Nacional brasileiro: um debate em curso	130
4.3.2 O Projeto, a Nação, e o Desenvolvimento.....	138
4.3.3 Desindustrialização: uma janela de oportunidades para o Planejamento	147

5 À GUIA DE CONCLUSÃO - O CASO DE OLÍMPIA COMO SÍNTESE.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179

1 INTRODUÇÃO

Comumente, a crítica radical introduzida nos estudos geográficos pela “renovação” geracional da Geografia brasileira - a chamada jovem guarda - surgida na esteira do III Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiros em Fortaleza (1978), tem-se revelado insuficiente, quando não débil, no que diz respeito à discussão que se estende até nossos dias, como a criação de “novas” epistemologias, novas teorias e metodologias utilizadas na orientação de pesquisas a fim de satisfazer o modismo pululante do mercado de ideias.

Não por acaso, ainda imperam entre os geógrafos excessivos debates ineptos, como se pode observar nos recentes encontros nacionais (ENG) da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), como também nos encontros de Pós-graduação em Geografia (ANPEGE) onde ainda, se discutem o “sexo dos anjos” sobre a malfadada ideia do objeto da disciplina.

Igualmente, é reveladora a perda de credibilidade das publicações em revistas científicas de cunho geográfico mundo afora, que acabaram se rendendo a massificação de produções gastrointestinais serializadas em atendimento as normativas jurídico-institucionais “internacionais” em um brutal processo de mercantilização curricular cujo movimento reflete em um acúmulo de especializações aguçadas pela competição irracional do sistema capitalista.

Por outro lado, é verdade que nesse início de milênio não há mais como negar que a “grande crise histórica” que se arrasta desde a abertura depressiva do 4º ciclo de Kondratiev (1973) é uma crise que atravessa todos os campos do saber, pois mesmo diante dos avanços de determinadas ciências de vanguarda posicionadas nas últimas fronteiras do conhecimento, há que se considerar que a decadência do mundo ocidental tem se extravasado por todos os poros da comunidade científica.

No entanto, é possível encontrar, mesmo diante dessa “crise de paradigmas”, uma certa dose de otimismo nas iniciativas excepcionalmente exitosas mantidas entrincheiradas em alguns centros nacionais de pesquisa distantes do eixo Rio - São Paulo, bem como o hercúleo trabalho de professores já aposentados que continuam abrindo caminhos na Geografia com novas temáticas de pesquisa, e até mesmo alguns estudiosos batalhadores que se mantem dedicados a decifrar a realidade concreta em suas múltiplas determinações sem perder de vista o processo histórico como pano de fundo.

Processo histórico este que, não custa lembrar, se apresenta como um movimento único e universal, regido por leis internas e externas, e em unidade de contrários cujo desenvolvimento se dá em forma de espiral com infinitas possibilidades de materialização, mesmo que pelas continuidades e descontinuidades do tempo histórico se repetem “aparentemente” sob novas formas, numa base “superior”.

Com efeito, sem adentrarmos diretamente em outros campos do saber, que também enfrentam dificuldades semelhantes em seus respectivos segmentos hoje multifacetados e cada vez mais especializados pela profunda “divisão social do trabalho intelectual”, nos restringimos a discutir aqui *stricto sensu* a problematização da escolha do tema do estudo em tela inerente a nossa ciência mater, a saber, a Geografia.

E isto porque, dado as suas devidas proporções, seria impossível nos prazos relativamente curtos a que dispomos para elaboração da tese avaliar a complexidade do fenômeno da “crise histórica” manifestada nos demais campos do saber, posto que um movimento como esse exigiria contar com uma equipe multidisciplinar organizada e trabalhando em conjunto de forma complementar.

Todavia, como advertência inicial, afirmamos aqui, na contramão do que poder-se-ia supor um breve abandono da interdisciplinaridade recorrente à nossa própria ciência, a Geografia, na verdade, o que estamos a endossar é a ideia de supressão das ciências naturais e humanas particularizadas sob o capitalismo, pois não há mais dúvidas do papel nefasto desempenhado pela ideia da existência de um “determinismo”, seja ele - do meio natural, do econômico, do ambiental, do cultural, do político, do geográfico, do social, etc. etc. – que substitui, ou até mesmo exclui a objetividade histórica e geográfica tida como uma “velha” e superada ciência, por novas roupagens da moda atual.

Para nós, e este é o tema do capítulo II onde debatemos “A questão do método” em “transição”, não há razão plausível que justifique a separação e compartimentação das ciências de modo geral, como se houvesse uma explicação econômica dos fenômenos, como também uma explicação geográfica, antropológica, sociológica, biológica, etc. O que há, de modo evidente, é que essas explicações setoriais refletem parcialidades fenomênicas não vistas em sua totalidade, e que, por outro lado, utilizando-se de uma suposta “autoridade” disciplinar “consensualmente” aceita pela comunidade “científica”, faz com que tais explicações setoriais (particulares) corroboradas pelo empirismo abstrato – de cunho

experimental e de laboratório - transcendam a uma categoria universalizante firmando-se como explicações totalizantes da realidade.

E aqui, obviamente, não se trata de uma dualidade entre o “todo” e suas “partes” cujas ciências ditas setorializadas apresentar-se-iam como partes do todo, cuja soma seriam a própria expressão da totalidade, ou que, por outro lado, no sentido inverso do termo, a própria totalidade se manifestaria em suas partes, medidas e datadas, por assim dizer, pela relação *espaço-temporal* a maneira de uma síntese. Isso seria o mesmo que negar o desenvolvimento desigual e combinado próprio da objetividade e universalidade do processo histórico e de seu desenvolvimento traduzido na unidade do diverso, ou, dito de outro modo, na “contemporaneidade do não-coetâneo”.

Paradoxalmente ao que foi dito, é possível afirmar que a posição do “técnico-especialista” na observação e explicação dos fenômenos vistos em sua “particularidade” podem atingir uma “explicação total”, - ou totalizante se assim for - quando este for capaz de ultrapassar a natureza “técnico-científica”, e adentrar no espectro social cujo elemento principal se dá pelo compromisso com a sociedade, - afinal um compromisso político e humanístico, uma correia de transmissão “popular” que não se limita aos aspectos exclusivamente teóricos-ideológicos para “iniciados”, mas que ultrapasse o cerco da ciência produzida por poucos - “cientistas” – e passe a ser produzida por todos.

Nesse sentido, o desafio que hoje enfrenta a Geografia brasileira, e diríamos, sem pretensão alguma, de incluir aqui a Geografia que se apresenta a nível mundial é justamente aquele de eleger a tão “sonhada” **unidade do gênero humano** como um “ser-em-si e para si”, destravando as fragmentações da ciência em geral sob o jugo do capitalismo, e *projetando-se* ao futuro as matrizes científicas originárias da humanidade, sobretudo as trigêmeas siamesas - história, geografia e filosofia – bases fundamentais da crítica a economia política.

Ao fim e ao cabo, se a Geografia tem algo a nos dizer quanto a escolha do nosso tema, é mais por suas verdadeiras preocupações totalizantes de localizar, descrever, analisar e explicar os fenômenos naturais e sociais manifestados por todo o *Kosmos*, - como se vê nos estudos de A. Humboldt que deram origem a geografia moderna da qual conhecemos – do que pelo simples compromisso voluntário, ou qualquer espécie de conversão servil ao mandarinato geográfico de professores “esclarecidos” que buscam salvar demiúrgicamente a própria Geografia, quando não o Brasil e o Mundo.

Ora, é assim que chegamos a intersecção geografia-marxismo, ambas herdeiras da filosofia clássica alemã, e por assim dizer, da razão dialética, que não se deixa enveredar por falsas dicotomias entre racionalismo e empirismo, procurando, sob o ponto de vista da totalidade, decifrar e transformar a realidade em suas múltiplas determinações.

Além da problemática que compete a essa inter-relação, procurou-se resgatar e aprofundar aqui as reflexões desenvolvidas por Vieira (1992) a respeito do paradigma de formação econômico-social nesse primeiro quartel do século XXI, pois, a rigor, este se apresenta como elo central da intersecção geografia-marxismo capaz de “orientar” e se “auto movimentar” enquanto teoria e método do desenvolvimento histórico ancorado nas categorias de modo de produção e formação social.

Já no terceiro capítulo, procuramos introduzir o pensamento marxista de Ignacio Rangel como meio assaz de decifrar a realidade brasileira e suas peculiaridades regionais. Como se sabe, nessa atual quadra histórica, são inúmeras as frentes de trabalho que estão a revisitar a tese da “Dualidade Básica da Economia e da Sociedade brasileira” elaborada por Ignacio Rangel em 1953, em busca de enriquecê-la de provas, ou até mesmo colocar em xeque sua validade científica, o que demonstra por um lado sua vitalidade, e por outro uma certa dose de otimismo no trato e no reestabelecimento do compromisso com a verdade, que outrora se viu dificultada ora pela pirataria, ora pela destruição (física) de suas ideias, quando não pelo engendramento de uma verdadeira conspiração do silêncio por companheiros e adversários de jornada, que diga-se de passagem, não é só prática comum dos ambientes acadêmicos e universitários, mais um fenômeno que se estende por todo o universo intelectual nacional e internacional.

No caso da geografia brasileira, a tese da dualidade penetrou com maior velocidade na década de 1980 quando o professor Armen Mamigonian de forma pioneira se imbuíu no esforço de divulgar e orientar pesquisas geográficas, - sobretudo nos estudos de geografia econômica e social – a partir da originalidade e independência do pensamento de Ignacio Rangel.

Segundo Bastos (2014), é nesse período que a Universidade Federal de Santa Catarina, junto ao seu Departamento de Geociências e o recém-criado programa de Pós-Graduação em Geografia irá facilitar a recepção das ideias rangelianas promovendo ininterruptamente

curso, conferências, entrevistas (Revista Geosul), bancas de defesa com a participação do intelectual maranhense. Destes eventos, vale registrar as passagens de Ignacio Rangel nas Semanas de Geografia (SEMAGeo) debatendo a Crise e o Desenvolvimento (1987), ministrando cursos como o “Desenvolvimento Econômico Brasileiro e o Centro do Sistema Capitalista” (1983) e “Desenvolvimento Econômico: concentração versus descentralização” (1987), bem como sua importante conferência magistral na XIII Edição da Semana de 1992 que marcou por definitivo o encontro da geografia com o seu pensamento, cuja síntese pode ser vista no texto “500 Anos de Desenvolvimento da América e do Brasil”.

Curiosamente, enquanto parte da geografia brasileira nesse período continuava mergulhada em um labirinto mantendo a fragmentação das ciências naturais e sociais produzidas pelo cisma entre Geografia Física e a Geografia Humana - um verdadeiro *apartheid* importado dos centros anglófonos e franceses como lembrou Monteiro (2020) – é a conferência do marxista acima citada e publicada no ano seguinte em forma de artigo pela Revista Geosul (1983), que cairia como um divisor de águas na reaproximação do marxismo com esta área do conhecimento acadêmico.

Prova disso, é a reunião em seis breves páginas onde o autor expressa de forma cabal a unidade e a totalidade do pensamento histórico e geográfico, isto é, narra de ponta a ponta a história da civilização, do novo mundo – a América – e em particular do Brasil, nas continuidades e descontinuidades do tempo e do espaço, categorias científicas ininteligíveis uma sem a outra, articulando à maneira de um edifício, a dinâmica das múltiplas combinações peculiares da natureza (as variedades climáticas nas zonas, ou regiões anecúmenas e ecúmenas), com as formações da sociedade, e suas distintas “expressões de forças produtivas e correspondentes relações de produção” (RANGEL, 1983, p.8).

De acordo com Mamigonian (1996), a originalidade do pensamento de Ignacio Rangel abriu na geografia brasileira um campo fértil para novas pesquisas que procuraram orientar-se pela tendência em fundir os dois paradigmas básicos dessa disciplina, como é o caso do geossistemas, que parte dos estudos da natureza até alcançar a sociedade, e da formação social, que trilha seu caminho inverso, lembrando que ambos estão articulados em uma complexa unidade de contrários firmadas em correspondência as suas respectivas leis naturais e sociais.

De lá para cá, são muitas as teses¹ e dissertações² que ao longo dessas quatro décadas foram desenvolvidas nessa direção, bem como outras tantas que estão em processo de

¹ Como forma de elucidação, vale a pena conferir as teses orientadas pelo professor Armen Mamigonian que contribuiu para a formação de uma gama de pesquisadores e professores sob os auspícios do pensamento de Ignacio Rangel. Ver Kauê Lopes dos Santos. "Pontas em circuito: as inserções de Gana na Divisão Internacional do Trabalho contemporânea". 2017. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Raquel Rodrigues Lage. "A construção pesada brasileira". 2017. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Ricardo Petrillo Fici. "O sistema ferroviário mundial: o caso brasileiro". 2017. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Antonio Toledo Poso. "A siderurgia brasileira e mundial: o desenvolvimento desigual recente". 2015. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Lucas P. Emerique. "Dos engenhos de açúcar à indústria automobilística: o desenvolvimento e as transformações da indústria no município de Piracicaba - SP". 2015. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Odilon Máximo de Moraes. Organização espacial da indústria nordestina: o Ceará e Alagoas em um novo contexto. 2013. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Breno Viotto Pedrosa. Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura. 2013. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Domingos Sávio. Fusões e aquisições nos segmentos carne bovina, óleo de soja e sucroalcooleiro (1992-2010). 2012. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Zeno Soares Crocetti. Formação Socioespacial do Paraná. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina; Elias Marco Khalil Jabbour. Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje. 2010. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Melissa Godoy. Problemas Habitacionais de São Paulo. 2009. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Marcia Fernandes Rosa Neu. Os portos do sul do Brasil: da formação ao século XXI. 2009. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Marlon Clovis Medeiros. A geografia econômica do setor agroalimentar brasileiro: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990-2007). 2009. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Ivo Raulino. Crise e reestruturação produtiva na grande empresa têxtil do médio vale do Itajaí. 2008. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Marcos Aurélio da Silva. "Gênese e dinâmica competitiva da indústria de equipamentos elétricos do sul do Brasil". 2005. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Isa de Oliveira Rocha. O dinamismo industrial e exportador de Santa Catarina. 2004. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Mee Joung Lee. Evolução global da indústria da TI (Tecnologia da Informação): uma abordagem comparativa do Brasil e da Coreia do Sul. 2004. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Fábio Napoleão. A Indústria de transformação de material plástico de Joinville (SC). 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina; Sônia Miriam Teixeira Moreira. a. 2003. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Aloysio Marthins de Araújo Junior. A indústria de bens de capital no Estado de São Paulo: da gênese aos problemas atuais. 2003. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Marta da Silveira Luedemann. a. 2003. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Marcio Rogério Silveira. A importância geoeconômica das estradas de ferro para o Brasil e para Santa Catarina: um estudo de Geografia dos transportes. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; José Messias Bastos. O comércio de múltiplas filiais no Sul do Brasil. 2002. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Carlos José Espíndola. As agroindústrias de carne do Sul do Brasil. 2002. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Lisandra Pereira Lamoso. A exploração do Minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul. 2001. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Raquel Maria Fontes A. Pereira. Formação territorial brasileira na visao de Ignácio Rangel. 1999. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Leoni Nussochm Frizzo. Indústria de Caxias do Sul: da Gênese As Exportações. 1998. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Raquel Maria Fontes A. Pereira. A geografia e as bases da formação Nacional Brasileira: uma interpretação fundamentada nas ideias de Ignácio Rangel. 1997. Tese (Doutorado em Geografia

desenvolvimento sob os auspícios e pressupostos desse referencial teórico, e poder-se-ia dizer metodológico.

Aliás, não custa lembrar que até mesmo um dos expoentes máximo da geografia brasileira, o professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, pioneiro na introdução do paradigma de geossistemas para os estudos ambientais (natureza), e fundador da escola de climatologia geográfica, não hesitou em enveredar-se pela tese da dualidade ao produzir a obra “Tempo de Balaio (1993) [2008]” – em tons de “autobiografia” – onde encontrou nas “dualidades brasileiras um estimulante meio de integração dos fatos e uma visão holístico-interpretativa de uma importante parte de nossa evolução” (MONTEIRO, 2008, p.20).

Mas é a realização do Simpósio “O pensamento de Ignácio Rangel” em 1994 na Universidade Federal de Santa Catarina que inauguraria um novo ciclo de debates em torno da “usina de ideias” que foi Rangel, confirmando a máxima do “bom senso nacional” de que seu pensamento havia frutificado (MAMIGONIAN, 1997), como se vê na continuidade das “colheitas” nesse primeiro quartel do século XXI com a promoção dos Seminários Nacionais de Geografia Econômica e Social, e a fundação do Instituto Ignacio Rangel (IIR) em 2014 na cidade de Florianópolis (SC) em homenagem ao centenário de seu nascimento.

Com efeito, como forma de dar continuidade a atualidade do pensamento de Ignacio Rangel e suas incursões na geografia, propôs-se aqui inicialmente uma discussão geral sobre as aproximações da tese da dualidade com a geografia, seus avanços e recuos da segunda metade do século XX aos nossos dias. Em segundo momento, buscou-se avançar com os pressupostos básicos que confirmam a tese da dualidade, sinalizando as debilidades em curso que se encontram nas pesquisas que se beneficiaram direta ou indiretamente desse referencial teórico e metodológico.

Por outro lado, depois de realizada essa discussão, optou-se em um terceiro momento da pesquisa contribuir para o avanço dos estudos que tem no desenvolvimento regional sua

(Geografia Humana) - Universidade de São Paulo; Paulo Fernando Cirino Mourão. -. 1997. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo; Idaleto Malvezzi Aued. Construção do Socialismo Na Urss: 1917-1929. 1996. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)) - Universidade de São Paulo.

² Vale lembrar aqui a dissertação de Maria Graciana Espellet de Deus Vieira (1992). *Formação Social Brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido*. Dissertação (**Mestrado em Geografia**) – CFH, UFSC, Florianópolis, 1992. Esse trabalho foi pioneiro em retomar o debate entre geografia e marxismo no final do século XX, nos servindo de fonte de inspiração teórica no prosseguimento do debate na atual quadra histórica do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

precedência de análise, introduzindo em nossa pesquisa a especificidade da noção de Projeto Nacional na dualidade paulista, com ênfase numa área que passou de um simples complexo rural em meados do século XX à sócia integrante do centro dinâmico da economia brasileira.

A escolha da área de estudo não se deu por acaso, e aqui é preciso abrir um parêntese, pois a primazia do Oeste Paulista – e mais especificamente do noroeste paulista - como região de excelência para aprofundamento da pesquisa se deu menos pela estreiteza pessoal do pesquisador com seu objeto, senão pela curiosidade em decifrar algumas particularidades dos fenômenos que engendraram uma rápida transformação urbano-industrial nessa região, bem como seus recentes desdobramentos com vistas a explicar a atualidade do “enigma brasileiro”, isto é, todo o problema da “questão nacional” materializada na “tortuosa” inserção ativa da burguesia industrial nacional e paulista na nova coalizão de classes, ou “novo” pacto de poder firmado nesse início do século XXI pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), onde a liderança do Projeto Nacional é *magna pars*.

Nesse sentido, pode-se dizer que no primeiro aspecto da questão regional, aquele das “particularidades do fenômeno”, já havia uma ampla bibliografia disponível, além de um extenso debate em curso sobre conceitos, categorias e teses que abarca o tema das dinâmicas regionais, sobretudo a respeito do processo de industrialização brasileira e paulista lideradas pelas pesquisas do professor Armen Mamigonian, que nos ajudou a queimar algumas etapas no direcionamento da tese, evitando assim, falsas polemicas, debates exaustivos e infrutíferos, bem como a utilização indiscriminada da crítica e de certas “super-simplificações” acadêmicas.

Vale deixar claro que o recurso adotado como o de “queimar etapas” do debate no desenvolvimento da tese não se deu de forma arbitrária, mas sim, em plena concordância com a noção de tempo histórico expressa pela “contemporaneidade do não coetâneo” que abrigou tanto o desenvolvimento da pesquisa, quanto a própria noção da posição do pesquisador.

Isto quer dizer que desde a caracterização do problema até suas conclusões, a orientação adotada em nosso trabalho foi de optar preliminarmente pela recusa do pressuposto de querer “reinventar a roda”, prática que, aliás, é genuinamente assumida no “mercado de ideias” por intelectuais “anões” em busca de originalidade que concentram esforços desnecessários sobre “especulações teóricas” pré-fabricadas com conteúdos alternativos de origem duvidosa, quando não “indeterminada”.

Daí o reconhecimento antecipado do recente debate estabelecido timidamente por diversas matrizes das ciências sociais (economistas, engenheiros, sociólogos, etc.) sobre o fenômeno do atual estágio do desenvolvimento brasileiro como é o caso da hipótese levantada a respeito do processo de “desnacionalização - desindustrialização”, um tema, aliás, caro a noção de Projeto Nacional, bem como a própria geografia humana brasileira – de ênfase econômica e industrial.

Por certo, a participação da geografia brasileira no recente debate, - e destaca-se aqui as tendências inclinadas a crítica – se revelou sobremaneira “defensiva”, colocando-nos assim uma dupla tarefa de ampliar a “visão geográfica” sobre a temática, linha ademais, insistida por Mamigonian (2018), para quem não se furtou em travar no campo da “batalha de ideias” a execução massiva da crítica às nocivas importações predatórias de modelos, teorias e manuais explicativos da realidade com ampla repercussão nas “sucursais” da intelectualidade nacional, como se observa atualmente nas pesquisas desenvolvidas pela escola de geografia econômica paulista interessadas pela dinâmica dos processos de “desconcentração e descentralização industrial” espalhados pelo território nacional sob os auspícios de uma “nova divisão territorial” do Brasil.

Já no quarto capítulo, como forma de antecipar a discussão, o objetivo principal levantado na tese foi a defesa sumaria da centralidade do Projeto Nacional como “orientação” teórica, metodológica e prática (programática) imprescindível para qualquer estudioso, cientista, ou cidadão que se proponha a transformar a realidade em acordo comum com a verdade e com o livre-pensar.

Isto é, defendeu-se aqui a ideia de Projeto Nacional como uma categoria histórica central, uma categoria intrínseca as crise e transições determinadas no tempo e localizadas no espaço que não se apresenta única e exclusivamente como um pano de fundo histórico, ou como uma natureza processual correspondente a inércia-dinâmica que supõe movimento, - próprio da dialética - mas que, encontra-se além, no vir-a-ser histórico, ou seja, situa-se no limiar das “possibilidades” e previsibilidades de projetar o *devoir*, pois mesmo em seu mais alto grau de complexidade “abstrata”, o Projeto Nacional adquire materialidade enquanto natureza concreta, na ação ou pela execução dos “projetos de desenvolvimento” a curto, médio e longo prazo.

Em outros termos, isso quer dizer que a centralidade da categoria ultrapassa a tomada de posição do “pesquisador” no desenvolvimento da pesquisa, - quando se parte do pressuposto, todavia válido, de que não há neutralidade científica – como também o esforço de coerência metodológica, ou de uma ampla conceituação científica por mais bem-sucedida que seja na sugestão de “princípios programáticos”.

Para nós, a noção de Projeto Nacional, além de uma categoria analítica ou interpretativa da realidade, assume um quadro conceitual no nível “abstrato-formal” comparável a um “programa de ação política prática” do Estado-Nação não só pela sua natureza material, como assinalamos anteriormente, mas sim, pela sua capacidade de revelar e “equacionar” os interesses nacionais e populares imediatos em cada período ou “momento” do processo histórico, isto é, projetando-se *avant la lettre* das fronteiras da divisão internacional do trabalho e das disparidades regionais como uma espécie de ferramenta “prático-teórica” do desenvolvimento humano.

De modo geral, essa discussão é levantada em toda a pesquisa, embora na primeira parte da tese procurou-se articular a temática ao debate sobre as sucessivas aproximações do marxismo “rangeliano” com a geografia brasileira da segunda metade do século XX em diante, incluindo o esvaziamento categórico da noção de Projeto Nacional nos anos 1990 em favor das teses da “globalização”, - estas últimas levadas às últimas consequências pelos “espadachins assalariados” que de forma consciente, ou induzida acabaram por ressuscitar a máxima do poeta lírico romano Horácio *caecus caeco dux* (um cego guiando outro cego). Já no início dos anos 2000, retomou-se o debate com a ascensão de governos de centro-esquerda na América Latina, além do desempenho alcançado pelos países asiáticos em matéria de desenvolvimento econômico e social.

Outrossim, foi o caminho adotado no campo da “ação política” estratégica, tarefa afinal, que nos levou novamente de encontro a atualidade do pensamento de Ignacio Rangel. Já no final da década de 1980, o marxista maranhense chamou atenção para o voluntarismo como sinônimo de ciência do planejamento, numa franca demonstração de não passividade as leis que governam a história. Daí o reconhecimento prévio de “uma certa base de determinismo”, para assim se somar a um “querer sapientemente” em matéria de governar “o barco” (RANGEL, 1999, p.218), coisa afinal, relegada pela nossa escola de políticos, técnicos

e profissionais do saber críticos do determinismo cíclico, que logo pautaram-se por um voluntarismo inepto carente de planejamento e projeto.

Em resumo, diante das tarefas e questões levantadas, encontrar-se-á aqui o leitor uma humilde contribuição da geografia econômica e social brasileira que se coloca a frente dos problemas nacionais, em busca de respostas capazes de explicar os fenômenos de toda ordem sem perder de vista o fio de Ariadne do processo histórico. E é deste último o *leitmotiv* da pesquisa, pois não há como compreender tanto as modificações estruturais (econômicas e sociais), como os efeitos adversos de conjuntura, que se manifestam nas formas, nas funções urbanas ou rurais (campo, cidade, região, metrópole, etc.) de uma formação social historicamente determinada, sem uma clara noção de conjunto do processo visto em sua totalidade. Assim, se a noção de processo é nosso “pressuposto” básico, portanto, o ponto de partida da análise, por outro lado é a “posição” nacional o guia-mestre, o ente modelador ou fundamento principal para o desenvolvimento das relações em suas esferas de integração internacional/nacional/regional/local como procuramos demonstrar em nossas conclusões a partir do estudo de caso da Estância Turística de Olímpia.

2 QUESTÃO DE MÉTODO?

Rompendo com as correntes metodológicas em matéria de ciências sociais que buscam articular conceitualmente a questão do Estado [essência] com a política do *espetáculo* [aparência] negligenciando a objetividade de ambas, esta tese procura reter as advertências elaboradas por Marx no prefácio da primeira edição de *O Capital* “quanto à investigação desinteressada” que foi abandonada “pelos espadachins a soldo”, substituindo “a investigação científica imparcial” pela má consciência, ou seja, por “intenções da apologética” (MARX, 2017, p.86).

É assim que chegamos à compreensão da metodologia que será utilizado nessa investigação. Quando A. Gramsci escreve pelas cartas que, em suas atividades, os cientistas são sempre “desinteressados” (GRAMSCI, 2005, p.179), ele chama atenção para a forma sordidamente judaica que considera “o comportamento teórico como autenticamente humano, enquanto que a práxis só é apreendida e fixada em sua forma... suja”. Dito em outras palavras, é o que Marx considera a respeito do materialismo de Feuerbach que não leva em consideração à própria atividade humana como atividade objetiva (MARX, 1986, 125), ou Engels quando diz que

A ideologia é um processo que, com efeito, é completado com consciência pelo chamado pensador, mas com uma consciência falsa. As forças impulsionadoras [Triebkräfte] propriamente ditas que o movem permanecem-lhe desconhecidas; se não, não seria, precisamente, processo ideológico nenhum. Ele [o pensador] imagina, portanto, forças impulsionadoras falsas ou ilusórias. Porque o [processo] é um processo de pensamento, ele deduz tanto o seu conteúdo como a sua forma do puro pensar, quer do seu próprio, quer do dos seus antecessores. Ele trabalha com mero material de pensamento [Gedankenmaterial], que, sem dar por isso, toma como produzido pelo pensar e, aliás, não investiga mais [se ele tem] uma origem mais afastada, independente do pensar; e, com efeito, isso é para ele evidente, porque, para ele, todo o agir [Handeln], porque mediado pelo pensar, parece também em última instância fundado no pensar (ENGELS, 1982, p.557)

Nesse sentido, não basta aceitar uma metodologia, como foi referido acima, que adere de forma mecânica ao recurso à diferença entre essência e aparência reduzindo a dialética apenas como uma “teoria do movimento universal, ou da transformação das mudanças quantitativas e qualitativas”. É preciso levar em consideração que a “unidade dos contrários é inerente a essência das coisas, e de que, por conseguinte, o desenvolvimento é um automovimento através de contradições e de lutas para superá-las” (PEREIRA, 2004).

É como diz Hegel, seguido posteriormente pela tradição revolucionária que o que é racional é real, e o que é real é racional, mas que é preciso distinguir a “realidade em sentido forte da simples imediatez empírica”. E acrescenta: “a negatividade não é apenas uma atividade do sujeito, mas é inerente, em primeiro lugar, à própria objetividade”. É preciso ter em mente que se “o negativo aparece como desigualdade do Eu para com o objeto, este também é desigualdade da substância para consigo mesma”. De todo modo, o “que parece produzir-se fora dela, e ser uma atividade contra ela, é o seu próprio operar, e ela mostra ser essencialmente sujeito” (LOSURDO, 1998, p.60).

Nesse mesmo caminho, Lenin, irá afirmar que “existe uma realidade em sentido estratégico e uma realidade em sentido tático”. E que em “cada situação histórica uma coisa é a tendência de fundo [...] outra são as contratendências reacionárias do momento” que não há dúvidas que “não estão em condição de anular a realidade estratégica da tendência de fundo e que, portanto, no plano tático, estão bem presentes e devem ser adequadamente consideradas” (LOSURDO, 1998, p.59).

Ora, isso quer dizer

que também a aparência é objetiva, porque contém um dos aspectos do mundo objetivo. Não somente a essência, mas também a aparência é objetiva. Obviamente há uma diferença entre o subjetivo e o objetivo, mas também ela tem seus limites [...] a lógica se assemelha a gramática, em que para o principiante é uma coisa, e para quem conhece o idioma (e os idiomas) e o espírito do idioma é outra coisa. Uma coisa é para quem pela primeira vez se acerca da lógica e das ciências em geral, e outra para quem retorna das ciências a lógica. Então a lógica dá o caráter essencial da riqueza (a riqueza da representação do mundo), - a natureza interior do espírito e do mundo [...] Não só um universal abstrato, mas também um universal que abarca em si a riqueza do particular, do individual, do singular (toda a riqueza do particular e do singular!) Tres bien!” (LENIN, 1976, p.98-99, tradução nossa).

Ora, nada mais próximo do que já havia sido enunciado por Marx e Engels ao fundar o marxismo, explicitando que os homens fazem sua história sozinhos, mas não “em circunstâncias escolhidas por eles próprios” (MARX & ENGELS, 1982, p.417).

Nesse sentido, qualquer iniciativa que se proponha a debater os paradigmas que sustentam o pensamento geográfico irá se defrontar com inúmeras correntes teóricas carregadas de modismos passageiros que reclamam para si a especificidade do conhecimento geográfico, restringindo às análises apenas à teoria mais recente, numa espécie de *dernier cri* das fronteiras da ciência geográfica.

Ora, se a geografia é uma ciência histórica como as demais ciências sociais, tanto pelo seu duplo caráter fenomenal, - isto é, “como representação, ideia da coisa, coisa para nós no sentido Kantiano” - e nomenal, de “coisa representada, coisa em si” (RANGEL, 1957a, p.67), não deixa de ser também ciência da natureza, que a difere das outras ciências justamente “por não possuir uma categoria particular de objetos ou fenômenos com objeto específico de estudo”, mas sim, “uma multitude de coisas heterogêneas integradas [...] como um estudo de combinações [...] correlacionadas com o desenvolvimento e aplicação genérica de conceitos e princípios gerais ou leis científicas” (HARTSHORNE, 2006, p.32).

Nesse sentido, é possível dizer que a geografia possui uma identidade, uma “unidade de substância” (ABBAGNANO, 2007, p.539), que em nenhum momento implica em rigidez ou limitação. Não se trata, portanto, de restringir as iniciativas de análise, mas sim, ampliá-las a fim de contemplar a ciência geográfica enquanto detentora de uma trajetória histórica permeada por crises e continuidades.

Daí que tratar de epistemologia em ciências humanas significa caminhar em uma linha tênue que muitas vezes se confunde entre diversas disciplinas como Geografia, História, Sociologia, Antropologia, etc. visto que se trata de um campo de estudo que se entrelaça na explicação de um objeto comum: a sociedade e a natureza. Disso, faria sentido perguntar o que diferencia uma ciência da outra? O que diferencia uma análise geográfica de uma análise histórica?

A fim de suscitar respostas para esses questionamentos e sustentar a superação das diferenças entre as ciências, corrobora-se aqui a tese de Mamigonian (1979, p.15) para quem não existe uma “explicação geográfica”, “uma explicação econômica”, etc., e que, paradoxalmente, no limite extremo do raciocínio, é preciso “acabar com a Geografia”, bem como com as demais ciências sociais enquanto ciências distantes e separadas umas das outras, isto é, é preciso buscar “uma explicação total” como “crítica às diferentes fragmentações da realidade”.

À maneira de sustentar nosso argumento, tomemos aqui um dos modismos correntes em voga na geografia brasileira. Segundo Gomes (2017) a Geografia é uma “forma de pensar”, e nesse sentido faz-se necessário estabelecer uma “ponte” entre a subjetividade do indivíduo ao objeto a ser analisado. Este é o passo inicial de uma pesquisa. A ponte é a metodologia; a subjetividade, por sua vez, é o conhecimento geográfico historicamente

construído que interage com suas condições materiais. O que determina se esta “travessia” será geográfica ou não, segundo o autor, é a pergunta que se faz ao final da ponte ao alcançar o objeto.

Seguindo este raciocínio, esta miríade de questões proposta pelo autor revela desafios complexos. Depara-se com a constatação de que não existe fórmula exata para “se fazer geografia”, dada a multiplicidade da disciplina; tampouco, há consenso sobre o que seria seu objeto ou método. Na verdade, essa “visão geográfica” aparente desconsidera o essencial de sua objetividade, isto é, que a Geografia moderna nasce determinada e de forma contraditória em plena transição do feudalismo para o capitalismo no Ocidente, fruto da filosofia clássica alemã (Kant, Hegel) enquanto resposta para o atraso político, social e econômico da Alemanha e sua unificação do Estado Nacional (MAMIGONIAN, 1996).

Ainda que a Geografia seja originariamente contraditória e complexa, Gomes (2017) nos apresenta uma metodologia facilitadora de análise. Como se fossem “filtros geográficos”, o autor nos apresenta respectivamente três categorias: sensibilidade espacial, inteligência espacial e dispersão espacial: a) Sensibilidade espacial: seria a capacidade de perceber o objeto de pesquisa em questão e reconhecer que dividimos o mesmo plano de existência, como uma espécie de impressão causada pelo o que o autor denomina de dimensão espacial. Trata-se de uma capacidade de situar coisas no espaço e de nos situarmos nele, de dirigirmos os movimentos do corpo no espaço. “Corresponde, sobretudo, à capacidade de saber se orientar, de constituir traçados entre coisas diversas que estão dispersas no espaço” (GOMES, 2017, p.17), sendo esta sensibilidade espacial inata aos seres humanos; b) Inteligência espacial: Após o processo anterior, é necessário reconhecermos que existem saberes geográficos construídos historicamente pela sociedade, incluindo a chamada geografia vernacular (CLAVAL, 2011). De quais formas o objeto de pesquisa dialoga com estes conhecimentos? Gomes (2017) afirma que a partir de nosso desenvolvimento cultural forma-se esta “inteligência espacial”, isto é, um conjunto de conhecimentos que são estabilizados e transmitidos, sejam classificações, roteiros, delimitações, localizações etc.; c) Dispersão espacial: A partir do momento em que agrupamos estes conhecimentos, é necessário criar relações e associações, resultando em explicações sobre o porquê das formas espaciais da sociedade se organizar de determinadas formas. “Responder à questão do por que da lógica das localizações [...] nossa curiosidade se dirige para produzir explicações sobre os sistemas

de lugares”. Isto é: “a análise sistemática dessas informações e a associação que podemos construir logicamente compõem, em grande parte, o programa da ciência moderna” (GOMES, 2017, p.19 e seg.).

A conjunção destes três eixos faz emergir a questão central que permeia e orienta a tese de Gomes (2017), que é a discussão da localização no espaço. Seguindo seu raciocínio, portanto, para conferir uma visão geográfica a uma pesquisa devemos questionar como se dá a espacialização do fenômeno. De quais formas podemos perceber (sensibilidade espacial), compreender (inteligência espacial) e analisar (dispersão espacial) o objeto enquanto integrante do espaço?

A partir desta problematização inicial, parte-se aqui para o aprofundamento do debate. É preciso sinalizar de antemão, que segundo a tese de Gomes (2017) é impossível analisar geograficamente um objeto sem localizá-lo e abranger seu contexto histórico-social em múltiplas escalas. É assim que se dá a possibilidade de se distanciar de uma visão individualista, classificatória e taxonômica, cara ao pensamento positivista. “Parte-se e guarda-se a diversidade, pois devemos refletir sobre as coisas tal como aparecem no mundo, dentro das condições pelas quais se mostram e como partes dos conjuntos dentro dos quais se apresentam” (GOMES, 2017, p.25).

Elenca-se o exemplo da *Naturgemälde*³ de Alexander von Humboldt como marco desta espacialização pioneira que caracteriza a Geografia moderna. Neste quadro de representação do Chimborazo, percebe-se a conjugação dos qualitativos elencados anteriormente por Gomes (2017). “Daí deriva o fundamento da conexão que se exprime com clareza nos programas científicos do pensamento geográfico moderno”. A noção de localização é o principal. É daí que se encontra o eixo fundamental dos trabalhos de Humboldt, pois consiste “em uma nova forma de apresentar esses elementos em um conjunto, localizando-os, situando-os [...] sem apelar para uma narrativa anterior da qual a imagem seria apenas uma expressão” (GOMES, p.25 e seg.).

³ Esse termo cunhado por Humboldt surge no século XIX para explicitar algo como uma pintura da Natureza, um microcosmos em uma página que não se resume a aparência visual, mas sim, a um ordenamento da Natureza, uma classificação rigidamente racionalista realizada por ocasião da sua visita ao Chimborazo (estratovulcão equatorial), quando realizou um corte de leste-oeste combinando informações como temperatura, pressão, umidade e altitude, aos quadros da fauna e da flora ao longo da montanha.

Não se trata, por conseguinte, meramente de uma pintura ou uma representação imagética de um lugar ou paisagem e, sim, de elencar estes elementos e construir, através de uma metodologia própria, relações geográficas entre eles. Em *Naturgemälde*, o todo é uma reação ecológica em cadeia. Wulf (2016) nos traz o relato-biografia de Humboldt onde o mesmo afirmava que o mundo era baseado em interação e reciprocidade, sendo a natureza uma teia de vida e força globais. “Apresentadas em conjunto, sobre um mesmo plano [...] na prática e de maneira muito própria, Humboldt construiu aí um sistema original de informações geográficas” (GOMES, 2017, p.39).

Por fim, Gomes (2017) finaliza sua análise ao reiterar a tese de que para além de identificar um objeto ou um método próprio para a geografia, o crucial para os geógrafos e suas respectivas pesquisas seria a posse desta “visão geográfica” que permite localizar seus objetos.

Contudo, finalizada esta etapa de localização e posterior espacialização, como proceder? Como tratar e trabalhar os fenômenos geográficos em questão? Para a geografia, descrever é simplesmente compreender? A partir destes questionamentos pode-se introduzir a ideia central que estrutura a linha teórico-metodológica deste trabalho: para sê-la efetivamente pertinente, uma análise geográfica deverá buscar compreender a sociedade e a natureza a partir de uma visão de totalidade. A categoria de totalidade como unidade da vida social se põe em pauta, é a mais adequada para identificar a “unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico”, realizada através do espaço (SANTOS, 1977, p.90), avançando assim, no debate proposto por Gomes (2017).

2.1 A TOTALIDADE COMO INTERSECÇÃO GEOGRAFIA-MARXISMO

Para além de encontrar a “visão geográfica” descrita por Gomes (2017), se faz necessário ampliar esta compreensão orientada pela “visão de totalidade”. Corroboramos com a tese de Mamigonian (1996) de que a geografia moderna já nasce com uma perspectiva dialética (e não positivista, como disse A. C. Moraes, entre outros). Privilegia-se aqui uma visão de conjunto da natureza e da sociedade, semelhante ao marxismo que considera uma “história da natureza, e uma história dos homens” (MARX, 2007, p.86). Segundo Pereira a geografia moderna nasce como uma resposta totalizadora, unindo o natural ao social, pois

seus fundadores, Humboldt e Ritter, “estão preocupados tanto com a natureza como com a sociedade” (PEREIRA, 2009, p.125).

Para além da *Naturgemälde*, ao longo do trabalho de Humboldt podemos perceber a preocupação para com a totalidade e a necessidade de analisar a natureza como um todo movido e animado por forças internas, isto é, sem cair em generalizações a partir de uma soma de dados empíricos que se observa em uma dada realidade concreta, mais sim, avançar em “uma hipótese (a harmonia entre as forças criadas, a conexão entre as forças da natureza, a unidade da diversidade) que a experiência corrobora”, mas que, todavia, pode “de igual modo, descartar” (LABASTIDA, 1999, p.35).

Ademais, a geografia de Humboldt tinha vistas a abranger um estudo transversal combinando economia, geografia, flora, fauna, topografia, clima, solo, etc., como se observa em suas viagens realizadas em Cuba e no México coloniais, estudados como formações econômico-sociais específicas⁴, que resultaram em “magníficos trabalhos de geografia humana” na qual “ele chamou de Ensaio políticos”, bem como suas análises dos diferentes níveis climático-botânicos nos Andes Setentrionais” combinadas a atividade humana que deram origem posteriormente ao paradigma de “geossistema” (MAMIGONIAN, 2019a, p.10).

É sobre esta base que a ciência geográfica moderna se ergueu refutando a tese de uma ciência especializada desde sua origem. “A maneira de Kant e Hegel, Humboldt procurou abranger a geografia física e a geografia humana como estudos inter-relacionados, mas distintos” (MAMIGONIAN, 1996, p. 200).

Nesse sentido, soa como certo exagero a afirmação de Lacoste (2012) para quem a geografia moderna já nasce enraizada a serviço do colonialismo e do utilitarismo⁵, mostrando-

⁴Alexander von Humboldt já havia enunciado alguns dos pressupostos ainda no século XIX do paradigma de formação social quando observou em uma de suas viagens exploratórias na região equatorial (Orinoco-Amazons) do novo continente que o desenvolvimento das nações, como dos próprios “indivíduos”, não dependem tanto de seu grau de cultura espiritual, (científico) para a manutenção de repúblicas ou monarquias constitucionais, mas sim, da “*fuera de caráter de la nación, de la asociación de energia e paz, apasionamiento y paciencia, que mantienen viva e vigorosa una constitución; y luego, de las condiciones locales en que se mueve el pueblo, y las relaciones políticas entre un Estado y sus vecinos*” (HUMBOLDT, 2005, p.415). Daí que as colônias quando formaram politicamente suas repúblicas não deveriam restringir-se em hesitantes imitações, - geralmente mais intensas nas massas nacionais do que nos indivíduos - mas voltar-se primeiramente na situação característica em que “*se encuentra una sociedad que de pronto se desprende de un mundo de cultura más vieja que la suya, se ve libre de todas sus trabas exteriores y está constituida por individuos que no admiten que una casta domine dentro del Estado*” (Ibid, p.415).

⁵ Sobre o anticolonialismo e antiescravismo de A. Humboldt ver “Humboldt y el Colonialismo (2002)” publicado pelo historiador Frank Holl em https://verlagsarchivweb.ub.uni-potsdam.de/3296/html/holl_1.htm. É

se incapaz, de restituir teorias, métodos, e ideias em seu contexto histórico-social mais amplo conforme assinalou Quaini (1983). Nesse caso, confunde-se aqui a aceitação *a priori* da “ideologia da neutralidade do conhecimento e seu produto”, muito presente na tradição universitária alemã, que soube disseminar a neutralidade cultural e o mito de um saber objetivo acima das contradições” garantindo “aos universitários alemães a felicidade de um emprego permanente, escondendo a si próprios a futilidade de suas vidas e seu trabalho” (TRAGTENBERG, 1978, p.12-13), com as bases edificantes da geografia, ao incorrer-se no equívoco de tentar corrigir o “pensamento antigo pelo emprego indiscriminado de nossas categorias atuais, reflexo abstrato de uma realidade que não é a que eles viveram, e que passará conosco como ser e como representação do ser” (RANGEL, 1957a, p.68).

Por outro lado, o marxismo, herdeiro de raízes comuns à geografia, se fez mais internacional em sua origem⁶, “pois se preocupou basicamente com a crítica ao capitalismo, com a alienação do trabalhador, com a luta de classes” herdado do socialismo francês, e da economia política inglesa (MAMIGONIAN, 1996, p.199). Isto é, considerava “os processos históricos em sua rigorosa necessidade, sem cair em construções apriorísticas ou em

que para Humboldt em seu período histórico, “a escravidão é, sem dúvida, o maior de todos os males que afligem a humanidade, seja o escravo tirado de sua família em seu país natal e colocado no porão de um navio negreiro, seja ele considerado parte de um rebanho de homens negros presos no território das Antilhas” (HUMBOLDT, 2005, p.220, tradução nossa). Curiosamente o “General das Massas” Abreu e Lima em seu livro “O Socialismo” atribui ao Barão Alexandre de Humboldt o título de “primeiro sábio da Europa” com sua importante obra – “Cosmos ou descrição physica do mundo” (LIMA, 1979, p.257).

⁶ Nas palavras de Marx e Engels procedendo em relação à filosofia clássica alemã pode-se ler: “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo o seu bel-prazer; não a fazem sob as circunstâncias de sua própria escolha, mas sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, herdadas e transmitidas pelo passado” (MECW, 2010, p.103, tradução nossa). Em Lenin, tal continuidade do processo histórico de emancipação se expressa no confronto aberto “as falsas correntes contemporâneas... que pensam que só existe na história a alternativa entre o velho e o novo, entre estagnação e nascimento de algo radicalmente novo” (LUKÁCS, 2008, p.122). Segundo o líder bolchevique: “*el marxismo hay conquistado su significación histórica universal como ideología del proletariado, porque no ha rechazado em modo alguno las más valiosas conquistas de la época burguesa, sino, por el contrario, ha reelaborado todo lo que hubo de valioso en más de dos mil años de desarrollo del pensamiento y la cultura humanos...*” (LENIN, 1961, p.264). Na Itália, percebem-se as reinvidicações das heranças hegelianas ao proletariado expressas tanto em Gramsci, onde “a filosofia da práxis é uma reforma e um desenvolvimento do hegelianismo... é uma expressão das contradições históricas” (GRAMSCI, 1999, p.204); quanto em Togliatti para qual o “marxismo pode-se chegar por diversas vias. Nós chegamos pela via seguida por Karl Marx, isto é, partindo da filosofia idealista alemã, de Hegel” (TOGLIATTI, 2014, p.1165, tradução nossa). Em Moscou (1937), quando exilado, o filósofo húngaro Lukács interessado pelo papel extraordinário desempenhado pelo romance histórico como problema central na “literatura da URSS, como na Frente Popular antifascista” não hesitava em reivindicar, através de Lenin, a apropriação das heranças históricas trabalhando-as de “maneira crítica” (LUKÁCS, 2011, p.32). Já na China, as palavras de Mao Zedong endereçadas ao secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, não deixa dúvidas sobre a herança da filosofia hegeliana: “Hegel e Feuerbach foram grandes pensadores. E o marxismo surge parcialmente deles. Eles foram predecessores de Marx. Se não fosse por Hegel e Feuerbach não haveria Marxismo” (ZEDONG, 1973, p.22, tradução nossa).

princípios psicológicos de explicação” ao instaurar uma nova relação entre homem e natureza no “desenvolvimento da formação econômica da sociedade burguesa” revelada na própria historicidade da natureza, bem como em sua naturalidade da história (QUAINI, 1979, p.47).

Como ressalta Pereira (2009), para Marx não interessava conceber a natureza apenas como problema filosófico, abstrato e metafísico. Há uma necessidade de se trabalhar a natureza no terreno da assim chamada história universal, enquanto criação do homem pelo trabalho humano e devir da natureza para o homem. É assim que Marx fundamenta seu método científico em História, “precisamente porque soube isolar” desde o início “os raciocínios histórico-filosóficos sobre a sociedade em geral, e se propôs a dar somente uma análise científica de um sistema determinado de relações de produção” (SANTOS, 1977, p.84). Desta premissa resulta uma das mais férteis aproximações entre a geografia humana e o marxismo, pois segundo Santos (1977, p.84) a categoria marxista de formação econômico-social (F.E.S.) entende que “não há uma sociedade em geral, mas que uma sociedade existe sob um invólucro histórico determinado”. Ainda insiste que “cada sociedade veste a roupa de seu tempo”. Daí a diferença entre a F.E.S. e sistema social, este último podendo ser aplicado “a qualquer forma de sociedade”.

2.2 A RETOMADA DOS PARADIGMAS NA GEOGRAFIA

O choque do petróleo em meados da década de 1970 inaugurou o início de uma nova fase depressiva do ciclo longo da conjuntura mundial abrindo um campo de possibilidades e inquietações no campo das ciências da natureza e da sociedade muito por conta: a) da perda de velocidade do imperialismo estadunidense que buscou encontrar saídas para estagflação da economia pelas vias da financeirização e hegemonia do dólar enquanto moeda mundial; b) do combate ao dinamismo industrial soviético que caminhava a passos largos na área de tecnologias da informação da chamada revolução científico-técnica; c) colocando-se assim a disputa pela liderança da terceira revolução industrial em curso entre o centro dinâmico da economia capitalista dirigida pelos EUA, e o polo gravitacional socialista liderado pela União Soviética (RANGEL, 1982; MAMIGONIAN, 1999a, 2000a).

Acompanhado desse fenômeno, ressurgiu nas ciências sociais e naturais uma busca pela renovação dos paradigmas capazes de unificar os fragmentos multifacetados da realidade

pela ciência especializada, e buscar uma “explicação total” aos desafios impostos pelo aprofundamento da divisão internacional do trabalho, bem como a possibilidade de saídas para a crise do subdesenvolvimento instalada nos países da periferia do sistema capitalista (MONTEIRO, 1980; MAMIGONIAN, 1996; 1999b).

A Geografia brasileira por certo participa deste debate retomando a abordagem holística ancorada nos paradigmas de geossistemas para os estudos da natureza, (MONTEIRO, 2001; AB’SABER, 2011; MAMIGONIAN, 2016) e o de formação social para os estudos da sociedade e suas inter-relações (SANTOS, 1977; MAMIGONIAN, 1996). Duas entradas distintas para o mesmo objeto de estudo, a saber, natureza/sociedade, ambas com o denominador comum de decifrar os fenômenos em diferentes níveis, escalas, e localizações, isto é, a partir das noções de totalidade e interdisciplinaridade, que garantem o cruzamento de conhecimentos especializados sem perder de vista a visão global que distingue “vários níveis da construção estudada, desde os alicerces e do porão até o sótão” (MAMIGONIAN, 1999c, p.170).

Na verdade, pode-se dizer que nesse período houve uma nova tentativa, à maneira dos fundadores da geografia moderna (Humboldt e Ritter), de buscar uma resposta totalizadora unificando o natural ao social (PEREIRA, 2009), muito semelhante ao marxismo conforme já assinalamos acima.

Vista em seu conjunto, a retomada dos paradigmas de geossistemas e formação social para a ciência geográfica buscou através de um corte transversal das ciências especializadas (economia, antropologia, sociologia, botânica, climatologia, hidrologia, etc.), hierarquizar em “um primeiro nível” a “forte participação dos fenômenos naturais na vida humana”, - este de mudanças mais lentas - “um outro nível de atuação das estruturas econômico-sociais”, e por conseguinte, “um nível mais elevado dos acontecimentos políticos e eventos em geral” (MAMIGONIAN, 1999c, p.170).

No caso da geografia física, o geossistemas enquanto método consiste inicialmente na busca de decifrar os fenômenos naturais a partir das múltiplas determinações cujo elemento mediador é deflagrado na ação da primeira natureza (ENGELS, 1979) através do espaço, combinando geograficamente os aspectos físicos, biológicos e humanos em uma simbiose complexa que pode explicar a natureza a partir de suas leis naturais cuja saída naturalmente se encontra na segunda natureza (CHOLLEY, 1964; MARTONNE, 1953). Afinal de contas, os

fenômenos naturais, como por exemplo, a erupção de um vulcão, os ciclones extratropicais, as mudanças climáticas ironicamente continuam sem licença ou autorização de tratados, governos, consensos universais, e até mesmo indiferentes à atividade humana para sua manifestação (MAMIGONIAN, 1996; MOLION, 2005, 2006, 2007).

Já no caso da segunda entrada, o paradigma de formação social propriamente dito para os estudos de geografia humana, e que será desenvolvido e debatido mais adiante, parte dos estudos da sociedade em sua totalidade a partir do espaço, - e não no e pelo espaço como sugere o hegelianismo restrito de Milton Santos, Ruy Moreira, etc. (MAMIGONIAN, 1979) - entendido aqui como a segunda natureza definida por Marx, isto é, a natureza transformada e regida por leis sociais, econômicas e políticas, que diz respeito basicamente à contradição entre as relações sociais de produção, e o desenvolvimento das forças produtivas (SANTOS, 1977).

De modo geral, pode-se dizer que as aproximações entre os dois paradigmas nada mais é do que o reencontro firmado entre a geografia moderna (física e humana) e o marxismo ao longo da evolução do capitalismo, cujas expressões herdadas da filosofia clássica alemã (Kant e Hegel) são mais nítidas nos momentos agudos dos processos gerados pelas crises cíclicas e periódicas do capitalismo, em que emergem as infinitas possibilidades de combinar as duas vias de transição dos modos de produção (revolucionária ou prussiana) assinalada por Lenin (1977a; 1980; 1985), como por exemplo, na passagem do feudalismo para o capitalismo, bem como no atual curso da história do século XXI, da luta entre o capitalismo e o socialismo (MAMIGONIAN, 2001b).

Segundo Tricart (1977, p.19), esses paradigmas da Geografia são “o melhor instrumento lógico de que dispomos para estudar os problemas do meio”, pois “permite adotar uma atitude dialética” tanto “entre a necessidade da análise – que resulta do próprio progresso da ciência e das técnicas de investigação – e a necessidade, contrária, de uma visão de conjunto, capaz de ensejar uma atuação eficaz sobre o meio” natural e social. É como diz Lenin (2018, p.336-337) para quem o conteúdo mais fértil do marxismo é a dialética “como conhecimento vivo, multilateral (sendo que o número de aspectos aumenta eternamente), com uma infinidade de matizes de qualquer abordagem, aproximação à realidade (como um sistema filosófico que cresce de cada matiz até se tornar um todo)”. Daí o papel holístico do marxismo, pois o “conhecimento do ser humano não é uma linha reta, mas uma linha curva,

que se aproxima infinitamente de uma série de círculos, de uma espiral”. Ora, retilinidade “e unilateralidade, imobilidade e ossificação, subjetivismo e cegueira subjetiva, *voilà* as raízes epistemológicas do idealismo”. Aliás, o idealismo filosófico “tem, naturalmente, raízes gnosiológicas” e assim, “não é desprovida de terreno”, embora seja “indiscutivelmente uma flor estéril, mas uma flor estéril que cresce na árvore viva do vivo, frutuoso, verdadeiro, poderoso, onipotente, objetivo, absoluto conhecimento humano”.

2.3 AVANÇOS E RECUOS DA INTERSECÇÃO GEOGRAFIA-MARXISMO

Infortunadamente, no último quartel do século XX, a ciência geográfica tornou-se cada vez mais dilapidada em uma crescente especialização e fragmentação, a exemplo da clivagem entre geografia humana e geografia física. A expansão agressiva da chamada geografia teórica inaugurada nos EUA impôs uma visão de mundo reacionária e utilitarista da sociedade e da natureza. Nos grupos orientados à esquerda do espectro político não foram poucos os intelectuais que se deixaram seduzir pelos modelos quantitativos cada vez mais presos à necessidade de “originalidade”, em consequência de um individualismo cada vez mais “doentio” (MAMIGONIAN, 1996; 2019).

Parte dessa crise filosófica, de método e significado na geografia se explica pela chamada revolução científica do período subsequente ao pós-2ª Guerra Mundial, quando F. K. Schaefer (1953) denunciou “num artigo dos *Annals of the Association of American Geographers*, o excepcionalismo” na geografia (CLAVAL, 2011, p.272) ancorando-se em uma espécie de “determinismo científico” restrito as “variações espaciais” da “florescente teoria geral da localização” (SCHAEFER, 1977, p.35).

Para Schaefer a natureza da geografia desenvolvida por Hartshorne com base nos trabalhos de Hettner, havia se interessado a explicação dos fenômenos singulares e descritivos, isto é, conduzia a “realización de una geografia no científica” (CAPEL, 1988, p.12) enquanto que a verdadeira força científica da disciplina só poderia se dar na capacidade de se estabelecer leis, isto é, de “prever conceitualmente o curso inteiro da história de determinada região, desde que também se conheça as influências externas que a afetam”, seus “fatores físicos e as características da população que a ocupava em determinada época” (SCHAEFER, 1977, p.36).

Todavia, a espaciologia como “proposta científica” logo foi desmistificada e transformada em “artigo de fé” por R. Hartshorne (1955, p.241, tradução nossa), que posteriormente publicou importante monografia demonstrando a unidade geográfica entre seu caráter nomotético e idiográfico cuja polêmica levantada por Schaefer não passava de uma “tática, e não uma conclusão analítica” (MARTIN, 1994, p.487, tradução nossa). Aliás, segundo Hartshorne (1969, p.216) o papel da “localização” na Geografia ultrapassa os simples padrões de aplicação “da teoria dos lugares centrais” e, portanto, cumpre-nos reconhecer que, na maioria dos casos os nossos lugares de proporções reduzidas não podem ser tratados como verdadeiras amostras de áreas maiores (HARTSHORNE, 1969, p.216).

Ao bem da verdade não há razão alguma para se considerar a existência do excepcionalismo da Geografia em comparação aos outros campos do conhecimento, pois a Geografia é “uma ciência, sobretudo, alemã” (MAMIGONIAN, 1996, p.199), isto é, uma ciência nacional, que nas palavras de Monteiro (2020, p.209) é como a Escola de Samba carioca Acadêmicos do Salgueiro, isto é, “nem melhor nem pior, apenas uma escola (ciência) diferente [...] que a vincula com as raízes filosóficas e confere-lhe a falta do epíteto de *hard* ou *exata*, um espectro de aplicabilidade desde o nível *nobre* da Educação até o *prático* do planejamento territorial”.

Com efeito, mesmo sob a advertência de alguns geógrafos comprometidos com a verdade, a geografia acabou por distanciar-se de uma análise do todo tal qual preconizada pelos pioneiros Kant, Hegel, Humboldt ainda no século XIX, bem como das próprias lições encampadas pelo marxismo. Com o advento da chamada pós-modernidade, esta configuração regressiva tornou-se ainda mais palpável.

D. Harvey (2006, p.65), pode ser considerado prova cabal desse fenômeno regressivo, por participar ativamente dos modismos passageiros inaugurados pela revolução teórica, seguidos pelo “marxismo de salão”, e pelas teses da “globalização” quando afirmou que este “novo” espaço-temporal se tornou um campo de opiniões e forças políticas conflitantes que já não pode ser ignorado. Segundo o autor, o “pós-modernismo não é senão a lógica cultural do capitalismo avançado. As lutas antes travadas exclusivamente na arena da produção se espalharam”.

Ora, não restam dúvidas de que as tendências em matéria de renovação da geografia caminharam de modo reacionário na busca por respostas às dúvidas sobre o futuro da

humanidade, sobretudo após 1960-70, exigindo assim, um aprofundamento do pano de fundo dos acontecimentos que levaram o distanciamento da geografia do campo político da esquerda.

2.3.1 O desencontro da geografia com o marxismo no Ocidente

A denúncia de Krushev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956) sobre os crimes de Stálin e, posteriormente a queda do Muro de Berlim (LOSURDO, 2004) são marcos históricos que ajudam a explicar o porquê das desilusões da esquerda moldada na esteira das revoluções socialistas do século XX e, logo seu direcionamento intelectual reconduzido ao aprofundamento radical do neoliberalismo capitalista.

Zamora (2016, p.3) afirma que a década de 1980 é uma década de “renúncias”, feita primeiramente, e em grande parte, pelos governos socialistas, acompanhadas posteriormente pelos intelectuais. Em suas palavras os “companheiros de viagem de ontem tornaram-se facilitadores do neoliberalismo e apaixonados opositores de qualquer experimento de transformação da sociedade”. Tudo o que havia sido celebrado como avanço progressista posteriormente tornou-se relacionado à questão das tentações “totalitárias” do Estado. “Por este caminho, o Estado, a seguridade social, a redistribuição, a propriedade pública e a nacionalização começam a ser vistas como ideias datadas e conservadoras”.

Não por acaso, esta “ressaca” nas ciências humanas gerou um gigantesco desconforto. Surgiram dúvidas de como adaptar-se às condições geopolíticas vigentes, bem como a criação de um sentimento de renúncia às experiências do século XX, tratadas como ortodoxas ou datadas. Estas questões ilustram perfeitamente algumas das mutações que ocorreram na esquerda pós-1968, suas desilusões e uma profunda transformação do campo intelectual francês (ZAMORA, 2016) que se aceleraram com a certidão de óbito do marxismo ocidental (LOSURDO, 2018).

Harvey (2006) sinaliza que a maioria dos pensadores pós-modernos se deslumbraram com as possibilidades da informação e da produção, da análise e da transferência do conhecimento. Jean-François Lyotard, por exemplo, fala sobre a passagem da humanidade para uma sociedade “pós-industrial” baseada na informação. Este colapso dos horizontes temporais, construídos ao longo do século passado buscando um sentido de longo-prazo e

processo histórico, acabou substituído pela preocupação com a instantaneidade e à celebração das qualidades transitórias da vida moderna.

Esta estética pode ser vista no exemplo de M. Foucault, renomado autor da chamada pós-modernidade. “Seu trabalho, no que é mais geralmente conhecido como pós-modernismo, condiciona os termos do debate intelectual da segunda metade do século XX” (ZAMORA, 2016, p.2). Foucault (2017, p.253) nos expressa a efemeridade e a fragilidade da vida humana frente às relações de poder que permeiam a sociedade. Segundo o autor, a dominação é feita de forma implícita pelo o que ele denomina de micropoderes: “Trata-se de uma rede de aparelhos dispersos, sem aparelho único, sem foco nem centro, e uma coordenação transversal de instituições e tecnologias”. Esta crítica, contudo, é feita de forma a não endereçar os responsáveis a propagar estas desigualdades e assimetrias. Como afirma Harvey (2006, p.49): “O que parece ser o fato mais espantoso sobre o pós-modernismo é sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico. Não se tenta transcendê-lo, opor-se a ele”.

Seguindo a “lógica” de Foucault (2017), esta dominação “dispersa” propaga-se igualmente na ciência. “A coerção ao verdadeiro, a obrigação de verdade, os procedimentos ritualizados para produzi-la há milênios atravessam completamente toda a sociedade ocidental e agora se universalizaram para se tornar a lei geral de toda a civilização” (FOUCAULT, 2017, p.248). Novamente, o autor se exime de tomar uma posição crítica e ativa – sobrepondo-o, contudo, à descrença pelo o sistema tal qual se está estruturado quando diz que essa “posição de árbitro, de juiz, de testemunha universal, é um papel a que me recuso absolutamente” (FOUCAULT, 2017, p. 246).

Ficam evidentes as descontinuidades históricas engessadas por Foucault, que descartava “o progresso no interior do historicismo”, na tentativa fracassada de rechaçar o marxismo (COUTINHO, 2010, p.166). De certo modo Lenin, já no início do século XX, chamava atenção, seguindo os passos de Marx, da característica positiva da continuidade conforme já assinalamos. Para ele, a ligação orgânica entre o reconhecimento da continuidade de determinadas tendências históricas e sua necessária modificação radical de função quando tem lugar profundas transformações revolucionárias só caberiam ao socialismo na sua generalização. Em outras palavras, isso só foi possível ao marxismo por que em nenhum momento este rechaçou “as mais valiosas conquistas da época burguesa, mas, pelo contrário,

assimilou e reelaborou tudo o que existia de valioso em mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento humano e da cultura de humanos” (LUKACS, 2008, p. 121-122).

Curiosamente, nesse mesmo período de crise da ciência, a geografia passou a se interessar mais pelas “formas das coisas do que pela sua formação” (SANTOS, 1977, p.81) ao ponto de diminuir e, até mesmo ocultar, a proposta elaborada por Milton Santos de reaproximar a geografia do marxismo com a publicação de seu texto seminal “Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método”⁷.

De certo modo, isso pode ser explicado por três movimentos simultâneos, especialmente pelo revés ético-cultural no campo da geografia: em primeiro lugar, deve-se considerar a influência da escola regional francesa de geografia (seja pela ala mais à direita, encabeçada por Vidal de la Blache), e os estudos dos gêneros de vida com forte viés pré-capitalista que tendia a recusar o universo de relações complexas entre os homens e suas diferenciações históricas e geográficas, rompendo-se assim com a visão de processo, ao limitar a geografia às permanências, e às descrições, não avançando assim com o debate em torno da questão regional; ou pela ala mais à esquerda, com Pierre George e seus discípulos, influenciados pela geografia ativa quantitativa que acabaram por ensejar um processo de desaproximação do marxismo (MAMIGONIAN, 2003; PEDROSA, 2015).

Ademais, havia também nos anos 1970 a atuação internacional do radicalismo anglo-americano tendo à frente David Harvey, Soja, Bunge, entre outros, que se ocupavam em promover um confuso distanciamento (MAMIGONIAN, 2019a) do chamado “ortodoxo” - ao situar Marx como a criança que deveria ser salva da “água suja” da ortodoxia marxista – método este utilizado em grande parte do tempo como uma “arma retórica a fim de silenciar os críticos” (LOSURDO, 2012). Em um segundo momento, a ideia do pluralismo metodológico criticado por Sartre (1967) como porta de entrada ao fascismo, - este último também considerado por Togliatti “como algo em desenvolvimento, nunca como algo fixo, nunca como um esquema ou como um modelo” (KONDER, 2009, p.170) – permitiu uma

⁷ Como recorda Mamiognian (1996) esse artigo foi publicado em segundo plano pela revista francesa de geografia, a *Antípode*, em fevereiro de 1977, - e posteriormente no Brasil, no Boletim Paulista de Geografia em junho de 1977 – não recebendo a devida atenção nos maiores centros de pesquisa geográficos no país (USP e UFRJ).

série de equívocos e deformações ante ao rigor da categoria de “totalidade”, que tem sua origem e evolução no interior da geografia e do próprio marxismo.

Nesse sentido, é insuficiente pensar que os efeitos da fragmentação, especialização e separação presente nas ciências, inclusive a geográfica, foram um denominador comum entre as concepções pós-modernas. Como recorda Losurdo (2012), até mesmo David Harvey teve a capacidade de penetrar na fragmentação da geografia, bem como no niilismo das narrativas pós-modernas ao fornecer um quadro materialista, embora fracassasse em suas conclusões por suprimir em suas análises a revolução anticolonial tão cara a compreensão do imperialismo e da própria centralidade da “questão nacional” (LOSURDO, 2018, p.174).

Por fim, têm-se as degenerações de maio de 1968 que em alguns casos foi considerado como uma “verdadeira filosofia da história” (LOSURDO, 2004, p.72). De acordo com Gramsci (1968), as heranças e valores positivos que a atividade crítica deveria ter com as tendências culturais foram radicalmente subvertidas por um tipo de ciência radicalmente “nova” emergida com a sociedade industrial (Marcuse, a Escola de Frankfurt, Foucault, entre outros expoentes do marxismo ocidental).

Segundo Colletti, esta filosofia da história ao mesmo tempo que colocou de pé a ideia de emancipação do homem, submeteu as relações homem-natureza em velhas concepções mítico-mágicas “típica da mística hebraica e protestante de uma ressurreição da natureza degenerada” a fim de encantar as massas deserdadas do subdesenvolvimento contra a “coerção e hierarquia” da “racionalidade científica” herdada da técnica ocidental e “do hábito crítico e experimental que o pensamento moderno vinha elaborando de Galilei em diante, passando por Newton, por Voltaire, por Hume, por Kant, etc.” (COLLETTI, 1983, p.202 e seg.).

2.3.2 A importação do “desencontro” pela periferia capitalista

Sem embargo, no Brasil a década de 1980 marcou o ápice das mudanças no campo progressista da intelectualidade nacional. Claro que, com raras exceções, alguns intelectuais entrincheirados na batalha das ideias mantiveram-se atentos quanto à radicalização agressiva aberta pelo programa neoliberal de Reagan e Thatcher, - corrida armamentista e guerra nas estrelas - após as derrotas militares na Ásia (Vietnã), a expansão geopolítica da URSS, e a

crecente concorrência japonesa (MAMIGONIAN, 2001b).

Conforme assinala Biondi (1989, p.295), devido à ressaca das décadas anteriores em que “se falavam muito de nacionalismo, em modelos próprios e coisas e tais”, a intelectualidade oficial com “vergonha de não ser moderninho”, passou a “jogar tudo o que se pensava no lixo”, colocando como cerne da questão a “competitividade”, a “necessidade de inserir a economia nacional no contexto mundial” – muito longe de uma discussão rica, que buscasse saídas para a crise do subdesenvolvimento.

Vale lembrar que nesse período umas gamas de intelectuais de renome nacional e internacional passaram a não considerar as especificidades do subdesenvolvimento da qual o nacionalismo da periferia continha contornos altamente revolucionários, como foi o caso da revolução comunista chinesa, da revolução de 30 no Brasil, do peronismo na Argentina, de Nasser no Egito, etc. - em oposição ao nacionalismo reacionário dos países do centro do sistema (MAMIGONIAN, 2001b).

Por certo, a geografia “crítica” brasileira também sofreu deslizos com o refluxo das lutas sociais, dada a ofensiva do programa neoliberal movido ao marketing da ideia de globalização submetendo o “mundo aos seus interesses” (MAMIGONIAN, 1999b, p.40). Mamigonian recorda que a crítica ao pensamento único expressado pelo neoliberalismo, de uma maneira ou de outra, colocou a reboque a intelectualidade brasileira no interior do próprio programa neoliberal, agora com novas “maquiagens” socioeconômicas – novas expressões para um velho problema. É que as instabilidades geradas pelo capitalismo passaram ironicamente a serem taxadas respectivamente ao longo dos séculos de “crise”, “depressões”, “recessões”, “ajuste de crescimento”, para, por final, serem classificadas como “equilíbrios permanentes de desemprego” (MAMIGONIAN, 2000a).

É importante lembrar que o termo Crítica se refere à proposta de renovação da geografia por Milton Santos em 1978 quando publicou “Por uma Geografia Nova”. Nesta obra, há uma grande preocupação em definir o objeto da geografia humana em vista da revolução técnico-científica-informacional, ou terceira revolução industrial inaugurada pelos soviéticos no segundo pós-guerra, cujo avanço teórico-metodológico da geografia acabou por avançar mais no campo da natureza e do planejamento, com se observa nos estudos de geossistemas - com Sochava na URSS, Bertrand na França e, Carlos Augusto F. Monteiro,

Aziz Ab'Saber, João J. Bigarella no Brasil, etc. - do que nas ciências humanas (MAMIGONIAN, 2019a).

É neste sentido que Milton Santos irá afirmar que “toda verdadeira teoria é sinônimo de teoria revolucionária”. E assim acrescenta: “a própria teoria tem de se adequar às condições atuais do mundo atual e representar uma relação entre o novo e seu significado original, e as coisas velhas com seu novo significado” (SANTOS, 2004, p.195). Daí que irá insistir na “noção de formação social como categoria da realidade e como categoria analítica” mais adequada para ajudar na formulação da teoria “cuja evolução diferencial das sociedades” se dá em seu “próprio quadro e em relação com forças externas das quais frequentemente lhe vem um impulso motor” (SANTOS, 2004, p.246).

Todavia, mesmo com todo o esforço de Milton Santos em avançar com o paradigma de formação social (F.E.S.) no interior da ciência geográfica, predominou na *crítica* uma espécie de ruptura⁸ com toda a tradição escolástica de geografia produzida ao longo do século XX no Brasil, dado o messianismo acadêmico promovido por uma gama de intelectuais “anões” advindas das fileiras do movimento estudantil e do marxismo de salão em voga, que procuraram estimular o caminho “independente” em pesquisas e orientações privilegiando leituras apressadas da realidade (MAMIGONIAN, 1996; 2008a; 2019).

Como lembra Coutinho (2010), o próprio marxismo, sobretudo o que estava colocado enquanto vanguarda no Ocidente capitalista (principalmente em sua periferia) foi alvo de inúmeras distorções e equívocos. Por exemplo, com a abertura democrática no Brasil, as teses e conceitos elaborados por Antônio Gramsci sobre a filosofia da práxis foram subvertidas por parte de nossa “intelectualidade de esquerda em direção a posições, inicialmente, social-democratas e, mais recentemente, claramente neoliberais”. De fato, a falsa dicotomia conceitual entre Estado/sociedade civil, justo num momento em que se saía de um longo regime militar, alimentou grande parte da *intelligentsia* brasileira com conotações negativas a

⁸ Segundo Gramsci, “pode-se julgar uma geração segundo o mesmo juízo que dá da geração anterior, um período histórico segundo seu próprio modo de considerar o período pelo qual foi precedido”. Ainda nessa mesma direção, Gramsci sustenta que uma “geração que menospreza a geração anterior, que não consegue ver-lhe a grandeza e o significado necessário, só pode ser mesquinha e sem confiança em si mesma, ainda que assuma pose de gladiador e mania de grandeza”. Aliás, “é a habitual relação entre o grande homem e o criado de quarto. Destruir tudo para emergir e destacar-se. Ao contrário, uma geração vital e forte, que se propõe trabalhar e afirmar-se, tende a superestimar a geração anterior porque sua energia lhe dá a segurança de que irá além” (GRAMSCI, 2007, p.111).

tudo que se referia ao Estado, “obstruindo o caráter contraditório das forças sociais que formavam a nova sociedade civil brasileira” (COUTINHO, 2008, p.41).

Em linhas gerais, a Geografia Crítica acompanhou os infortúnios do pensamento único e passou a promover-se em duas frentes: o desprezo “pelo trabalho de campo” e também “pela Geografia física” em favor exclusivo da “teoria” (MAMIGONIAN, 2008a, p.29). É o que se observa em Moraes (1981, p.36), um dos articuladores dessa “suposta ruptura epistemológica”, que chegou a afirmar que “a divisão do movimento de renovação da Geografia” se dava em duas vertentes, a Crítica e a Pragmática, assentado numa “polaridade ideológica” de propostas efetivas – dependendo do “critério adotado” pela “concepção de mundo dos autores, vista como decorrente de posicionamentos sociais e/ou engajamentos políticos”; ou, em Silva (1990, p.60), que vai além, ao afirmar que o movimento de renovação da geografia “remete a um distanciamento em relação ao marxismo-leninismo”, aproximando-se sucessivamente da “historiografia inglesa, ao neomarxismo norte-americano, à Escola de Frankfurt” como resposta “à crise do marxismo” – que irá denominar-se posteriormente de “pós-marxista”.

Não obstante as assertivas assinaladas acima, havia, também em seu conjunto um movimento de reestruturação no campo geográfico que, conforme assinalou Pedrosa, estimulou uma perda de força do marxismo (1983-85), cedendo às pressões da “nova esquerda e do pós-estruturalismo”. Ainda segundo o autor, incorporavam-se gradativamente novas traduções de literaturas do centro do sistema já “distantes do marxismo, ligados a teoria crítica” com um claro “objetivo de superar o marxismo” – Lacoste (Heródote) na França, Vesentini, Souza, etc. (eixo Rio-São Paulo) no Brasil (PEDROSA, 2015, p.40-41).

Com efeito, uma análise mais rigorosa desse processo de virada de campo por parte da intelectualidade ocidental, - como no caso da geografia brasileira – não deveria se limitar somente ao campo teórico-epistemológico das “mudanças” em curso, já que os elementos fundamentais no que diz respeito à ofensiva neoliberal como técnica de guerra do imperialismo norte-americano foi muito mais amplo.

Segundo Petras (2012, *tradução nossa*), a esquerda “antistalinista”, comodamente assentada nas universidades, que tanto gritou contra a ofensiva neoliberal e à necessidade de construir uma estratégia anticapitalista, nem ao menos refletiu sobre como eles haviam

contribuído para minar o mesmo Estado de bem-estar social que havia empregado, alimentado e educado a classe trabalhadora no interior do bloco soviético.

Nesse sentido, se estamos de acordo com as observações de Wheen (2007) em seu livro “Como a picaretagem conquistou o mundo”, ao corroborar a tese de que a “direita é a nova esquerda”, não haveria dificuldade em concluir, como faz Mamigonian, que nos últimos tempos “na Geografia brasileira, principalmente após a AGB⁹ de Fortaleza (1978), surgiram alguns gênios nascidos de geração espontânea, que não devem nada a ninguém” (MAMIGONIAN, 2011, p.69). Conforme assinala Mamigonian, nos anos 1990 constituiu-se uma nova elite de geógrafos

junto aos órgãos de financiamento (Capes, CNPq, Fapesp etc.), valorizando o produtivismo, impedindo linhas de pesquisa e se subordinando à geografia europeia e norte-americana, num processo de recolonização pernicioso. A primeira colonização (P. Defontaines, P. Monbeig e outros) alavancou a geografia brasileira a níveis internacionais, enquanto a atual apequena os novos geógrafos. Está sendo criada uma aliança tácita e subalterna a Capel, Levy, Quaini e outros, ex-marxistas que fazem propaganda neoliberal, e esta nova elite exerce um poder perigoso, como no caso das três visitadoras da Capes aos programas de pós-graduação que tiveram os seus promovidos. Esta nova elite é negativa para o pensamento brasileiro, tanto na Geografia como nas outras áreas do conhecimento (MAMIGONIAN, 2008a, p.29-30).

Todavia, mesmo diante de tamanha confusão prático-teórica na Geografia brasileira, há que considerar certa combatividade mesmo que a reboque do programa neoliberal. Distante da domesticação intelectual colonizada pelo centro do sistema com a chamada geografia radical subserviente aos interesses do império como se observa na “adesão oportunista das novidades como o endeusamento da globalização por D. Harvey¹⁰ e H. Capel” que venderam a “ideia do desaparecimento das relações centro-periferia no mundo” (MAMIGONIAN, 2019a, p.22), por aqui, Milton Santos, ao sugerir “uma outra globalização” havia apontado

⁹ (Associação de Geógrafos Brasileiros) É interessante observar que os grandes nomes da Geografia brasileira – reconhecidos internacionalmente - se deram muito antes do congresso “divisor de águas” em Fortaleza, quando foi defendido naquela ocasião “a importância crucial do sistema de Pós-Graduação”. Segundo Mamigonian, infelizmente acostumou-se “analisar a geografia brasileira a partir de uma ótica ideologizada”, sem se dar conta “da existência já nos anos 1950 de geógrafos de altíssimo nível intelectual, como Aziz Ab’Saber [...] C. A. Figueiredo Monteiro entre outros no Rio de Janeiro, assim como nomes de destaque fora do eixo Rio-São Paulo como M. Correia de Andrade, M. Santos, V. A. Peluso Jr., J.J. Bigarella, entre outros” (MAMIGONIAN, 2001b, p.13).

¹⁰ Ora, se H. Capel foi taxativo, no Encontro Nacional de Geografia (ENG) realizado na Paraíba em 2002, em aconselhar os geógrafos a não falar de imperialismo ianque (MAMIGONIAN, 2001c), D. Harvey foi mais longe a afirmar que a “China tomou inequivocamente o rumo da neoliberalização e da restauração do poder de classe” (HARVEY, 2008, p.133).

para a possibilidade da configuração do que hoje se conhece por países do BRICS e a sua não conformidade ou obediência com a “propaganda ocidental” (SANTOS, 2001, p.152). Aliás, segundo relata Mamigonian, “Milton teve a coragem de apontar a China e a Índia como países inseridos de forma ativa e não passiva na chamada globalização” quando afirmou que “não é verdade que a China esteja se tornando capitalista, podendo se utilizar do capital sem ser capitalista” (MAMIGONIAN, 2004a).

Disso, não restam dúvidas que algumas tendências em matéria de renovação da geografia brasileira caminharam de modo inverso na busca por “respostas às dúvidas surgidas, sobretudo após 1960-70” quando se insinuou a crise do marxismo e das ciências em geral (MAMIGONIAN, 1999c, p.173).

Ao fim e ao cabo, as turbulências pela qual passou a Geografia ao final do século XX, e que se apresenta nesse primeiro quartel do século XXI não são, *a priori*, um problema de método ou falta de objeto para a disciplina – que, a rigor, os críticos submetem a fragmentação do conhecimento, a precarização do ensino, etc. – como relata Milton Santos em entrevista à revista *Geosul*. Para o geógrafo terceiro mundista, após as mudanças sísmicas de 1978, no conhecido Congresso da AGB em Fortaleza, a geografia passou a se tornar “algo vendável”, sem compromisso algum com a produção “gratuita”. E acrescenta: mesmo que há, com certa nitidez, um processo de democratização das universidades, a produção acadêmica, por falta de objetivo, está sendo conduzida “à manifestação de oportunismos, que são um instrumento de dissolução do caráter das pessoas e quem não tem caráter, não pode produzir na vida acadêmica de forma importante” (SANTOS, 1989, p.144).

De outro modo, Mamigonian sustenta que a confusão reinante na geografia foi subproduto de uma “efervescência intelectual decorrente da liberdade momentânea” pós 1978. Grande parte da jovem guarda (Ruy, Carlos Valter, Ariovaldo, Antônio Carlos e outros) não “aprofundou a proposta de intersecção geografia-marxismo, jogando excessivamente para a plateia”, além do que se baseavam em autores já distantes do marxismo (H. Lefèvre, Y. Lacoste, J. S. Martins, e muitos outros) ao descartar uma geografia feita anteriormente, como se eles estivessem “fundando a verdadeira geografia” (MAMIGONIAN, 2008a, p28).

Ainda aqui, segundo Mamigonian (2014a), até mesmo Milton Santos acabou distanciando-se do marxismo na década de 1990 ao buscar definir a Geografia como uma ciência particularmente específica - como se dava no campo da economia, sociologia,

antropologia, etc. - e não mais uma ciência praticada a moda dos clássicos, como Humboldt, por exemplo, - que partia de uma visão global da realidade (totalidade) inserida no espaço não limitando o campo de estudos a uma especialidade.

Em “Natureza do Espaço”, Milton Santos já considerava assunto encerrado sobre uma possível “era pós-moderna” (SANTOS, 2006, p.42). Daí propor um diálogo crítico com tal acepção, - tida como um período “técnico-científico-informacional” (Ibid., p.178) – partindo dos textos de Anthony Giddens, o ex-esquerdista intitulado pelo *Guardian* de “a globalização numa só pessoa” (WHEEN, 2007, p. 246).

Nesse sentido, pode-se dizer que o mote fundamental do distanciamento de Santos do marxismo se deu pelo caminho traçado por Giddens, quando apresentou seu programa neoliberal de uma possível terceira via – que não se desloca para além da modernidade, mas sim se trata como uma nova fase de “radicalização” (GIDDENS, 1991, p.50). Curiosamente, a obra de Giddens em pouco tempo de lançamento atraiu atenção de líderes políticos social-democratas (Tony Blair, Fernando Henrique Cardoso, Bill Clinton, Schröder), ao passo que em Pequim, após cinco dias da publicação, todas as autoridades chinesas já haviam feito a leitura do livro – procurando reagir a máxima de Handly: “também nós não sobreviveremos, se não reagirmos à maneira radical como o mundo vem mudando” (WHEEN, 2007, p.69).

Por outro lado, ao contrário da rigidez estabelecida pelo esquema possibilismo-determinismo nas relações homem-meio, - caros à geografia crítica brasileira – insistimos com (MAMIGONIAN, 1979; 1999a; ANDRADE, 1989a; VIERA, 1992; PEREIRA, 2009; MONTEIRO, 2020) que geografia e marxismo, enquanto gênese e objeto, partem de posturas dialéticas e holísticas no método de abordagem do mundo.

Disso, pode-se extrair a mais rica compreensão das aproximações produzidas entre geografia e marxismo na passagem do século XX ao XXI. O encontro na história do pensamento nacional entre Ignacio Rangel e Armen Mamigonian contribuiu para a formação de uma escola singular de pesquisas no Brasil, culminando no que hoje chamamos de “Escola dos Anais de Geografia Econômica e Social” ou “Escola de Ignacio Rangel” (VIEIRA e PEREIRA, 2009). O marxismo medular de ambos os autores, forjado sobre dissonantes caminhos da tônica intelectual brasileira e estrangeira, mais que uma original interpretação da realidade nacional, levou às últimas consequências a décima primeira tese de Marx sobre Feuerbach, cujos filósofos são convidados a transformar o mundo (MARX, 2007), sem se

entregar a um voluntarismo que se esquece de que o mundo não pode ser transformado senão em obediência as suas próprias leis e que o conhecimento dessas é nossa função precípua” (RANGEL, 1982, p.144).

Mesmo navegando em afluentes científicos distintos, embora comuns e inseparáveis, - economia, história e geografia, etc. - o pensamento de ambos os autores, com toda sua independência de livres-pensadores, encontraram na foz um horizonte arraigado de criatividade na “explicação total” do Brasil, do mundo e de suas peculiaridades em permanente transformação. De um lado, Rangel reivindicando as distinções entre o bom senso em geral e o bom senso nacional herdadas de Visconde de Mauá como “uma generalização preliminar do conhecimento empírico”, ao passo que admitia “uma natureza humana nacional, diversa da natureza humana em geral” (RANGEL, 1957b, p.19), e, de outro, Mamigonian não se deixando enveredar por simplificações marxistas, - homogeneidade do capitalismo em todos os lugares, empirismo-abstrato quantitativista, etc. - levando adiante o conceito de “combinações genéticas de diferentes complexidades” de André Cholley (MAMIGONIAN, 1987a, p. 52-53) foram pioneiros em apontar para a possibilidade de “conectar os paradigmas de “geossistemas” (natural) e “formação social”, conforme assinalado por Monteiro (2020, p.182).

2.4 VIVIFICAÇÃO DO PARADIGMA DE FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL (F.E.S.)

Como já apontamos anteriormente, Milton Santos (1977, p.85) teve o mérito de aproximar as bases teóricas do marxismo à geografia no final da década de 1970 ao eleger a categoria de “formação econômico-social” como noção fundamental para aqueles que se propõem estudar “a marcha da natureza” e das sociedades historicamente determinadas como todo “problema maior do materialismo histórico e da prática política” das transições.

Aliás, Marx foi o primeiro a chamar atenção às duas vias de transição do modo de produção feudal, “onde o produtor se torna mercador e capitalista, em contraposição à economia agrícola e ao artesanato”, isto é, a “via revolucionária”, ou, quando o “mercador se apodera diretamente da produção”, como foi o caso do comerciante inglês do século XVII” (MARX, 1988, p.239), no qual Lenin batizou de “via prussiana” cujo latifúndio ligado “por milhares de laços de servidão, se conserva e se transforma lentamente em estabelecimento

puramente capitalista, do tipo *junker*”, sem desconsiderar a possibilidade de “combinações infinitamente diversas dos elementos de ambos os tipos de evolução capitalista” (LENIN, 1985, p.10-11). É daí que Dobb (1977, p.60) acerta em privilegiar “as contradições internas” como motor da dissolução do feudalismo na Europa, embora no caso brasileiro, caberia considerar a tese do capitalismo comercial de Sweezy, já que “na origem de nossa economia está um ato de comércio exterior em estado puro, por assim dizer” (RANGEL, 1957a, p.71) que depois daria origem a via prussiana brasileira com a Revolução de 1930.

No entanto, se o primeiro esforço teórico de Santos foi capaz de dissipar os equívocos latentes entre os conceitos de modos de produção e formação social, sinalizando que se o primeiro escreve a “História no tempo”, e o segundo a História “no espaço”, isto é, segundo Rangel (1993, p.7), sob a perspectiva do “tempo” e da “geografia”, afinal história e geografia são categorias ininteligíveis uma sem a outra, sua tentativa de afirmar a primazia do “espaço como instância” no interior da categoria F.E.S., e, sobretudo, o espaço como objeto da ciência geográfica, acabou por empobrecer as intersecções entre marxismo e geografia. É que, segundo Mamigonian (1979), Santos acabou por sobrepujar o interesse pelo “domínio das dinâmicas sociais” nos estudos geográficos (SANTOS, 1977, p.88) sem qualquer “capacidade de gravitação política”, ou “compromisso prático com o movimento operário, com sua organização, e com a iniciativa política” (SERENI, 2013, p.327), insistindo por fim, em “uma visão acadêmica e compartimentada dos conhecimentos em geral e da geografia em particular” (MAMIGONIAN, 1996, p.205)¹¹.

Certamente, há vários elementos que corroboram essa afirmação, a começar pela suposta crise do marxismo na América Latina, que muitos intelectuais de extração marxista logo se orientaram, uns mais outros menos, “a pagar o dinheiro de Caronte” àquela conhecida passagem de Stalin, para quem a “história conhece cinco tipos fundamentais de relações de produção”, isto é, “o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo” (RANGEL, 1978, p.80-81).

¹¹ Ora, Lenin já havia chamado atenção para o fato de que a “intelectualidade como uma camada especial nas sociedades capitalistas contemporâneas”, se caracterizava desvantajosamente pelo “individualismo” e pela “incapacidade de se submeter à disciplina e à organização”, razão esta que explica “sua fraqueza e instabilidade”, cuja particularidade está inseparavelmente ligada às suas condições habituais de vida” (LENIN, 1977b, p.262-3).

Nessa seara, é notório o consenso da crítica marxista em promover essa tal “desobstrução metodológica”, mas que para efeito de análise tomemos brevemente como exemplo a negação da existência do feudalismo no campo brasileiro, - com C. Prado Jr., J. Gorender, entre outros, que relutaram em aceitar a ideia de uma “sociedade (e economia) *externamente* feudal” (RANGEL, 1978, p.83) – esboçado até mesmo por Santos (1977, p.82-83), quando endossou a ideia de que o “longo reinado de Stalin” concorreu “contra toda a renovação” da categoria de Formação Social, bem como a construção de uma teoria espacial capaz de orientar os “espaciólogos no Terceiro Mundo” nas tarefas da planificação (SANTOS, 1976, p.26).

No caso da Geografia, esses falsos dilemas acabaram em desdobramentos mais profundos, com a substituição de todo o problema do materialismo histórico e da prática política, isto é, os problemas das crises e transições, por uma tendência de inserir o espaço como fez Barrios (1977, p.36) ao “surpassing the ecological boundaries and comprising all social problems gains ground in the field of study of urban regional phenomena”, seguido por Santos (1977, p.82), quando assinalou que “natureza e espaço” devem ser tratados como “sinônimos”, ou Moreira (1982, p.36), para quem a “primeira natureza não ultrapassa a “relação homem-meio”, isto é, não há “espaço físico geográfico puro” conforme assinalou A. Lipietz (1988, p.25).

É daí que Milton Santos irá insistir na “noção de formação social como categoria da realidade e como categoria analítica” mais adequada para ajudar na formulação da teoria “cuja evolução diferencial das sociedades” se dá em seu “próprio quadro e em relação com forças externas das quais frequentemente lhe vem um impulso motor” (SANTOS, 2004, p.246).

Dessa prerrogativa, Santos (2004) introduziu no debate a ideia do espaço como instância social, e sua interdependência junto às categorias de modo de produção e formação social. Conforme expressou, a formação social estaria condicionada de forma subordinada-subordinante pela organização do espaço dado a unidade e a descontinuidade do processo histórico. E acrescentou que no espaço particular é onde se realiza as formações sociais, enquanto que no espaço geral os modos de produção além de escreverem a História no tempo, aparecem como possibilidade de realização.

Daí a apropriação da ideia sartreana de uma “inércia dinâmica” quando se trata do espaço humano, pois para Santos, o espaço se reproduz no interior da totalidade, tornando-se

um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1977).

Dessa manobra teórica realizada por Santos, nota-se uma atribuição arbitrária a ideia de espaço geográfico enquanto instância social e categoria de análise, reduzindo o objeto da Geografia (a natureza e a sociedade) a uma vaga ideia de valorização do espaço geográfico (SANTOS, 1977), ou de uma espacialidade dos processos sociais.

O espaço enquanto inércia dinâmica, ou ativa como propôs Santos ao significar que “as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos” (SANTOS, 2004, p.185), possuiria leis próprias com uma espécie de reprodução ampliada e certa autonomia relativa, não sendo apenas “um reflexo dos modos de produção atual”, pois também aparece como “memória dos modos de produção do passado” – o prático-inerte de Sartre - influenciando a própria estrutura dominante (Ibid., p.183).

Ora, essa determinação representada pelo espaço enquanto “inércia dinâmica” é uma meia-verdade se partirmos do pressuposto que existam leis objetivas na dinâmica das formações sociais periféricas como categorias da realidade, sobretudo da formação nacional brasileira como um caso particular. Em nosso entendimento, o espaço quando considerado uma instância social, - uma estrutura espacial total em substituição ao modo de produção – não permite desvendar, por assim dizer, seu aspecto passivo, de síntese fraca, ora ignorado ou reduzido a uma dialética sem síntese à moda dos hegelianos moderados (VIANNA, 2004).

No caso da inércia dinâmica do espaço enquanto síntese forte, que exerce uma ação - um poder de atração de forças centrípetas e/ou centrífugas - é evidente que se tomarmos como exemplo o planejamento¹² e construção de Brasília nos anos 1950 bem como “a abertura da fronteira oeste para o capitalismo brasileiro” com o “objetivo de território e população” (Ibid., p.49) a produção do espaço ganha contornos territoriais, organizativos e instrumentais exercidos pelo poder das classes dominantes que conduzem através de uma ação política estatal de planejamento e dominação a edificação do capitalismo de Estado no Brasil - onde naquele momento foi representado pelos interesses da grande burguesia latifundiária que procurou desviar a “atenção dos interesses populares de questões fundamentais como a dominação crescente da economia brasileira pelas grandes empresas multinacionais” (MAMIGONIAN, 1979, p.13).

¹² Como disse Paul Baran em Conferência na Sudene no ano de 1963, “não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento (OLIVEIRA, 1981, p.25).

Naturalmente, como nos conta Mamigonian (1979, p.13), nós costumeiramente nos esquecemos de que

o resultado de Brasília como cidade, é um resultado no mínimo lamentável: grandes autopistas, grandes autoestradas, carros passando a 80 km/h, uma desumanidade brutal, simplesmente quebrada, digamos pelo bucolismo, pela tranquilidade que são as superquadras, mas nós nos esquecemos que nestas superquadras, que são extremamente agradáveis de morar, estão as residências dos quadros civis e militares do poder central, onde todas as espécies de segregações acontecem de maneira brutal. Então o que há de agradável em Brasília, que são as superquadras, constitui uma apropriação dos quadros dos servidores do poder, dos quadros civis e militares. Sabemos que as embaixadas e grandes mansões estão, por seu turno, segregadas para o melhor lado de Brasília, que é o do lago. Por outro lado, sabemos que o “minhocão” de 600 metros na Universidade e que todas as demais construções de Brasília de grandes proporções, tipo “Praça dos Três Poderes”, nada mais fazem do que legitimar um poder extremamente centralizado e um poder a serviço da exploração. Quer dizer, uma arquitetura que se aproxima da grandiosidade que tem muito pouco de humana, a grandiosidade justamente do poder, a grandiosidade classista, a grandiosidade stalinista, a grandiosidade fascista.

Na verdade, o espaço enquanto síntese fraca, passiva, ou critério de análise da sociedade por todas as ciências sociais, e não de gozo exclusivo e especializado como objeto da geografia, permite engendrar em sua totalidade abstrata a via de transição que remete a especificidade de uma formação econômico-social historicamente determinada e localizada no território mediante o desenvolvimento desigual de múltiplas combinações.

Isto quer dizer que a dinâmica do espaço enquanto síntese fraca, mesmo considerada como uma segunda natureza aparece como uma mercadoria peculiar nas relações entre economia e apropriação do território – uma verdadeira reserva de valor. O acesso à propriedade territorial, por exemplo, na peculiar transição do latifúndio feudal para latifúndio capitalista no Brasil – uma variante da via prussiana – já não se realiza mais por motivos jurídico-políticos, mas sim como um problema financeiro, ou seja, uma demanda especulativa que, “em última instância, é o que determina o comportamento do preço da terra” (RANGEL, 2005b [1986], p.139).

2.4.1 Modos de produção e Formação Social

Retomando brevemente o debate teórico interrompido sobre a intersecção marxismo-geografia, é possível dizer com Vieira (1992) que Luporini e Sereni conseguiram reassumir o nexó axial do pensamento marxista-leninista originário das categorias de modo de produção e

formação econômico-social, a quem Milton Santos procurou dialogar e sugerir, a partir de sua reformulação, a categoria de “formações sócio-espaciais” (SANTOS, 1977, p.93).

Se em Sereni (2013, p.315) pode-se ler que a categoria de F.E.S. apresenta “a unidade (e, agregaremos a totalidade) das diferentes esferas – econômico, social, político e cultural da vida de uma sociedade; e expressa, além disso, na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico”, é Luporini (1975, p.212, tradução nossa) que se pode encontrar, em síntese, a prática política leninista, que teve tanto nas tarefas de realização da revolução democrático-burguesa, quanto no conceito de “*transición ininterrupta*” seus elementos chaves.

Daí que Luporini (1975, p.211-213, tradução nossa) irá propor para a categoria de F.E.S a possibilidade historiográfica de sua periodização, sustentada pelos estudos de Lenin sobre o Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, que soube analisar com rigor e com certa dose de sacrifício (ao excluir conscientemente alguns setores da experiência real), que são característicos, em geral, de todas as pesquisas científicas que tem a consciência de que podem chegar a conclusões probatórias através, apenas, de um esforço em maximizar a homogeneização dos elementos considerados, e a conseqüente demarcação do objeto de pesquisa, por mais amplo que seja.

Já Santos (1976, p.23), afeito em “construir uma teoria espacial” em conjunto com os “espaciólogos” terceiro-mundistas vigentes naquele período, procurou elaborar uma convincente solução teórica para o debate em torno da categoria de F.E.S. ao endossar as teses de Said Sha e Ph. Herzog, para quem o “modo de produção e formação social devem ser pensados teoricamente ao mesmo tempo” (SANTOS, 1977, p.88), e considerar que ambos “son objetos reales, históricos”, e por isso mesmo representam una “totalidad, un todo social” (SILVA, 2009, p.132).

Daí irá propor o espaço como instancia, ou elo mediador das relações recíprocas entre Modo de Produção e Formação Social, que em outros termos, resulta da própria ação do espaço como realização da totalidade concreta de uma formação social (SANTOS, 1977), como se o espaço assim fosse provido de “leis próprias, específicas de sua própria evolução” (SANTOS, 2004, p.181).

No entanto, a crítica de Silva (2009, p.131) endereçada a Sha nos parece válida e pode ser estendida a Milton Santos, pois a noção de “intercambiabilidad” entre os dois conceitos

não rompe com o dualismo presente em suas relações recíprocas (abstrata [geral-teórica] /concreta [específica/aplicada]) entre Modo de Produção (MP) e Formação Social (FS), mesmo que consideradas, em ambos os casos, as “aproximações sucessivas” da complejidad y variación de los procesos históricos espaciales y temporales”.

É como G. Dhoquais que, segundo Vieira, se equivoca justamente na articulação entre (MP) e (FS), pois não considera que as categorias são portadoras de unidade e independência, suprimindo assim, a relação dialética entre ambas, a “começar pelas categorias da própria dialética” (RANGEL, 1963a, p.23).

Ora, nesse caso seria um equívoco dizer com Santos que é “a formação sócioespacial e não o modo de produção” que “constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país” (SANTOS, 2006, p.86). Se “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada” (SANTOS, 1977, p.91), não há dúvidas que as formações sócioespaciais refletirão justamente as especificidades dos modos de produção determinados no tempo e no espaço em sua unidade e totalidade histórica e geográfica.

Deste modo, considerar o modo de produção, mesmo vulgarizado como “o tempo da divisão do trabalho”, e ademais, que “os elementos definidores do modo de produção seriam a medida geral do tempo”, não passa de um “idealismo filosófico” cristalizado, conforme já assinalamos em outras passagens, em um modelo apriorístico “estrutural-genético”, limitando em todo caso, a possibilidade de compreender, a partir da dinâmica objetiva das formações sociais periféricas, a combinação de modos de produção complexos, unidos dialeticamente em polos (interno/externo) em oposição e conflito, que geram, a rigor, novas sínteses em níveis superiores – mesmo se apresentando na realidade “aparente” como se não houvesse havido qualquer tipo de mudança em sua estrutura (RANGEL, 1957b).

Aliás, é a partir dessas categorias caras ao materialismo histórico, a saber, a ideia de modos de produção fundamentais (puro) que transitam historicamente como um fio de Ariadne, enumerados por Stalin (comunismo primitivo – escravismo – feudalismo – capitalismo – socialismo) e suas relações fundamentais de produção, que obrigatoriamente devem ser o nosso ponto de partida, tendo em conta que em uma formação social dual como a brasileira, isto é, uma formação social complexa, a combinação entre relações fundamentais de produção se fazem em obediências a leis. Isto quer dizer que mesmo que a civilização

humana, observada em seu conjunto, possa representar um movimento não linear e irreversível, com avanços e recuos, com “movimentos pela estrada real ou por atalhos”, o eixo principal dessa marcha histórica ainda é o mesmo, a saber, as vias de transição do capitalismo ao socialismo (RANGEL, 1978).

Em outras palavras, é preciso “conhecer séria e exaustivamente o processo econômico” subordinando o espaço geográfico ao “imperativo econômico” (RANGEL, 1963a, p.19), e não ao dado “político”, como “papel motor” da estrutura espacial (SANTOS, 2004, p.184). Afinal, se tomarmos como referência as contradições antagônicas de uma sociedade como a brasileira, que é dual por excelência, é possível extrair daí a coexistência de múltiplos modos de produção “em condição de virtual igualdade” (RANGEL, 1978, p.86), isto é, formações sociais complexas que “combinam dialeticamente várias estruturas elementares, não podendo, portanto, ser entendidos, senão com a condição de conheçamos muito bem as referidas estruturas elementares” (RANGEL, 1968, p.7). Vejamos a seguir, a seguir, pela experiência do caso brasileiro, como se dá a articulação dos Modos de Produção e das formações sociais dialeticamente combinadas em uma síntese dual.

3 IGNACIO RANGEL E A DUALIDADE BÁSICA COMO TEORIA E MÉTODO DAS FORMAÇÕES SOCIAIS PERIFÉRICAS

Como se sabe, a formação social brasileira nasceu como extensão territorial de Portugal, portanto, determinada por uma relação centro-periferia, ou metrópole-colônia, mas com duas faces de uma mesma moeda, uma formação dual por certo, isto é, que se expressa em todas as esferas da vida social e seus institutos, como dois polos dialeticamente articulados em unidade de contrários, ambos com uma face interna e outra externa.

Pelo lado da colônia, uma formação social feudal embora associada internamente a formações sociais pré-escravistas (comunidade primitiva, patriarcalismo, teocracia) que não tardaram em convergir ao longo do período colonial para a formação dominante escravista. Em outras palavras, uma formação feudal em suas relações externas com conteúdo não-feudal em suas relações internas. Já pelo lado da metrópole, ocorria o fenômeno inverso, pois em seu lado interno, a formação social revelava-se mais dinâmica e avançada, trazendo consigo fulcros de capitalismo – o capitalismo comercial – enquanto que a natureza de suas relações externas eram as mesmas da colônia. Em linhas gerais, são essas as bases da edificação de toda a história e geografia, seja ela econômica, social, política e cultural do Brasil sistematizada por Ignacio Rangel (1957b) quando elaborou a tese “cabocla” da “Dualidade Básica da Economia e da Sociedade brasileira” em 1953.

De aparência simplificada e dinamicamente complexa, essa tese constitui ainda hoje um marco das ciências humanas, se não uma das mais sólidas e originais contribuições da intelectualidade brasileira sobre o desenvolvimento histórico geral, que articula originalmente os fenômenos particulares, singulares e universais da vida social em seus níveis nacionais e regionais, tendo à luz o caso brasileiro e as periferias do sistema capitalista como superfície de reflexão e refração do mesmo processo histórico em curso.

Segundo Guerreiro Ramos (1957, p.10), Rangel descobriu a “lei básica da formação econômica brasileira”, a lei da dualidade que podia “ser generalizada para todos os aspectos da vida brasileira”, como o próprio “caráter transplantado das instituições brasileiras” que só “à luz da lei da dualidade” pode se explicar “objetivamente” (RAMOS, 1960, p.90)¹³.

¹³ Curiosamente a singularidade do pensamento independente de Ignacio Rangel a respeito das formações econômico-sociais, sobretudo as periféricas como é o caso da brasileira, (BIELSCHOWSKY, 2000) não foi

Em outras palavras, foi através da determinação das leis de funcionamento, ou da lógica das mudanças histórico-geográficas da formação social brasileira vista em sua totalidade, que Rangel descobriu a natureza histórica peculiar da duplicidade “não temporária”, determinada não só pela abstração lógico-formal, mas também como processo e resultado (produto histórico) do que é produzido e como se produz (modo de produção) da “porteira para dentro” e da “porteira para fora” no país e em suas regiões (formações sociais regionais), bem como se dá a dinâmica de mediação entre seus polos de gravitação forjados pelos pactos políticos de poder no Estado Nacional.

Rangel quando elaborou a tese da dualidade básica da economia e da sociedade brasileira soube combinar em suas reflexões, estrutura e conjuntura, teoria e empiria, revelando as circunstâncias, os limites e as possibilidades de uma perspectiva cognoscitiva norteadora das tendências cíclicas do capitalismo. Assim, logo percebeu que diante do “fordismo oligopólico nacional” já organizado no “vestíbulo da industrialização” (RANGEL, 1985a, p.8), a periferia do sistema capitalista entre 1930-1980 reagiu substituindo importações, diminuindo assim, a distância do capitalismo industrial e financeiro já maduro nos países centrais (MAMIGONIAN, 1987b; 2001a).

Na América Latina, segundo as observações de Rangel, o processo de industrialização brasileiro chegou a posicioná-lo ao lado do Japão (capitalismo centralmente planejado) e da ex-União Soviética (planejamento estatal) como os países mais dinâmicos do mundo, crescendo a taxas de 23,9 vezes, 13,8 vezes, 26,5 vezes respectivamente, enquanto que o crescimento econômico do mundo capitalista ficou em torno de 6,9 vezes no período acima assinalado – é bom lembrar que neste período estão incluídos os “trinta anos gloriosos” do pós-segunda Guerra Mundial (RANGEL, 1990; MAMIGONIAN, 2018).

Além disso, é preciso chamar atenção que em meados da década de 1960, quando predominavam no debate das esquerdas latino-americanas a hegemonia dos modelos de desenvolvimento da periferia do capitalismo pelas teorias da Cepal e da Dependência, segundo Mamigonian (2000b, p. 17-18) a tese da dualidade básica rangeliana irrompia como a

levada a sério pela intelectualidade notória em matéria de ciências humanas nos maiores centros universitários dominantes do país.

primeira crítica destes modelos - “posteriormente seguida mais de perto por P. Singer e F. Oliveira” – enfatizando o papel da industrialização que havia dado

origem a um vigoroso modo de produção capitalista no interior da economia agroexportadora com forte base natural, que desde a década de 20 gerava seus próprios ciclos médios, com fase expansiva seguida de fase recessiva. Tais ciclos levavam a expansão industrial de investimentos, que se tornam ociosos nos momentos de insuficiência de consumo. A capacidade ociosa recém-instalada constituía poupança potencial, que podia dispensar a poupança externa para a retomada do desenvolvimento econômico no ciclo seguinte. O capitalismo brasileiro estava em condições de se expandir internamente mesmo quando eram desfavoráveis as relações externas, como ficou evidente na década de 30.

Ora, como observa Mamigonian, Rangel soube absorver das leituras de Caio Prado Jr. o movimento lento, gradual e seguro realizado pelas classes dominantes brasileiras na transição de um regime político-econômico a outro (MAMIGONIAN, 1987b), ao mesmo tempo em que extraiu de Celso Furtado a descoberta de um “centro dinâmico interno” na economia (RANGEL, 1980a, p.130) que se formou sem a realização de um programa de reforma agrária, e mesmo assim colocou o processo de industrialização no Brasil em ritmo de “marcha forçada” (CASTRO, 1985a).

Logo, a partir dessa observação, Rangel contrapôs a ideia leninista das crises gerais (RANGEL, 1991) introduzindo no debate uma nova explicação para os efeitos das crises, lembrando que as ondas longas da conjuntura - os ciclos de Kondratiev – possuíam fases expansivas e depressivas de mais ou menos cinquenta anos de duração (KONDRATIEV, 2018). Assim, percebeu que na conjuntura da década de 1970¹⁴, os choques do petróleo de 1973 e 1976, inauguraram uma nova depressão econômica mundial – a fase b do 4º Kondratiev - acirrada, sobretudo pela corrida tecnológica entre as economias centrais, bem como pela liderança da terceira revolução industrial (RANGEL, 1982a).

Com efeito, essa maneira peculiar do pensamento de Ignácio Rangel, de antever crises e encontrar saídas para o encadeamento dos ciclos de desenvolvimento, podem ser vistas ao longo de toda sua trajetória, participando ativamente nos momentos em que o país se defrontou com aguçamento das contradições fundamentais do virtuoso processo de industrialização desde a “Revolução de 30, o levante de 35, o golpe de Estado de 37, a

¹⁴ Rangel foi pioneiro em prever a crise mundial de 1973 ainda em julho de 1972 em pleno milagre econômico, quando apresentou o trabalho “Perspectivas Econômicas Brasileiras para a próxima década” na XXIV Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), causando espanto, “como um profeta desarmado”, até mesmo em alguns economistas que se consideram um de seus discípulos, como é o caso de Bresser Pereira.

preparação de 46, os bastidores de 54, a tragédia de 64 e as perspectivas de futuro” (PALHANO *et al.*, 1991, p.29) desembocadas na crise final da 3ª Dualidade (BASTOS, 2014).

Ainda nos anos que antecederam a crise de 29, Rangel extraiu da herança paterna valiosas lições do contraditório jurídico, bem como uma precoce prática da dialética que o aproximou da geografia pelos inúmeros deslocamentos familiares entre o sertão e o litoral nordestino. Aliás, foram destas viagens que o permitiram perceber que o Brasil poderia ser explicado de norte a sul por um simples corte longitudinal posto sobre o território nacional, onde estariam regionalmente identificados os elementos centrais das dualidades, a saber, do litoral canavieiro agroexportador ao sertão marcado pela economia mercantil do sertanejo pecuarista ligado ao mercado interno (MAMIGONIAN, 2014b).

Mas foi só com o Manifesto Comunista em mãos que pode Rangel vislumbrar uma visão de mundo sistematizada, de conjunto por assim dizer, não só de interpretação da realidade, mas, que o integrava racionalmente como sujeito histórico da transformação por meio das lutas sociais que travou ao longo de sua vida – do batismo de fogo à organização e direção partidária, como também do chão da fábrica ao combate intelectual como quadro da burocracia estatal (MAMIGONIAN, 2014b; 2018; 2019a).

Os fatos não deixam dúvidas a esse respeito, pois antes de ter entrado “na lida política”, com 16 anos (RANGEL, 1963b), “não pelo caminho usual”, mas pelo “portão das armas do 24ºBC quando este se sublevou no 8 de Outubro” em apoio a Revolução de 30 (PALHANO *et al.*, 1991, p.27; RANGEL, 1963b), Rangel aos 13 anos de idade já deixava as pistas de sua originalidade e vocação nacional ao convidar os brasileiros a se rebelar contra os poderes da aristocracia cafeeira, isto é, a se levantar

contra os ladrões que te governam, dominando-te e reduzindo-te ao servilismo. Expulsa-os, oh! meu Brazil querido [...] ajuda-me a falar ao povo brasileiro, a essa raça forte e que não descansa enquanto não ver os vinte e um wagons da nação, que formam esse tão grande comboio, firmes de novo nos trilhos do dever, que conduzem ao progresso, dos quaes estão a tanto tempo ausentes, correndo velozmente através da civilização, afim de que formemos a vanguarda do mundo [...] consola-te e age [...] porque ainda tens filhos como Getulio Vargas, Marcelino Machado [...] Luis Carlos Prestes, Juarez Tavora e outros que expuzeram a vida nos campos de batalha, para salvar-te, para resgatar-te das garras destes corvos agoireiros de tua falência. E não podia deixar de ser assim, a raça que produziu diplomatas como Rio Branco e José Bonifácio, heroes como Tiradentes e Felipe dos Santos, que jamais perderão seu valor através dos tempos (RANGEL, 1929, p.4).

Mas adiante, já como discípulo direto de V. I. Lenin, e tributário da III Internacional Comunista, Rangel logo soube distinguir que a contradição fundamental das periferias do sistema capitalista (as ex-colônias e semicolônias) assentava-se em relações polarizadas. Ao contrário do nacionalismo reacionário presente nos países centrais na passagem do feudalismo ao capitalismo, na periferia a questão nacional e a questão social não se excluía, mas se complementavam. Em outras palavras, com o desenvolvimento do capitalismo na periferia, as lutas sociais deveriam ser travadas em dois polos interno/externo, ou seja, por meio de lutas anti-feudais, e anti-imperialistas (MAMIGONIAN, 2018).

Diante da derrota insurrecional de 1935 contra o governo de Getúlio Vargas promovida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) da qual fez parte, Rangel percebeu ainda no cárcere que mesmo diante do impasse aberto pelo período revolucionário de 1930, o Brasil havia engendrado em seu processo de industrialização uma precoce via prussiana¹⁵ na transição do feudalismo-capitalismo, composta de um lado pelas heranças do espírito pombalino (a tese da unidade nacional e territorial), e de outro e pelo humanismo francês com o positivismo de Augusto Comte que já havia descoberto leis históricas e objetivas articuladas na ideia de ordem e progresso (MAMIGONIAN, 1997; 2018; 2019b).

Trocando em miúdos, nascia precocemente a tese da dualidade, que combinava a teoria marxista de modos de produção e formações sociais diretamente ancoradas nas contradições entre as relações sociais de produção e forças produtivas, com as peculiaridades das relações de poder periféricas forjadas pelos pactos entre as classes dominantes brasileiras que dirigiam em íntima unidade de contrários o Estado Nacional, avalizadas pela teoria dos ciclos econômicos de acumulação longos e médios (Kondratiev/Juglar).

¹⁵ Em meados da década de 1970, Ivan Ribeiro retomou essa perspectiva rangeliana para os estudos da agricultura sustentando que a “transição para o capitalismo no Brasil aproxima-se mais da via “prussiano-japonesa”, embora com profundas diferenças, dado seu caráter de formação econômico-social dual (RIBEIRO, 1988, p.59). Nesse sentido, não seria, pois, merecida a crítica endereçada por Tavares (1996, p.6) afirmando que nem o Estado Novo, ou o período dos generais de 1964/85 podem ser chamados de via prussiana, já que não cumpriram qualquer das tarefas das chamadas revoluções burguesas tardias”. Segundo Mamigonian, a *via prussiana brasileira* sob a direção de Getúlio Vargas soube organizar o Estado Nacional a maneira semelhante de um anfiteatro enfiteutico cuja estrutura dual urbano-rural se dava pelas novas relações de produção capitalistas que haviam penetrado nas cidades com o processo de industrialização combinadas a uma espécie de feudalismo que ainda persistia nos Estados e municípios enquanto parte de um “exclusivo regional”, - isto é, imperava entre as elites locais e regionais uma maciça distribuição de terras a privilegiados próximos da estrutura de Poder (MAMIGONIAN, 2018).

A partir destas combinações, Rangel pode superar os equívocos do programa marxista da revolução operário-camponesa encampada pelos comunistas sob a direção de Luís Carlos Prestes e da III Internacional, sintetizando uma periodização da história econômica e social brasileira paralela e simultânea aos ritmos da história propriamente universal.

Nesse período, vale lembrar que enquanto o Partido Comunista Brasileiro, sob a tutela de João Saldanha, organizava levantes armados em Porecatu, no Sudoeste do Paraná, exigindo uma reforma agrária radical contra os latifundiários feudais, Rangel, por outro lado, passou a compor as fileiras do nacional-desenvolvimentismo junto aos boêmios cívicos (Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, etc.) agora como assessor de seu próprio carcereiro Getúlio Vargas, participando ativamente na criação da lei da Eletrobrás, da qual foi relator, e militando intensamente na campanha do “Petróleo é Nosso” (MAMIGONIAN, 2014a; 2018).

Conforme explica Mamigonian,

a partir de 1945, Rangel assumiu basicamente a tarefa de estudar as peculiaridades do desenvolvimento brasileiro, que já havia intuído nos anos de prisão (1935-37) e na Martins Irmãos & Cia. (1940-45), tendo-se apoiado nos clássicos marxistas, no aprofundamento dos conhecimentos da economia e na grande bagagem de história mundial e brasileira. Daí resultou seu texto clássico A dualidade básica da economia brasileira, escrito em quatro fins de semanas em 1953, para obtenção do título de economista, que só lhe foi concedido em 1958 (MAMIGONIAN, 1997, p.137-138).

Com efeito, quando esteve à frente da elaboração e criação da Petrobrás e da Eletrobrás no segundo governo de Getúlio Vargas (1954) ao lado de Jesus Soares Pereira, anteviu o problema criado naquele momento da concessão dos serviços públicos a empresas públicas, “dado que eles ficariam por demais dependentes, no que toca ao capítulo das garantias, do aval do Tesouro” assinalando que num futuro próximo, a engenharia das medidas institucionais dever-se-iam caminhar num sentido inverso, mais superior, de conceder os serviços públicos às empresas privadas (RANGEL, 1988, p.17).¹⁶

Já no governo de João Goulart (1961-1964) foi pioneiro na criação da correção monetária, ao elaborar o Projeto de Lei (PDL 156/1962), mas que só foi proclamada ironicamente com a criação do Programa de Aceleração Econômica do Governo (PAEG) no

¹⁶ É preciso lembrar também que Rangel (1963) coordenou, já como técnico do BNDE, o grupo de execução do Plano de Metas do governo J.K., como se vê no relatório sobre o Povoamento dos Eixos Rodoviários (1958), que resultou, sob o comando do Almirante Lúcio Meira, então Ministro da Viação e Obras Públicas, a criação da Comissão de Povoamento dos Eixos Rodoviários (COPER), dissolvida posteriormente, por “decreto do governo Jânio Quadros”.

governo militar de Castelo Branco pelos então ministros Roberto Campos, e Otavio G. Bulhões (DOMINGUES e FONSECA, 2017), verdadeiros representantes da ortodoxia econômica brasileira (TAVARES, 1982).

Aliás, foi a partir dessas medidas institucionais – congelamento da correção monetária para os grandes financiamentos de obras, e de novas plantas fabris - que garantiram a retomada do crescimento e deram base de sustentação ao milagre econômico brasileiro (1969-1973), levando o Brasil de simples produtor de bens de consumo intermediários a produtor de bens de capital, - concretizados com a edificação do Departamento I da economia (a indústria mecânica, química e construção civil pesadas) no governo Geisel (RANGEL, 1985b).

Na década de 1980, com a crise da dívida externa, vale lembrar que além do fim dos financiamentos externos, os bancos americanos passaram a cobrar de forma draconiana as amortizações da dívida até então contraída. A previsão de Rangel dos anos 1950 se concretizava com a falência do Estado, e era chegada a hora de institucionalizar a ideia de que os serviços de utilidade pública deveriam ser concedidos às empresas privadas como meio de alavancar a retomada do desenvolvimento brasileiro. Mas, decorrente da enxurrada em massa de manuais acadêmicos da “globalização” disseminados por cientistas sociais já apontados anteriormente, as ideias de Rangel mais uma vez foram afastadas do mundo acadêmico em nome de uma verdadeira conspiração do silêncio (FARO e SINELLI, 2014; MAMIGONIAN, 2018).

Com efeito, a carta que endereçou aos economistas dirigindo-se a Nação (Roberto Campos à direita e Maria Conceição Tavares à esquerda) no final da década de 80 não deixa dúvidas ao que assinalamos acima, pois para Rangel já estava amadurecida a possibilidade de edificar o capitalismo financeiro brasileiro como forma de engendrar a fase suprema do capitalismo brasileiro, que naturalmente não passava pelo problema da inflação consagrada pela “aliança dos monetaristas e dos estruturalistas” do Plano Trienal (RANGEL, 1963b, p.XVI), mais sim pela resolução dos nós de estrangulamento, e pelas capacidades ociosas subutilizadas da indústria nacional (RANGEL, 1985b).

Segundo Rangel (1985c, p.9)

Por essa operação, o Estado, como primeiro passo, resgatará sua dívida interna, em medida a determinar, preparando-se para fazer face ao problema da dívida externa. Como segundo passo, os novos concessionários poderão recorrer ao mercado, oferecendo títulos hipotecariamente garantidos. Não mais a hipoteca fictícia que nós – eu e Vosmicê, inclusive (no caso, Roberto Campos) – recebíamos no BNDES,

fraudulentamente, pois sabíamos serem inexecutáveis, mas hipoteca para valer oferecida ao Estado, em troca do seu aval. Não um aval sem lastro, mais um aval hipotecariamente lastreado. O Estado, único tomador possível dessa hipoteca, colocar-se-á na eminente posição de poder concedente e credor hipotecário. Em caso de inadimplência, poderá tomar os bens e a concessão, passando-os a quem mais der. O resto virá por seu próprio peso.

No entanto, a insistência de Ignácio Rangel em promover o caminho de desobstrução do desenvolvimento brasileiro acabou resvalada pelos economistas do MDB que consideravam a inflação o inimigo “número um” da economia (MAMIGONIAN, 2019), esquecendo-se que

O fato de que um fenômeno como a inflação integra a síndrome da nossa recessão, dista muito de ser uma coisa má. Ao contrário, a inflação bloqueia parcial e temporariamente o movimento recessivo, dando-nos tempo para pensar e agir, não sendo sua a culpa de que nossos economistas não se tenham ainda libertado de uma visão pré-científica mágica, do processo, empenhando-se incansavelmente na busca da pedra filosofal. Porque a verdade verdadeira é que a inflação não é coisa que se possa combater isoladamente da conjuntura. Essa visão mágica, aparentemente científica, serve apenas como argumento para a repressão das reivindicações dos trabalhadores. Com efeito, se a inflação pode ser combatida com um pouco de recessão, o caminho mais curto é o arrocho salarial, para o efeito de desaquecer a economia – como se esse desaquecimento não se tenha acompanhado, invariavelmente, por elevação da taxa de inflação, a qual somente declina com o reaquecimento da economia (RANGEL, 1985b).

É daí que se podem extrair os inúmeros remédios paliativos adotados pelos Planos Cruzados, Bresser, Collor, Real, etc., que, se limitaram ao fenômeno inercial da inflação, a ancora cambial ligada a taxas de juros, e não a política macroeconômica desastrosa promovida pela abertura dos mercados, que contribuíram com a destruição de nossas reservas de mercado. Para Rangel (1989), esse “ardil do conceito” não passava de uma reedição da velha aliança entre “monetaristas e estruturalistas do Plano Trienal”, que lutaram “contra a estruturação do mercado interno de valores”, seguidas mais de perto por “colloridos e lulistas” que, se os primeiros defendiam as teses de enxugar drasticamente o setor público, os últimos extrapolavam as vias do “estatismo” como forma de chegar-se ao “socialismo”.

Distante estava Rangel, que se movia simultaneamente, “a exemplo da sociedade brasileira, guiada pelos seus próprios instintos”, como estatista e privatista, em cada momento em que se afloravam determinadas crises cíclicas no país, sobretudo pelos conhecidos “juglarianos brasileiros”.

Para Rangel, estava mais do que claro, que a superação da crise em que o Brasil havia se metido nos anos 1980, e, diga-se de passagem, se arrasta até os nossos dias sob o impasse daquilo que batizou como a “dialética da capacidade ociosa”, só poderia ser resolvida pela “privatização dos serviços de utilidade pública”. Em outros termos, o vitorioso processo de industrialização via substituição de importações que havia alçado o país ao posto de economia mais dinâmica do mundo Ocidental entre 1930 e 1980, necessitava de “mudanças institucionais” capazes de nacionalizar o aparelho de intermediação financeira, desvencilhando-se dos bancos americanos, ao mesmo tempo em que se deveriam passar para as “mãos” da iniciativa privada os “serviços de utilidade pública”, todavia estrangulados (saneamento, rodovias, metrô, etc.), e não os setores super-capitalizados, como foi o caso da MAFERSA, a maior fabricante brasileira de materiais ferroviários, “alienada a preço de sucata” e entregue a multinacional francesa Alstom (RANGEL, 1991a).

Ora, nesse primeiro quartel do século XXI é possível dizer que com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) houve uma tentativa de retomada das ideias de Rangel como medida de impulsionar o desenvolvimento brasileiro, como se viu com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ampliando as parcerias público-privadas em obras de infraestrutura (Belo Monte, Transposição do São Francisco, Pré-Sal, indústria naval, pequenas usinas hidrelétricas, etc.), bem como os incentivos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e as tentativas de consolidação do Plano de Investimentos em Logística (PIL) interrompido no segundo governo Dilma Rousseff (2014-2016), sobretudo pelo peso da “herança maldita”¹⁷ – o tripé macroeconômico - dos governos de Collor e FHC, somadas a incompetência dos economistas nos governos petistas em matéria de desnacionalização da economia, como a dupla Palocci-Meireles e Mantega-Levy (DIRCEU, 2018; MAMIGONIAN, 2021).

¹⁷ Segundo Mamigonian (2021, p.412), a ideia de “herança maldita” refere-se a “quebra do modelo nacional-desenvolvimentista (1930-1980), de enormes realizações econômico-sociais”, bem como “dos problemas criados por se ter tratado de um desenvolvimento sem reforma agrária (via prussiana desde Getúlio e Geisel) e da recolonização do Brasil sob liderança do imperialismo (bancário e industrial)”, resultado esse da contrarrevolução liderada por “fantoques” dos EUA como Collor e parte da “mídia de aluguel”, sendo depois aprofundada nos governos de FHC, que levou o PIB brasileiro de 4,2% em 1995 a 0,8% em 1999.

3.1 A HIPÓTESE CENTRAL DA DUALIDADE BÁSICA

Em linhas gerais, pode-se constar na tese da dualidade básica uma hipótese central confirmada e configurada na sucessão dos pactos de poder entre as classes dominantes durante a passagem, em formato de “meias-revoluções”, de uma dualidade a outra.

Segundo Rangel o

fato que foi o príncipe herdeiro da Coroa de Portugal que proclamou nossa independência, se repete. A certa altura, a direita quem dá certos passos. Ela tem realmente de si mesma uma noção muito equivocada, muito errada [...] Nenhum setor da economia brasileira cresceu tanto quanto a agricultura [...] Nós da esquerda lutamos e às vezes até morremos pelas reformas e quando damos por nós, quem fez foi a direita. Aceitemos o papel que nos é tocado (RANGEL, 1999, p.210).

É o que assinala Mamigonian quando diz que os

senhores de escravos, hegemônicos de 1822 a 1888 (1ª Dualidade), transformaram-se em latifundiários feudais, tendo permanecido no poder de 1889 a 1930 em posição subalterna frente aos grandes comerciantes das cidades de exportação e importação (Rio, São Paulo, Recife, Salvador, etc.). Tais latifundiários feudais assumiram a hegemonia em 1930, liderando uma frente (os industriais era os aliados principais) que defendeu a expansão do mercado interno (3ª Dualidade de 1930 a 1985), num processo de substituição de importações industriais. Já os comerciantes export-import do Rio e de outras praças assumiram na 1ª Dualidade o poder de maneira subalterna, mas alcançaram a hegemonia na 2ª Dualidade (1889-1930), integrando crescentemente a economia brasileira à divisão internacional do trabalho (café, borracha cacau, etc.), tendo os latifundiários ex-escravistas como seus aliados. Ao longo do processo parte destes grandes comerciantes foram se transformando em industriais (Afonso Vizeu, Klabin, Zerrenner e Von Bülow, Ludgren, etc.) e nesta condição, de setor dissidente da classe hegemônica da 2ª Dualidade, participam como sócios minoritários da 3ª Dualidade (MAMIGONIAN, 1987b, p.65).

Ora, é importante lembrar que desde o surgimento da primeira dualidade (Abertura dos Portos/Independência), o pacto das classes dominantes forjado entre os vassallos-senhores de escravos e os comerciantes de importação e exportação, conhecidos na historiografia como “homens de grossa-aventura” (FRAGOSO, 1998) das principais cidades portuárias foi altamente vigoroso em suas relações diplomáticas e econômicas com o centro dinâmico da economia mundial (Inglaterra), capaz de sustentar, com certa ambiguidade, os alicerces da soberania nacional entre todos os estratos e segmentos sociais do infante Estado Nacional (RANGEL, 1957b).

Desde os tempos do Império, prevaleceu a máxima popular “para inglês ver”, expressão firmada pela diplomacia dos fazendeiros senhores de escravos com o Projeto Barbacena (BEIGUELMAN, 2005) como meio de dissuadir as pautas impostas pelo

imperialismo inglês (Bill Aberdeen), como foi o caso da proibição do tráfico negreiro, que só encontrou respaldo com a substituição da escravidão do homem pela escravidão da terra com a lei Eusébio de Queirós em 1850 (MAMIGONIAN, 2017).

É que no período recessivo que se estende de 1815 a 1848 (fase b do 1º Kondratiev), houve uma primeira substituição natural de importações no interior das fazendas de escravos que passaram a produzir tecidos com destino ao consumo das fazendas, favorecidos pela Lei Alves Branco (1844) “elevando as taxas para 30% em média”. Uma lei que aliás, passou a taxar produtos importados da Inglaterra, e transformar precocemente comerciantes de importação/exportação em banqueiros, sobretudo em Minas Gerais, além de estimular algumas iniciativas industriais como a “fundição da Ponta d’Areia adquirida por Irineu Evangelista de Souza”, o Visconde de Mauá (PAIM, 1957, p.31).

Dessas prerrogativas apontadas acima, é possível extrair das bases sociais fundantes da primeira dualidade, - isto é, os vassalos senhores de escravos emanados de competência política (sócio maior) junto do dinamismo econômico desempenhado pelos comerciantes de exp./imp. (sócio menor) - as raízes do otimismo nacionalista, que soube penetrar em todos os estratos sociais a ideia de desenvolvimento (progresso) emanado na vontade nacional. Ora, a expressão “pra inglês ver” ganhava paulatinamente terreno no mundo das ideias com a difusão da cultura indígena pelas obras de José de Alencar ainda no segundo Império, - O Guarani (1857) e Iracema (1865) – que soube cimentar o retrato vitorioso do sertanejo de origem indígena quando expulsou as tropas portuguesas da Bahia e do Maranhão. A Independência no dia 2 de julho de 1823 comemorada ainda hoje na Bahia é de fato uma forte representação desse otimismo nacional que foi capaz de homenagear os sertanejos substituindo sobrenomes de famílias tradicionais portuguesas por sobrenomes indígenas, como é o caso de Aratangy¹⁸ (MAMIGONIAN, 2015).

Por outro lado, nesse mesmo período de efervescência cultural, a expansão da divisão internacional do trabalho (DIT) “provocou nova extroversão nas economias periféricas e o enfraquecimento dos setores ligados à substituição de importações realizadas anteriormente”,

¹⁸ É interessante observar que na segunda metade do século XIX, o brasilianista R. Morse (1970, p.180-181) assinalou o fenômeno às avessas no caso da capital paulista, quando o bafeiro francês Teyssier “voltou a França em 1871” e “seu empregado Inácio Prêto tomou posse do estabelecimento adicionando Teyssier ao seu próprio nome”. Pode-se dizer que esse é um típico exemplo, daquilo que Ignacio Rangel observou para o caso da 2ª Dualidade, já que a meia-revolução ocorreu no polo interno com a abolição-república cujo o feudalismo enquanto modo de produção só acabou se nacionalizando com a Revolução de 30.

pois, com o afrouxamento “das tarifas” em 1857, deflagrou-se um processo de desindustrialização, que se manifestou, por exemplo, no fechamento do estaleiro naval do Barão de Mauá” (MAMIGONIAN, 2000a, p.32).

No entanto, com a retomada da baixa conjuntura mundial - a fase b do 2º Kondratiev (1876-1896) – o Estado Nacional reintroduziu medidas institucionais capazes de retomar o crescimento econômico, como as tarifas alfandegárias de Itaboraí (1886). Seus efeitos foram capazes de ocasionar um surto urbano-industrial, que se no interior da economia natural favoreceu lentamente a desagregação do complexo rural com a multiplicação de indústrias rurais, sobretudo têxteis, por outro lado, fortaleceu o processo de urbanização em direção as chamadas “cidades de fazendeiros”, que se nutriam da substituição de importações de cunho artesanal-mercantil, já com destino as necessidades urbanas pelas oficinas de conserto, onde prevaleciam as atividades desempenhadas pelos negros de ganho¹⁹ (PAIM, 1957; MAMIGONIAN, 2000b).

Ora, desse processo de substituição artesanal de importações, a Abolição-República (1888/1889) que marcaria a passagem da primeira para a segunda dualidade, substituindo o escravismo pelo feudalismo, eis que novamente ressurgiu o otimismo nacional nas obras de Conde Afonso Celso “Porque me ufano do meu paiz” (1901), exímio defensor da mestiçagem brasileira, e “Os Sertões” (1902) de Euclides da Cunha que reascende o papel fundamental do caboclo-sertanejo, com Antônio Conselheiro à frente na Guerra de Canudos, antecipando a força do regionalismo nacionalista que culminou posteriormente com a Revolução de 30 (MAMIGONIAN, 2015; SANTOS, 1993).

Aliás, foi justamente esse otimismo sertanejo que permitiu Getúlio Vargas atrair dos estratos intelectuais do campo pessimista da burguesia comercial agroexportadora, nomes como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, etc., que passaram a encarar com certo otimismo os desafios nacionais e populares abertos pelo processo de industrialização – em clara oposição as ideias de Paulo Prado em “Retrato do Brasil” (1928) onde defendeu a tese das três raças tristes: o índio, o português, e o negro (MAMIGONIAN, 2015).

¹⁹ Negros de ganho foram os escravos que trabalhavam nas cidades em circunstâncias de relativa liberdade, mas que eram obrigados a repassar todos os seus ganhos aos seus senhores.

Na verdade, esses ciclos de “otimismo da vontade nacional” emergiram na formação social brasileira em todas as fases de ascensão dos ciclos longos da acumulação capitalista onde são realizados maciços investimentos no centro da economia mundial (1848-1876/1896-1921/1948-1973), mas em pleno acordo tácito com as grandes mudanças estruturais que, reorganizadas nos novos pactos de poder do Estado Nacional, provocaram mudanças profundas nos institutos do comércio exterior - Instrução 70 e 113 (SUMOC), correção monetária, etc. – como as intermediações financeiras capazes de favorecer a balança comercial nas fases depressivas dos ciclos longos de acumulação das economias centrais (MAMIGONIAN, 1997).

Na atual quadra histórica, poder-se-ia dizer que a formação social brasileira ainda se encontra em compasso de espera na conformação de sua 4^o Dualidade²⁰ desde os anos 1980, retardando assim, as transformações necessárias no conjunto das medidas institucionais capazes de abrir um novo ciclo de otimismo nacional, ancorado no desenvolvimento nacional. Como recorda Mamigonian (2021, p.422), nesse período

O edifício industrial havia se completado com a mecânica pesada e a engenharia pesada e os bancos nacionais já haviam frequentado a escola maternal do capitalismo financeiro, como ele afirmava, ao bancar as construtoras imobiliárias, que verticalizaram de maneira impressionante as grandes e médias cidades no Brasil inteiro. Os bancos haviam adquirido experiência e condições de intermediar os investimentos ou serviços públicos que fossem concedidos à iniciativa privada, incluindo o lançamento de debêntures de infraestrutura, como estão oferecendo hoje em dia, com muitas décadas de atraso. Por este caminho o sistema bancário nacional, estatal e privado, poderia substituir o sistema financeiro norte-americano, parte do pacto de poder de 1930, mas que começava a bloquear o crescimento econômico brasileiro.

Daí que para Mamigonian (2021, p.408),

No lugar desta possível evolução sobreveio a partir de 1990 com Collor e FHC uma contrarrevolução que substituiu o nacional-desenvolvimentismo pelo neoliberalismo: 1) o capital financeiro americano (bancos e indústrias) se tornou hegemônico, 2) a indústria brasileira, sócia subalterna do pacto de 30, foi afastada do poder, 3) o latifúndio feudal (Norte e Nordeste), com poder político, mas agonizante economicamente, participou da contra-revolução, assim como 4) os bancos brasileiros ocuparam um espaço econômico e político subalterno ao capital financeiro norte-americano. Todo este bloco contra-revolucionário, sob o comando

²⁰ Conforme assinalou Mamigonian (2021, 422), a 4^a Dualidade se apresentou como possibilidade aventada por I. Rangel, na medida em que a indústria brasileira se lançasse na direção do Estado como sócio-maior do Pacto de Poder, ao lado do velho latifúndio feudal, que se apresenta sob a forma de empresa rural capitalista, logo, uma dissidência progressista da 3^a Dualidade atuando como o sócio-menor. Essa transição no interior do latifúndio pode ser vista pela “substituição do servo de gleba” pelo “trabalhador assalariado”, ao mesmo tempo em que o “trabalho manual começa a ser ativamente substituído pela máquina e pela química” (RANGEL 1992, p.240).

dos EUA, passou a paralisar a economia brasileira e o Estado nacional, bem como a provocar o apodrecimento da vida política e cultural no Brasil.

Como forma de ilustração desse período de desmonte da indústria nacional pelas políticas neoliberais, basta observar a venda para o capital estrangeiro de grandes empresas brasileiras conforme assinalou Corrêa (2004, p.101):

A Metal Leve (vendida para a alemã Mahle, em associação com a Cofap, em 1996); Cofap (vendida para italiana Magneti Marelli, em 1997); Freios Varga (para o grupo inglês Lucas Variety, em 1997); Arno (vendida ao grupo Frances SEB, em 1997); Brasmotor (para a norte-americana Whirlpool, em 1997); Agroceres, (para a Monsanto, em 1997); rede de supermercados Eldorado (ao francês Carrefour, em 1997); Quartzolit (para o Grupo Saint Gobain, em 1997); Gevisa Locomotivas (vendida para General Electric, em 1997); Batavo (para a Parmalat, em 1998); Mallory (vendida para a Moulinex, em 1998); Lojas Renner (para a inglesa J. C. Penney, em 1998); Chapecó (para o grupo Macri, em 1999); parte da Aços Villares (para a Sidenor, em 2000); Portobello (para Glencore, em 2001); etc.

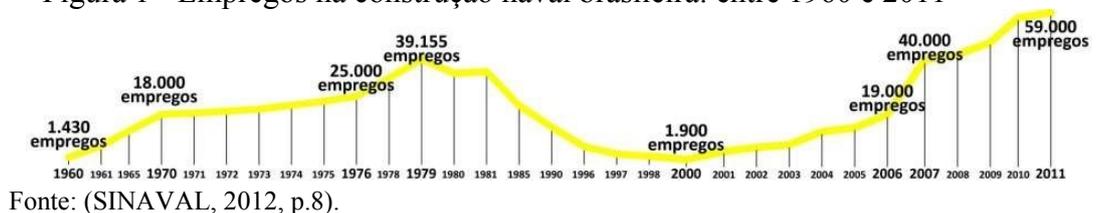
Em outros períodos de aguçamento das políticas neoliberais, como foram os casos: 1) do Governo Dutra (1945-1950), que promoveu abertura econômica destruindo as iniciativas nacionais de empresas como a Pneus Brasil (RJ), substituídas pelas estrangeiras Firestone, Pirelli, Goodyear, como também a fábrica de alumínio em Saramenha (MG), fundada por A. Gianetti (1934); 2) e do governo Castelo Branco (1964-1967), que “sob influência norte-americana, destruiu a FNM além de grupos nacionais como Jafet e Panair do Brasil” (MAMIGONIAN, 2021, p.419); as privatizações e desnacionalizações dos anos 1990 foram mais brutais do que as anteriores assinaladas, destruindo grande parte dos grupos nacionais que surgiram de “iniciativas modestas”²¹ e, naturalmente estavam na ordem do dia assumir o Pacto de Poder da 4ª Dualidade.

²¹ Como demonstrou Mamigonian, grande parte da origem da burguesia industrial brasileira era composta de imigrantes como “Pereira Ignácio, imigrante português, sapateiro no início da vida, como o pai, foi o criador do grupo Votorantim (Ermírio de Moraes) [...] F. Matarazzo, que iniciou a vida no comércio de animais em Sorocaba, deu nascimento a um poderoso grupo industrial [...] Luiz Dumont Villares, filho de português e engenheiro eletricitista formado na Suíça, montou em São Paulo oficina para conserto de elevadores, de onde surgiu um poderoso grupo que se destaca na produção de elevadores, escavadeiras, pontes rolantes, motores a diesel para navios, aços especiais e peças moldadas. Os Klabin reiniciaram no Brasil um modesto comércio de papel, de onde partiram para a construção do maior grupo industrial no ramo de papel e papelão na América Latina, além da forte presença na produção de azulejos, de autopeças (Metal Leve), etc. Os exemplos podem ser multiplicados. No Rio Grande do Sul lembraríamos os nomes de Renner, Micheletto, Eberle, Wallig (o maior grupo industrial de fogões do Brasil). Em Santa Catarina, além dos nomes citados anteriormente, acrescentáramos Schmidt (fundição Tupy), Zdrozny (Artex), Wernwe (Eletro-aço Altona), Fontana (Sadia), Zipperer (Móveis Cimo). Em São Paulo, Filizzola, Ramenzoni, Fileppo, Scuracchio, Crespi, Gasparian, Samello, Jafet, Irmãos Cruañes (operários até 1945 e proprietários atualmente da maior indústria de máquinas para

Já no século XXI, algumas iniciativas de retomada do desenvolvimento foram iniciadas no governo Lula, quando em 2006, com a criação do PAC houve a cooptação do setor privado, - que “reacendeu o espírito animal do empresariado” - calibrando “política fiscal, monetária e cambial” com investimentos induzidos pelo governo com base em “suas taxas de retorno” (DELFIN NETTO, 2018).

Curiosamente, nesse mesmo período de crescimento econômico e inclusão social (2006-2012), intelectuais “progressistas” afundados nos equívocos da teoria Cepal-Dependência deram por esgotadas as teses de Rangel dos ciclos longos (Kondratieff) e ciclos médios (Juglar-Marx), - este último que disciplina e escalona a renovação de capital fixo, “setor após setor” (RANGEL, 1983, p.33) – não percebendo que o renascimento da indústria naval, com fabricação de estaleiros nacionais exclusivamente voltados para o mercado interno - com investimentos na ordem de 5,5 bilhões de dólares pelo BNDES (DORES; LAGE; PROCESSI, 2012), abrindo assim, o período expansivo de nosso juglariano brasileiro como se pode observar abaixo na figura 1.

Figura 1 - Empregos na construção naval brasileira: entre 1960 e 2011



Por outro lado, é evidente que o verdadeiro motor da crise instalada no ciclo seguinte (2012-2016) se deu pela combinação de alguns fatores como voluntarismo econômico, desconfiança mútua entre o governo e o setor privado, além de uma generalizada recusa à política por uma “direita” boçalizada e uma “esquerda” imbecilizada que se apropriou de boa parte da juventude brasileira (DELFIN NETTO, 2018, p.353).

No primeiro e segundo aspecto, a adoção tardia de políticas cambiais que permitissem controlar as “importações predatórias” – a desvalorização cambial só tem início no final de 2014 – fez com que de 2006 a 2014 duplicassem o número de empresas

madeira no Brasil). No Rio de Janeiro: d’Olne (tecidos Aurora), Muller (rolos compressores, etc), Oliveira (moinha da Luz)” (MAMIGONIAN, 1969, p.59-60)

importadoras em relação às empresas exportadoras, ao passo que firmas nacionais altamente competitivas de antigas zonas industriais foram obrigadas a mover-se para outras regiões do país, ou para outros países, como no caso das indústrias de calçados do Rio Grande do Sul, Grendene e Azaléia que se estabeleceram no Nordeste (CASTRO e AMORIM, 2013), bem como inúmeras indústrias têxteis, a Riachuelo do Rio Grande do Norte, que recentemente se transferiu para as zonas de maquila no Paraguai para substituir importações chinesas (SCHELLER, 2017).

Aliás, como já abordado em artigo anterior, é possível perceber que nessas zonas industriais, a fuga maciça de capitais para outras regiões combinados com crescente aumento do desemprego e precarização do trabalho, levaram parte significativa da classe trabalhadora a uma cisão no bloco de poder engendrado pelo Partido dos Trabalhadores ao longo dos governos Lula e Dilma (RAMOS, 2017), com o apoio da mídia oligopolizada em unanime oposição à atuação do Estado na economia, ao trabalhismo brasileiro e ao próprio PT (LAGE, 2014).

Ademais, no último aspecto, a opção democrática de não aparelhamento tanto do Supremo Tribunal Federal, quanto das Forças Armadas “com as promoções dos oficiais” (DELFIN NETTO, 2018, p.377) pelo Partido dos Trabalhadores revelou a incapacidade de resolver o velho paradoxo antecipado em artigo de 1968, por Ignácio Rangel, “Privilegiados ou Sobrantes”, ao lembrar que mesmo com a economia em expansão, o “menor desemprego pode revelar-se catastrófico”, como no caso da França de 1966-68. Nas palavras do profeta desarmado, “contra a irracionalidade só mesmo a razão irracional do porrete, dos gases lacrimogênicos etc.” (RANGEL, 2005b, p.599). Do que será que se queixaram os movimentos das ruas em 2013, se não dos numerosos avanços sociais obtidos nos mais variados setores da sociedade brasileira ao longo dos governos do PT?

3.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO E OS CICLOS JUGLARIANOS BRASILEIROS

É nesse sentido que a formação social brasileira em seu esforço de industrialização “revela uma lógica objetiva impecável” (RANGEL, 1985a, p.53), ao herdar do seu passado a sobrevivência do processo de substituição de importações de tipo natural e pré-industrial no Departamento I da economia como pré-condição da industrialização propriamente dita, isto é,

de implantação do capitalismo industrial. Se tomarmos como exemplo a formação e evolução dos ciclos médios no Brasil (juglarianos brasileiros), que tem como base o direito de propriedade na qual se edifica a superestrutura social, e se define pelas circunstâncias econômicas e institucionais, é possível perceber, a partir de sua regularidade de ritmo, amplitude e duração que o desenvolvimento regional se dá primeiro nas regiões mais desenvolvidas do país e nas indústrias supridoras de bens que pesavam mais decisivamente na pauta de importações”, para depois se espalhar “região após região e setor após setor, em todo o sistema econômico nacional” (RANGEL, 1983)²².

O gráfico 1²³ e a tabela 1 nos convida a refletir sobre uma possível periodização regional do processo de industrialização brasileiro a partir dos ciclos juglarianos, que setor após setor completou seu edifício industrial nos 1970 sob as bases da indústria pesada. Se tomarmos com referência os ciclos médios brasileiros, temos aproximadamente a periodicidade de sete décadas consecutivas e ininterruptas, iniciada já nos anos de 1920 (fase b do 3º Kondratieff) com um primeiro esforço de substituição de importações favorecidas pelo “chamado cambio cadente” – isto é, desvalorização da moeda nacional (RANGEL, 1983, p.41) - sobretudo nas indústrias de bens de consumo “que controlavam o mercado interno em altas proporções: charutos e cigarros (100%), calçados (95%), chapéus (90%), móveis (90%), etc. (MAMIGONIAN, 2000b, p.40)²⁴.

Mais adiante, no período que se estende entre os anos de 1929 e 1935, completa-se a substituição de importações da indústria leve, liderada pelos produtos têxteis, logo tendo início a substituição do setor de materiais de construção (cimento, ferro, azulejo, etc.).

²² Segundo Rangel (1983, p.41) os ciclos juglarianos brasileiros se movem de onze em onze anos proximamente, onde o primeiro lustro da década de abre como fase recessiva permeada de inquietações políticas, enquanto que o segundo lustro (fase ascendente) da flutuação econômica endógena se apresenta em relativa paz no campo político. De todo modo, as principais mudanças institucionais que percorreram o processo de industrialização brasileira, setor após setor, década após década, iniciada ainda nos anos 1920 e completada nos anos 1980, referem-se, sobretudo, a transição do feudalismo ao capitalismo brasileiro, cuja Lei do Trabalho (CLT) marca o coroamento do Direito Corporativo sob as bases de uma servidão industrial de gleba, que prendia o “homem a máquina quase tanto quanto ele era preso à terra”.

²³ Agradecemos ao professor Armen Mamigonian pela generosidade em disponibilizar documentos inéditos elaborados sobre os ciclos juglarianos brasileiros desenvolvidos sob a óptica de Ignacio Rangel entre (1900 e 1980) e atualizados por nós até o ano de 2020, bem como pelas sugestões do aprofundamento da pesquisa dos ciclos nos estudos de geografia humana. Essa proposta de periodização das formações socioeconômicas das dualidades brasileiras abre um campo de possibilidades para futuras pesquisas regionais, sobretudo no campo das dinâmicas sociais entrelaçadas na conformação dos pactos de poder, combinado as medidas institucionais que reorganizam e reestruturam a totalidade da vida social.

²⁴ Vale lembrar que nessa década São Paulo já assumia a locomotiva da indústria brasileira como espaço privilegiado da concentração industrial, com “37,5% em 1929” do todo nacional (CANO, 2012, p.903).

Conforme assinalou Fishlow (2013, p.26) as importações em 1934 “havia caído à metade de seu pico de 1929” ficando “estagnadas por cinco anos sucessivos”, período em que as manufaturas duplicaram em relação as taxas da agricultura, crescendo próximo dos 9% anuais.

Já em 1937 (Estado Novo), a expansão econômica se acelera com a introdução do monopólio cambial, abrindo oportunidade “para importar bens de capital” (FISHLOW, 2013, p.27) ao mesmo tempo em que se ganhava escala os setores intermediários de consumo processo de urbanização das cidades e ampliação da mão-de-obra assalariada. Segundo Aureliano (1981, p.126), o consumo de cimento aparente duplicou no Brasil em apenas um lustro da década de 1930, passando de 309.984 toneladas em 1932 para 650.732 toneladas em 1937, sendo que neste último ano 571.452 toneladas eram de cimento nacional.

Nos anos 1940 completa-se a substituição de importações de matérias de construção, ao passo que se dá início as construções das refinarias estatais de petróleo em Mataripe na Bahia e Cubatão em São Paulo, bem como a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda (RJ), a Vale do Rio do Doce (MG), entre outras. Nesse momento, a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM) criada em 1941 foi “órgão que melhor encarnou as mudanças institucionais” garantindo por um lado ao latifúndio de tipo gaúcho mercado cativo onde se estrutura o mercado de terras enquanto ativo financeiro, e por outro o desenvolvimento da indústria nacional ao limitar as chamadas “importações não essenciais” pelo novo direito cambial (RANGEL, 1983, p.40).

Com efeito, a recessão do primeiro lustro dos anos 1950 impôs um novo esforço de substituição de importações, agora no setor de bens de consumo duráveis e no setor mecânico. Como lembra Fishlow (2013, p.28) o déficit em conta corrente havia chegado a 2,9% do PIB e “só podia ser financiado mediante o recurso ao atraso no pagamento de dívidas comerciais”.

Foi preciso então criar um sistema de taxas de câmbios múltiplos cuja Instrução n.70 da SUMOC criada pelo “professor Eugênio Gudín” (RANGEL, 1985a, p.45) acabou por reorientar “os favores cambiais e a reserva de mercado da indústria leve para certas áreas da indústria pesada, preparando o caminho para um milagre econômico [...] conhecido como Programa de Metas” (RANGEL, 1983, p.42) onde “permaneceu o subsídio a importações consideradas essenciais à industrialização em curso e um imposto implícito sobre exportações, que recebiam apenas a menor taxa de câmbio (FISHLOW, 2013, p.28).

Ora, já no início dos anos 1960 o impulso alavancado pela substituição de importações do ciclo anterior havia se esgotado. As medidas institucionais passaram a exigir maior complexidade, pois as oportunidades de inversão dependiam das políticas de governo não somente cambiais, mas também creditícias, fiscais, e sobretudo nas expectativas futuras do empresariado (RANGEL, 1958a).

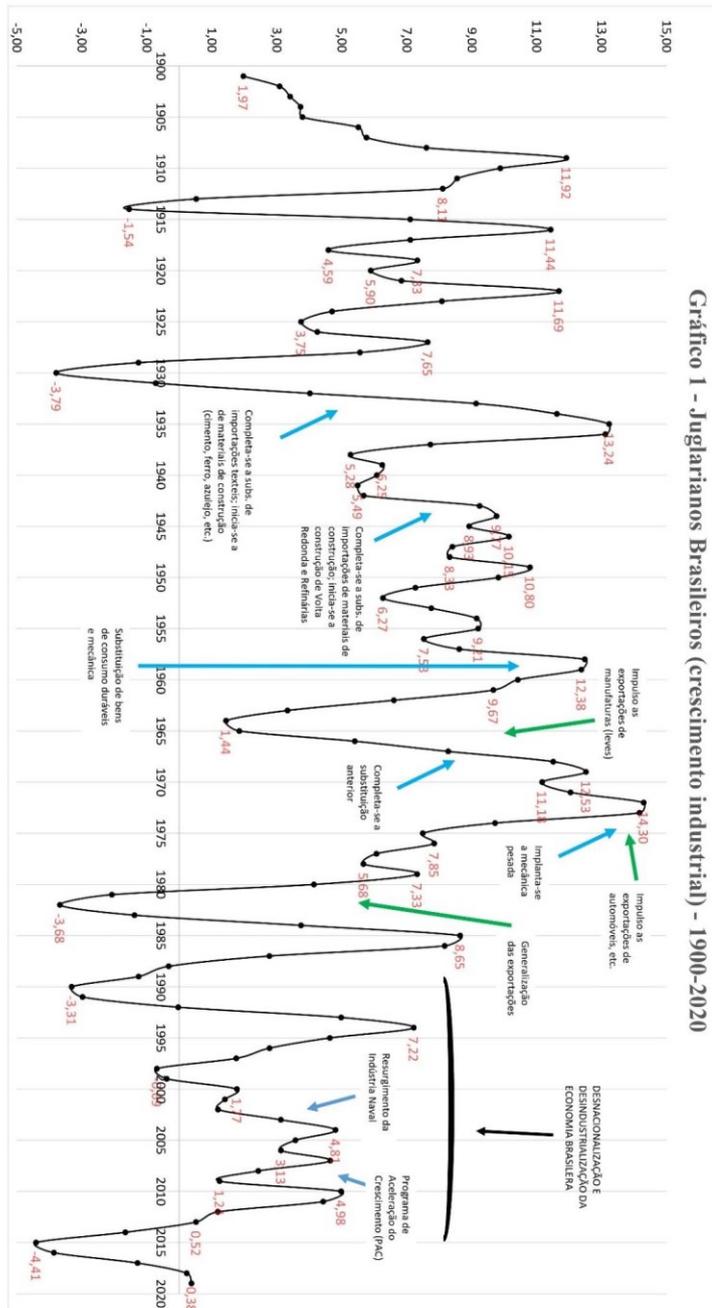


Gráfico 1 - Juglarianos brasileiros (crescimento industrial – 1900-2020)

Fonte: Elaborado e atualizado pelo autor com base em trabalho inédito e não publicado de Armen Marnigonian. Para os anos de (1901-1911) ver - Haddad, Cláudio. Crescimento do Produto Real brasileiro - 1900/1947. Revista Brasileira de Economia, FGV, Rio de Janeiro, v.29,n.1,p.3-26, jan./mar. 1975. *(1912-1947) - Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2.ed. rev. e atual do v.3 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 642p. *(1948-1952) - Contas Nacionais. Suplemento Especial. Estatísticas básicas. Conjuntura Econômica, FGV, Rio de Janeiro, v.30,n.3, p.89, mar. 1976. *(1953-1992) - Contas Nacionais. Conjuntura Estatística. Conjuntura Econômica, FGV, Rio de Janeiro, v.53, n.7, p. XXX, jul. 1999. *(1993-1996) - Contas Nacionais. Estatística. Conjuntura Estatística. Conjuntura Econômica, FGV, Rio de Janeiro, v.63,n.5, p.XIX, mai. 2009. *(1997-2005) - Contas Nacionais. Trimestrais. Indicadores de Volume e Valores Correntes. Nova Série. Indicadores IBGE, 2006. *(2006-2019) - Contas Nacionais Trimestrais. Indicadores de Volume e Valores Correntes. Out-Dez. 2019. Indicadores IBGE, 2019.

Tabela 1 - Produção Industrial brasileira (1901-2019)

Médias Trienais Móveis:			$\frac{1 + 2 + 1}{4}$								
Anos	Produção Industrial			Anos	Produção Industrial			Anos	Produção Industrial		
	Índice	Var. Anual	M.T.M		Índice	Var. Anual	M.T.M		Índice	Var. Anual	M.T.M
1901	100	2,7	1,97	1941	995,1	10,0	5,49	1981	21966,7	-8,8	-2,08
1902	103,5	3,5	3,09	1942	992,4	-0,3	5,68	1982	21966,7	0,0	-3,68
1903	106,15	2,6	3,42	1943	1124,2	13,3	9,25	1983	20670,7	-5,9	-1,38
1904	111,46	5,0	3,74	1944	1244,5	10,7	9,77	1984	21972,9	6,3	3,75
1905	114,11	2,4	3,80	1945	1299,3	4,4	8,93	1985	23796,7	8,3	8,65
1906	120,31	5,4	5,52	1946	1509,8	16,2	10,15	1986	26580,9	11,7	8,18
1907	130,92	8,8	5,77	1947	1567,3	3,8	8,41	1987	26846,7	1,0	2,78
1908	130,92	0,0	7,61	1948	1744,4	11,3	8,33	1988	26148,7	-2,6	-0,33
1909	159,22	21,6	11,92	1949	1924,1	10,3	10,80	1989	26907,0	2,9	-1,25
1910	166,29	4,4	9,89	1950	2141,6	11,3	9,83	1990	24700,6	-8,2	-3,31
1911	181,32	9,0	8,56	1951	2278,6	6,4	7,28	1991	24764,8	0,3	-2,98
1912	202,55	11,7	8,11	1952	2392,5	5,0	6,27	1992	23719,8	-4,2	-0,03
1913	202,55	0,0	0,53	1953	2600,5	8,7	7,76	1993	25631,6	8,1	4,99
1914	183,09	-9,6	-1,54	1954	2825,7	8,7	9,16	1994	27694,9	8,1	7,22
1915	206,97	13,0	7,11	1955	3126,0	10,6	9,21	1995	29002,1	4,7	4,64
1916	231,74	12,0	11,44	1956	3341,7	6,9	7,53	1996	29312,4	1,1	2,78
1917	252,08	8,8	7,12	1957	3532,2	5,7	8,62	1997	30560,4	4,3	1,76
1918	249,43	-1,1	4,59	1958	4104,1	16,2	12,49	1998	29776,8	-2,6	-0,69
1919	278,62	11,7	7,33	1959	4591,2	11,9	12,38	1999	29216,7	-1,9	-0,38
1920	298,08	7,0	5,90	1960	5032,0	9,6	10,43	2000	30618,4	4,8	1,77
1921	291,89	-2,1	6,84	1961	5567,4	10,6	9,67	2001	30429,8	-0,6	1,41
1922	363,53	24,5	11,69	1962	6002,2	7,8	6,61	2002	31059,6	2,1	1,20
1923	362,65	-0,2	8,09	1963	6013,6	0,2	3,34	2003	31451,4	1,3	3,13
1924	392,72	8,3	4,70	1964	6323,3	5,2	1,44	2004	33941,5	7,9	4,81
1925	402,45	2,5	3,75	1965	6024,8	-4,7	1,85	2005	34672,8	2,2	3,58
1926	409,53	1,8	4,25	1966	6729,1	11,7	5,41	2006	35398,4	2,1	3,13
1927	454,63	11,0	7,65	1967	6929,0	3,0	8,28	2007	37589,6	6,2	4,65
1928	485,59	6,8	5,57	1968	8003,0	15,5	11,52	2008	39142,3	4,1	2,44
1929	474,09	-2,4	-1,25	1969	8971,3	12,1	12,53	2009	37299,4	-4,7	1,24
1930	440,48	-7,1	-3,79	1970	9904,4	10,4	11,18	2010	41124,5	10,3	4,98
1931	446,67	1,4	-0,72	1971	11073,1	11,8	12,05	2011	42822,3	4,1	4,43
1932	452,87	1,4	4,02	1972	12645,4	14,2	14,30	2012	42488,5	-0,8	1,19
1933	506,82	11,9	9,14	1973	14795,2	17,0	14,18	2013	43417,2	2,2	0,52
1934	564,31	11,3	11,63	1974	16052,8	8,5	9,73	2014	42755,5	-1,5	-1,66
1935	631,54	11,9	13,24	1975	16839,3	4,9	7,50	2015	40288,6	-5,8	-4,41
1936	743,87	17,8	13,12	1976	18809,5	11,7	7,85	2016	38445,7	-4,6	-3,86
1937	781,02	5,0	7,74	1977	19392,6	3,1	6,08	2017	38251,3	-0,5	-1,28
1938	805,78	3,2	5,28	1978	20633,8	6,4	5,68	2018	38425,4	0,5	0,23
1939	884,5	9,8	6,25	1979	22036,9	6,8	7,33	2019	38628,6	0,5	0,38
1940	904,85	2,3	6,09	1980	24086,3	9,3	4,15				

Fonte: Elaborado pelo autor. Para os anos de (1901-1911) ver - Haddad, Cláudio. Crescimento do Produto Real brasileiro - 1900/1947. Revista Brasileira de Economia, FGV, Rio de Janeiro, v.29,n.1.p.3-26, jan./mar. 1975. *(1912-1947) - Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2.ed. rev. e atual

do v.3 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 642p. *(1948-1952) - Contas Nacionais. Suplemento Especial. Estatísticas básicas. Conjuntura Econômica, FGV, Rio de Janeiro, v.30,n.3, p.89, mar. 1976. *(1953-1992) - Contas Nacionais. Conjuntura Estatística. Conjuntura Econômica, FGV, Rio de Janeiro, v.53, n.7, p.XXX, jul. 1999. *(1993-1996) - Contas Nacionais. Estatística. Conjuntura Estatística. Conjuntura Econômica, FGV, Rio de Janeiro, v.63,n.5, p.XIX, mai. 2009. *(1997-2005) - Contas Nacionais Trimestrais. Indicadores de Volume e Valores Correntes. Nova Série. Indicadores IBGE, 2006. *(2006-2019) - Contas Nacionais Trimestrais. Indicadores de Volume e Valores Correntes. Out-Dez. 2019. Indicadores IBGE, 2019.

Com o fracasso do Plano Trienal (1962) o mercado de valores para o setor público continuou desorganizado, na medida em que se ampliava a crise com aplicação de uma política tributária regressiva que retirava os subsídios cambiais (Instrução nº 204), do mesmo modo em que se atribuía à inflação as dificuldades do setor externo e, sobretudo da escassez de divisas para a importação (RANGEL, 1963b). Pode-se dizer que a crise política que abriria a ditadura militar em 1964 no Brasil emergiu dessas perturbações econômicas que os variados planos de estabilização não conseguiram sanar, justo por não considerar a complexidade e as causas do fenômeno da inflação.

Ora, Ignacio Rangel (1985a, p.44) foi quem melhor percebeu esses equívocos quando elaborou o “Projeto de Decreto Legislativo 156-A/1962”, que mesmo recusado “pela Comissão Especial incumbida de apreciá-lo”, havia percebido e antecipado os motivos reais das causas da inflação, e as medidas institucionais da correção monetária (indexação da economia) capaz de saná-las, assegurando, através das encomendas, mercado para indústria nacional, e a busca por novos mercados externos com acordos bilaterais impulsionando as exportações de manufaturas da indústria leve (RANGEL, 1963b).

Como se sabe, a operação econômico-financeira implantada por O. Bulhões, ao indexar a economia pela correção monetária, criara “um novo e vigoroso aparelho de intermediação financeira” (RANGEL, 1983, p.42) levando a cabo um desenvolvimento industrial vertiginoso conhecido na historiografia como o “milagre do Delfim” (1968-1973). Disso resultou um “gigantesco esforço” pelo Estado na formação de capital nos setores da indústria pesada (mecânica, petroquímica, engenharia) de energia, serviços urbanos, transportes, etc., completada pelos Planos de Desenvolvimento (PND) do Governo Geisel (RANGEL, 1985a, p.46).

Esse período de desenvolvimento econômico, mesmo que sem a necessidade de se alterar a distribuição de renda, a capacidade ociosa foi amplamente utilizada gerando uma demanda efetiva por conta da “galopante” urbanização, que ajudou mobilizar fundos privados “via Sistema Nacional de Habitação e Banco Nacional de Habitação” (RANGEL, 1985a,

p.46) ao passo que fez com que a taxa de inflação declinasse de 88,4% em 1963 para 15% em 1971, ao passo que “a taxa de crescimento da produção industrial passasse de 0,2% a 12% e o PIB de 2,8% a 11,3%” (RANGEL, 1985a, p.47).

Aliás, foi a partir dessas medidas institucionais – congelamento da correção monetária para os grandes financiamentos de obras, e de novas plantas fabris - que garantiram a retomada do crescimento e deram base de sustentação ao milagre econômico brasileiro (1969-1973), levando o Brasil de simples produtor de bens de consumo intermediários a produtor de bens de capital, - concretizados com a edificação do Departamento I da economia (a indústria mecânica, química e construção civil pesadas) no governo Geisel (RANGEL, 1985a).

3.3 A DUALIDADE NO CASO DO OESTE PAULISTA

Diante desse quadro, tomam-se aqui algumas considerações sobre o caso do Oeste Paulista ora em curso, que segue no levantamento de corroborar as hipóteses rangelianas a partir da proposta de intersecção geografia-marxismo já sugerida por Mamigonian nos estudos da industrialização e do desenvolvimento regional e urbano das formações econômico-sociais periféricas. Ao que tudo indica, é possível observar nas recentes pesquisas de geografia econômica sobre “A Estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista” e “O novo mapa da indústria no século XXI” com vistas a subsidiar os estudos sobre o processo de industrialização e as novas determinações territoriais, uma forte subestimação do potencial teórico-metodológico que nos fornece o pensamento de Ignacio Rangel à luz da teoria da dualidade básica.

No caso do primeiro estudo, chama-se atenção ao fato de Selingardi-Sampaio (2009, p.104) considerar possível uma “síntese conciliatória” entre as fracassadas teses endossadas pelos (fazendeiros) e seus representantes àquelas que delimitaram o (colono) imigrante como “núcleo principal” da nascente burguesia industrial nacional. Para nós, seria um exagero considerar essa possibilidade de análise, pois além de subestimar a busca de “matrimônios vantajosos” pela aristocracia cafeeira com os imigrantes enriquecidos, também acaba por ignorar a luta de classes representada pela “divergência de interesses” entre fazendeiros e colonos, bem como a luta entre senhores feudais voltados para o mercado interno em confronto direto com fazendeiros barões-comerciantes de impor/export. (MAMIGONIAN,

1969; 1976a; 2000a; 2019a). Aliás, não foram estes últimos, os colonos-imigrantes associados aos senhores feudais liderados por G. Vargas, que edificaram as bases econômico-sociais de um “novo tipo de via-prussiana” no Brasil (MAMIGONIAN, 2019b, p.15), e por assim dizer, da industrialização cujo Departamento I da economia, ainda que de modo artesanal no interior de usinas (oficinas de conserto, etc.) e fora, portanto, da contabilidade nacional, - ao contrário do que afirmaram Mello (1986), Tavares (1996; 1998), etc., de que a industrialização brasileira se encontrava bloqueada pela ausência de uma indústria de bens de produção”? Outrossim, não seria o caso de extrapolar as análises de Sposito (2015, p.374) restrita a explicar a industrialização de São Paulo “como um processo de mão dupla, isto é, que “a força da capital, *locus* da gestão capitalista se reforça e reforça as áreas privilegiadas da rede urbana estadual”, esquecendo-se que a “reestruturação produtiva” e territorial do Estado de São Paulo está intimamente ligada ao processo de desnacionalização da economia, interrompida pela contrarrevolução dos governos Collor e FHC, que se arrasta desde os anos 1980 com as inúmeras políticas macroeconômicas liberalizantes (câmbio valorizado, altas taxas de juros, comércio exterior desestatizado, etc.) e suas subsequentes importações predatórias impostas pela “internacionalização da economia” (MAMIGONIAN, 2018) destruindo grande parte do parque metalomecânico pesado (ex. Villares, Cofap, etc.) ?

Noutros termos, é possível afirmar que Selingardi-Sampaio (2009) não leva as últimas consequências suas próprias conclusões em “A industrialização de Rio Claro – contribuição ao estudo da desconcentração espacial da indústria no Estado de São Paulo (1987)” onde reafirma o papel da pequena produção mercantil a cargo dos imigrantes de origem europeia como papel central no processo de industrialização de São Paulo²⁵.

Como lembra Mamigonian (1976a, p.86), mesmo considerando as iniciativas e a capacidade empresarial dos fazendeiros paulistas, estas não²⁶ foram capazes de “superar seu próprio sistema colonial-latifundiário, tornando-se burguesia industrial”, aliás, muito mais difícil do “que construir estradas de ferro para escoar café”. Ainda, como salienta

²⁵ Vale lembrar aqui do pioneirismo das geógrafas e geógrafos nessa linha de pesquisa iniciada ainda nos anos 1930 com o estudo de Branca da C. Caldeira “A indústria Têxtil Paulista (Geografia, ano I, n.4, 1935)”, e seguido depois por P. Petrone “As indústrias paulistanas e os fatores de sua expansão (B.P.G, n.14, jul. 1953)” e D. Lino de Mattos) em “Os fatores da industrialização de São Paulo (Anais da AGB, V. IX, Tomo I, 1957)”.

²⁶ É o caso da iniciativa de A. Silva Prado na Cia. Vidraria Santa Marina (1985), que ao mesmo tempo foi acionista da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, contribuindo para a expansão dos trilhos alcançando as zonas do café e as invernadas no Noroeste paulista. Nota-se seu pioneirismo na instalação do primeiro frigorífico brasileiro na cidade de Barretos em 1913 (MAMIGONIAN, 1976b).

Mamigonian (2000b, p.44), para preservar sua posição política hegemônica até 1930, a fórmula encontrada pela decadente aristocracia paulista que tinha seus interesses “crescentemente contestados”, “foi manter viva e intacta sua imagem de dinamismo e sua presença no campo político e das ideias (Semana de Arte Moderna, passado bandeirante, Partido Democrático, USP, etc.)”. Ora, a tese do “capitalismo tardio” de Mello (1986) é produto deste fracasso, que acabou endossando a conciliação entre imigrantes e fazendeiros de café pela via dos casamentos (Crespi e Silva Prado) conforme Warren Dean em “A industrialização de São Paulo (1971)”, ou também como foram o caso das famílias Lage e Matarazzo²⁷, confirmando a decadência deste último, logo superado pelo grupo Votorantim que soube diversificar sua produção nos anos 1950, liderando o segmento da construção civil na segunda etapa do processo de substituição de importações. Aliás, Antônio Ermírio de Moraes, fundador da Votorantim, empresa que liderou por quase cinco décadas como o maior conglomerado industrial brasileiro, é um típico exemplo de industrial-nacionalista que diante da contrarrevolução neoliberal dos anos 1990 com a abertura da economia sem qualquer planejamento prévio, foi obrigado a desempregar mais de 20.000 trabalhadores para “enfrentar a concorrência” (ARRUDA..., 1997).

Afinal, como disse Santos (1977, p.85), é preciso não perder de vista que “o modo de produção” não passa de uma possibilidade de realização, enquanto é a “formação econômica e social” que se apresenta como “possibilidade realizada, mas também, cabe admitir “uma natureza humana nacional, diversa da natureza humana em geral”, isto é, que o homem varia em seu ser e em sua consciência segundo a realidade social e telúrica em que surge e cresce” cuja “modificação dessa realidade no espaço e, reconhecida a mutabilidade da natureza humana no espaço, não há como negá-la no tempo” (RANGEL, 1957b, p.19). Sem essa básica diferenciação metodológica, incorre-se no risco de se perder pelo labirinto (MAMIGONIAN,

²⁷ A família portuguesa dos Lage participou ativamente como classe hegemônica na 2ª dualidade rangeliana, enquanto representantes dos barões comerciantes e latifundiários feudais. Já a família Matarazzo, pertence a categoria de imigrantes comerciantes que ascenderam enquanto nascente burguesia industrial no século XX, dissidência, portanto, dos extratos hegemônicos anteriores, em profunda aliança com os latifundiários feudais voltados para o mercado interno, sob a liderança de Getúlio Vargas. O casamento do João Lage com Filomena Matarazzo é um retrato desse movimento de matrimônios vantajosos acima assinalados. Afinal, João Lage era filho de João de Souza Lage, proprietário do jornal “O Paiz” (RJ), e considerado, segundo Sodré (1966, p.381) um típico “jornalista corrupto, de opinião alugada, conluiado com o poder, dele recebendo benefícios materiais em troca da posição do jornal”.

2019c) que recobre o “Fio de Ariadne da história, que julgávamos haver recebido de Marx” (RANGEL, 1978, p.86).

3.4 A QUESTÃO REGIONAL E O DESENVOLVIMENTO DAS VIAS DE TRANSIÇÃO NOS BAIXOS CHAPADÕES

Já é fato consumado nas recentes pesquisas sobre o processo de industrialização do Oeste Paulista (FRESCA, 1990; MOURÃO, 2002; SAMPAIO, 2003; GOMES, 2007; EMERIQUE, 2014; SILVA, 2015) a importância da pequena produção mercantil (capitais locais) na gênese e evolução das indústrias localizadas no Oeste Paulista, isto é, nas chamadas frentes pioneiras do início do século XX assinaladas por P. Deffontaines (1945, p.25) de acordo com as cartas gerais de 1910, que eram tratadas como sertão de terras “desconhecidas habitadas por índios”.

A rigor, é possível dizer que todas essas pesquisas assinaladas acima confirmaram, via de regra, a hipótese da pequena exploração rural inaugurada por P. Monbeig (1984, p.347) e levada às últimas consequências por Armen Mamigonian²⁸, isto é, o papel dos pequenos proprietários imigrantes “cada vez mais numerosos” e enriquecidos, que “provocaram um desenvolvimento da função comercial e industrial, tanto das capitais regionais, quanto dos novos patrimônios” em diversas áreas do vasto oeste paulista que, somadas a ampla rede ferroviária (mapa 1) construída com capital dos antigos fazendeiros associados ao capitalismo industrial inglês, promoveu o rápido desenvolvimento de uma extensa e complexa rede

²⁸ Há mais de 60 anos desenvolvendo pesquisas sobre o processo de industrialização no Brasil, o geógrafo Armen Mamigonian (1986) procurou decifrar o papel da pequena produção mercantil como fator fundamental do desenvolvimento do capitalismo no país. Com seus pioneiros estudos sobre a indústria no Brasil Meridional, percebeu que a acumulação primitiva que se multiplicou por todas essas áreas se assemelhava pelas condições do *self made man* (saber-fazer) trazidas pelos imigrantes, que na maioria dos casos se apresentavam como “capitalistas sem capital”, conseguindo se inserir por etapas no mercado local, regional e posteriormente nacional. Mas nem por isso, não deixou de constatar, em um profundo exercício dialético, que nem toda a indústria nascia do artesanato, como também nem todo artesanato se transformara em indústria. Para mais informações ver “Brusque: estudo de geografia urbana e econômica. In: **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XIII, n.3 e 4, 1960, p.46-50”; “Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.3, jul./set.1965, p.389-482”; “Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. In: **Boletim do Departamento de Geografia**, Presidente Prudente, n. 2,1969, p. 55-63”; O processo de industrialização em São Paulo. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.50, 1976, p.83-102”.

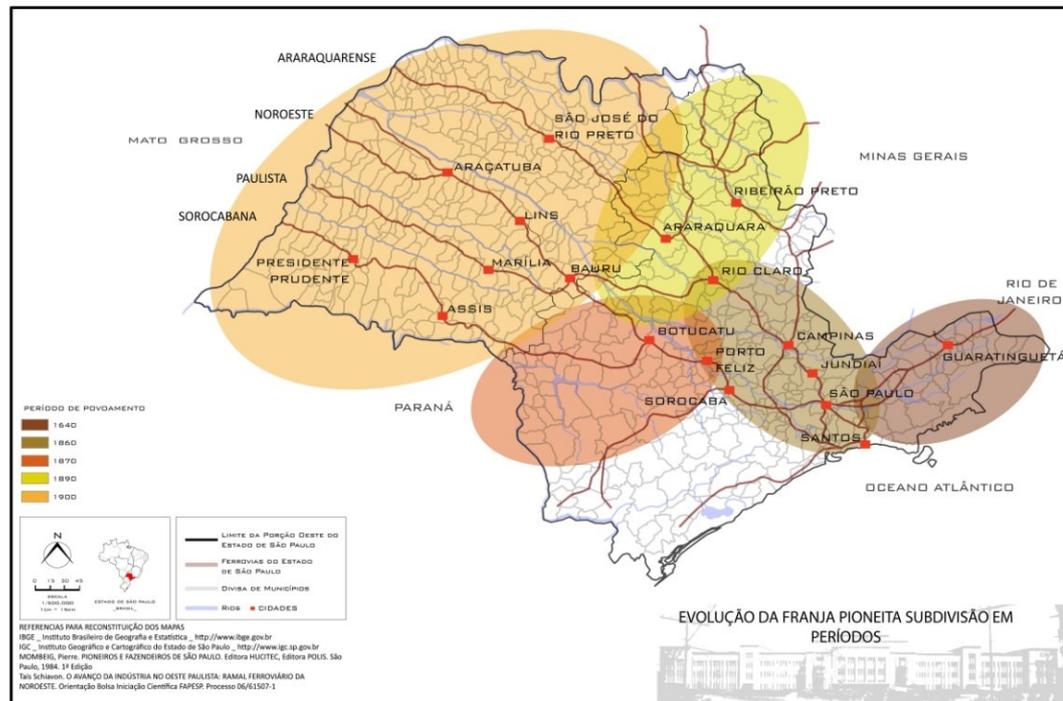
urbana, sendo que hoje algumas dessas capitais regionais se apresentam como verdadeiras “metrópoles de equilíbrio”²⁹ (ROCHEFORT, 2008).

Como forma de introduzir uma prévia aproximação com a área em que iremos abordar especificamente a hipótese das dualidades, parte-se aqui dos período de povoamento de 1900 (cor laranja) inseridos no mapa 1 cujas pesquisas acima assinaladas, parecem indicar certa homogeneidade no que diz respeito ao Oeste paulista³⁰, embora seria mais justo, como forma de qualificar a questão regional, a partir das observações edafoclimáticas consagradas pela geomorfologia do conjunto de planaltos inseridos no “Planalto Meridional” brasileiro onde só no Estado de São Paulo este tipo de relevo subtropical corresponde sozinho por 84,64% do território (MONTEIRO, 1963) sendo os baixos chapadões do Oeste Paulista (circulado em vermelho na Figura 2), um “dos mais notáveis compartimentos rebaixados do conjunto geral dos planaltos do Brasil Meridional” (AB’SABER, 1969, p.2).

²⁹ Como lembra Rochefort a ideia de metrópole de equilíbrio não se trata mais de reequilibrar o território, a partir da “reversão da polarização” da metrópole para o interior, ou seja, da desconcentração e descentralização industrial do centro dinâmico da economia nacional, mas sim, de armar as novas metrópoles, inclusive o centro dinâmico, para competir não só em escala nacional, mas também internacional sem perder de vista que as escolhas estratégicas do planejamento efetivado pelo poder público caminhasse na redução das incertezas do futuro. (RIVIÈRE e BRET, 2015). Recentemente, o governo do Estado de São Paulo tem adotado algumas medidas nesse caminho, criando um novo quadro regional para facilitar a atração de investimentos, como é o caso da criação de novas regiões metropolitanas (Piracicaba, São José do Rio Preto), novas aglomerações urbanas (Araçatuba, Presidente Prudente, Marília), microrregiões (Grandes Lagos, Catanduva, Avaré, Botucatu, Nova Paulista), e regiões de Estado (Barretos, Andradina, Ourinhos, Assis).

³⁰ Para efeitos de evitar confusões, procuramos assinalar a área caracterizada como Oeste Paulista a partir da estrutura morfológica “natural” apresentada por Aziz Ab’Saber, pois na literatura corrente, o termo oeste paulista aparece de diversas maneiras classificatórias. Para nós, mais que uma estreita delimitação regional arbitrária, apresentada como um corte de acordo com as variáveis escolhidas pelo pesquisador, acredita-se que o caminho válido a ser adotado aqui é de como se dá as transições de uma formação social à outra, combinando em suas múltiplas determinações os fatores estruturais e conjunturais que permitem desvendar as características fundamentais da nova composição de combinações. Em outros termos, não basta adotarmos aqui tipos de classificação das cidades pertencentes ao velho ou novo oeste paulista, mas sim, decifrar os denominadores comuns do processo de gênese e evolução do mercado interno brasileiro. Afinal, as pesquisas de Emerique (2014), sobre a industrialização de Piracicaba, e Silva (2015) sobre a industrialização de Ourinhos, Avaré e Botucatu se aproximam de outros períodos de povoamento, mas que se aproximam das teses assinaladas sobre a transição da pequena produção mercantil a edificação do edifício industrial brasileiro.

Mapa 1 - Avanço das companhias ferroviárias no Estado de São Paulo



Fonte: (SCHIAVON, 2015).

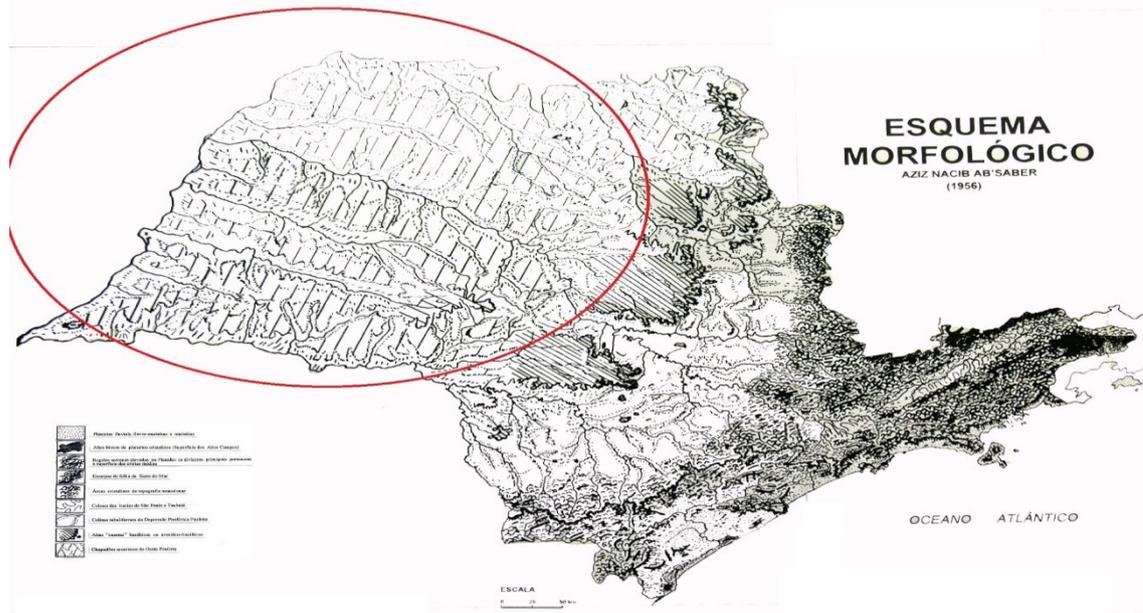
Ora, conforme assinalou Ab'Saber (1953, p.32), foi justamente aí, nos baixos chapadões do planalto ocidental que se constituiu a primeira riqueza paulista, pois as matas, além de criarem “as maiores e mais extensas manchas de solos florestais uteis do país”, passaram a ser consideradas “um prefácio para a vida econômica de nossas zonas pioneiras, constituindo as fontes de energia iniciais e o primeiro material de construção das edificações urbanas e rurais”. Além disso, vale lembrar que os “patamares internos e deprimidos do planalto” ocidental propiciaram a formação de “vias de passagem naturais” pelas alongadas “plataformas interfluviais”, criando um tipo original de penetração e ocupação dos solos caracterizado como “povoamento de espigão”, que só foi possível pela combinação de “fatores morfológicos, pedológicos e climáticos”.

Aliás, ainda segundo Ab'Saber (1953, p.33)

enquanto o médio vale do Paraíba e a depressão periférica paulista facilitaram a penetração, a extensão do povoamento e o estabelecimento de caminhos e aglomerações urbanas, assim como pagaram seu tributo ponderável ao ciclo do café, foi aos chapadões ocidentais que ficou reservada a tarefa histórica de fixar o povoamento rural e urbano, engendrar e multiplicar riquezas agrárias e garantir a

economia moderna do Estado. Colocada em situação geográfica estratégica, a cidade de São Paulo manteve o controle de todas as rotas de ligações terrestres da hinterlândia, aproveitando-se do desenvolvimento conjunto dessas regiões, de aptidões e destinos geoeconômicos tão diferentes. Evidente, portanto, a posição do relevo na fixação dos quadros das comunicações terrestres tradicionais de São Paulo e no esquema fisiográfico que nos explica as bases essenciais da riqueza paulista.

Figura 2 - Esquema morfológico do Estado de São Paulo (1956)



Fonte: AB'SABER, A. N. A terra Paulista. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.23, p.5-38, 1956. Adaptado pelo autor.

Com efeito, é a partir das condições dessa primeira riqueza “natural” dos baixos chapadões do planalto ocidental paulista que o imigrante irá atuar como verdadeiro sentinela no avanço “da marcha para o oeste” no final do século XIX e início do século XX, diferenciando-se, sobretudo dos “caboclos das glebas” de origem mineira, - os “últimos representantes da velha economia rural e do antigo povoamento do sertão” (MONBEIG, 1953, p.458). Nas palavras de L. Waibel (1955, p.391), ao estudar o processo de formação das zonas pioneiras, “nem o extrativista e o caçador, nem o criador de gado, podem ser considerados como pioneiros”, pois não foram capazes “de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena”.

Um segundo fator que merece ser levado em conta com parte dessa primeira combinação geográfica que se expressa nessa grande área destacada, é o papel da formação de uma nova estrutura agrária que gradativamente irá substituir as grandes propriedades na

medida em que os colonos-imigrantes partem para o processo de acumulação primitiva no interior das fazendas conforme assinalado por T. Holloway³¹ (1984).

Müller (1951, p.44) chama atenção para alguns municípios formados por essas frentes pioneiras do café e do algodão que, se de um lado propiciaram uma intensa atividade artesanal-mercantil durante a primeira metade do século XX, em algumas áreas deram origem precocemente a uma reforma agrária espontânea, com o parcelamento dos lotes em sítios, como foi o caso de São José do Rio Preto, onde ocorreu a “maior subdivisão” das propriedades rurais cujas maiores propriedades não passavam de “40 alqueires”.

Ora, é verdade que em cada “região” dessa grande área destacada no mapa 1 combinado ao esquema 1, o processo de passagem de uma economia de base agrícola para uma de base urbano-industrial teve suas peculiaridades, bem como seus ritmos de desenvolvimento, já que o fator da especulação fundiária pelas grandes companhias de colonização atreladas as companhias de estradas de Ferro – a maioria de capitais estrangeiros – na promoção de loteamentos irá ganhar maior intensidade em determinadas localizações como bem destacou Fresca (1990) no estudos de caso de Inúbia Paulista e Osvaldo Cruz na Alta Paulista – centralizado pela rede urbana de Marília.

Aliás, Marília que já nos anos 1940 despontava como um centro industrial de destaque, - se comparado com Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto – foi beneficiada por uma precoce diversificação produtiva (policultura) que, após a crise de 1929 foi prontamente derivada ao cultivo de algodão, dirigida em grande parte pelos pequenos

³¹ Holloway (1984), a partir dos seus estudos sobre o imigrante na formação do complexo cafeeiro paulista, identificou combinações elementares nas relações de produção entre os colonos-imigrantes e os grandes fazendeiros de café, que desmistificam a tese amplamente difundida das relações estritamente capitalistas entre essas duas classes. É que para autor, a maioria das famílias de imigrantes instaladas nas fazendas desempenham relações muito próximas de um servo de gleba, isto é, relações extraeconômicas tipicamente feudais, pelo fato da contração de uma prévia dívida da subvenção pela sua vinda promovida pelos cafeicultores. Em outras palavras, se o imigrante era juridicamente livre, economicamente não era. Além disso, é preciso lembrar que esses imigrantes, além de receber salários pelas parcelas de cultivo da rubiácea, também adquiriu o direito de produzir culturas intercalares entre as linhas de café, onde em muitos dos casos, promoveu a acumulação de capital nos interstícios das crises cíclicas do café, sobretudo durante a primeira guerra mundial, quando a produção de produtos básicos como arroz, feijão, milho, etc. tiveram sua alta nos preços. Ademais, não custa lembrar um quarto tipo de relação social muito presente na imigração italiana, isto é, o imigrante “carcamano”, que roubava parte da produção dos fazendeiros à luz do dia, pela prática dos “panelões” que serviam a “bóia” na roça, onde geralmente voltavam carregados de café no fim do expediente.

proprietários japoneses³², que logo transformaram o município no maior produtor de algodão do Estado de São Paulo, - participando assim, do primeiro ciclo juglariano voltado para o abastecimento de algodão para as indústrias têxteis (MOURÃO, 2002).

Já Araçatuba, devido à concentração de terras e expansão das pastagens para criação de gado por grandes pecuaristas de origem local, será favorecida pelo Plano de Metas na década de 1950, - ao dar origem a uma nova etapa do processo de substituição de importações - com o financiamento de instalação de frigoríficos e laticínios, como foi o caso da fundação do frigorífico Tião Maia. (GOMES, 2007).

Todavia, outro aspecto que merece ser destacado brevemente aqui é o papel da modernização da agricultura brasileira nos anos 1970, ampliada pela intervenção do Estado, que soube induzir, através do planejamento regional e da programação econômica, a subsequente “etapa” do processo de industrialização substitutiva de importações como foi o caso das encomendas para a construção de usinas no interior de São Paulo ativando o parque metal-mecânico conforme assinalou Emerique (2014) a partir das empresas de Piracicaba (grupo Dedini-Ometto).

Vale lembrar que com a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (G. Geisel) como medida para contornar a crise energética promovida pelos choques do petróleo (1973/1979), as áreas do Oeste paulista de São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente, foram beneficiadas pelo Programa Nacional do Álcool (Pro-álcool- 1975) como espaço privilegiado de expansão da demanda por produção de combustível. Novas destilarias foram implantadas pelos pecuaristas nessa área (Aralco, Alcomira, Univalem, Campestre, Benalcool, Unialcool, Generalcool, Destivale, Alcoolazul, Cruzalcool) sob o binômio boi-cana, com 100% de financiamento via Sistema Nacional de Crédito Rural à juros negativos subsidiados pelo governo federal³³ (BINI, 2009). Ainda aqui, segundo Gomes (2007, p.37)

³² Vale lembrar que a produção de algodão produzida pelos japoneses em Marília tinha como mercado cativo a BRAZCOT (Sociedade Algodoeira Brasil-Japão Ltda.), que “tinha por objetivo financiar e comprar a produção”, além de investir na construção de armazéns e máquinas de beneficiamento (MOURÃO, 2002, p.55).

³³ Na verdade, esses subsídios governamentais que se espalharam para diversos setores industriais firmaram por completo o pacto de poder entre o latifúndio feudal (já capitalista no Estado de São Paulo) com a burguesia industrial, como se observa, por exemplo, nos estudos de Sampaio (2003, p.54) a respeito do complexo citrícola paulista, sobretudo pelos grandes conglomerados emergidos da pequena produção mercantil, como foi o caso de José Cutrale Júnior, citricultor, comerciante e exportador de Bebedouro (SP), que fundou a Sucocítrico Cultrale S.A em Araraquara (SP), e beneficiou-se do “estímulo governamental” concedido para exportação através do crédito-prêmio de IPI (1969) e ICM (1970) além da exclusão do lucro auferido nas exportações da base de cálculo do imposto de renda”.

essas medidas contribuíram para estimular na região de São José do Preto “o surgimento de indústrias de processamento de suco concentrado, como a Cargill Citrus Ltda (Uchoa), a Citrovale (Olímpia), e a Bascitrus Agroindustrial S.A. (Mirassol)”.

De todo modo, não caberia aqui elencar uma multiplicidade de exemplos de pequenos produtores de origem familiar, que levaram a cabo o processo de industrialização dos diversos municípios para atender o consumo local, já abordados pelas pesquisas acima assinaladas³⁴, competindo ativamente ao longo do processo de substituição de importações (1920-1970) com as grandes empresas estrangeiras, – como Anderson Clayton e SANBRA -, e nacionais (Reunidas Matarazzo), na drenagem da riqueza gerada pelo espaço agrário do oeste paulista, sobretudo no beneficiamento e na produção agroindustrial (café, algodão e amendoim).

Na verdade, a cada volta do parafuso da passagem de um ciclo juglariano a outro, cada município e “região” irão reagir de acordo com suas potencialidades endógenas, ampliando fábricas e atraindo plantas de outras localidades conforme aponta os estudos, mas que com o processo de desnacionalização da indústria brasileira iniciado nos anos 1980, grande parte dessas empresas de origem familiar passa por forte processo de especialização, sendo que algumas encerram suas atividades, outras foram vendidas ao mesmo tempo em que surgiram novas empresas de acordo com as oportunidades de inversão³⁵.

Em resumo, poder-se-ia afirmar com Gomes (2007) que: 1) a indústria do Oeste paulista “nasceu caipira e está mais ligada aos fatores endógenos do que exógenos”, mas que, em todo caso, a presença do capital externo, se fez presente na “implantação de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas (café, algodão, amendoim)” nas primeiras etapas do ciclo médio, como também tem tido grande atuação no final do período de substituição de

³⁴ Elenca-se aqui algumas iniciativas industriais surgidas em diversos municípios como a fábrica de óleos José Zillo & Irmãos (1941); fábrica de máquinas agrícolas Sasazaki (1943); no ramo de alimentos a Ailiram (1945) adquirida pela Nestlé nos anos 1980, a Marilan (1957), Rainieri (1948) em Marília; Bebidas Funada (1947), Bebidas Asteca (1948) em Presidente Prudente; a fábrica de colchões AmericanFlex em São José do Rio Preto; Tokunaga & Cia (1950) destinada a produção de botinas e sapatões, e a POPI – Indústria e Comércio de Calçados Ltda (1964) em Birigui (GOMES, 2007).

³⁵ Mourão (2002) em seus estudos sobre a região de Marília observou que até os 1990 a dinâmica industrialização baseada nos capitais locais combinadas com capitais externos sofreu um grande impacto com a abertura econômica. O fechamento da fábrica de bebidas da Antártica em 1993, da Adria/Quaker no ramo de alimentos em 1988, a Kobes Brasil que fabricava fio de seda, bem como a Iguatemy Operacional, no ramo de lentes óticas e armações de óculos com mais de 800 trabalhadores, foram brutalmente penalizadas pelas importações predatórias. Em Birigui, por exemplo, conforme assinalou Souza (2003), se durante o Plano Collor a indústria calçadista sofreu uma redução de 15% de sua produção, durante o Plano Real o agravamento da crise nesse acabou reduzindo em aproximadamente 34% a oferta de empregos, com a demissão de 4.711 funcionários.

importações aos nossos dias atuais; 2) que o desenvolvimento industrial dessa “região” dos baixos chapadões do planalto ocidental paulista não “está associado ao processo de desconcentração industrial” da metrópole paulista iniciado nos anos 1970 pelo variados planos do governo estadual³⁶, mas sim pelo desenvolvimento do capital local que fez com que a participação da indústria do Interior passasse de 14,7% em 1970 para 20,2 % em 1980, enquanto que a metrópole perdia suas posições, passando de 43,4% para 34,2% no mesmo período; e que por fim, mesmo que “o setor industrial” dessa região não “seja tão significativo do ponto de vista de números de estabelecimentos, de pessoal ocupado e de valor adicionado”, muitas das empresas que atuam por aqui possuem inserção internacional, com exportações direcionadas para países europeus, asiáticos, entre outros.

No entanto, os resultados apresentados por Gomes (2007) sobre o processo de reestruturação da indústria no oeste paulista que se manifesta no final dos anos 1980 e se prolonga nesse primeiro quartel do século XXI, parece haver exagerado na dose de otimismo quanto ao papel das inovações tecnológicas das firmas³⁷ que, para se defenderem da crise promovida pela abertura do mercado nacional, foram obrigadas a implementar uma série de medidas organizativas em busca de vantagens comparativas, como demonstram os casos das cidades médias mais importantes do oeste paulista (São José do Rio Preto, Marília, Araçatuba, Birigui, Presidente Prudente).

Como é possível perceber na tabela 2 abaixo, o PIB das cidades médias entre 2002-2007 referidas por Gomes (2007), se observadas em seu conjunto, permaneceu abaixo da média nacional, sobretudo o município de Marília, que não apresentou nenhuma recuperação, nem mesmo no ano de 2004, ano onde ocorreu o pico da desvalorização cambial do primeiro quinquênio do século XXI, como pode se observar no gráfico 2 abaixo.

³⁶ Afora os Planos Nacionais de Desenvolvimento (Plano de Metas, PAEG, I, II e III PND) que projetaram “inconscientemente” algumas das etapas do processo de substituição de importações que, no caso do Oeste paulista, foi diretamente beneficiado pela modernização capitalista da agricultura, enquanto que os Planos Estaduais de Desenvolvimento em São Paulo, nos governos de Abreu Sodré (1967/1971), Laudo Natel (1971/1975), Paulo Egydio Martins (1975/1978), Franco Montoro (1983/1987) O. Quércia (1987-91) beneficiaram de forma passiva a industrialização do interior paulista, com investimentos sobretudo nos setores viários e de transportes possibilitando uma maior mobilidade do capital entre a metrópole e o interior (NEGRI, 1988).

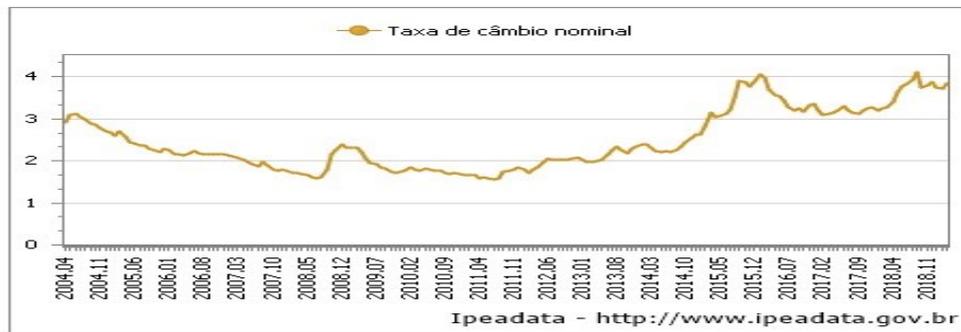
³⁷ Para Gomes (2007) o processo de reestruturação produtiva no oeste paulista, resultou em um saldo positivo, no que diz respeito a manutenção de empregos, se comparados com a região metropolitana da capital (São Paulo), pois a “acumulação flexível” ficou restrita a empresas de médio e grande porte, que introduziram novos métodos de organização e gestão, técnicas e padrões de produção e organização do trabalho, sobretudo nos novos ramos do setor elétrico, farmacêutico, alimentício e de biocombustíveis.

Tabela 2 - Variação anual do PIB em %

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Araçatuba	0,1	7,8	13,7	14,2	15,2	11,0
Birigui	17,6	11,5	15,9	10,7	05,4	12,2
Marília	14,6	8,2	9,2	10,7	12,3	13,0
Presidente Prudente	12,2	9,6	15,0	11,0	05,8	8,4
São José do Rio Preto	9,3	11,6	15,7	9,4	13,0	12,9
Brasil	15,4	14,0	10,9	11,0	12,9	14,3

Fonte: SIDRA, IBGE. SEADE. Elaborado pelo autor.

Gráfico 2 - Taxa de Câmbio Nominal



Fonte: (Ipeadata, 2019)

De todo modo, não é nossa intenção aqui de aprofundar as áreas estudadas por Fresca (1990), Mourão (2002), Gomes (2007) entre outros, mas sim, apresentar um quadro geral da gênese e evolução do Oeste Paulista no processo de industrialização brasileiro. Pelo o que foi dito, é evidente o papel da pequena produção mercantil na transição de uma economia de base agrário-exportadora para um tipo de sociedade urbano-industrial. E que, ademais, a dinâmica desses empresários agrícolas e industriais de origem imigrante fez com que essa região dos baixos chapadões conseguisse reagir as crises cíclicas do processo de substituição de importações, como também da crise que se arrasta desde os anos 1980, promovendo desnacionalizações na economia. Ao que tudo indica, esse processo no Oeste paulista se apresentou de modo mais equilibrado, por conta de uma ampla diversificação produtiva dos setores industriais em ramos tradicionais com baixa intensidade tecnológica.

Para tanto, como forma de contribuir com a extensão do debate sobre as vias de transição no oeste paulista, no procuraremos analisar nas conclusões, a partir do estudo de caso do município de Olímpia (figura 3) - uma típica “cidade de fazendeiros” - como se deu o processo de industrialização numa área que foi considerada como região do colonato

(BOECHAT, 2009), que passou de um surto de prosperidade na década de 1920, com as riquezas do café³⁸, e logo foi estrangulada pelos três centros muito próximos que desempenhavam o papel de pequenos núcleos abastecedores das áreas vizinhas: São José do Rio Preto, Bebedouro e Barretos” (GOULART, 1951, p.25).

Por outro lado, nesse início do século XXI, a cidade de Olímpia conseguiu reencontrar o caminho do desenvolvimento, ao ser promovida, em meados de 2015, a estância turística do Estado de São Paulo, mobilizando capitais locais, regionais, nacionais e internacionais, que em certa medida, estão promovendo, ao lado das políticas municipalistas e estaduais, profundas transformações na estrutura urbano-regional.

Para fins de localização, a Estância Turística de Olímpia está localizada localiza na região Noroeste do Estado, na mesorregião da alta e média Araraquarense e na microrregião do divisor Turvo-Grande. Possui uma área de 831km² e faz fronteira ao norte com os municípios de Altair e Guaraci, ao sul por Tabapuã e Cajobi, a leste por Barretos e Severínia e a oeste por Guapiaçu e Uchoa. Ainda dispõe dos distritos de Baguaçu e Ribeiro dos Santos. De fácil acesso e locomoção rodoviária, encontra-se a 430 km da capital São Paulo, a 50 km de São José do Rio Preto e a 49 km de Barretos.

Figura 3 - Localização de Olímpia (SP)



Fonte: Olímpia Estância Turística. In: <https://www.olimpia.sp.gov.br/>

³⁸ Segundo Mori (1925), a cidade de Olímpia tornou-se em 1925 o quarto município do Estado de São Paulo com maior movimentação financeira, só atrás de São Paulo, Campinas e Santos.

4 A CONJUNTURA MUNDIAL E O BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

É curioso que nesse primeiro quartel do século XXI grande parte da intelectualidade brasileira ainda insista adotar em suas pesquisas aportes teórico-metodológicos já superados como se estivessem inventando alguma “novidade”. Por outro lado, argumenta-se que o inverso também é verdadeiro, quando se parte das pesquisas que postulam novos conceitos e hipóteses, que mesmo apresentando sólida base empírica carecem de contraprovas condizentes com a realidade.

Parece ser este o caso da “guerra de mercados” patrocinada pela “cruzada” entre a historiografia paulista e carioca que, longe de promover um debate promissor assentado nas tarefas da atual quadra histórica do desenvolvimento brasileiro, voltam-se ao passado sem compromisso algum com o presente e com o próprio planejamento do futuro ancorado no interesse nacional. O beco sem saída, nesse caso, pode ser visto pelo acordo tácito de “compadres” tanto no debate sobre a transição do feudalismo-capitalismo - entre as teses do “Antigo Sistema Colonial” (São Paulo) e dos neófitos do “Antigo Regime dos Trópicos” (Rio de Janeiro) – bem como da “conspiração do silêncio” orquestrada em torno da transição do imperialismo-socialismo nesse início de século XXI predominantemente estruturada em “modelos” apriorísticos.

Em outros termos, essas escolas ao invés de orientar o sentido da historiografia para a atualidade, contribuindo de algum modo na superação da crise e dos desafios que se impõe na ordem do dia, abandonam o fio de Ariadne da História balizada pela tese central de que “sem ideologia do desenvolvimento, não há desenvolvimento nacional” (PINTO, 1960, p.29), em troca da autopromoção intelectual garantida pelos arraiais universitários ligados a interesses forâneos.

Como é de se esperar, o resultado do imbróglio não poderia ser diferente, pois vida de regra o predomínio do compromisso com o “status quo” se manifesta no ambiente acadêmico por uma via de mão dupla: a) primeiro na elaboração de falsas hipóteses que se reproduzem em larga escala procurando assegurar o “monopólio das ideias” e o controle do “mercado de ideias” como é o caso dos grupos de pressão dos maiores centros de pesquisa localizados no eixo Rio-São Paulo; e b) segundo, pela subordinação indiscriminada à ciência estrangeira ou qualquer “espécie” de ciência autóctone sem compromisso algum com o “bom senso

nacional”, - critério básico de investigação sistemática das peculiaridades das formações sociais complexas esboçadas pelos fenômenos em suas múltiplas determinações (políticas, econômicas, sociais, naturais, culturais, etc.) sem perder de vista o processo geral.

Em linhas gerais, se tomarmos como ponto de partida a recente historiografia, - ou nova historiografia como se tem chamado - não é difícil perceber que a continuidade do debate sobre o desenrolar do processo de industrialização no Brasil tem enfrentado grandes obstáculos para se firmar no ambiente intelectual. O próprio tema da desnacionalização da economia brasileira, questão fundamental da problemática nacional, ainda se encontra em estado latente de “generalização” quando não de explicação, fato que comprova a lentidão em que se desenvolve o debate no país, e que, aliás, só reforça nosso argumento histórico da persistência das peculiaridades do feudalismo brasileiro que se move no espectro político, social e intelectual de modo lento, gradual e seguro.

Na verdade, o ritmo do debate tem-se revelado em perfeita sintonia com a dança do “samba do crioulo doido”, que desde os anos 1980 foi perdendo seu “gingado” para a mecânica “pop” do imperialismo americano, - aquele padrão “musical” dominante, que tem na inflação “a inimiga número um”, combinada com a “harmonia da desindustrialização” ao coro unívoco da melodia cantada pelas políticas cambiais, fiscais, creditícias, etc., comumente cambaleantes.

Ora, diante do *mainstream* acadêmico, não seria forçoso dizer que os avanços da ciência social brasileira, lidas aqui em sua totalidade – isto é, sob os interesse nacional-popular - fornecem elementos mais convincentes para a argumentação que aqui se almeja, pois, a natureza das amarras “intelectuais” produzidas *in loco* nas universidades tem cada vez mais limitado a compreensão dos fenômenos complexos que se dá na transição em curso – mesmo que aos “trancos e barrancos” - do capitalismo ao socialismo em troca de um apelo quase “insofismável” ao rigor da teoria que rompe com o processo histórico, e da própria visão da história como ciência.

Nesse sentido, nada mais apropriado do que iniciar esse breve comentário a partir dá aproximação com a clássica paródia de Sérgio Porto (pseudônimo Stanislaw Ponte Preta), “O Samba do Crioulo Doido”, que longe de ser gratuita, fornece, a princípio, um quadro válido para explicar o revisionismo que tem ditado os rumos da “nova” historiografia brasileira, e seus paladinos afeitos em reinterpretar o Brasil a luz de juristas apegados a “instituições

herdadas do passado, de modo que, deixados ao seu alvedrio, estarão sempre ocupados em reconstruir alguma coisa, não raro já caduca e perempta” (RANGEL, 1986a).

Com efeito, seria cabível perguntar qual o papel do Brasil diante dos desafios atuais na transição imperialismo-socialismo no século XXI exposto pela rivalidade entre os EUA e a China? Teria o Brasil condições de retomar o caminho do vitorioso Projeto Nacional de Desenvolvimento ainda nessa primeira metade do século XXI, queimando etapas do desenvolvimento econômico em resposta a aquilo que Rangel definiu como a tarefa da “revolução brasileira” na consolidação de sua 4ª Dualidade? (RANGEL, 1984, p.87). Ademais, dado o aspecto geográfico de continentalidade do território nacional, o Brasil será capaz de liderar a conformação de um megaestado sul-americano a partir de um novo quadro regional estabelecido por uma política de “substituição supranacional de importações” (RANGEL, 1982a, p.36) nessa fase depressiva do 4º ciclo longo de acumulação que se estende nesse primeiro quartel do século XXI?

Qualquer tentativa de responder as questões acima colocadas pelo exercício de futurologia, seja em matéria das ciências sociais ou naturais, corre o risco de se limitar as anedotas da personagem Leokadja Begbick na Comédia *Um homem é um homem* de Bertolt Brecht onde se diz que “de todas as coisas certas, a mais certa é a dúvida” (BRECHT, 1991, p.193). Para isso, como uma das medidas necessárias para superar a era de incertezas instalada na América Latina e no Brasil nesse primeiro quartel do século XXI, adotaremos como ponto de partida o critério científico e metodológico que V. de Mauá atribuiu como “força das circunstâncias”, substituindo o bom senso nacional “pela investigação sistemática de nossas peculiaridades” (RANGEL, 1957b, p.20).

De fato, a adoção desse critério científico, a dualidade brasileira por excelência, dado a complexidade em que se movem as leis da ciência no tempo e no espaço pela inquietação criadora, permite nos situar ao lado dos fatos e da conjuntura, ao mesmo tempo em que exercemos uma espécie de força gravitacional ao lado da ciência de nosso tempo, a saber: o materialismo histórico encampado atualmente pelo Príncipe Moderno Chinês³⁹.

³⁹ Vale lembrar que o atual presidente da China, Xi Jinping, quando lançou o livro “The Governance of China (2014)”, deixou claro que o fundamental a se reter do “socialismo com características chinesas” é justamente sua abordagem holística de “uma tarefa, dois pontos básicos”, ou seja, construir o primeiro estágio socialista na China, e no longo prazo realizar o comunismo combinando desenvolvimento econômico e planejamento com desenvolvimento político, social, cultural e ecológico como linhas básicas do trabalho diário.

É característica comum no processo histórico recorrer-se constantemente ao exercício de futurologia como caminho viável de antecipar, ou até mesmo modelar o futuro. Inúmeros são os exemplos de previsões que ao longo do tempo lograram atingir certo grau de proximidade aos enunciados apresentados, mesmo que em épocas posteriores. Antes da evolução das ciências, a astrologia viveu momentos de prestígio na direção das sociedades primitivas que levantavam suas hipóteses em busca de decifrar o mundo, bem como suas realidades particulares. Mas só foi com a ascensão da burguesia inglesa em meados do século XVII que a futurologia encontrou seu desfecho mais acabado universalizando-se em todas as ciências – uma vez que estas se dedicavam a “definir as leis que governam certa ordem de processos” (RANGEL, 1982a, p.108).

É diante desse compromisso científico e social que Andrade (1992b, p.148) irá dizer que o exercício de futurologia é um “saber muito incerto e dependente do próprio processo evolutivo, que se faz de forma não linear, cheio de avanços e recuos de difícil previsibilidade” (ANDRADE, 1992b, p.148). Em contraponto a essa afirmação, Delfim Netto sustenta que, a futurologia não passa de uma mera proposição “metafísica de longo prazo” (DELFIN NETTO, 1970, p.3), pois o “futuro não está contido no passado” (DELFIN NETTO, 2016).

Se estivermos de acordo com Andrade (1992b), é possível dizer que, se partimos de premissas que corroboram a existência concreta de uma “lei geral do processo histórico” combinadas a uma segunda lei do desenvolvimento de ritmos desiguais deste mesmo processo (TROTSKY, 2007, p.21), não resta dúvidas da possibilidade de estabelecer análises econômico-sociais buscando compreender “o futuro como história”, que, segundo Antônio Barros de Castro diz nada ter “de metafísico” (CASTRO, 1988b, p.12-13).

No entanto, é preciso considerar as advertências de Rangel⁴⁰, sob o exercício de futurologia como não necessariamente científica, apoiada, sobretudo em profecias e ficções, que nem sempre condicionaram o desenvolvimento “num sentido progressista” (RANGEL, 1982a, p.109). Segundo Rangel, a técnica é a peça central da engrenagem no progresso científico, e por assim dizer, no desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas sociais em diferentes escalas no tempo e no espaço. Supor que um país terá um mesmo ritmo determinado de desenvolvimento no futuro, pelos seus feitos do passado, é não levar em conta

⁴⁰ Para nós, é possível sustentar a afirmação de Delfim Netto em partes, pois em matéria de futurologia há muitas tendências ancoradas no plano místico, abstrato e ficcional.

o “acelerado prosseguimento da histórica corrida de revezamento” entre economias, até então inertes, que passaram a absorver com rapidez a tecnologia de vanguarda do centro dinâmico mundial (RANGEL, 1982a, p.113).

Por outro lado, não há dúvidas que no exercício de futurologia, longe de uma ligeira utopia, a construção de uma sociedade universal, “uma comunidade única”, com o desaparecimento gradual das “sociedades nacionais presentes” se faz necessário. Já lembrava Kant em seu Projeto Filosófico pela “Paz Perpétua” que “uma Federação de Estados, cujo propósito é simplesmente evitar a guerra, constitui o único *estado jurídico* compatível com a sua liberdade” (KANT, 2008, p.50). Mas, seria um equívoco “tomar os desejos por realidade, a ponto de esquecer que em nossos dias temos ainda o colonialismo antigo e novo e o racismo” obstruindo o planejamento e a programação do desenvolvimento nacional de países periféricos (RANGEL, [1960-80] 2005a, p.450).

A título de demonstrar parte destes equívocos futuroológicos, basta lembrar a reunião do Fórum Social Mundial sediado na cidade de Porto Alegre (RS) em 2005, quando Hugo Chávez e Luís Inácio Lula da Silva foram colocados equivocadamente pela juventude, movimentos sociais e partido de esquerda em campos diametralmente da *grande política*, quando estes dirigentes na verdade, e cada qual a suas peculiaridades, tinha como critério fundamental o enfrentamento dos problemas latino-americanos “a partir do encontro prático com a realidade” (SANTOS, 2010, p.269).

Desse episódio de tamanha magnitude, não de menor importância foram as palavras de José Saramago em uma das mesas do encontro (Quixote Hoje: Utopia e Política) que caiu como um balde de água fria aos adeptos da “globalização” justa e solidária. Conforme disse o escritor português, “considero a utopia, não só o conceito de utopia, inútil”, basta lembrarmos que “o que transformou o mundo não foi a utopia, foi a necessidade” (SARAMAGO, 2005; 2015).

Ora, voltando-se na esteira dos fatos históricos concretos da Comuna de Paris, quando haviam se esgotado “todos os germes nascidos em 1789” (GRAMSCI, 1968, p.47), Marx disse que os trabalhadores em “plena consciência de sua missão histórica”, não tinham “nenhuma utopia” pronta para ser introduzida por um “decreto do povo”, e que para “atingir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida” teriam que passar “por

longas lutas, por uma série de processos históricos” (MARX, 2011, p.60). A esse respeito, Lukács é elucidativo:

A coisa pode ser esclarecedora com um simples exemplo: enquanto alguém quebra a cabeça em torno de uma grande descoberta científica, aparece-lhe uma dor de dente insuportável. Na imensa maioria dos casos, é certo que não estará em condições de prosseguir seus raciocínios enquanto não seja vencido o mal imediato. A negação do capitalismo, a nova organização socialista da economia, significa, para toda humanidade, a cura de todas as dores de dente. Desaparece da consciência dos homens tudo que lhes impedia até agora de viver seus problemas verdadeiramente fundamentais: sua consciência se abre para o essencial. Mas este exemplo mostra também o limite da transformação. Por certo, é necessário que a dor de dente tenha desaparecido para poder retomar a atividade intelectual; mas tão certo como isso é que essa atividade não se reinicia automaticamente por si mesmo ao cessar a dor: é necessário um novo esforço, uma nova vocação, um novo ímpeto. Então a humanidade que trabalha não chegou ainda a meta pelo fato de que desaparecem todos os seus sofrimentos econômicos: só criou as possibilidades como para poder pôr-se a caminho com novas forças para a autêntica meta. A cultura é a forma da ideia de ser-humano do homem. E então, criada pelo homem, não pelas circunstâncias. Toda reestruturação da sociedade configura somente a moldura, a possibilidade da livre autorrealização, da espontânea força criadora dos homens (LUKACS, 1978).

Ao fim e ao cabo, levando as acertadas considerações, será possível estabelecer um exercício sistemático dos caminhos e tendências dignas de antecipação às inúmeras crises cíclicas ulteriores do desenvolvimento do capitalismo, e suas possíveis implicações nas distintas e desiguais formações sociais que recobrem o mundo. Longe da justaposição entre as contradições fundamentalmente nacionais e os problemas que remetem ao desenvolvimento das forças produtivas, é no progresso técnico expressado pelas relações desiguais de centro-periferia que se encontram as respostas aos desafios e as contradições lançados à longa marcha dos povos (subalternos) em superar a “via da supremacia” pela capacidade de “tomar em suas mãos o seu próprio destino” (MAMIGONIAN, 2005, p.54). Por certo, se trata naturalmente da transição do capitalismo (imperialismo) ao seu estágio superior (socialismo) da humanidade ainda em vias de gestação nesse século XXI, bem como das vias de transição feudalismo-capitalismo/socialismo posto em marcha como desafio dos Estados Nacionais periféricos.

4.1 A TRANSIÇÃO CAPITALISMO-SOCIALISMO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Mais que uma questão ideológica, a não subordinação da periferia às diretrizes impostas pelo consenso de Washington, fez com que se ampliassem os desafios da *Grande*

Política no século XXI. Segundo as palavras de Moniz Bandeira (2013) inaugurou-se no cenário mundial uma espécie de Segunda Guerra Fria com a queda de um dos alicerces do campo socialista aberto com a vitoriosa Revolução de Outubro no Ocidente (LOSURDO, 2004a) e o surgimento da China - tributária do marxismo-leninismo da III Internacional - como polo gravitacional das lutas anti-imperialistas e nova liderança global (MAMIGONIAN, 2018).

De certo modo, isso pode ser observado no conflito de interesses e nas tensões promovidas pela “reestruturação do capitalismo” no mundo, quando se acelerou o emprego de novas tecnologias em serviços e produção de bens imateriais, condicionando o processo de industrialização sob um invólucro “pós-industrial” (MAGRI, 2014), ou como “se convencionou chamar” pelos críticos mais atentos “de ciranda financeira⁴¹ sabiamente organizada nas condições da inflação” (RANGEL, 1986b, p.16). Basta lembrar que no ano que antecedeu a crise mundial de 2008 as operações totais com “derivativos e quejandos chegaram a 600 trilhões de dólares, correspondendo dez vezes mais a soma do Produto Interno Bruto Mundial, de aproximadamente US\$ 54,3 trilhões” (NEVES, 2009, p.367)⁴².

Essa garantia de manter altas taxas de lucros “virtuais” se deu através da desregulação do mercado internacional via acumulação predominantemente financeira das grandezas macroeconômicas (consumo, investimento e emprego) pelas economias centrais (CHESNAIS, 2001), mas que acabou encontrando obstáculos na primeira década do século XXI pela rebeldia de nações periféricas latino-americanas, asiáticas e africanas, cada qual a suas peculiaridades, que adotaram políticas econômicas anticíclicas de interesse nacional-popular (MAMIGONIAN, 2006), isto é, controle cambial e tarifário, programas sociais, investimentos em infraestrutura, nacionalizações, etc. além de iniciativas estratégicas na consolidação de blocos econômicos e geopolíticos regionais, como por exemplo, a iniciativa da UNASUL, que derrotou a ALCA na América Latina e fortaleceu o MERCOSUL (MAMIGONIAN, 2009), e a parceria dos países do BRICS que buscaram elevar suas áreas de influência no comércio

⁴¹ Segundo Rangel, “ciranda financeira é a atual corrida para o jogo de bolsa, como fuga às aplicações tornadas desinteressantes” transformando-se assim num “movimento circular, que não promete levar a parte alguma, isto é, que não promove a transferência de recursos para áreas do sistema sem capacidade ociosa e, portanto, carecidas de investimento” (RANGEL, 1986, p.16).

⁴² Outro dado que ilustra esse tipo de corrupção e sonegação “lícita” são os 5,9 trilhões de dólares, isto é, aproximadamente 10% do PIB mundial correspondente a riqueza financeira doméstica de alguns residentes dos EUA e a da União Europeia depositados em paraísos fiscais, sendo que, como demonstrou em artigo recente Gabriel Zucman (2013), 75% desses ativos não são declarados.

exterior a um alto grau de planejamento, com acordos “bilaterais, planejados e de Estado” no eixo Sul-Sul (RANGEL, 1987a, p. A-20).

4.1.1 A ofensiva imperialista dos EUA

Em resposta as essas iniciativas anticíclicas tomadas pelos países da periferia do sistema capitalista nesses inícios do século XXI, a reação dos EUA mostrou-se mais agressiva, embora um tanto distinta do *modus operandi* postos em prática pelos governos de R. Reagan (1981-1989) – que soube articular de um lado as políticas econômicas neoliberais impostas pelo Consenso de Washington e, de outro, as “pirâmides keynesianas” edificadas pelo “programa de armamentos” (RANGEL, 1990a, p. B-2).

Inspirada na Escola de Chicago, voltou-se em cena nesses inícios do século XXI as políticas econômicas de “reaquecimento” da economia mundial pelo lado da oferta (supply side) às custas de intensificar as práticas imperialistas norte-americanas com ferramentas mais sofisticadas àquelas utilizadas no bloqueio do desenvolvimento do Japão e das economias periféricas mais dinâmicas do século XX, como foi o caso do Brasil e da União Soviética⁴³, que chegaram a desenvolver suas respectivas “produções industriais aos ritmos de 26 e 37 vezes” entre 1938 e 1988 (RANGEL, 1991d, p.2).

Não custa lembrar que foi na década de 1980 quando a pauta da agenda neoconservadora americana consolidou no “mercado mundial de ideias” uma ampla difusão de manuais de administração que enalteciam receitas neoliberais e teses da “globalização” forjadas pelas universidades de Yale, Chicago e Harvard (MAMIGONIAN, 2018). Conforme assinalou P. Hirst e G. Thompson (1998), a moda da “globalização” prescrita pelos gurus da administração, serviu até mesmo para ludibriar políticos, jornalistas e intelectuais de esquerda

⁴³ Vale lembrar que a União Soviética (URSS) foi elevada ao status de superpotência no século XX. De certo modo, isso garantiu sua independência econômica, se comparada ao Brasil e o Japão, que careciam de uma complexa engenharia financeira. Ao que tudo indica seu colapso e desintegração se aproxima mais das políticas desastrosas do líder russo Gorbachev que acabou sendo pautado pela corrida armamentista americana de “guerra nas estrelas”, e sua posterior liberalização econômica com Boris Iéltsin (MAMIGONIAN, 2018). Segundo o atual secretário do Conselho de Segurança da Rússia e ex-diretor do Serviço Federal de Segurança da Rússia (extinta KGB), Nicolai Patrushev, o colapso do Estado Soviético se deu pela falta de liderança e vontade política, crucial para preservar o desenvolvimento de qualquer país. Em suas palavras: “os líderes da URSS simplesmente perderam o rumo; eles não entendiam como e o que tinham que fazer; eles não viam uma maneira de resolver os problemas do país [...] e mais importante, a liderança da URSS não assumiu qualquer responsabilidade” (PATRUSHEV, 2016).

que não tardaram em se enveredar pelos “marxismos” em série e em escala industrial, produzidos pela CIA, mas que de certa forma foram logo desmascarado em suas pretensões de “atender a uma conspiciuíssima demanda” tanto de governos, como também de “pequenas potências” (RANGEL, 1978, p.79-80).

Eis que conceitos como crise e economia perderam suas significações passando a ser utilizadas como palavras de ordem, isto é, uma ideia-força para impor e para fazer com que se aceitassem “medidas e restrições que as pessoas” não teriam “motivo algum para aceitar”. O substantivo *Crise*, por exemplo, passou a significar, segundo os manuais de administração, simplesmente que “você deve obedecer” (AGAMBEN, 2012) enquanto que no vocábulo econômico passou a imperar as receitas neoliberais do Consenso de Washington propaladas pelo FMI, como foi caso brasileiro do combate à inflação pelo “presidente e os mestres de economia” denunciados por I. Rangel (1990a, p.B-2), que condicionaram “o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica” seguida de arrocho salarial após uma onda programada de hiperinflação (ANDERSON, 1995, p.19).

Via de regra, forjou-se em um só golpe uma agenda macroeconômica com as respectivas normativas institucionais ancoradas na prática da “boa política”, da “boa burocracia”, da “boa democracia” (anglo-saxã), reiterando o papel de um “Judiciário Independente” garantidor dos direitos de “propriedade privada” e propriedade intelectual, bem como a governança empresarial “transparente e orientada para o mercado” sob a égide financeira de um “banco central independente” (CHANG, 2004, p.12).

Segundo Chang (2004), foi assim que as economias centrais passaram a amestrar os países da periferia do capitalismo e bloquear seu desenvolvimento “chutando a mesma escada” em que se utilizaram para promover seus respectivos *catching-up* como também assinalou Hollanda Filho (1998) em “Livre Comércio versus Protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições”. Afinal, o imperialismo americano havia compreendido que para “controlar o capitalismo do Terceiro Mundo” era preciso tirar “vantagens da crise da dívida de um país para reorganizar as suas relações sociais internas de produção de maneira a favorecer a penetração de seu próprio capital”, favorecendo assim, “Wall Street” por meio da fuga de capitais (GOWAN, 2003, p.75).

Assim, diante da agressiva rivalidade monopolista imposta pela aceleração de encontrar novos mercados altamente lucrativos para suas empresas nacionais, prevaleceram

nas economias centrais as práticas de liberalização da economia (desmonte do Estado de Bem-estar social) complementadas com protecionismo (em setores estratégicos), enquanto que na periferia do sistema, - com exceção do sudeste asiático - a forte pressão pela liberalização do comércio em uma fantasiosa “economia globalizada” operando como “mecanismo *ad hoc* de subserviência” “aos interesses dos EUA” (GOWAN, 2003, p.77) impediu a utilização de medidas institucionais de cunho “protecionista”, a lei “antidumping”, as reservas de mercado, etc. (HOLLANDA FILHO, 1998; CHANG, 2004) capazes de bloquear a destruição da indústria nacional pela via de importações predatórias (MAMIGONIAN, 2001b).

Em outros termos, enquanto as privatizações das economias centrais (EUA, Alemanha, França, etc.) nas décadas de 1980 e 1990 privilegiavam o reinvestimento de seus capitais privados em suas próprias empresas monopolistas, como foi o caso das empresas francesas de aviação (Air Bus e a Air France), nas economias periféricas, como a brasileira, as privatizações foram reduzidas a simples negociatas com capitais estrangeiros, seguidas de inúmeras lavagens de dinheiro em paraísos fiscais configurando uma brutal desnacionalização e desindustrialização da economia nas décadas seguintes (MAMIGONIAN, 1999d; 2018; FORTES, 2002; RIBEIRO JUNIOR, 2011; CORRÊA, 2010).

Com efeito, outro elemento importante que merece ser destacado foi que, com a queda do World Trade Center em 2001 nos EUA, o imperialismo norte-americano novamente reacendeu sua maquinaria de guerra com fins estratégicos em matéria de “guerra preventiva” (BARBER, 2005). Aliás, foi daí que houve uma intensificação da proteção de fontes energéticas e de matérias-primas na Ásia, América Latina, África e Oriente Médio, mediante a multiplicação da renda dos investimentos militares em suas corporações armamentistas (MONIZ BANDEIRA, 2013), bem como o aumento da sua área de influência geopolítica sustentada pelo terrorismo de Estado praticado ininterruptamente com as invasões militares no Afeganistão (2001-2014), no Iraque (2003-2011), na Líbia (2011), na Síria (2014), etc. (MAMIGONIAN, 2001c, p. A-3).

Somadas a essas questões acima assinaladas, outro ponto fundamental da “alquimia” americana no intuito de sustentar os gastos militares com as guerras programadas em nome da “democracia” e do medo, e assim manter em coesão a sociedade civil americana, foi o aperfeiçoamento das práticas colonialistas herdadas da *White Supremacy*. Como se sabe, a

supremacia branca está enraizada na gênese da sociedade americana, cujo puritanismo deu base a uma espécie de democracia restrita aos proprietários de escravos do sul dos EUA, isto é, uma aristocracia racial “predestinada” já no século XIX que, já na primeira metade do século XX serviu de inspiração para o surgimento do primeiro Estado Racial criado pelos nazistas na Alemanha (democracia dos senhores), e hoje é nitidamente retomado pelos EUA como forma de impor ao mundo nesse início de século XXI⁴⁴ uma espécie de hierarquização natural dos povos e nações consagradas por uma vontade divina, similares à monarquia absolutista do *Ancien Regime* (LOSURDO, 2006; 2018).

Isso se observa claramente nas políticas estadunidenses do “*regime change*”, que articulam doutrinas, agências de inteligência, *think thanks*, especialistas e profissionais da mídia moderna com potenciais revolucionários na guerra de desinformação e descrédito das instituições de Estado utilizando-se da estratégia de enaltecer as contradições domésticas e os problemas internos dos países que se oponham aos seus interesses, a fim de derrubar governos sem utilização da força, isto é, sem golpes militares (MONIZ BANDEIRA, 2013).

Em “Confissões de um Assassino Econômico”, John Perkins relata em caráter autobiográfico sua participação nas ações realizadas pela Agencia Central de Inteligência norte-americana (CIA) na América Latina que levaram ao assassinato do presidente equatoriano Jaime Roldós Aguilera em maio de 1981, e o general panamenho Omar Torrijos em julho de 1981 (PERKINS, 2008). Na mesma direção, Moniz Bandeira chama atenção para as mudanças estratégicas com métodos subversivos adotados pelos EUA, como o “full spectrum dominance”, nas variadas “revoluções coloridas” que “incendiaram” a eurásia na passagem do século XX para o século XXI (MONIZ BANDEIRA, 2013) recém-aportadas na

⁴⁴ Os dogmas enunciados em campanhas eleitorais são bem ilustrativos no que diz respeito ao enraizamento do excepcionalismo “judaico-cristão” na política estadunidense: 1) Quando a Guerra Fria parecia ter entrado em seu clímax, Reagan foi categórico em marcar posição ao inimigo ateu (URSS) quando disse que “há no mundo pecado e maldade, e as Escrituras e Jesus nosso senhor ordenaram-nos que nos oponhamos a isso com todo o nosso poder; 2) mas afrente, em seu primeiro mandato presidencial, Bill Clinton declarou o primado dos Estados Unidos e seu direito-dever de dirigir o mundo assentado na frase: “Nossa missão é eterna!”; 3) posteriormente George W. Bush proclamou a seguinte diretiva: “A nossa nação foi eleita por Deus e tem o mandato da história para ser o modelo do mundo” (LOSURDO, 2005; 2017). Mas recentemente, nas eleições de 2016, eis que ressurgem na campanha vitoriosa de Donald Trump os slogans de “American First e Make America Great Again, de inegáveis tonalidades” xenófobas e antisemitas (RANQUETAT, 2020, p.26).

América Latina com os “golpes brancos” no Paraguai, Honduras e Brasil⁴⁵, e as tentativas fracassadas na Bolívia e Venezuela (SERAFINI, 2016).

Ora, como forma de assegurar o desenvolvimento do *Project for the New American Century* dos neo-conservadores⁴⁶ americanos posto em prática desde os governos de George W. Bush, a saída encontrada foi o aumento do monitoramento das comunicações de governantes tanto rivais quanto de base aliada pelo sistema de espionagem⁴⁷ econômica, operado pela rede integrada de segurança nacional: a National Security Agency (NSA), a United States Agency for International Development (USAID), a National Endowment for Democracy (NED); ONG's como a Open Society Foundation (OSF) do bilionário George Soros, a Freedom House e a International Republican Institute (IRI) controladas pelo senador John McCain, entre outras entidades americanas; bem como alguns especialistas da Joint

⁴⁵ O caso brasileiro merece destaque com os desdobramentos da Operação Lava-Jato entre os anos de 2014-2021. Semelhante a Operação Mãos Limpas (Mani Pulite) na Itália (1992), operação de combate a corrupção, a Lava-Jato no Brasil se transformou num mega-esquema de corrupção às avessas, promovido por procuradores da República (Sérgio Moro e Dallagnol), agentes do Ministério Público, entre outros, segundo a Operação Spoofing. O pano de fundo da perseguição ao ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores, combinada com a condução da opinião pública pelos meios de comunicação, criou um ambiente de espetáculo político com fins espúrios de não só destruir grandes empresas nacionais como a Petrobras, Odebrecht, etc., bem como criar um fundo privado para gerir as multas dessas empresas. Além disso, como aconteceu na Itália com Antonio di Pietro que abandonou a toga para entrar na política, Sérgio Moro, ex-juiz de Curitiba, que estava à frente do caso da Operação Lava-Jato, recentemente se filiou a um partido político para concorrer ao cargo de presidente da República nas eleições de 2023, bem como acabou trabalhando por um curto período como Ministro da Justiça no atual governo de Jair Messias Bolsonaro. Para mais informações, ver “A outra história da Lava Jato, São Paulo: Geração Editorial, 2015”, de Paulo Moreira Leite.

⁴⁶ Como principal responsável pelo restabelecimento contemporâneo dos estudos de filosofia política, Leo Strauss, passou a ser considerado o mentor intelectual do movimento (*neoon*), formando dezenas de funcionários responsáveis pela atuação em governos norte-americanos desde a década de 1990, e que hoje encontram-se entrincheirados na *Claremont Review of Books*, como é o caso de Michael Anton (MAJESKE, 2018).

⁴⁷ O recente escândalo de espionagem promovida pela Cambridge Analytica com foco no controle de narrativas midiáticas interferindo direta e indiretamente nas eleições de 2016 que elegeram Donald Trump presidente dos EUA, Jair Bolsonaro presidente no Brasil, e o acordo do Brexit no Reino Unido traduz esse estado de coisas. Steve Bannon, um dos diretores da empresa e estrategistas da campanha de Donald Trump, soube organizar uma rede de empresários e políticos conservadores com apoio de Robert Mercer, ex-CEO da empresa de “Fundos de Hedge Renaissance Technologies”, que culminaram na construção de uma base de poder populista de extrema-direita que tem ganhado novos adeptos pelo mundo. Vale lembrar que Bannon se mostrou competente em matéria de desfaçatez e manipulação. Foi capaz até de se autodenominar “leninista” conforme relata Ronald Radosh, e utilizar da estratégia do dirigente bolchevique com o claro objetivo de dirigir as alas conservadoras dos partidos republicanos da Inglaterra e dos EUA ao isolar a esquerda (RADOSH, 2016), pois soube servir-se das lições de Lenin para quem a “arte de qualquer propagandistas” e agitador consiste na precisão de influenciar com profundidade qualquer “auditório” dado, “apresentando as verdades conhecidas da forma mais convincente, compreensível e assimilável” (LENIN apud KRUPSKAIA, 1939).

Military Attache School (JMAS) operada pela Defence Intelligence Agency (DIA) (MONIZ BANDEIRA, 2015) ⁴⁸.

4.1.2 Uma crítica à geopolítica do “espetáculo” como técnica de guerra imperialista

É diante dessas últimas mudanças da estratégia americana já em marcha no século XXI que o filósofo D. Losurdo (2013a) chamou atenção a tese de G. Debord inscrita na “sociedade do espetáculo”, ao sugerir a hipótese de que passou a imperar no mundo um novo estágio de controle da classe dominante “global” reformulada ainda nos anos 1980 pelos intelectuais orgânicos do imperialismo estadunidense.

Corroborando em parte a tese do filósofo francês, observa-se hoje que as transformações significativas abertas pelo monopólio da imprensa permitiram “*presentar lo inexistente como una realidad y afirmar como inexistentes los hechos reales y manifestos*” (LUKÁCS, 1959, p.652). É que não basta justificar o surgimento do “fundamentalismo” como base econômica, a menos que se queria eximir-se da responsabilidade de compreender “a transição da sociedade do espetáculo para o espetáculo como técnico de guerra”, manifestada em escala planetária desde 1989 (LOSURDO, 2013a).

Quando Marx analisou o desenvolvimento do capitalismo no século XIX, escreveu que as ideias (*Gedanken*) da classe dominante são as ideias dominantes de cada época, isto é, “a classe que é a força material dominante da sociedade, é ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX, 1986, p.72). Assim, na atual quadra histórica da “globalização”, segundo Losurdo (2013b), é possível identificar que a classe dominante não detém somente o monopólio das ideias, mas também o monopólio das emoções. Com um aparato tecnológico e psicológico mais sofisticado, o aparelho militar do imperialismo

⁴⁸ No Brasil, o jornalista Bob Fernandes foi pioneiro em denunciar em uma série de artigos na Revista Carta Capital, entre 1999 e 2004, os grampos utilizados pela espionagem americana dos governos Clinton em conluio com a Polícia Federal brasileira no conhecido “caso SIVAM”, onde houve conversas interceptadas do então presidente Fernando Henrique Cardoso nas negociações com o governo americano para a compra do sistema de radares para a Amazônia, avaliado em torno de US\$ 1,4 bilhão (NASSIF, 2013). Moniz Bandeira (2004) relata que a espionagem dos EUA além de obter informações privilegiadas a favor da empresa americana Raytheon no financiamento do projeto, procurou também “internacionalizar” a região amazônica sob o discurso de combate ao narcotráfico. Sobre a recente espionagem econômica do setor energético brasileiro no governo de Dilma Rousseff, sobretudo do caso Petrobrás, que teve o conluio dos governos e empresas americanas e canadenses em busca de desregulamentar as regras do pré-sal para benefício próprio com apoio do senador José Serra (PSDB) ver “Os clientes diplomáticos e econômicos da espionagem digital estadunidense: análise das ações contra o Conselho de Segurança da ONU e a Petrobrás” (TEIXEIRA e DATYSGELD, 2016).

estadunidense ficou mais forte não só no domínio militar clássico, mas também no plano multi-midiático, já que “as armas midiáticas” podem provocar “a opinião pública a ser favorável ao início de uma guerra”.

É daí que pode se extrair as lições da tese do espetáculo, pois esse “não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens”, que materializada e objetivada em uma concepção de mundo, sua totalidade “é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente” (DEBORD, 1997, p.14). Ainda aqui, o espetáculo em sua forma integrada, ao confundir-se com toda a realidade ao irradiá-la, combinou “a incessante renovação tecnológica, a fusão econômico-estatal, o segredo generalizado, a mentira sem contestação e o presente perpétuo”, detendo todos “os meios para falsificar o conjunto da produção tanto quanto da percepção” onde os desígnios da razão mercantil em sua experiência prática desbloqueada acabaram demonstrando que “o devir-mundo da falsificação era também o devir falsificação do mundo” (DEBORD, 1997, p.173-175).

Ora, na mesma direção, ao eleger o meio técnico-científico-informacional como lugar privilegiado da “globalização”, o geógrafo Milton Santos atenta para os níveis de desterritorialização do Estado Nacional sublinhando a consolidação do pensamento único como operação de subalternização da intelectualidade periférica. Para ele, a expansão territorial garantida pelo comando das atividades hegemônicas do capital financeiro internacional (ciência, tecnologia e informação), isto é, aquelas atividades “que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais” (SANTOS, 2013, p.41) redefiniu a dimensão das fronteiras, agora mediadas pela informação e pela mídia “que conduz, não raro, à doutorização da linguagem, necessária para ampliar seu crédito, e à falsidade do discurso, destinado a ensombrecer o entendimento” (SANTOS, 2013, p.21).

No entanto, vale lembrar que a proposta de uma “sociedade pós-industrial” já havia sido editada décadas atrás por D. Bell (1973) “The Coming of post-industrial society” quando colocou em circulação a tese do fim das relações centro-periferia privilegiando a globalização, com base em evidências estatísticas da sociedade americana dos anos do pós-guerra, cujo o amplo deslocamento dos ativos industriais para o setor de serviços se sustentava na autonomia relativa da ciência e da técnica como efeito de primazia das contradições da realidade. É curioso observar que décadas depois, Milton Santos, inspirado nas teses do filósofo tcheco R.

Richta, elegeu o meio técnico-científico-informacional com certa dose de “novidade”, ao propor uma agenda de pesquisas sobre “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção” para analisar as transformações do espaço geográfico a partir do fenômeno técnico da produção que supostamente tende a se universalizar pelos “processos encadeados” da globalização.

Ora, não há dúvidas que o mundo do pós-segunda guerra trouxe consigo a ciência e a técnica como forças produtivas autônomas, isto é, se transformaram em indústria e não mais objeto de comércio sob “comandos quase-militares contando com efetivos números escolhidos a dedo” (RANGEL, 1982a, p.94). Mas a questão central, descartada pelos os autores acima citados, é o não aprofundamento dessa vital mudança do “conceito de tecnologia”, que segundo Rangel (1982a, p.98), só aparece como produto invisível, em estado puro, onde frutifica o capitalismo financeiro e o socialismo.

Aliás, é dessa noção açambarcada por I. Rangel que se deve extrair as mudanças em curso do imperialismo norte-americano já no período dos “trinta anos gloriosos” do pós-segunda guerra, e seus desdobramentos subsequentes com a fase depressiva do 4º ciclo longo, iniciado com a crise energética dos anos 1970 conforme assinalou Amaury Porto de Oliveira “Nos porões da crise energética: os comentários de Rotterdam, 2015”, e seguidas mais de perto por A. Greenspan (2020, p.323), que denunciou a estagflação da economia americana e sua conseqüente perda de dinamismo, pois “pouquíssimas companhias estavam dispostas” a levar as ideias de J. Schumpeter adiante, isto é, o encorajamento a inovação e suas “possibilidades de longo prazo”.

Na verdade, os filósofos acima citados, incluindo Milton Santos, acabaram por se enveredar, como assinalamos no início do texto, no mercado de ideias retrogradadas, que geralmente “circulam sob roupagens de vanguarda”, e talvez, até mesmo sob contornos “radicais”, que acabam por privilegiar o papel das superestruturas às custas de subsumir as categorias essências do marxismo, como é o caso do modo de produção e das formações sociais, que têm em sua primazia decifrar, a partir da gênese e evolução em suas múltiplas combinações, as peculiaridades em que se forjaram determinados Estados Nacionais, sobretudo a transição da as ex-colônias e semicolônias à condição de periferia capitalista, distinguindo seus aspectos singulares de perifericidade e dependência, bem como seus níveis de integração, em maior ou menor grau a divisão internacional do trabalho.

Como demonstra o caso brasileiro, o processo de industrialização substitutiva de importações foi capaz de queimar etapas em algumas poucas décadas se aproximando, assim, das economias de vanguarda ao longo do século XX. E não seria diferente na etapa de preparação de seu novel capitalismo financeiro nacional, afinal, o Brasil desde os anos 1980 já possuía as pré-condições materiais de engendrar, a partir da regularidade seus ciclos juglarianos, a importação de tecnologia “*strito senso*” como item autônomo “na pauta de importações do país”. O que faltava, na verdade, era constituir um aparelho de intermediação financeira, com condições jurídico-econômicas que possibilitassem a formação interna de capital para a modernização dos institutos carregados de capacidade ociosa (RANGEL, 1982a, p.100).

Em resumo, apesar de sua condição periférica e dependente, a peculiaridade do desenvolvimento brasileiro segundo Rangel (1982a, p.100), não se passa “ao deus dará, nem ao sabor dos caprichos dos titulares da hegemonia de nossa sociedade tanto de dentro como fora de nossas fronteiras”. Por certo a dependência só aumenta na medida em que o aparelho de intermediação financeira se mantenha fora do país, pois impõe a decisão de quem irá realizar e o nível em que se irá realizar a demanda de tecnologia *stricto senso* (isto é, sob a forma de informação, documentação), insumo necessário da tecnologia *lato senso*, isto é, a tecnologia que pré-determina as funções de produção.

Em face do que foi dito acima, tomemos aqui os desdobramentos da montagem da maquinaria de guerra do imperialismo estadunidense, e, na sequência, suas recentes implicações em curso nas últimas décadas, dado o contínuo deslocamento do eixo mais dinâmico da economia mundial para o sudeste asiático, bem como a presença crescente da China na disputa pela dianteira da liderança global.

4.1.3 As heranças e o impasse da geopolítica da *pax americana*

Com efeito, nos anos que se seguiram o pós-guerra, ainda era possível identificar uma clara relação entre as noções de paz, desenvolvimento e socialismo. Se antes de sua morte em 1952, Stalin (1953, p.7-8), conforme citado em Losurdo (2018b, p.271), continuou denunciando “que os protagonistas da Primeira Guerra Mundial foram apenas os países capitalistas, e que foi a rivalidade entre eles que deu início a Segunda Guerra Mundial”, não

menos significativo foi o discurso de Palmiro Togliatti em 1949, onde denunciou na Câmara de Deputados não só a adesão da Itália na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), bem como a ofensiva colonialista das democracias liberais que acenavam para a criação de uma nova ordem internacional a partir de uma universalidade abstrata imposta ao mundo em nome da paz, segurança, liberdade e Estado de Direito. Conforme as palavras do comunista italiano:

A principal tese que vocês defendem é que as democracias, como se denominam, não fazem guerras. Mas, senhores, quem vocês acham que somos? Não acham que temos um mínimo de cultura política ou história? Não é verdade que as democracias não fazem guerras: todas as guerras coloniais do século XIX e XX foram feitas por regimes que se apresentavam democráticos. Assim, os Estados Unidos fizeram uma guerra de agressão contra a Espanha para garantir seu domínio em uma parte do mundo que lhes interessava: fizeram a guerra contra o México para conquistar determinadas regiões onde existiam importantes fontes de matéria-prima; fizeram guerra, durante algumas décadas, contra as tribos indígenas dos pele-vermelhas para destruí-las, dando um dos primeiros exemplos do crime de genocídio que hoje foi juridicamente qualificado e que deveria no futuro ser perseguido legalmente (TOGLIATTI, 1973-1984, v.5, p.498-7 apud LOSURDO, 2018b, p.271).

De fato, em matéria de estratégia geopolítica, os argumentos acima mencionados procuravam manter certa estabilidade e equilíbrio de forças pelo campo progressista no plano internacional ao traçar em perspectiva histórica os infortúnios das democracias liberais ocidentais na promoção da “paz universal” que datam desde: 1) o expansionismo colonialista representado pela *pax* napoleônica quando irrompeu em oposição à revolução francesa abolicionista, e se apresentou como exportadora da própria revolução já com traços intervencionistas e abstratos de uma universalidade expressada pela conquista e a rapina; 2) seguidas, posteriormente, pelas promessas de Paz Perpétua da Santa Aliança, tendo à frente o Império Habsburgo (Áustria, Rússia e Prússia) como articulador das igrejas católica, protestante e ortodoxa, que nada mais fez do que realizar guerras de religião em nome do Antigo Regime num claro movimento contrário a Revolução Francesa e as mudanças político-sociais. Logo adiante, 3) a consolidação da *pax* britânica eleita pela intelectualidade liberal como vanguarda da revolução industrial e comercial, e arguta defensora da paz perpétua no centro do sistema, mas que não deixava dúvidas quanto à dominação colonial em nome das guerras “civilizatórias” programadas contra a periferia, - como no típico caso chinês e indiano, que impôs respectivamente a abertura dos portos para o comércio inglês do ópio

(1839-42/1856-60), e o massacre da revolta anticolonial dos cipaios em 1857 (LOSURDO, 2018b).

Por fim, 4) o surgimento da *pax* americana que ao substituir a *pax* britânica já na segunda metade do século XX, se apresentou como um Império carregado de ambiguidades quanto a política de guerra promovida contra os povos coloniais. Resultado este que foi levado pela profunda omissão de extratos intelectuais como Schumpeter, von Mises, Kautsky, etc., que suprimiram a geografia e a geopolítica de seus excertos, não reconhecendo nas guerras inter-imperialistas o extermínio dos pele-vermelhas na gênese e no desenvolvimento da Independência americana pelos supremacistas brancos do sul, como também a própria posição privilegiada da marinha inglesa e norte-americana – em seu aspecto territorial insular e isolacionista - nos conflitos que deram início a primeira Guerra Mundial, sobretudo pela associação impositiva do hemisfério ocidental aos EUA através da Doutrina Monroe (1823). Aliás, vale lembrar, que essa Doutrina além de exportar a guerra de independência americana e reduzir a América Latina à condição de colônias e semicolônias (LOSURDO, 2018b) demonstrou que na “guerra de fronteira”, sobretudo entre Venezuela e Guiana Britânica por volta de 1895, havia se tornado a “senhora da situação [...] contra esta ou qualquer potência” (KISSINGER, 2015, p.247).

No entanto, após a segunda guerra mundial o equilíbrio de forças no plano internacional passa por uma série de rupturas que devem ser buscadas pelo estabelecimento de uma suposta nova ordem mundial cujos Estados Unidos passaram a se apresentar com o país guia da paz, em uma verdadeira demonstração de excepcionalismo ultrajados dos valores “universais” (KISSINGER, 2015), ao lado de um bloco de nações ocidentais que exerciam em seu conjunto, - com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte - “o poder de polícia internacional” (LOSURDO, 2018b).

É o que nos diz Robert Kaplan, jornalista insuspeito e agente do Departamento de Estado norte-americano, para quem colocou a própria geografia e a geopolítica como base de sustentação da “prosperidade dos Estados Unidos”, e foi, em última análise, a “responsável pelo altruísmo pan-humanitário desse país” (KAPLAN, 2002, p.133).

A esse respeito, os estudos de Carmona (2012) parecem dar provas da superioridade estratégica da geopolítica dos EUA, que soube extrair das lições de Mackinder, - o teórico inglês do poder terrestre - a noção de *heartland*, ou área *pivot*, quando ainda no primeiro

quartel do século XX considerou a Europa Oriental como o núcleo de poder do mundo, fenômeno observado pelo amplo aspecto da mobilidade facilitada com a introdução das ferrovias transoceânicas. Suas palavras são enfáticas a esse respeito, pois naquele período já havia previsto como ameaça a possibilidade de uma aliança “russo-germana”, e até mesmo um perigo “amarelo” chinês. Como disse Mackinder: “quem dominar o coração continental, controlará a Ilha Mundial; quem dominar a Ilha Mundial controlará o mundo” (CARVALHO e CASTRO, 2009, p.406).

Posteriormente, Nicholas Spykman, outro geopolítico holandês radicado nos EUA, considerado o pai da “escola geopolítica americana”, desenvolveria a partir das ideias de Mackinder, a “Doutrina de Contenção”, baseado na ideia de “balanço de poder”, deslocando a noção de *heartland* para a de *rimland*, “uma região intermediária, entre o *heartland* e os mares marginais”, ou seja, a região da “Escandinávia, Europa Ocidental, Europa Central, Turquia, Oriente Médio, subcontinente indiano, sudeste e extremo da Ásia – Indochina, Coreia e oeste e norte da China – da Eurásia ocidental a Eurásia Oriental” funcionando como uma ampla “zona tampão” que combinava “poder naval e poder terrestre” (MONIZ BANDEIRA, 2013, p.32).

Na verdade, pode-se dizer que Spykman se beneficiou dos estudos do almirante americano Alfred Mahan ainda do século XIX, considerado pioneiro da geopolítica imperialista americana e das noções de poder marítimo cuja extração vem de um longo aprendizado dedicado a supremacia dos mares pelos britânicos, que souberam dominar ilhas transoceânicas, rotas e passagens marítimas, bem como portos continentais. Vale lembrar que em seus estudos, Mahan foi taxativo em sistematizar os seis elementos que garantiriam ou afetariam em seu turno o poder marítimo de uma nação. São eles: a posição geográfica, a conformação física de um país, a extensão do território, o tamanho da população, o caráter nacional (a moral), e a centralidade do interesse nacional (CARMONA, 2012).

Ora, não foi justamente essa a estratégia geopolítica clássica reformulada e levada adiante tanto por democratas norte-americanos, como é o caso de Zbigniew Brzezinski - conselheiro do governo de Jimmy Carter (1977-1981) – como também por republicanos, afinal Henry Kissinger foi um dos principais expoentes das relações exteriores do EUA que levou às últimas consequências a centralidade das relações leste-oeste presentes na *heartland* eurásiana, propondo uma geopolítica triangular entre EUA-Rússia-China como forma de

garantir a hegemonia comercial e militar sob a influência americana no Pacífico? (KISSINGER, 2015).

Por outro lado, no eixo norte-sul, a questão do Atlântico estava garantida pela secular Doutrina Monroe, que além de considerar toda América Latina na teoria e na prática com um protetorado americano cujos povos eram considerados “estranhos a raça branca por terem sangue misto e híbrido”, legitimava seu domínio neocolonial pela força econômica (LOSURDO, 2006, p.234).

Nesse sentido, levando em conta que a geopolítica é “uma ciência do Estado, para o Estado, e pelo Estado” que se move no estudo profundo da dinâmica das áreas cercadas de fronteiras por todos os lados (CARVALHO e CASTRO, 2009, p.410)⁴⁹, fica evidente que a guerra irregular e assimétrica instalada pelo imperialismo americano no pós-guerra, não só submeteu seu modo de pensar ao mundo, pois financeiramente o mundo estava em suas mãos, mas também como forma de promover a contenção nas zonas controladas pela Doutrina Monroe sob a forma de inúmeros embargos e estrangulamentos econômicos utilizados como parte do espetáculo enquanto técnica de guerra (LOSURDO, 2018b).

No entanto, nesse início do século XXI os ventos parecem ter mudado de direção em matéria de geopolítica se tomarmos como exemplo as análises de H. Kissinger sobre o desafio chinês diante do declínio dos EUA e do mundo ocidental. Se na década de 1970, H. Kissinger sustentou as estratégias geopolíticas assinaladas acima (governo Nixon) de manutenção do interesse nacional combinadas ao equilíbrio de poder entre as grandes potências (EUA e União Soviética) sob uma perspectiva racional e de longo prazo ao aproximar-se da China maoísta nesse período (GEWEN, 2020), recentemente, diante da ascensão industrial

⁴⁹ É preciso chamar atenção aqui para alguns equívocos em relação a definição de geopolítica. Fiori (2007), por exemplo, sustenta que a geopolítica “não é uma ciência, é apenas uma disciplina que estuda a relação entre o espaço e a expansão do poder, antecipando e racionalizando as decisões estratégicas dos países que exercem poder fora de suas fronteiras nacionais”. Para nós, esse tipo de definição enviesada incorre no mesmo equívoco promovido por Haushofer que, “envenenado” pelas diretrizes nazistas, reformulou a definição de geopolítica enquanto “ciência das formas de vida política, nos espaços vitais naturais, que se reflete “através do processo histórico e do ambiente”, para defini-la como ciência das feições territoriais e raciais que determina o desenvolvimento dos povos e dos Estados” e, assim, converte-la “numa espada embainhada para realizar o sonho germânico da desforra e dominação” (CARVALHO e CASTRO, 2009, p.407-408). Na verdade, a geopolítica dever-se-ia ser encarada como uma teorização elaborada por F. Ratzel após sua visita aos EUA e ao México durante o último quartel do século XIX, quando extraiu das dinâmicas da formação social dos EUA as noções de espaço vital (Lebensraum) diante da conquista e expansão pela colonização ocasionada pela “marcha ao Oeste”. É daí que se poderia extrair, por exemplo, as bases (nacionais) e o desenvolvimento dessa ciência que acabou sofrendo desvios e distorções ao longo do século XX, por não se levar em conta a democracia dos senhores com base fundante dos EUA conforme assinalamos no início do texto.

chinesa⁵⁰, Kissinger (2012) tem demonstrado interesse em reeditar a rivalidade entre Alemanha e Inglaterra no final do século XIX, comparando a China e os EUA nesse século XXI, sem perceber que os conflitos de interesses entre as potências imperialistas daquele período são completamente avessos a rivalidade entre um país periférico como a China, - que tem em sua via de transição um componente crucial de diálogo e cooperação no trato das relações internacionais – e os EUA que carregam as heranças imperialistas em suas raízes.

Conforme assinalou David Li (2012, p.46) no “Debate Munk” realizado no Canadá, “o fato de a China estar crescendo não significa que dominará o mundo. O século XXI pertencerá a China e também a qualquer país, povo ou indivíduo que esteja disposto a seguir o fluxo. Juntos vamos todos dominar o século XXI”. Em outras palavras, a filosofia ocidental precisa para de “olhar as relações internacionais em função de vencedores e perdedores” e, perceber que é possível enxergar o mundo através das lentes “dos filósofos chineses tradicionais” confucianos, que defendiam um mundo harmonioso, em que os indivíduos “vivam em paz com o mundo exterior e com os outros e em que os países trabalham em conjunto para resolver os conflitos internacionais”.

4.1.4 Ciclos Longos e as bases do irracionalismo capitalista

O geógrafo A. Mamigonian (1999d, p.37) quando estudou o processo de industrialização no Brasil à luz das dualidades rangelianas percebeu que ao longo das crises cíclicas do capitalismo no século XIX e XX o aperfeiçoamento das múltiplas tensões “sociais, políticas, étnicas, nacionais, ideológicas, etc.” se agravavam com o prolongamento da contração do mercado capitalista em suas fases depressivas, despertando assim, o “enorme potencial destrutivo e irracional do capitalismo⁵¹”.

⁵⁰ Vale lembrar que a China ampliou sua influência diplomática na Ásia-Pacífico pelo acordo de Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP) entre 15 países que abrangem 30% da população mundial e quase 30% do PIB mundial, bem como introduziu investimentos maciços em infra-estrutura nos países da África e da América Latina através das políticas do One Belt, One Road. Sobre esse assunto, ver “Mapping China’s: One Belt, One Road Initiative, International Political Economy Series, Suíça: Palgrave Macmillian, 2019”.

⁵¹ Os ciclos longos, ou ciclos econômicos, “não são apenas fatos econômicos. São fatos sociais, no mais alto sentido dessa expressão [...] são também, fatos jurídicos, políticos e até éticos e estéticos. Conforme ensina Rangel, “quem poderia, por exemplo, negar correlação entre nossa semana de Arte Moderna e a fase b do 3º Ciclo de Kondratiev que estava começando? *A fortiori*, como pôr em dúvida que o comportamento do Estado – e, em geral os fatos políticos, como o levante dos 18 do Forte, tenha muito que ver com o mesmo fato conjuntural?” Ora, o motor primário dos ciclos longos, “não está no campo das relações de produção, mas no da

No final do século XIX, com a 2ª Revolução Industrial em curso, a corrida imperialista desencadeada de um lado pelos EUA e Alemanha em busca de ampliar sua lucratividade com novas invenções técnico-científicas no setor industrial e de transportes, e de outro, a Inglaterra e a França em direção “as conquistas coloniais” para aplicar “capitais ociosos fora da Europa”, com a “construção de estradas de ferro, portos, etc., na América do Norte, América Latina, Ásia, África” foram determinantes na difusão de ideologias reacionárias como o *darwinismo social*⁵² entre as classes dominantes da Europa e dos EUA (MAMIGONIAN, 1999d, p.37).

É que na fase anterior do ciclo longo (1876-1896), isto é, a fase depressiva do 2º Kondratiev, havia aflorado no mundo os primeiros ensaios de chauvinismo, xenofobia e antissemitismo oriundos, sobretudo da derrota francesa na guerra franco-prussiana e seus desdobramentos na Comuna de Paris e na unificação tardia da Alemanha, que contribuíram para acirrar os conflitos e eleger “bodes expiatórios” contra negros, estrangeiros, árabes, judeus e asiáticos numa verdadeira cruzada “sanguinárias” de perseguições (MAMIGONIAN, 1999d, p.39).

O caso Dreyfus ocorrido na França no fim do século XIX não deixa dúvidas a esse respeito, e poder-se-ia dizer que se apresenta hoje como *leitmotiv* do espetáculo integrado, já que o pano de fundo que recobre a acusação de traição do jovem capitão de origem judaica, Alfred Dreyfus, pelo Estado-Maior francês e a posterior prisão do escritor que saiu em sua defesa (E. Zola) se deu num ambiente de supressão da “imprensa operária e popular” e do próprio sufrágio universal, - que longe de ser estritamente coagida e suprimida pelo desenvolvimento econômico, como tentou demonstrar Tocqueville para o caso americano, já havia sido suprimida “pelo gigantesco processo de concentração” do capital monopolista “da grande burguesia sobre a imprensa e mais ainda sobre o mass-media, que requeria capitais e investimentos ainda mais elevados” (LOSURDO, 2004b, p.158).

evolução das forças produtivas”, isto é, no “campo das chamadas revoluções científico-técnicas”, que, com efeito, “tanto as economias capitalistas como as socialistas carecem de amadurecimento de novas técnicas que promovam novas oportunidades de investimentos” (Ignacio Rangel, A História e o ciclo, São Paulo, Folha de São Paulo, 4 ago de 1988, Opinião Econômica, A-28).

⁵² O ideólogo H. Spencer foi o principal difusor da ideia do “biologismo” de que os mais fortes sobrevivem, misturando as teorias econômicas de A. Smith, o naturalismo de Lamarck, e o evolucionismo de Darwin, ao ponto de produzir uma visão selvagem sobre a sociedade em formação, que encontrou ressonância nas teses raciais de A. Gobineau (MAMIGONIAN, 1999d) onde celebrou “as tradições liberais dos Arianos” numa verdadeira profissão de fé individualista e apátrida (LOSURDO, 2003, p.57).

Todavia, não custa lembrar que as causas desse evento remetem a oposição tácita dos EUA ao projeto da construção do Canal do Panamá pelo então engenheiro francês de origem judaica, Ferdinand de Lesseps (ARAÚZ e PIZZURNO, 1999). Como se sabe, o fracasso do empreendimento foi o elemento central do que seria conhecido pela história como o “maior escândalo de corrupção do século XIX”, envolvendo suborno do governo francês e participação de mais de 150 parlamentares no esquema que abalou a terceira República e causou prejuízo de um bilhão de francos na economia dos franceses, os quais investiram na construção do Canal” (CORRÊA, 2020, p.25).

Sem embargo, com a crise cíclica do 3º Kondratiev (1921-1948) aberta pela 1ª Guerra Mundial e o acirramento das rivalidades imperialistas, Mamigonian (1999d, p.39) sustenta que as ideologias reacionárias de extrema-direita (racismo e antissemitismo) foram aperfeiçoadas pelas ideias nazistas e fascistas que às introduziram “na propaganda de massa”, com Goebbels a frente da indústria cinematográfica alemã.

Entretanto, é importante chamar atenção que o principal ideólogo da propaganda comercial e política de massas foi Edward Bernays, austro-americano de origem judaica, considerado o pai das Relações Públicas e o Maquiavel de seu tempo. Bernays acreditava que a manipulação inteligente e consciente dos hábitos e opiniões das massas garantiria através de uma engenharia do consentimento um importante elemento de estabilidade nas sociedades democráticas.

Para o autor, a propaganda carregava a mesma relação com a educação, os negócios e a política, embora admitisse que seu uso indevido e abusivo pudesse criar na mente do público valores artificiais. Do mesmo modo que uma propaganda falsificada poderia derrubar em um só dia uma bolsa de valores, a mesma propaganda poderia também convencer os trabalhadores a lutarem contra seus próprios interesses (BERNAYS, 2008)⁵³.

⁵³ Não há dúvidas que essas lições remetem ao mais antigo tratado militar do mundo do filósofo chinês Sun-Tzu, que, durante a disputa dos feudos independentes (Ch'u, Chin, Ch'in, Ch'i) em busca da unificação do Estado Chinês, - período aliás, conhecido como *Chan-kuo* ou período dos Reinos Combatentes (475 a 221 a.C.) – formulou uma das premissas que percorreu dezenas de séculos permanecendo válida até nossos dias. Segundo ele, a “suprema tática consiste em dispor as tropas sem forma aparente. Então os espiões mais penetrantes nada podem farejar, nem os sábios mais experientes poderão fazer planos contra ti” (TZU, 2006, p.34). Em outras palavras, poder-se-ia dizer aqui, que há uma profunda analogia entre a “Arte da Guerra” e a “Arte da Técnica” proposta por Bernays, se levarmos em consideração que o imperialismo americano soube dissimular a própria noção de imperialismo pela técnica da propaganda, e submeter ao mesmo tempo a propaganda como “a mais forte posição estratégica”, já que esta não teria forma alguma, tendo os adversários dificuldades em ataca-la, pois supõe-se ser uma posição que “existe em toda a parte e não existe em parte alguma” (KAPLAN, 2002, p.183).

É que, segundo Bernays (2008, p.15),

A manipulação consciente e inteligente dos hábitos e opiniões organizados das massas é um elemento importante na sociedade democrática. Aqueles que manipulam esse mecanismo oculto da sociedade constituem o governo invisível que detém o verdadeiro poder que governa o destino de nosso país. Aqueles que nos governam, moldam nossas mentes, definem nossos gostos ou sugerem nossas ideias, são em grande parte pessoas das quais nunca ouvimos falar. Este é o resultado lógico de como nossa sociedade democrática está organizada.

Posteriormente, já no período do pós-Segunda Guerra Mundial, Bernays reconheceu que havia fundamentado as bases da ciência da propaganda que Goebbels, Ministro da Propaganda nazista e profundo conhecedor de suas teses utilizou-se em proveito de uma campanha antissocial deliberada e planejada contra os judeus (BERNAYS, 1965).

Contudo, esse reconhecimento ulterior não foi capaz de gerar nenhum tipo de consenso internacional. Até mesmo aos esforços do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) em garantir o desenvolvimento, a paz e a autodeterminação dos povos em escala global, não foi capaz de superar as bases do irracionalismo próprio do colonialismo antigo (KAPLAN, 2002). Nessa sua fase imperialista, permanece, ainda as assertivas de Lenin no início do século XX, quando a concentração e centralização do capital forjou de cima a baixo uma espécie de hierarquização das nações eleitas e realmente providas de soberania versus povos indignos de se constituírem em Estado Nacional autônomo” (LOSURDO, 2018a).

Não à toa, que a crise cíclica dos anos 1970 aberta com os choques do petróleo e a destruição do sistema Bretton Woods marcaria definitivamente a consolidação do *espetáculo integrado* pelo imperialismo norte-americano, que soube combinar as “ladainhas reacionárias” anteriores, isto é, o darwinismo social agora sob “disfarces democráticos e populistas” com o neoliberalismo e a “programação de televisão de tipo hollywoodiana”. Basta observar os discursos de alguns dos maiores dirigentes industriais dos EUA, como N. Rockefeller, que propôs corte de gastos sociais combatendo a tradição judaico-cristã como defensora dos “necessitados” (MAMIGONIAN, 1999d, p.39).

As teses da “globalização” chegariam por fim como o último estágio de aperfeiçoamento da maquinaria de guerra do imperialismo americano, sujeita a selecionar “bodes expiatórios” em duplo movimento de assegurar a manutenção do pensamento único, como também o monopólio das emoções. Ora, o que seriam hoje a perseguição constante a

imigrantes, mulçumanos e refugiados nas economias centrais, se não a retomada de “um passado idealizado e mítico” enraizada no encarceramento em massa que toma o lugar dos velhos campos de concentração em nome das chamadas guerra contra as drogas, guerra contra a juventude pobre, guerra contra o terrorismo, etc.? (ROBINSON, 2013).

Por outro lado, ao decretarem o fim da história, e paralelamente o fim da utopia enquanto perda de significado político com a queda do muro de Berlim (1989), os intelectuais no Ocidente rejeitaram por completo a “hierarquização das culturas” e transformaram o combate as ideologias reacionárias, isto é, “o colonialismo antigo e novo e o racismo” (RANGEL, 1960, p.11), em fraseologias abstratas e “fora de qualquer vontade”, onde “não se pode erguer nenhum programa” (RAPONE, 2014, p.152). Substituíram, por assim dizer, as grandes narrativas de abordagem econômica e sociológica por uma uniformidade política travestida de pluralismo cultural, multiculturalismo, diversidade cultural, esquecendo-se que “as diferentes culturas repousam sobre as mesmas infra-estruturas” (JACOBY, 2001, p.61).

Segundo Russell Jacoby (2001, p.62-63), é nesse momento em que o “futuro”, ou por assim dizer, a esperança utópica⁵⁴, passa a ser exposta por marxistas radicais e acadêmicos “dos mais militantes afrocentristas às mais ardorosas feministas”, como “um presente com mais opções” ao entoar “uma série de slogans” da propaganda “*en boga del oportunismo*” ignorando-se assim, a máxima de Lenin, para qual “*sin teoría revolucionaria, no puede haber tampoco movimiento revolucionario*” (LENIN, 1976, p.376).

O apoio incondicional de marxistas como Hardt e Negri retratam esse quadro, “quando anunciaram que não fazia mais sentido falar de imperialismo no sentido de Lenin”, pois o “mundo já estava unificado ao plano econômico e político” e inclusive havia assinado a “paz perpétua e universal” (LOSURDO, 2018a, p.188), ou “Rossana Rossanda, figura histórica do diário comunista italiano *Il Maniifesto*” patrocinando a guerra neocolonial com a intervenção

⁵⁴ Utopia aqui é entendida segundo Jacoby (2001, p.12), para quem o adjetivo utópico é empregado “em seu sentido mais amplo e menos ameaçador: a crença de que o futuro pode superar fundamentalmente o presente”, ou seja, a “ideia de que a textura vindoura da vida, do trabalho, e mesmo do amor pode assemelhar-se muito pouco à que hoje nos é familiar”, tendo em mente que “a noção de que a história contém possibilidades de liberdade e prazer ainda inexploradas”. Disso, poder-se-ia pensar a metáfora de Ignacio Rangel quando chamou atenção do Estado Nacional, e dos “einentes homens de Estado” em assumir com nossas próprias mãos nosso destino, “perseguindo nossos objetivos”: “esqueçamos as iniciativas frustradas e também que os méritos dos felizes resultados alcançados, em consequências dessas iniciativas”, eram, nas palavras do poeta Camões “diferentes em tudo da esperança [...] dia deve vir em que nossa ação será mais inteligentemente dirigida e em que os resultados não mais serão tão diferentes [...] da esperança.” Em outras palavras, “isso significará que a economia [...] terá começado a difícil transição da anarquia para o plano” (RANGEL, 1985b, p.34).

da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Líbia de Gaddafi (LOSURDO, 2016); e até mesmo S. Zizek, que numa manobra lógico-dedutiva neoliberal, defendeu a militarização da Europa como solução para crise dos refugiados em profunda consonância com uma política de “exportação de conflitos internos” tão caras ao chauvinismo de massas (LOSURDO, 2004b, p.81)⁵⁵.

De certo modo, essa miopia dos ambientes intelectuais foi o que garantiu a agressividade do imperialismo do Ocidente e seu país-guia, os EUA, que impôs ao comunismo a derrocada da URSS, e à periferia capitalista do terceiro-mundo a abertura de seus mercados mediante as políticas neoliberais de combate à inflação, juros draconianos, etc., ao passo que, por outro lado, promoviam políticas keynesianas com a reestruturação de seus parques industriais como forma de assegurar seu desenvolvimento econômico (MAMIGONIAN, 2018).

A crença ingênua de ex-esquerdistas e marxistas moderados à propaganda neoliberal norte-americana da “globalização” que submeteu o “mundo aos seus interesses” (MAMIGONIAN, 1999d, p.40) colocou a reboque os próprios críticos do imperialismo, que passaram a descartar antecipadamente os elogios de Lenin à tese do “ultra-imperialismo” formulada por Kautsky, quando no início do século XX previu a possibilidade – enquanto tendência do capitalismo – da formação de um gigantesco conglomerado imperialista, mesmo que, dada as circunstâncias daquele período, ainda se “tratava de imperialismos agressivos uns em relação aos outros na disputa pelos mercados” (MAMIGONIAN, 2000a, p.100).

Com efeito, a tese do ultraimperialismo, que poderia ter sido reelaborada como desmistificação da globalização na virada do século, só tomou folego nos últimos anos com a reabertura do debate geopolítico sobre uma possível 2ª Guerra Fria, agora polarizada entre EUA e China, que parece manter-se pela manutenção e legitimação da “doutrina de intervenção humanitária” levada por “um cartel ultraimperialista” que tem tratado de avançar na subversão dos “princípios e conceitos de Estado-Nação, da soberania nacional”, da “não ingerência nos assuntos internos e de outros Estados” bem como da “igualdade dos Estados independentemente de seu tamanho” (MONIZ BANDEIRA, 2013, p.287).

⁵⁵ Vale lembrar que há mais de um século Lenin foi pioneiro em denunciar o nacionalismo reacionário das nações imperialistas, onde já predominava o chauvinismo como ideologia legitimadora e mobilizadora da guerra (corrida armamentista) pelo discurso de defesa nacional (MAMIGONIAN, 2018).

4.2 A LIDERANÇA CHINESA NA TRANSIÇÃO CAPITALISMO-SOCIALISMO

O desenvolvimento econômico e social chinês dirigido pelo Partido Comunista nos últimos cinquenta anos tem demonstrado um dinamismo colossal diante do mundo ocidental, não só pelos altos índices de crescimento que o país mantém em ritmo acelerado, mas também por uma plêiade de elementos geográficos, econômicos e culturais, que garantiram a precoce unificação nacional em meados do século III a.C. quando a dinastia Qin na figura de rei Shi Huangdi “recomeçou a construção da Grande Muralha” (MAMIOGNIAN, 2008b, p.45).

Um país que, aliás, embora se mantenha nas fronteiras do subdesenvolvimento diante das humilhações sofridas no passado pelo “condomínio imperialista composto pela Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Rússia” no século XIX (MAMIGONIAN, 2008c, p.42), hoje se encontra em marcha forçada em transição ao socialismo (MAMIGONIAN, 2008c), combinando um crescimento de quase 35 vezes no período que se estende de 1978 a 2017, sob a taxa média anual de 9,5% (ROSS, 2018) com déficits na balança comercial, sobretudo pelos investimentos de suas receitas em alguns países da África e da América Latina onde o capital norte-americano e europeu não conseguiu chegar (OLIVEIRA, 2008).

Isso indica que há uma mudança na direção dos ventos, pois a tentativa de desacelerar o crescimento econômico da China nos últimos anos com inúmeras guerras comerciais, os EUA têm infortunadamente demonstrado ao mundo a superioridade do sistema econômico socialista chinês, oriundo de um forte planejamento estatal, que tem crescido mais que o dobro da economia americana (tabela 3), investindo em tecnologia avançada como inteligência artificial, computação quântica e biotecnologia (ROSS, 2019).

Nesse sentido, considerando os feitos realizados pelo Partido Comunista Chinês (PCC) ao longo desses cinquenta anos de transição e abertura comercial ao mundo a cargo do binômio Mao-Deng, seria um equívoco entoar coro junto ao filósofo francês Alan Badiou, no qual diz que a forma-partido (o príncipe-moderno) estaria suplantada no século XXI, ou mesmo que o paradigma leninista de tomada do poder estatal estaria hoje superado (KEUCHEYAN, 2015).

Na verdade, frente a esse cenário mundial é justamente as certezas diretivas que mobilizam blocos geopolíticos e geoeconômicos entre Estados-Nação periféricos e centrais, num alto grau de complexidade sistêmica, que se devem buscar as mudanças no ordenamento

aberto pelas lacunas deixadas pela divisão internacional do trabalho. Se os chamados ciclos longos de acumulação hoje gerenciam a economia mundial, é no resultado da direção das classes dominantes internas de cada Estado Nacional que se podem alçar uma via de superação das contradições expostas pelas relações de produção internas e externas frente ao desenvolvimento de suas forças produtivas (MAMIGONIAN, 2018).

Tabela 3 - Crescimento do PIB e PIB per capita 1978-2017

	Crescimento Total - 1978-2017		RANK no Crescimento Global 1978-2017	
	PIB	PIB per capita	PIB	PIB per capita
China	3453%	2381%	1	1
Mundo em desenvolvimento	514%	269%	38	34
Mundo desenvolvido	251%	190%	108	69
União Europeia	213%	192%	131	66
Japão	221%	200%	126	58
EUA	273%	186%	99	75

Fonte: ROSS, 2019. Cálculos do Banco Mundial (indicadores de desenvolvimento). Adaptado pelo autor.

Recentemente, uma campanha de desinformação, - leia-se guerra comercial - tem sido praticada pelos EUA contra a China em decorrência de sua expansão na tecnologia das redes sem fio de quinta geração (5G) por uma de suas maiores empresas, a Huawei, que atua no mercado global de telefones celulares, além de promover pesquisas de desenvolvimento para a criação de fábricas e cidades inteligentes com velocidade e armazenagem de dados 20 vezes superior e independente das redes 4G (ROBERTS, 2019).

Curiosamente, na tentativa de bloquear a expansão da empresa chinesa em mercados dominados pelas empresas americanas, a tese do *espetáculo como técnica de guerra*, isto é, como monopólio multi-midiático promovido pela geopolítica do imperialismo norte-americano, - e sustentada pelo filósofo D. Losurdo como uma nova “Questão de Estado”- foi posta em cheque com o progressivo rompimento de seu monopólio pela estratégia geopolítica do Partido Comunista Chinês. Pelo fato da Huawei ter sido fundada na década de 1980 por um engenheiro do Exército Popular de Libertação da China, Ren Zhengfei, as agências de inteligência americana (NSA, CIA, etc.) promoveram novamente uma propaganda mundial de desconfiança e deslegitimação denunciando a empresa chinesa como articuladora de

atividades de espionagem e ameaça a segurança nacional aos países que adotassem a nova tecnologia 5G numa clara inversão dos fatos (ROBERTS, 2019).

Como assinala Roberts,

As revelações de Snowden sugerem que a Huawei represente mais um pecado do que realmente seja pecadora. A unidade de Operações Personalizadas de Acesso da NSA invadiu os servidores corporativos da Huawei e, em 2010, leu e-mails corporativos para examinar o código-fonte dos produtos da Huawei. “Atualmente, temos um acesso tão bom e tantos dados que nem sabemos o que fazer com eles”, gabou-se a NSA em um briefing. O vazamento também divulgou que a NSA pretendia plantar suas próprias *backdoors* (“portas traseiras”) no *firmware* da Huawei. Em 2014, o *New York Times*, a *Time* e a Reuters revelaram a Operação Shotgiant, pela qual a NSA se infiltrou na sede da Huawei, monitorou todos os seus executivos e transitou por toda a infraestrutura de dados da empresa. Um dos objetivos era encontrar relações entre a Huawei e o Exército Popular de Libertação da China, e o outro era encontrar vulnerabilidades para que a NSA pudesse espionar ações por meio de redes de computadores e telefones vendidos pela empresa, como os EUA fizeram por meio da Cisco, instalando *backdoors* para a CIA. O *Times* disse que sua história de Operação Shotgiant foi baseada em documentos da NSA fornecidos por Edward Snowden. A NSA planejou lançar ataques cibernéticos ofensivos contra a Huawei, ordenados pelo presidente. “Muitos de nossos alvos se comunicam com os produtos produzidos pela Huawei. Queremos ter certeza de que sabemos como explorar esses produtos para obter acesso a redes de interesse em todo o mundo”, citou um documento da NSA, segundo o *Times* (ROBERTS, 2019, tradução nossa).

Na verdade, a articulação do planejamento estratégico chinês, que combina Estado e iniciativa privada como faces de uma mesma moeda tem se demonstrado superior a anarquia da produção de livre mercado imposta ao mundo pelos exegetas neoliberais da geopolítica americana.

Primeiramente, é preciso ressaltar que a propaganda de guerra contra a Huawei há muito tempo foi derrotada no sudeste asiático, quando a empresa minou os líderes de mercado na região (Nokia, Ericsson, Motorola, Alcatel Lucent) com a fabricação de celulares mais competitivos, lançando bases para seu posterior fornecimento de equipamento na área de telecomunicações (redes sem fio) e as novas tecnologias 5G. Aliás, é dessa expansão comercial que a Huawei recentemente ultrapassou a empresa americana Apple, transformando-se na segunda maior fabricante de celulares no mundo, atrás apenas da empresa sul-coreana Samsung (SOO, 2019)⁵⁶.

⁵⁶ Em 2018, com a prisão da Chefe de Operações Financeiras da Huawei, Meng Wanzhou, no Canadá, D. Trump intensificou a guerra comercial ao impor sanções a empresa chinesa no mercado estadunidense, por motivos de “segurança nacional”. Nesse triênio subsequente (2018-2021) a empresa teve parte de suas receitas no setor de smartphones derrotadas, - ultrapassadas pela Apple, Samsung, Xiaomi) mas por outro lado, continuou dominante

Única empresa no mundo a possuir propriedade intelectual com cerca de 90.000 patentes⁵⁷, além de controlar de ponta a ponta a produção de silício na região de Shenzhen, e de todos os elementos necessários à instalação do 5G, a Huawei tem liderado o desenvolvimento de pesquisas em componentes de redes sem fio em escala industrial (ROBERTS, 2019), permitindo em um breve espaço de tempo conectar de celulares a superpetroleiros com a nova tecnologia do *Created in China*, desafiando assim, os programas de desenvolvimento dos EUA, o *Manufacturing 4.0*, e o *Industry 4.0* da Alemanha (FLEURY, 2019).

Na verdade, esse é todo o problema colocado pela última fronteira do conhecimento tecnológico aberto pela liderança da 3ª Revolução Industrial que por um lado, aparece com o surgimento de um novo paradigma energético mundial com a chamada “energia de fusão”⁵⁸ (PESTANA, 2015), e de outro, as indústrias do futuro, com a robótica, a inteligência artificial, a internet das coisas (IoT), a engenharia genética e biotecnologia, o BigData, tecnologia Blockchain, etc. (FLEURY, 2019).

Nesse sentido, se a Huawei tem algo de novo a ensinar para o mundo é justamente sua capacidade de planejamento e rapidez de mobilização de recursos para lidar com crises programadas pelo imperialismo, como se observa nos últimos acontecimentos das pressões do governo de Joe Biden que proibiu os estadunidenses de investirem em 59 empresas chinesas,

no mercado de redes e telecomunicações com cerca 30% do mercado global (estimado em 100 bilhões de dólares. Ver <https://www.delloro.com/key-takeaway-3q21-total-telecom-equipment-market/>. Aliás, vale chamar atenção aqui para o mercado de patentes (propriedade intelectual) da Huawei, que mesmo sob ataques e sanções dos EUA, as empresas no setor de smartphones como a Apple e a Samsung terão que pagar royalties de cerca de 2,5 dólares por cada celular produzido com tecnologia 5G, se estendendo a outros segmentos que se utilizarem da mesma tecnologia como carros e casas inteligentes, infraestruturas e equipamentos urbanos, bem como no segmento de robótica industrial.

⁵⁷ Sobre o papel das patentes em matéria de inovação e desenvolvimento econômico e suas disparidades entre o centro dinâmico da economia mundial e sua periferia, ver “Breve Reflexão sobre direitos de propriedade intelectual no desenvolvimento industrial e seus reflexos na indústria brasileira (ANDAKU, 2021).

⁵⁸ A fusão nuclear é a última fronteira do conhecimento capaz de eclodir a 3ª Revolução Industrial nos moldes schumpeterianos da “destruição criadora”. Todavia, é preciso considerar que esse processo de revolução no sistema energético mundial – energia limpa e ilimitada – diferentemente das outras revoluções industriais aparece não só como corrida tecnológica entre os estados nacionais em busca da liderança da novíssima tecnologia, mas como um consórcio cooperativo entre vários países (China, União Europeia, Índia, Japão, Coreia do Sul, Rússia e EUA) na instalação e construção do reator de fusão (Projeto ITER – Tokamak) em Saint-Paul-lez-Durance no sul da França, com investimentos em torno de 121 bilhões de reais. Por outro lado, países como a China, Coreia do Sul e EUA tem se projetado individualmente na criação de tecnologia própria no desenvolvimento do “sol artificial”, como se vê com os laboratórios National Ignition Facility (NIF) em Livermore (Califórnia-EUA); Korea Superconducting Tokamak Advanced Research (KSTAR) do Instituto Coreano de Energia de Fusão em Daejeon, na região central da Coreia do Sul; e o HL-2M pelo laboratório de pesquisa em Chengdu, na província de Sichuan na China.

da qual a Huawei faz parte desde 2008. Com o bloqueio, a Huawei acabou demonstrando seu dinamismo com a diversificação de seu portfólio: dobrou o uso de componentes de origem chinesa na fabricação de celulares; desenvolveu seu próprio sistema operacional “HarmonyOS” – substituto do Android e do IOS – garantindo alto nível de inteligência artificial nos automóveis SUV elétrico firmados pela parceria com a empresa estatal Chongqing Changan Automobile⁵⁹.

São muitos os investimentos realizados pela Huawei que demonstram sua capacidade de resposta em matéria de inovação aliada ao planejamento chinês, que mesmo as tentativas estadunidenses de retardar o desenvolvimento do país asiático com a implementação de sanções e medidas protecionistas, a Huawei já despontou na criação da tecnologia 6G, com o pedido de mais de 15.800 solicitações de patentes, – cerca de 35% dos pedidos globais – lançando em 2020 o primeiro satélite de “testes da internet 6G” com perspectiva de ser “8 mil vezes mais rápido que o 5G”⁶⁰.

Com efeito, é preciso ter em mente que a transição capitalismo (imperialismo) ao socialismo não se esgota nas inovações promovidas pela revolução científico-técnica ora em curso, ancoradas no “socialismo com características chinesas”, pois elas precisam ser enquadradas jurídicas e politicamente a uma nova condicionante externa, isto é, os termos de intercâmbio do comércio internacional. Isso quer dizer, que o pano de fundo que move as engrenagens da 3ª Revolução Industrial está intimamente ligadas a possibilidade de integração das economias nacionais em “formas socialistas” de comércio exterior, isto é, aquilo que segundo Rangel (1982b, p.24), consistiria em uma Divisão Planificada do Trabalho (DPT) “no campo internacional”, - uma forma aliás ampliada de um comércio planejado de Estado.

Ora, a China a partir do lançamento em 2013 da Nova Rota da Seda (Figura 4), conhecido como programa “One belt, one road” (Um cinturão, uma rota), tem desafiado o imperialismo e suas práticas de comércio exterior de tipo tradicional (capitalista) cujas “permutas de excedentes” são “mais ou menos eventuais” (RANGEL, 1982b, p.24), ao ampliar sua área de influência mundial através da “diplomacia da dívida”⁶¹, investindo em

⁵⁹ Informações disponíveis em <https://www.istoedinheiro.com.br/parceria-entre-huawei-e/>

⁶⁰ Informações disponíveis em <https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/11/china-lanca-primeiro-satelite-de-internet-6g.ghtml>

⁶¹ A imprensa ocidental e, conseqüentemente, os intelectuais mais desavisados, tem chamado atenção para o endividamento dos países que estão recebendo maciços investimentos chineses, aumentando a vulnerabilidade e

infraestruturas a juros baixos e com carências de longo prazo em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento⁶². De 2013 para cá, China possui um montante de empréstimos e créditos no exterior como algo em torno de US\$ 1.500 bilhões em infraestruturas⁶³ espalhadas pela Ásia, África e Europa⁶⁴, como é o caso do recente investimento de US\$ 6 bilhões – 60% de empréstimos do governo chinês – para a construção da ligação ferroviária eletrificada de 1.035 km entre a cidade de Kunming na China e a capital Vientiane no Laos⁶⁵, bem como a construção da nova capital administrativa do Egito a leste do Cairo, com investimentos na ordem de US\$ 3 bilhões pagos pelos bancos estatais da China.

submissão ao “dragão asiático”. No entanto, a “diplomacia da dívida” levada a cabo pelos chineses, tem demonstrado, ao contrário dos estrangulamentos econômicos realizados pelos EUA conforme já assinalamos, que o Partido Comunista Chinês está disposto a levar as últimas consequências o desenvolvimento do subdesenvolvimento, como se vê no perdão da dívida dos países africanos que não conseguiram arcar com seus débitos. A respeito dessas informações ver a matéria de Ana Prestes na Revista Fórum em <https://revistaforum.com.br/colunistas/anaprestes/china-anuncia-perdao-de-dividas-de-paises-africanos-que-vencem-ate-o-final-de-2020/#>

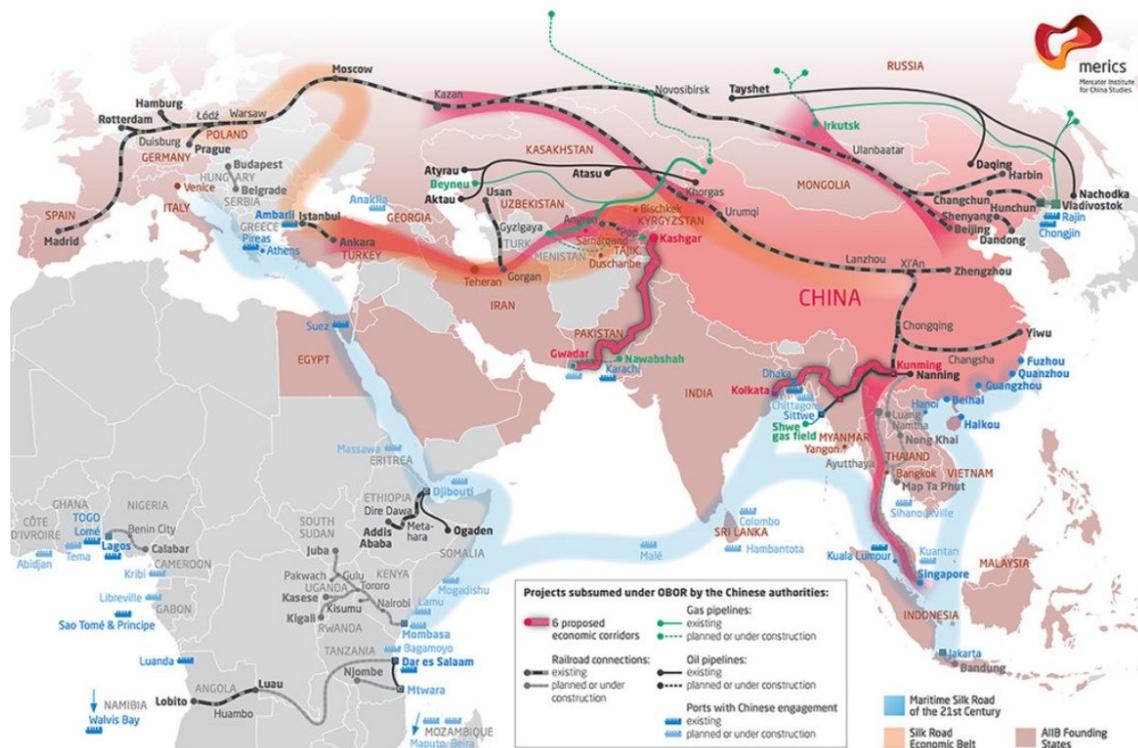
⁶² Informações disponíveis em <https://chinadialogue.net/en/business/8470-chinese-loans-to-africa-could-trigger-another-debt-crisis/>

⁶³ Informações disponíveis em <https://www.istoedinheiro.com.br/plano-chines-de-infraestruturas-deixa-paises-pobres-com-divida-oculta-diz-estudo/>

⁶⁴ A China tem investido maciçamente na Europa, como é o caso do Porto de Pireus na Grécia, localizado em um dos maiores entroncamentos portuários que ligam a Europa, a Ásia e a África, administrado atualmente pela gigante estatal chinesa Cosco, que acaba de assumir participação de 35% na Container Terminal Tollerot GmbH (Hamburgo), além de ser “terceira maior exportadora de contêineres do mundo e quinta maior operadora de terminal portuário em termos de taxa de transferência”. Vale lembrar também da recente aquisição do controle do porto Haifa em Israel, pela Shanghai International Port Group. (MARDEL e GIAMELLO, 2021).

⁶⁵ Informações disponíveis em <https://www.voanews.com/a/can-europe-compete-with-china-s-belt-and-road-initiative-/6337145.html>

Figura 4 - Rotas Terrestres e Marítimas da Nova Rota da Seda



Fonte: Diplomatic World, <http://diplomatic-world.com/?p=2517>

Trocando em miúdos, o Projeto de desenvolvimento chinês “One belt, one road” tem forçado nos últimos anos a consolidação da paz ao colocar o planejamento do comércio exterior a um alto grau de complexidade, pois se nos anos 1980, a construção dos 5.000km do gasoduto transiberiano pela parceria da URSS e dos países da OTAN, representaram uma possibilidade de planificação do comércio exterior, diminuindo assim, os riscos de guerra, pelo simples fato do dinheiro investido pelo Ocidente (RANGEL, 1982b), hoje, a situação é outra, já que a China tem induzido o mundo capitalista a retomar as inversões, como é o caso do Plano “Global Gateway” lançado recentemente pela União Europeia, que pretende investir 300 bilhões de euros em países em desenvolvimento nos setores de infraestrutura⁶⁶ como tentativa de evitar a desindustrialização na Europa (Figura 5).

⁶⁶ Informações disponíveis em <https://www.istoedinheiro.com.br/o-plano-global-de-investimentos-da-ue-para-fazer-frente-a-china/>

Figura 5 - Evolução manufatureira em países europeus (1998-2011)



Fonte: The Wall Street Journal (2013).

Por outro lado, alguns autores têm chamado atenção para a perda de participação industrial dos países europeus muito por conta da iniciativa chinesa “Nova Rota da Seda”, mas em resumo, poder-se-ia afirmar aqui, com Mamigonian (2021, inédito), que a complexidade do fenômeno da desindustrialização é muito mais amplo e complexo, se vistos em sua totalidade a partir das combinações das Revoluções Industriais com as relações centro-periferia imperialista, pois se

Depois de bloqueada pelos EUA nos anos 1980, a Terceira Revolução Industrial, provavelmente a última, está se acelerando, como na robotização. O mercado mundial de robótica industrial deverá crescer de US\$ 45 bilhões anuais em 2020 para US\$ 73 bilhões em 2025 (The Economist, Estadão 16/1/2021). Mas o que a imprensa ocidental não diz é que estes avanços nos países capitalistas aumentará o desemprego, enquanto no planejamento chinês o rápido avanço da robotização deverá levar, nas próximas décadas, à diminuição da jornada de trabalho. Hoje em dia alguns países pequenos passaram a adotar a semana de cinco dias de trabalho. A diminuição da jornada de trabalho que ocorreu com a Segunda Revolução Industrial será mais importante com a atual Terceira Revolução Industrial. Os países capitalistas terão dificuldade de iniciá-la devido à concorrência entre eles, mas serão forçados a adotá-la, até visando salvar o capitalismo, depois que a China iniciar o processo, que deverá inaugurar uma fase superior do socialismo, combinando planejamento central com auto-gestão nas fábricas. Diante do exemplo chinês, certamente os sindicatos dos trabalhadores nos países capitalistas, começando pela França e pela Alemanha, forçarão seus governos e empresas a adotar a diminuição, instituindo novas relações entre empresas e sindicatos.

Dessas considerações, acrescentaríamos aqui uma outra, pois no caso das formações periféricas, a transição capitalismo-socialismo posta em marcha no século XXI, fica evidente que o elevado grau de planejamento do comércio exterior levará o socialismo “pela mesma porta por onde entraram os outros modos de produção, tanto pré-capitalistas, como capitalistas”, isto é, pelos “impulsos engendrados no exterior” (RANGEL, 1982a, p.125), sobretudo pela China, que tem demonstrado que o “planejamento econômico não é apenas um instrumento capaz de permitir a um país prescindir em grande parte do comércio exterior”, - como uma espécie de autarcia – mas também uma ferramenta “que pode ser utilizado para, pelo aumento do intercâmbio, aumentar o grau de integração da economia do sistema e mundial” (RANGEL, 1982b, p.28).

4.3 O BRASIL NA TRANSIÇÃO CAPITALISMO-SOCIALISMO

Entrementes, situar o desafio do desenvolvimento brasileiro no quadro acima esboçado, - considerando que se até os anos 1980 este país havia se transformado em uma pequena potência industrial mundial e, logo adiante, passou por um brutal processo de desindustrialização nesse início do século XXI – não seria possível através de uma mera tarefa econométrica, ou a uma simples sociologia generalizante (MAMIGONIAN, 2018) como quer Soares⁶⁷ (2014a, p.135) quando afirma categoricamente, e antecipando a derrota

⁶⁷ É interessante observar que a crítica ao neoliberalismo esboçado por Soares, onde afirma que “política pública é a negação da rede de proteção social [...] é a entrega da vida ao comando do mercado” (SOARES, 2014a, p.135) não passa de um empirismo vulgar (Hegel), ou de um positivismo acrítico (Marx), que reduz o significado de uma guerra pelo recurso da lógica binária a “generalizações vazias sem analisar o contexto histórico e o contencioso geopolítico e geoeconômico” (AZZARÁ, 2012, p.157). Quando Soares (2014, p.138) afirma que “o PT constrói sua própria derrota quando fica divulgando que transformou todo mundo em classe média, que gerou um sistema de mercado com oportunidade para todos”, e daí segue com inúmeros exemplos empíricos, tais como, “que o pobre, burro desinformado, ignorante, que melhorou de vida comece a se sentir rico e aí como é praxe, entre os ricos neste país com forte herança colonial-escravista, comece a ter desprezo e até mesmo raiva do pobre”, ou mais adiante, quando diz que o “pobre que virou classe média pensa como esta e passa a não gostar de pobre”, ou que até mesmo o “cara que trabalha no mercado financeiro, enche a conta de dinheiro, mas tem raiva do Lula, porque não percebe que o cassino financeiro foi estimulado pelo PT”, mas pressupõe que enriqueceu por próprio brilhantismo, ou que até mesmo, o varejista que expandiu suas redes de lojas vendendo para pobre, se expandiu por “competência própria”, na verdade, o que se pode ler dessas conclusões é o nítido reconhecimento dos direitos sociais garantidos pelo Estado Providencial, chame-se de políticas públicas, ou rede de proteção social. Aliás, esse típico processo de dedução binária é o mesmo que permitiu Friedrich August Von Hayek, “patriarca do neoliberalismo e Prêmio Nobel de Economia em 1974”, reconhecer a influência da revolução marxista russa no Ocidente, mesmo que de maneira negativa, com a declaração dos direitos humanos sancionados pela ONU (LOSURDO, 2015, p.372).

política e ideológica da esquerda brasileira em 2016, a um simples erro conceitual de linguagem enquanto “expressão prática da consciência”.

No caso da *intelligentsia* nacional, é mister voltar-se atenção aos reais problemas nacionais exercidos pela *grande política* nas continuidades e descontinuidades do processo histórico, ressaltando, sobretudo suas dívidas com o passado, se se almeja, na perspectiva de um moto-contínuo, decifrar a realidade concreta em suas mais variadas esferas e especificidades, contribuindo assim, com sua efetiva transformação. Muitas das vezes, o elogio às derrotas do passado, e seus respectivos obstáculos como “única rota para as possíveis vitórias” (SANTOS, 1997, p.17), incorre no equívoco de assumir apostasias como processos cristalizados e não transitórios da própria História (MAMIGONIAN, 2014).

Ao longo do século XX, Ignacio Rangel nos ensinou que “a verdade é uma arma prodigiosa”, ao passo que a “luta deve começar, portanto, pela liquidação desses equívocos” (RANGEL, 1986b, p.16). Dito de outro modo, se o gigantesco esforço da industrialização brasileira fora erigido sob a máxima do “acertar por equívocos” (RANGEL, 1986c), - ou seja, que soubemos superar todas as nossas crises de decisão ao longo desse virtuoso processo, como por exemplo, com a introdução do instituto de correção monetária que preparou o “milagre de Delfim” – não há mais dúvidas que as chances de resolver os atuais erros e os problemas de nossa realidade nacional, a saber, a concessão dos serviços de utilidade pública a iniciativa privada, deve-se começar pelo combate a inépcia do pensamento nacional, a moda “*currente calamo*”, pois como dizia Rangel, “quem não sabe que o Brasil é useiro e vezeiro em acertar por equívocos, não sabe da missa a metade” (RANGEL, 1987b, p.64).

Com efeito, quando prefaciou o livro “Dialética do Subdesenvolvimento” em 1968, Ignácio Rangel, - atento às ciências de vanguarda sobretudo ocidentais – chamava atenção naquele momento dos problemas da intelectualidade, sobretudo a periférica e a marxista, que restringia a admitir certa admissibilidade a “certas super-simplificações” acadêmicas em busca de “sugerir princípios programáticos” tanto para questões sobre o subdesenvolvimento, como também para o marxismo. Como dizia Rangel, “entre um esforço de conceituação científica do subdesenvolvimento, por muito bem-sucedido que seja, e um programa de ação política prática há uma grande distância a vencer”. No Brasil, por exemplo, há “muita gente que gostaria de se passar por marxista – numa época em que se tornou moda ser revolucionário” e “vive de fato em plena neblina alquimista, no que concerne à apreciação dos

fenômenos sociais, isto é, da história”. Ao fim e ao cabo, esta intelectualidade não se dá “o trabalho de indagar se as opções que propõem estão ou não incluídas no leque das possibilidades objetivas” e “imaginam-se chamados a rearrumar demiúrgicamente todo o mundo” (RANGEL, 1968, p.6-8).

Ora, não seria esse o problema de toda luta antimperialista que, por um lado, se pretende homogênea e generalizada a reboque do pensamento único neoliberal, e por outro desconsidera que a própria dialética da dualidade, - nas suas mais variadas formações sociais e mesmo no interior da própria forma imperialista - pode adquirir um conteúdo objetivamente reacionário – podendo preservar ou restaurar “velhas estruturas pré-capitalistas... hostis ao desenvolvimento das forças produtivas”? (RANGEL, 1968, p.4). E que, ademais, levando em conta a apostasia como um aspecto de “brevidade” nas crises inerentes as mudanças de fases dos ciclos de Kondratiev (RANGEL, 1990b, 1991c) não estariam hoje grande parte da intelectualidade excessivamente perdida – como nos anos 1980 – em modelos “europeizantes” forjados pela angústia da influência, que continua a ofuscar o nacional-desenvolvimentismo brasileiro? (MAMIGONIAN, 2014).

4.3.1 Projeto Nacional brasileiro: um debate em curso

Nesse sentido, e não de menor importância, caberia algumas considerações a respeito das discussões que acercam o debate sobre o Projeto Nacional e a possível transição socialista no século XXI. Tomando parte das duas classes brasileiras mais avançadas e diametralmente opostas em matéria dos compromissos de interesses, isto é, a grande burguesia progressista e o proletariado (SOARES, 2014b), é possível dizer que há, sem sombra de dúvidas, consenso teórico entre ambas as partes no que tange a sistematização de um projeto nacional no longo prazo, mas, que, ao nosso entendimento, não resistem “à tentação de lançar fora o menino, junto com a água do banho, isto é, de abandonar as categorias do materialismo histórico” (RANGEL, 2005b, p.633) – ou, dito em outras palavras, a presença do “socialismo” (RANGEL, 2005a, p.705).

Em seu recente artigo “Um projeto de Nação, por favor”, Delfim Netto ao mobilizar a sociedade brasileira para “um consenso social mínimo em torno de um Projeto Nacional capaz de unir [...] vontades por meio do processo democrático” assentados na “filosofia da

Constituição de 1988”, retoma a ideia da exigência de um Estado Forte, “constitucionalmente regulado e com poder para ajustar os mercados, particularmente, o financeiro”, através do planejamento estratégico – 25 anos - de investimentos necessários em infraestrutura nos setores estrangulados da economia – via setor privado. Ademais, partindo das contribuições de seus pares como Celso Furtado e Roberto Campos no nível teórico, bem como do embate entre E. Gudín e Roberto Simonsen no plano prático sobre os rumos do Brasil, Delfim sustenta que nem o “laissez-faire, que produz um caminho aleatório, nem o socialismo real, que restringe a liberdade à medida que aumenta sua ineficiência, tem condições de atendê-lo” (DELFIN NETTO, 2017).

Na mesma direção, Bresser-Pereira convida uma gama de intelectuais (Belluzzo, André Singer, Celso Amorim, Emir Sader, Ciro Gomes, etc.) em torno do Manifesto “Projeto Brasil Nação”, colocando no debate cinco pontos econômicos estratégicos como metas intermediárias para o desenvolvimento brasileiro: “1) Regra fiscal que não seja mera tentativa de reduzir o tamanho do Estado à força, como é a atual regra; 2) Taxa de juros mais baixa, semelhante àquela de países de igual nível de desenvolvimento; 3) Superávit em conta corrente necessário para que a taxa de câmbio assegure competitividade para as empresas industriais eficientes; 4) Retomada do investimento público; e 5) Reforma tributária que torne os impostos progressivos” (BRESSER-PEREIRA, 2017).

Já Carlos Lessa, ao retomar a insistência do Projeto Nacional em falta em nossos dias, revela que em um regime democrático não há política econômica capaz de reativar o crescimento econômico sem levar em consideração os direitos essenciais como emprego, trabalho e planejamento da atividade pública que possa garantir uma “grande pauta de referência para juventude” (LESSA, 2011; 2015) a não ser que o Projeto Nacional esteja subordinado à sugestão “da chamada minimização do gasto público” pelo Consenso de Washington que coloca a nação como “figura derivada do jogo das empresas” (LESSA, 2017).

Segundo o ex-presidente do BNDES, abandonar a questão nacional por uma espécie de “execração do nacionalismo” é o mesmo que virar de costas à qualidade de vida do seu povo, bem como dos povos sul-americanos (LESSA, 2016a), sendo que é mais do que possível reconstruir “salvaguardas tributárias” bem como manejar “estoques regulatórios públicos” para acelerar a justiça social (LESSA, 2009, p.97).

Ainda, insiste que é preciso distinguir radicalmente a visão que se tem do BNDES como um banco de investimentos – modelo que, aliás, foi posto em prática pelos neoliberais que acabaram com os fundos setoriais. Conforme assinala Lessa, política industrial só administra “as indústrias existentes”. Um banco de desenvolvimento “é de certa maneira um grande guerrilheiro das forças dinâmicas de uma sociedade” que “tem de lançar um olhar para o futuro desejado e procurar fazê-lo nas condições do presente” (LESSA, 2016b, p.258-59).

Tanto o é assim, que Darc Costa, ao aprofundar a temática do Projeto Nacional, convida a “diplomacia brasileira [...] posicionar o país na região como um terceiro interessado na disputa que ocorrerá entre a China e os EUA, pelo domínio do comércio internacional” (COSTA, 2017a). De acordo com o Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul, o Brasil precisa retomar o debate sobre o Planejamento Nacional ancorado no triângulo indissociável “que liga o que fazer a como fazer e com que meios fazer”, posto que a “política nacional ou projeto nacional” responde somente “ao que fazer” (COSTA, 2010a, p.2-4).

Sustenta ainda que é preciso ampliar a integração nacional iniciada pela Era Vargas para além da Federação, sendo o Brasil, peça central nessa nova “racionalidade geográfica por trás da oferta de infraestrutura” (COSTA, 2010b, p.68) contribuindo assim na conformação da América do Sul em megaestados regionais (COSTA, 2017b). Para tanto, contrapondo a métrica do tripé macroeconômico de curto prazo como componente de projetos de governo, sugere um projeto de Estado⁶⁸ – no longo prazo - que reafirme a ideia de “economia do desenvolvimento, com uma combinação de políticas monetária e fiscal que nos coloque no rumo do pleno emprego” (COSTA, 2017b).

Em suma, Costa assinala que não basta intervenções aleatórias sem uma “visão de estruturação sistêmica”, sem um planejamento maior que os planejamentos setoriais – o caso do PAC onde o setor logístico estava descolado do setor energético é singular nesse quesito – para por fim a ideia do neoliberalismo (COSTA, 2016, p.283).

⁶⁸ Conforme a sugestão de Darc Costa, desde já é preciso tomar quatro medidas conjugadas: (a) “transformação progressiva e ordenada da dívida pública em investimento produtivo, em obras de infraestrutura e em novas fábricas; (b) controle da entrada e saída de capitais; (c) redução da taxa básica de juros para níveis internacionais; (d) administração do câmbio em um patamar favorável ao equilíbrio das contas externas; (e) uma política fiscal e monetária que busque a estabilidade dos preços” (COSTA, 2017b).

Recentemente, o debate em torno do Projeto Nacional como categoria imprescindível da realidade foi reestabelecido por *Ciro Gomes (2020)*, com a publicação de seu livro “Projeto Nacional: o dever da Esperança”, em uma tentativa de síntese sobre a atual quadra histórica do desenvolvimento brasileiro, bem como dos desafios abertos pela conjuntura mundial, sugerindo uma nova agenda de reformas em todos os institutos da vida social nacional, chamando atenção para a falta de um projeto nacional de desenvolvimento que possa construir um consenso nacional ancorado em uma nova base de política industrial, científica e tecnológica.

Para a realização de tais tarefas, começa *Gomes (2020)* por conceituar as noções de Projeto, de Nacional e de Desenvolvimento, como forma de enquadrar sua visão contrária aos ditames hegemônicos do pensamento único elaborados pela “globalização neoliberal”. Por “Projeto”, entende-se como “um conjunto de metas para as quais se estabelecem prazos, métodos de execução, supervisão, avaliação, e controle, bem como orçamentação e definição de fontes de recursos”. Disso resulta que o Projeto “pressupõe recuperar a capacidade de planejamento de curto, médio e longo prazo”. Já a noção de “Nacional” refere-se a não homogeneidade do desenvolvimento capitalista, pois “as condições de empreender, produzir e trabalhar seguem dramaticamente dramas nacionais e não globais”. E por fim, “Desenvolvimento” quer dizer o “aumento da riqueza produzida por um país”, bem como “das capacidades e habilidades de seu povo, suas condições de vida e felicidade”, pois não basta o “crescimento econômico” para superar o subdesenvolvimento, e os mecanismo da dependência (*GOMES, 2020, p.84*).

Logo adiante, *Gomes (2020)* traça um balanço da história econômica brasileira no século XX, procurando identificar as raízes da crise econômica dos anos 1980 até nossos dias, os efeitos da transição do capitalismo ao imperialismo no século XXI, sobretudo em termos do contexto geopolítico e das mudanças nas relações internacionais entre os países do centro e da periferia do sistema, procurando sinalizar o papel do Brasil na integração com outras economias, e os possíveis caminhos de sua inserção na “nova” divisão internacional do trabalho.

Na sequência, *Gomes (2020, p.93)* convoca toda a sociedade (os trabalhadores, o mundo da produção, e a universidade) ao debate público em torno do Projeto Nacional de Desenvolvimento com uma agenda de reformas estruturais capazes, tanto nas questões de

curto prazo, tais como superar o desequilíbrio externo, consolidar o passivo privado e recuperar o consumo das famílias, quanto no projeto de futuro para o país, onde sugere cinco grandes temas necessários “para o êxito civilizatório” de médio e longo prazo: recuperação do Estado, reforma Tributária, reindustrialização, revolução educacional, agregação de valor ao produto rural.

Por fim, em termos de diretrizes de ordem política, Gomes (2020) convida aos leitores e partidários do nacional-desenvolvimentismo retomar a construção de um novo pacto político em torno de “uma nova esquerda” capaz de unificar-se sob o acicate do horizonte nacional, destruído anteriormente pela agenda neoliberal imperialista dos anos 1980 e pela crise das experiências do socialismo real de cunho autoritário.

Ulteriormente, como forma de estimular o debate a partir das ideias esboçadas por Gomes (2020), Samuel Pessoa, pesquisador do Ibre da Fundação Getúlio Vargas, elaborou uma série de críticas pontuais a agenda de reformas propostas pelo ex-ministro da Integração, além de tecer agudos comentários discordantes com a leitura da história econômica do Brasil nos últimos 120 anos, sobretudo no que concerne a temática do imperialismo abordado em tela.

Afeito por uma narrativa liberal, Pessoa (2020) ao longo de exatamente 66 páginas escritas em forma de comentário, tenta convencer o leitor através da lógica formal ancorada em dados estatísticos, comparações muito próximas de um empirismo enviesado e abstrato, os equívocos da narrativa de Gomes (2020, p.173), a começar pelo estranhamento, talvez, de sua afirmação mais acertada no livro (que vale lembrar não dá os devidos créditos a Ignacio Rangel) que o “sob a liderança do modelo inaugurado por Getúlio Vargas, o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo entre 1930 e 1980”.

De todo modo, seria dispendioso de nossa parte aqui nesse debate buscar estabelecer pontes entre ambos os autores, pois, a rigor, a questão central do Projeto Nacional de Desenvolvimento não é abordada com tamanha profundidade, demonstrando que o debate restringe-se a discutir somente as finanças do Estado, a competência ou incompetência da gestão das contas públicas pelos governos tanto a direita quanto à esquerda do espectro político, sem qualquer ligação com o pano de fundo que recobre a realidade nacional e internacional em suas múltiplas determinações, a começar pelo imperialismo e o fenômeno dos ciclos econômicos conjunturais (Kondratiev-Juglar) como já assinalamos no capítulo II.

Em outras palavras, mesmo que a narrativa de Gomes (2020) se aproxima mais da verdade, ao sinalizar que os anos 1980 representam um divisor de águas no virtuoso ciclo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, que, a partir daí o país mergulhou em um processo de desnacionalização e desindustrialização da economia dos anos 1990 em diante, em nosso entendimento, a explicação fornecida pelo autor das raízes da crise se resume primeiramente ao problema inflacionário do período (1981-1994), seguidas do rentismo executado nos governos de FHC como um problema maior de incompetência na equação das políticas monetária e fiscal, sustentando a alta taxa de juros pelo tripé macroeconômico (câmbio flutuante, metas de inflação, e superávit primário), que, logo, seriam herdadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores sob os auspícios da armadilha da renda média.

Por outro lado, Pessoa (2020, p.12) ao negar o papel da “blitzkrieg” do imperialismo estadunidense, reduz o debate aos exageros numéricos de Gomes (2020) quanto ao endividamento durante os governos de FHC, demonstrando que os gastos públicos haviam subido já no governo de Itamar Franco, que fez com que a despesa primária passasse de “10,6% do PIB para 14%”, com o ajuste de 29% dos servidores entre 1992-94 – um reajuste, diga-se de passagem, feito de forma acertada.

No entanto, Pessoa (2020, p.10) concorda com Gomes (2020) quanto aos equívocos do Plano de Estabilização do Real (1995) que, semelhante ao recente governo de M. Macri na Argentina, não soube inverter a lógica das etapas, isto é, promover a elevação da carga tributária para compensar as receitas advindas da estabilização econômica antes mesmo das reformas estruturais capazes de acelerar o crescimento, acreditando que por si só se daria o “ajuste fiscal”.

Na verdade, é preciso dizer que nem mesmo um ajuste fiscal é capaz, sozinho, de promover uma aceleração significativa de crescimento econômico e, mesmo que no período de 1999-2004, a participação da indústria brasileira no PIB passou de “14% para 18%” (PESSOA, 2020, p.19), isso se deu, a rigor, pela desvalorização cambial do período (2002-2004) quando se ampliou a exportação de manufaturados (OREIRO, 2018, p.14). Conforme assinalou Oreiro (2021),

A eliminação da alta inflação no Brasil a partir da implementação do Plano Real durante o governo Itamar Franco teve como efeito colateral a persistência de patamares extremamente elevados para a taxa real de juros de curto-prazo, a taxa Selic. Durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, creditava-se essa persistência à adoção de um regime de bandas cambiais

deslizantes, no qual o Banco Central do Brasil definia um “teto” e um “pisso” para a taxa nominal de câmbio, definindo ex-ante o ritmo de depreciação de ambos de maneira a produzir uma desvalorização controlada da taxa de câmbio, ao mesmo tempo que se permitia que, no intervalo da banda cambial, a taxa de câmbio pudesse flutuar “livremente” com base nas condições de oferta e demanda de moeda estrangeira. Durante a vigência desse regime cambial, a taxa Selic real média oscilou em torno de 20% a.a, permitindo que aplicações financeiras livres de risco tivessem taxa de retorno muito superior ao que poderia ser obtido com qualquer tipo de empreendimento do lado real da economia. Nesse contexto, a justificativa que os economistas convencionais davam para o elevado patamar da taxa Selic era a de que o regime de câmbio administrado impedia o ajuste na conta de transações correntes do balanço de pagamentos – fortemente deficitária durante o primeiro mandato de FHC –, o que exigia a entrada de capitais externos para financiar o balanço de pagamentos e, dessa forma, a manutenção da Selic em patamares elevados para atrair a “poupança externa” necessária para “financiar” o crescimento da economia brasileira.

Se as análises desses economistas fossem corretas,

o abandono do regime de câmbio administrado em janeiro de 1999, no início do segundo mandato de FHC, deveria ter reduzido a taxa Selic para patamares mais civilizados. Não foi isso o que ocorreu. Embora a Selic real tenha se reduzido para um valor próximo a 10% a.a no ano 2000, ela permanecerá num patamar de quase 9% a.a até o início da crise financeira internacional de 2008. Se considerarmos o período 2003-2016, a taxa Selic real média foi de 6,25% a.a, um valor 2,57 p.b superior à estimativa da taxa de juros de equilíbrio da economia brasileira, ou seja, da soma entre a taxa de juros internacional e do prêmio de risco país. Apesar do elevado patamar da taxa Selic, a análise da variação acumulada do IPCA em 12 meses no período compreendido entre janeiro de 2003 e setembro de 2017 mostra que a inflação acumulada em 12 meses permaneceu a maior parte do tempo acima do centro do regime de metas de inflação, tendo estourado o teto desse regime em diversos momentos (OREIRO, 2021).

Com efeito, não é nossa pretensão aqui reduzir o debate ao nível estritamente pontual das propostas debatidas por Gomes (2020) e Pessoa (2020), considerando que o diagnóstico de ambos autores, restringe todo o problema da questão nacional e, por conseguinte, a crise da industrialização brasileira, ao problema das contas públicas, isto é, as finanças do Estado (reformas fiscais, tributária, previdenciária, etc.), como se as “receitas não fossem razoavelmente previsíveis”, como se elas não estivessem já “comprometidas desde anos passados, e sua destinação é, portanto o que, em gíria de finanças públicas, chamamos de *matière cotée*” (capital listado) (RANGEL, 1987b, p.65). Para efeito de contabilidade, 3% do PIB com “diversas medidas de majoração de impostos” (PESSOA, 2020, p.33) encontradas pela estratégia de tributar grandes fortunas pela dupla tributação dos lucros e dividendos do IRPF e do IRPJ, nos parece que é uma quantia razoavelmente pequena para alocação de

recursos em áreas estranguladas do setor público, como é o caso dos serviços de utilidade pública⁶⁹.

É curioso observar que nesse longo período de desindustrialização da economia brasileira, o debate sobre o que fazer, como fazer, e com que meios fazer para resolver a crise da industrialização, não ultrapassou a semântica da reprimarização entre os cientistas sociais brasileiros, mesmo que possa considerar um certo consenso entre ortodoxos e heterodoxos, de que o Brasil nessas quatro décadas enfrentou paulatinamente: 1) o recuo expressivo da indústria no PIB⁷⁰ e; 2), que, as tentativas de retomada do crescimento econômico nos anos 2000 foram favorecidas pelo boom da exportação de commodities para o mercado chinês, possibilitando, por consequência, a manutenção do superávit primário.

Porém, se a retomada do debate tem o mérito de abrir o diálogo entre as forças políticas internas, que visam construir um programa de “unidade nacional”, é claramente expressivo o dissenso na explicação sobre a questão cambial e a alta dos juros, quando não, a falta nos diagnósticos do pano de fundo que recobre a contradição fundamental posta em marcha pela fase depressiva do 4º ciclo longo de acumulação aberto em 1973 e que impera até hoje, bem como suas peculiaridades e irregularidades sustentadas pela administração das pequenas crises locais pelos Bancos Centrais que acabaram desaguando na crise de 2008.

Ora, sem uma perspectiva de permanências das relações centro-periferia que permeiam o universo da transição do imperialismo ao socialismo nesse século XXI é impossível pensar e propor as saídas para a planificação do comércio exterior como também a formação bruta de capital fixo sem um mínimo grau de planejamento. Aliás, quando se coloca o problema da questão nacional no debate todo, o problema que envolve a construção de uma estratégia de desenvolvimento nacional sustentado a longo prazo, é comum nas análises a fuga para o ambiente disciplinar das especializações do mainstream econômico, sem qualquer

⁶⁹ Os grandes serviços de utilidade pública são fenômenos geográficos e econômicos muito complexos e que estão no centro do destino da nação brasileira na atual conjuntura. Atualmente, os referidos serviços no Brasil representam verdadeiros nós-de-estrangulamentos que precisam de maciços investimentos, muito próximos de 8,7 trilhões de reais investidos até 2038, para que o país volte a integrar a 20ª posição mundial em matéria de “infraestruturas”. Relatório 2020, Projeto Infra2038, ver https://159146a3-f37e-4128-a17e-52af8299c800.filesusr.com/ugd/63fe2f_d467f2188ebc45ebb3bf7ba1db0afb7a.pdf

⁷⁰ Até mesmo os ortodoxos, que chegaram a corrigir a série histórica do valor adicionado da indústria brasileira admitem que a participação do peso da indústria “foi de 25% em 1985 para 15% em 2011” (BONELLI e PESSOA e MATOS, 2013, p.49).

envolvimento com a busca de um ponto de vista nacional ancorado a partir de uma visão interdisciplinar de conjunto, ou por assim dizer, de uma visão de totalidade.

4.3.2 O Projeto, a Nação, e o Desenvolvimento

Todavia, para efeito de debate, mobilizemos aqui os conceitos elencados acima por Gomes (2020) a respeito da ideia de Projeto Nacional, para passar, num segundo momento, a introdução de algumas considerações sobre a problemática da economia brasileira atual.

De modo geral, pode-se dizer que a definição do conceito de Projeto Nacional apresenta grande elasticidade pelas formas e pelas funções que adquirem no tempo e no espaço quando se toma como exemplo os “grandes experimentos civilizatórios da humanidade” de que nos fala Gomes (2020, p.84), mas é preciso lembrar, como Ernest Renan, que a ideia de nação costumeiramente recai no grave erro de confundi-la com “raça”, e atribuir a grupos etnográficos, ou antes linguísticos, uma soberania análoga à dos povos realmente existentes” (TITAN JUNIOR, 1997, p.158). Ainda segundo o autor, é preciso considerar que

A nação moderna é, então, um resultado histórico produzido por uma série de fatos convergentes. Por vezes, a unidade foi construída por uma dinastia como no caso da França; ou então pela vontade direta das províncias, como na Holanda, na Suíça e na Bélgica; ou finalmente por um espírito geral, que tardiamente vence os caprichos feudais, como na Alemanha e na Itália. Há sempre uma profunda razão norteando essas formações; os princípios em questão, vem a luz por meio das mais inesperadas surpresas. Em nossos dias, vimos a Itália unificada por suas derrotas, e a Turquia demolida por suas vitórias. Cada nova derrota fazia avançar as questões italianas; enquanto cada vitória levava a Turquia à perdição - pois a Itália é uma nação, e a Turquia, fora da Ásia Menor, não o é [...] Mas que é afinal uma nação? Por que a Holanda é uma nação, enquanto que Hannover ou o Grão-ducado de Parma não o são? Como a França pode persistir como nação, quando o princípio que a gerou desapareceu? Como a Suíça, que tem três línguas, duas religiões, três ou quatro raças, é uma nação, enquanto, por exemplo, a Toscana tão homogênea não o é? Por que a Áustria é um Estado e não uma nação? Em que o princípio das nacionalidades difere do princípio da raça? Eis aqui os pontos sobre os quais um espírito reflexivo deve se fixar para se chegar a um acordo consigo mesmo. Os negócios da vida real não se regulam por esta espécie de raciocínio; mas os homens aplicados desejam sempre por alguma ordem nessas questões e desfazer as confusões em que se emaranham os espíritos superficiais (TITAN JUNIOR, 1997, p.163).

Ora, diante dessa questão, é possível estabelecer um elo histórico que permita definir com precisão o conceito de Projeto Nacional, a começar pela ideia de nação, que encontra substância na formação dos Estados nacionais modernos e seus respectivos movimentos

nacionais democrático-burgueses, isto é, nas vias de transição do feudalismo para o capitalismo que podem ser divididas, segundo Lenin (1984, p.280, tradução nossa) em duas grandes épocas “radicalmente diferentes do ponto de vista dos movimentos nacionais”, mas que estão entrelaçadas uma na outra: 1) o colapso do feudalismo e do absolutismo, quando se constitui os Estados democrático-burgueses, com a participação política de todas as classes sociais (na imprensa, e nas instituições representativas, etc.) e; 2) a fase imperialista, com os Estados capitalistas já formados e consolidados, e com um regime constitucional já estabelecido.

No primeiro caso, é possível dizer que tanto a 1ª Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, que passaria a engendrar ainda no final do século XVIII os ciclos econômicos de longa duração (Kondratiev) ampliando os termos de intercâmbio no comércio exterior, e por assim dizer, a divisão internacional do trabalho, bem como os próceres iluministas da Revolução Francesa cuja aliança entre o campesinato e a burguesia parisiense procurou reagir aos desafios internos e externos imposto pelo dinamismo econômico do Império Britânico, são marcos que configuraram a irrupção das primeiras experiências de Projeto Nacional, consideradas aqui sob a pedra angular do capitalismo industrial inglês e da soberania nacional autoproclamada do Estado francês.

Em outras palavras, esse primeiro tipo de Projeto Nacional encampado nos movimentos nacionais que nascem na Europa Ocidental, e que se estende pelo período de 1789 a 1871, com a tardia unificação alemã, tem-se como regra geral a formação de Estados Nacionais homogêneos sob uma mesma base econômica, - isto é, a conquista do mercado nacional interno pela burguesia – que possa manter em coesão a unidade do território e a unidade do idioma, condição essa imprescindível para “a circulação mercantil realmente livre e ampla, correspondente ao capitalismo moderno” (LENIN, 1984, p.275).

Aliás, é justamente o processo de unificação alemã na segunda metade do século XIX que configura, em princípio, aquilo poder-se-ia considerar uma segunda forma de Projeto Nacional, que nasce a partir da vitoriosa classe dos médios latifundiários feudais prussianos (junkers) como resposta ao atraso (econômico, político e cultural), imposto pelo expansionismo do capitalismo inglês e francês, e sua zona de influência nos movimentos nacionais democrático-burgueses da Europa Ocidental.

Segundo Pereira (1989, p.104), a aristocracia feudal prussiana conseguiu promover a unificação por diversos fatores, entre os quais: 1) a herança de um exército permanente de mais de trinta mil homens, formados por Frederico Guilherme I; 2) o “sentimento de dever e de adoração a ordem” pela burocracia semifeudal; 3) o desenvolvimento da filosofia clássica alemã, aplicado ao ensino obrigatório nas escolas e; 4) a submissão da sociedade através do Estado, que aqui, eis que a nação moderna emerge como produto do Estado, “mas não para unificar um mercado interno prévio”, mas para “instaurar um mercado nacional unificado”, estabelecendo as “fronteiras voltadas para o exterior” (PEREIRA 1989, p.184 apud POULANTZAS, 1985, p.121).

Por outro lado, a conjuntura mundial aberta pela fase depressiva do ciclo longo da economia mundial (1815-1848), impôs ao mundo uma contração nos termos de intercâmbio do comércio internacional, encontrando saída no avanço do colonialismo imperialista praticado pelo centro dinâmico da economia capitalista (a Inglaterra à frente), em busca do espraiamento das tecnologias da 1ª Revolução Industrial no setor de transportes, como foi o caso das ferrovias.

Desse período, é possível extrair as bases do Projeto Nacional de segundo tipo, quando, o pioneiro F. List, inspirado nas lições vitoriosas da industrialização inglesa e da ideias política e sociais da revolução francesa, propôs o “nacionalismo econômico” crítico do capitalismo liberal (livre-comércio) como meio de projetar a integração econômica e política dos reinos germânicos a partir da criação do Zollverein (União Aduaneira Nacional dos Estados Alemães), - que aboliu as tarifas aduaneiras internas e estabeleceu um sistema alfandegário e comercial comum – e do Sistema Nacional Ferroviário alemão - órgão capaz de manter em unidade as forças produtivas, muito próximo do se fazia pela Sociedade da Pensilvânia, nos EUA, em matéria de industrialização (SZPORLUK, 1988).

Para a F. List, a categoria Nação, estava muito próxima da concepção de classe para Marx, de *classe em si* e *classe para si*, ou seja, com base na filosofia hegeliana, o proletariado só se constitui como classe na medida que se organiza e adquire consciência de classe, logo a Nação, enquanto a nação *para si*, como categoria histórica, era um fenômeno recente na história. E no caso da Alemanha, seu desenvolvimento econômico-industrial tardio necessitava de uma enérgica intervenção do Estado centralizado, combinando protecionismo e

livre-cambismo como faces de uma mesma moeda para se poder alcançar o estágio do desenvolvimento das economias capitalistas centrais (SZPORLUK, 1988).

Ora, diante desse quadro, é possível extrair uma terceira forma de Projeto Nacional que se realiza em grande parte da periferia do sistema capitalista ao longo do século XX, combinando os dois tipos assinalados acima pela atuação dos movimentos nacionais democrático-burgueses, mas que, por conta das relações centro-periferia, o componente anti-imperialista nasce enraizado em seu nacionalismo. Todavia, sem cair em falsas generalizações, tomemos o caso brasileiro em análise, pois, como se sabe,

“o desenvolvimento do capitalismo brasileiro emerge como uma forma especial de anticapitalismo, tendendo a associar-se à economia socialista mundial, pois somente ela pode atender a suas próprias necessidades e dar consistência a suas aspirações à indispensável autodeterminação nacional” (RANGEL, 1963a, p.23 Tempo brasileiro).

Posto essas considerações, é possível dizer que o Projeto Nacional brasileiro nasce dual, ao mesmo tempo em que se aproxima do caso alemão e se difere pela condição de ser perifericidade do centro dinâmico da economia mundial. “Ao contrário dos Estados Unidos, onde a nação terminou por constituir-se em Estado, o Estado-Império instituído no Brasil, desmembrado do Estado português, foi o que construiu a nação” (MONIZ BANDEIRA, 2008, p.42)⁷¹.

Como já assinalamos no segundo capítulo, a longa marcha de construção ininterrupta das dualidades brasileiras (meias-revoluções) definidas por Ignacio Rangel (1957b), marcaram os caminhos do Projeto Nacional aberto com a (Abertura dos Portos/Independência), isto é: 1) os pactos de poderes entre as classes dominantes que conduziram o comando do Estado e o processo econômico ininterruptamente do primeiro quartel do século XIX até os anos 1980, queimando etapas do desenvolvimento brasileiro ao promover a industrialização; 2), e por outro lado, o otimismo nacionalista (vontade nacional) em constante estado de *bouleversement*⁷², que se apresentou regularmente com as flutuações

⁷¹ Para mais informação sobre a dualidade do Projeto Nacional Brasileiro em sua transição de Estado-Nação independente, isto é, uma Estado em si, para constituir-se em Estado para si a partir da irrupção da Revolução Nacionalista de 1930 liderada por Getúlio Vargas ver a tese de doutorado (FFLCH-USP) de Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, “A geografia e as bases da Formação Nacional Brasileira: uma interpretação fundamentada nas ideias de Ignacio Rangel (1998)”.

⁷² O conceito de *bouleversement* para Marx (1983, p.25), se limitava a uma época de mudança, de subversão, uma época de revolução, ou seja, o ponto em que o desenvolvimento das forças produtivas encontra entraves nas relações sociais de produção e, cujos “homens tomam consciência deste conflito, levando-o as últimas

dos ciclos longos (Kondratiev), e soube, mesmo que “acertando por equívocos”, seja pelo desconhecimento dos “segredos do processo econômico” orientar-se “na trama de contradições que o movem”, distinguindo-se “os amigos dos inimigos, sem atentar muito para seus respectivos preconceitos” (RANGEL, 1963a, p.16).

Sem essas prévias diferenciações básicas capazes de determinar o atual estágio histórico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil nesse início de século XXI, e quais são as particularidades da questão nacional desse país, as definições dos conceitos de Projeto, Nacional e Desenvolvimento apresentados por Gomes (2020) acabam por cair num vazio, “frequentemente de boas intenções”, mas que de boas intenções e bons conselhos o “inferno” está cheio, encobrendo “a falta de vontade ou a incapacidade para os utiliza-los na prática” (LENIN, 1984, p.282, tradução nossa).

Noutros termos, Projeto Nacional deve ser definido a partir de categorias históricas inteligíveis cuja estrutura, forma e função se definem pelo processo de transição que, aliás, em nossa atual quadra histórica encontra seu curso na rivalidade entre capitalismo e socialismo nesse século XXI. Isso quer dizer que qualquer tentativa de apresentar o planejamento, como um “planejamento geral <puro>” não passa de “um mito” (RANGEL, 1957a, p.76), do mesmo modo que, ao considerar, como quer Corsi (2008, p.68) que o conceito de Projeto Nacional de Desenvolvimento, deve ser entendido “não como um projeto que integra os interesses coletivos da nação, mas como um projeto de cada classe e facção de classe para a nação”, não deixa de fazer tábula rasa das peculiaridades e particularidades das leis objetivas do desenvolvimento brasileiro.

Assim o é, que a dinâmica da sociedade de classes no Brasil não se dá em “termos de direita ou de esquerda, mas de adesão ou repúdio às ideias de unidade, soberania e planejamento” (RANGEL, 1963a, p.17), ou seja, não se dá na entre uma disputa de Projetos Nacionais por frações de classes. A originalidade que compete a estrutura da economia brasileira, se dá na substituição ordinária de uma “mudança de atitude das antigas classes dirigentes”, sem a substituição de uma classe por outra, “fazendo com que as elites dirigentes

consequências”. Todavia, segundo Rangel (1963, p.16), o caso brasileiro revela uma ampliação do conceito, pois aqui, via de regra, o caminho do desenvolvimento e da industrialização colocou no “posto de comando da economia pessoas que não acreditavam, nem no desenvolvimento nem na industrialização”.

permaneçam fundamentalmente as mesmas – perdendo alguns contingentes de elementos mais retrógrados e ganhando outros mais progressistas” (RANGEL, 1963a, p.18).

Não existe aqui em nossas dualidades o fenômeno da “aliança de classes” como os que ocorrem nas formações sociais asiáticas, e europeias. A rigor, o caso brasileiro revela uma fusão de “duas classes”, como é o caso do latifundiário e o capitalista que, na verdade, são as mesmas pessoas. Nesse caso, quando há o amadurecimento das contradições, significa que abre apenas a possibilidade de mudança do “centro de gravidade” dos polos de poder sem que as classes dirigentes percam sua “identidade” – como ocorre nos processos químicos onde “certo grupo de átomos – os radicais – podem passar de uma molécula para outra [...] como se fossem simples átomos” (RANGEL, 1978, p.82). Dessas contradições, eis que as opções são condicionadas pelas mudanças de atitudes cuja “ação política das outras classes sociais” influem “pelas suas lutas e reivindicações, no sentido de antecipar ou retardar essa mudança de atitude” (RANGEL, 1963a, p.19).

Em outras palavras, e como forma de sustentar nosso argumento de tese, as mudanças que dever-se-iam ocorrer nos anos 1980, com a passagem da burguesia industrial de uma classe em si (conscientemente) em classe para si, assumindo a direção do Estado brasileiro, acabou por não se firmar, e grande parte da explicação, pode-se encontrar no campo progressista (de esquerda) dos chamados “desenvolvimentistas do Plano Cruzado” (BRESSER-PEREIRA, 2015, p.4), que a rigor, acabaram por retardar o planejamento do segundo estágio da industrialização brasileira, isto é, o “Segundo Programa de Metas” (RANGEL, 1987), justo por não compreenderem que a luta contra “a hegemonia mundial do imperialismo” posto na ordem do dia, só seria possível pela determinação “consciente” e não espontânea, do que poderíamos denominar projeto nacional (RANGEL, 1980b, p.12).

Como se sabe, o Brasil, enquanto uma das “nações-crianças” surgidas na segunda metade do século XX, difere por completo das nações surgidas no século passado, e até mesmo das que emergiram a partir dos movimentos nacionais democrático-burgueses, na Europa e na Ásia no início do século XX imbuídos do direito de “autodeterminação dos povos”, como assinalou Lenin (1984), afirmando sua “soberania”, “unidade” e enquadramento jurídico e político para o mercado nacional”, pois segundo Rangel, o Brasil, como uma nação-criança nasce pela afirmação categórica do desenvolvimento, manifestado

“pela vontade de planejar ou programar esse mesmo desenvolvimento⁷³” (RANGEL, 1963a, p.7).

Tanto o é, que as primeiras iniciativas “pré-científicas” do planejamento/projetamento⁷⁴ orientadas pelos planejadores cepalinos (estruturalistas), resultaram em “um esforço de racionalidade em matéria de alocação de recursos”, um esforço, aliás, “para frente”, alavancando o processo de substituição de importações coroado pelo I Programa de Metas (1956-1960). Todavia, se esse esforço “soube estabelecer normas para a boa aplicação desses recursos”, no nível da economia da firma, carecia de reconhecer o esforço que deveria ser feito “para trás”, isto é, de encontrar os meios de utilização da capacidade ociosa já existente, aproveitando seu “potencial produtivo” e seus fatores, tais como uso das instalações, a mão-de-obra, “além dos recursos naturais”, etc. (RANGEL, 1963a, p.26).

Ora, foi diante dessas condições da problemática da capacidade ociosa/alocação de recursos que Ignacio Rangel (1957a), elaborou todo um arcabouço conceitual capaz de responder as questões do que fazer, como fazer, e com que meios fazer, para que o Projeto Nacional tenha sua “razão de ser”. De início, é preciso definir cientificamente as bases programáticas do Plano Nacional de Desenvolvimento, para que a intervenção do Estado seja racionalmente programada/projetada, pois o desafio não está no campo teórico, mas sim prático, sendo o “projetamento” a “ação sobre as unidades” – que decide as ações sob a mudança quantitativa dos fatores (o homem, o trabalho, e sua vida), ora “mudando o número de unidades”, ora fazendo com que surjam unidades de diferentes tamanhos, que podem “se desdobrar em mudanças de qualidade” - e a “programação” que é a ação, de nível superior “sobre o sistema nacional” (RANGEL, 1957a, p.131).

⁷³ Segundo Rangel (1963a, p.20) “a opção pelo planejamento – que envolve as opções pela unidade e pela soberania nacional, sem as quais aquele seria impossível – foi até pouco tempo, fundamentalmente do tipo inconsciente e ingênuo. Todavia, vale lembrar que mesmo sob a espontaneidade do sistema, a ideia de planejamento que veio se desenvolvendo com a fundação do Estado Nacional, e sua construção da nacionalidade ao longo do século XIX e início do século XX, provou a capacidade de “aceitar transferências não compensadas de renda”, que mantiveram a unidade nacional como “prova de solidariedade”, - condição prévia para o plano – como o foram as obras da União no Nordeste, carecidas de “justificação econômica” (RANGEL, 1963a, p.16).

⁷⁴ Até mesmo a União Soviética foi obrigada a perceber que a nação é uma pré-condição para o Plano, mesmo sob todas “as posições universalistas do internacionalismo proletário”, isto é, a nação é, objetivamente, a estrutura que melhor satisfaz as pré-condições do planejamento, adquirindo assim nova e decisiva razão de ser” (RANGEL, 1957b, p.15).

Isso quer dizer que quando se trata da alocação de recursos, estamos colocando a questão do “que fazer” para a elaboração do Plano Geral, - pois é aqui que o Projeto faz sentido - enquanto que a seleção da técnica, nesse acaso responde diretamente ao “como fazer”, e para isso, é necessário conhecer a estrutura dos recursos. Essa condição faz com que surja o problema da adoção dos critérios de prioridades do Projeto que, para se efetivar, deve se manter sob a disciplina da programação e não do mercado (ditadura do consumidor). Ao descobrir quais “atividades devem ser desenvolvidas prioritariamente”, já é “quase a metade do caminho a percorrer”, posto que o planejamento se “converterá no problema da elaboração e análise de projetos” (RANGEL, 1987b, p.63).

Nesse sentido, a regra fundamental a ser adotada aqui é a produção de “coisas” que não possuímos pelo acertado emprego do que temos disponíveis em nossas mãos, logo, balanceando os recursos disponíveis, sem necessidade de se negociar a soberania nacional. Daí que o papel de seleção da técnica a ser utilizada, tem como fundamento resolver os problemas da conversão das coisas que nos faltam pelas coisas que já produzimos, ou, possuímos como potencial produtivo, já que o trabalho só pode ser considerado “produtivo, se este consegue acrescentar no produto alguma parcela de utilidade contida nos fatores, a qual é sacrificada no processo produtivo”. Noutros termos, o fundamento da “técnica não está na tecnologia, mas sim na economia” (RANGEL, 1958c, p.173).

Assim, para efeitos de um projetamento racional, a tarefa habitual consiste em decifrar os recursos tanto privados como públicos disponíveis na economia brasileira, indicando os recursos disponíveis de tecnologia, (superabundantes e escassos) para que se possa encontrar a solução da convertibilidade dos primeiros nos segundos. Contudo, considerando que grande parte dos recursos da economia brasileira (poupança) se concentra nas mãos da iniciativa privada (os particulares), o projetamento deve ser realizado de tal modo que interessem a esses mesmos particulares a inversão. Fugir dessa regra básica “criará uma estrutura de demanda de recursos financeiros incompatível com a verdadeira estrutura da oferta dos mesmos recursos”, projetará uma crise cambial e o endividamento do país, visto que, se a moeda se comporta como eixo principal do sistema do mercado nacional, ao desconsideramos a estrutura real da oferta de recursos, caminhamos para insolvência no exterior, e como ignoramos a estrutura financeira da mesma oferta, caminhamos para o colapso da oferta (RANGEL, 1958b, p.165).

Dito isso, o caminho a ser traçado é promover a substituição de importações a partir de uma filtragem da lista de importações, fixando o tipo de câmbio em cada caso específico, estudando as curvas de custos relativos das indústrias potenciais, bem como o exame qualitativo dos custos, - este que permite separar “as substituições verdadeiras das falsas” (RANGEL, 1990c, p.119). Eis daí que surge a necessidade de planificação do comércio exterior, pois como se sabe, o balanço de pagamentos não passa de ficção contábil se levada a generalização, ou seja, se não tratada como uma série de balanços de pagamentos com problemas específicos. E nesse caso, é preciso planificar o comércio exterior direcionado para as áreas onde nossa moeda apareça como escassa, áreas estas em que todo esforço de expandir as exportações não seja indiferente ao volume de nossas próprias compras, podendo assim, ao faixar o volume de comércio com esses países, utilizar os setores ociosos da economia nacional, a princípio subutilizados. Por outro lado, o esforço de substituição de importações deve-se se orientar para bens e serviços dos países onde a moeda é escassa para nós, utilizando-se assim das vantagens da divisão internacional do trabalho (RANGEL, 1958b).

Em resumo, o critério do comércio exterior para identificar quais moedas estrangeiras são escassas é a própria experiência do comércio, sabendo o comportamento de compras de determinadas áreas e as variações de importações dela provenientes. Assim é possível converter a disponibilidade de certas divisas em disponibilidade de produtos ou de capacidade produtiva no interior da economia brasileira (RANGEL, 1958c).

Com efeito, dessas observações apresentadas, pode-se extrair duas questões que nos interessam mais de perto e merecem serem levadas as últimas consequências para efeito da retomada do Projeto Nacional brasileiro ao longo desse longo século XXI. A primeira, é que para os efeitos da conjuntura cíclica, “sem planejamento não pode haver desenvolvimento, porque programar ou planejar é o supremo emprego que uma nação pode dar a soberania” (RANGEL, 1958c, p.173). Mas, como já foi assinalado, o caminho do Projeto ao Plano precisa ser equacionado, à luz de estabelecer “a escala de prioridades”, agrupando os projetos “de acordo com a especificação dos recursos a usar, tanto na construção quanto na operação” (RANGEL, 1990c, p.120).

Naturalmente, é o projeto que constrói o Plano, e na medida em que os projetos criam procura, “a escassez tende a converter-se em pressão sobre o balanço de pagamentos” e nesse sentido, o Estado é chamado a se antecipar nas decisões dos desequilíbrios criados, seja pela

“manipulação do tipo de câmbio”, seja na execução de projetos relativos a procura derivada, criando oportunidades de inversão (RANGEL, 1990c, p.121).

Já a segunda questão diz respeito ao imperativo da capacidade ociosa (áreas de poupança) e dos pontos de estrangulamento (áreas de investimento) que acompanham os ciclos médios (juglarianos brasileiros) no processo de industrialização substitutiva de importações e seu ingresso econômico autarcizante (autossuficiente) na divisão internacional do trabalho, interessando mais de perto a formulação do Plano Geral. É que a utilização da capacidade ociosa para efeitos de projetamento/planejamento aparece “como a meta-síntese do plano, isto é, como meio de produzir uma redistribuição de renda”, comportando-se muito além de uma simples “alternativa para o endividamento externo e para o arrocho salarial” (RANGEL, 1982, p.168). Em resumo, para que haja um planejamento sério, com capacidade de determinar as perspectivas de continuidade do processo e quantificar o tempo de amadurecimento dos projetos encetando novos desequilíbrios, faz-se necessário partir desses pressupostos básicos apresentados acima.

4.3.3 Desindustrialização: uma janela de oportunidades para o Planejamento

Certa vez na Paraíba, em agosto de 1991, foi organizado um seminário em torno das ideias de Celso Furtado⁷⁵, que contou com a participação de Ignacio Rangel no 2º Painel - “O Exílio na França, o retorno ao Brasil; do Ministério da Cultura aos dias atuais (1964-1990)”. Nessa ocasião, quando foram abertos os debates, Rangel demonstrou profunda insatisfação com a precária síntese alcançada naquela reunião, como se observa no relato de Corrêa (2008, p.94)

“ – Rossini, eu estou preocupado. Como as pessoas estão pensando mal o Brasil! E gente de responsabilidade! Vou solicitar quinze minutos a Arraes, para desfazer estes equívocos e virar a mesa”.

No entanto, sua solicitação foi negada três vezes por Arraes, argumentando-se que a qualquer momento chegaria o “Deputado Ulysses Guimarães para a solenidade de encerramento do seminário”. Nesse interim de tempo, Rangel voltou-se a palavra a Rossini e

⁷⁵ Para mais informações sobre o seminário e a apresentação dos painelistas ver “Era da Esperança. Teoria e Política no Pensamento de Celso Furtado (Org.) GAUDÊNCIO, F. de S.; FORMIGA, M. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

disse: “ – Afinal, quem é que é, Rossini, este Ulysses Guimarães de quem eles tanto falam!?” (CORRÊA, 2008, p.94).

Passados trinta anos do seminário, as palavras de Rangel continuam atuais se observarmos como as pessoas continuam pensando mal o país, até mesmo as análises mais cadimas de intelectuais que tentam tratar a desindustrialização brasileira como um epifenômeno – semelhante à questão da inflação. É que atualmente as escolas tanto da ortodoxia, quanto da heterodoxia econômica, continuam insistindo na universalização de diagnósticos parciais cuja terapêutica para os problemas difusos do desenvolvimento econômico e social, acabam por estreitar suas causas em uma visão de mundo compartimentada, próximas, portanto, do ardil do conceito⁷⁶.

Ora, a chamada hipótese da desindustrialização brasileira, dever-se-ia apresentada em outros termos, isto é, substantivada como hipótese da desindustrialização/desnacionalização na periferia do imperialismo conforme já assinalamos anteriormente, pois sem a pressuposição da técnica do planejamento como ferramenta imprescindível para a retomada do desenvolvimento, o debate continuará costumeiramente redundante em torno das disputas de conceitos e classificações. Os que omitem a ciência política nos estudos econômicos, se esquecem que a política nada mais é do que a “economia levada a cabo por outros meios”, do mesmo modo que a guerra é a política levada a cabo por outros meios”, isto é, “por meios violentos acrescentaria Lenin” (RANGEL, 1982b, p.25). Isso quer dizer que,

os conflitos que não encontram solução no seu campo de origem, que é, basicamente o econômico, tendem a comprometer as classes sociais, no campo interno, e os povos, na arena internacional; vale dizer, tendem a transferir-se para o campo político onde, eventualmente, encontrarão solução. Se, entretanto, isso não ocorrer, o conflito humano, ou regredirá para o campo econômico ou evoluirá para o militar. Assim, os conflitos fundamentais de interesses suscitados pela presente crise econômica mundial do capitalismo assumem a forma de conflito político (RANGEL, 1982b, p.26).

⁷⁶ A literatura recorrente sobre o processo de desindustrialização brasileira, conforme aponta Morceiro (2012), encontra-se restrito a três grupos de abordagens (emprego, produção – valor adicionado, e desempenho do comércio exterior), que as vezes, as variáveis aparecem combinadas ou não. Ainda segundo o autor, não há consenso entre nas abordagens, seja nos aspectos de definição do conceito, pois as variáveis são imobilizadas de acordo com o arbítrio do pesquisador, seja no aspecto de conclusão se há ou não desindustrialização no Brasil. Se para alguns que combinaram as três variáveis em suas análises não houve desindustrialização no Brasil, como é o caso de Coriat (1989), que “sob a ótica do emprego” os números se mantiveram em níveis de equilíbrio, para outros, como (Oreiro, Bresser-Pereira, Cano, entre outros), a perda de participação nas duas outras variáveis (comércio exterior e valor adicionado) confirmam a hipótese da desindustrialização.

Nesse sentido, se não se leva em conta o contexto da contrarrevolução neoliberal imposta pela agressividade do imperialismo desde os anos 1980 com R. Reagan e M. Thatcher, e seus múltiplos desdobramentos na desaceleração da economia brasileira até nossos dias, é praticamente impossível, - quando não um assalto a razão - buscar parâmetros comparativos com países desenvolvidos ou em desenvolvimento que levaram (e estão levando) o planejamento econômico as últimas consequências, como são os casos da Coréia do Sul⁷⁷, Singapura, Indonésia, Índia, China, etc.

Segundo Rangel (1990d), o Brasil, até o final dos anos 1980 ainda havia levado, mesmo que de modo ingênuo as ideias de planejamento econômico, pois tanto a direita quanto à esquerda do espectro político, queriam o desenvolvimento e a industrialização, caminhando assim, “no sentido geral desejado, mas não na medida desejada”, ao promover respostas as crises e recessões de forma sabia, como o foram as políticas cambiais, o investimento do Estado, e a própria implantação do direito trabalhista.

Todavia, nos anos 1990 os pressupostos do planejamento foram abandonados, e com ele a possibilidade de “revisão do direito de concessão” – ponto de partida para se combater a recessão criando empregos, demanda e renda nas atividades subinvestidas - na medida em que as privatizações dos serviços de utilidade pública passaram a ser feito via conversão das dívidas externas, sem capacidade de promover a utilização da capacidade produtiva, gerando um profundo dumping na economia nacional (RANGEL, 1990d). Ademais, a destruição do Instituto de reserva de mercado, bloqueou a possibilidade de planificação da abertura econômica que, objetivamente, se realizaria no comércio exterior, onde o Brasil se abriria planejadamente aos países que comprassem nossos produtos, assegurando tanto o mercado para os produtos de nossos parceiros, e vice-versa (RANGEL, 1991d).

No entanto, ao longo desses trinta anos assinalados acima, nenhuma palavra foi dita sobre a retomada do planejamento econômico por parte dos intelectuais supostamente “progressistas”, incluindo aqui os chamados novos-desenvolvimentistas (FGV, Unicamp, UNB) que, mesmo possuindo méritos em denunciar as políticas macroeconômicas nefastas

⁷⁷ Sobre a intervenção do Estado aliada as grandes empresas familiares coreanas (Chaebols) na edificação dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico (PQDE) que lograram a partir do planejamento econômico orientar o empresariado “a futura direção básica das políticas econômicas do governo” e construir a partir da cooperação entre governo, empresas e sociedade, um consenso capaz de estimular a industrialização, a estabilização e a modernização tecnológica, ver (YOON e SOUZA, 2001, p.340).

dos pacotes neoliberais impostos pelo FMI, continuam a diagnosticar o problema da industrialização, ou como dizem, da desindustrialização tratando “da indústria como um todo homogêneo” (MORCEIRO, 2018, p.137).

Por outro lado, os recentes estudos de Morceiro (2018, p.131) têm contribuído de forma singular para se pensar medidas em que os pressupostos do planejamento do comércio exterior brasileiro se organizem pela pauta das importações, conforme proposto Ignacio Rangel, já que há uma ampla qualificação na abordagem setorial da indústria nacional, seus graus de desindustrialização, o adensamento produtivo e a inserção nas cadeias globais de valor, bem como o “coeficiente importado de insumos e componentes comercializáveis” (CIICC). Os resultados apresentados da pesquisa são reveladores, pois não há homogeneidade no processo de desindustrialização brasileira, já que

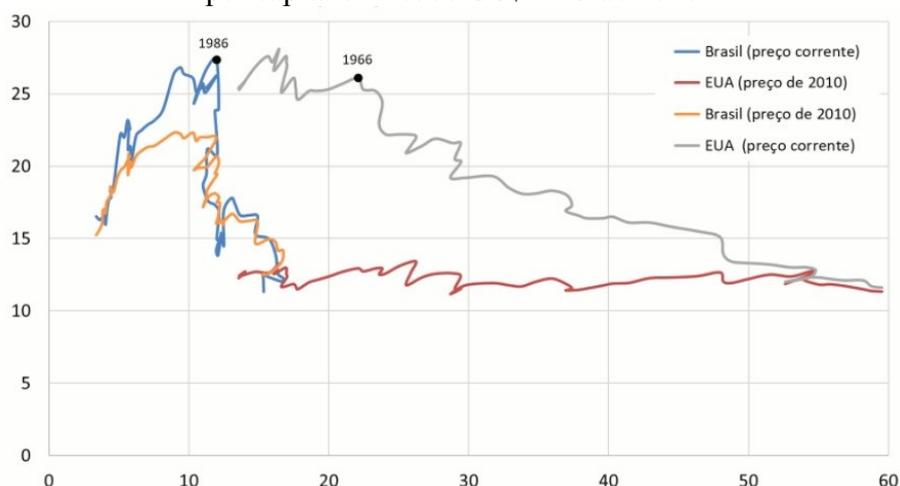
Primeiro, a manufatura brasileira apresentou uma diminuição significativa do adensamento produtivo na década do século XXI de maior crescimento industrial após os anos setenta. No entanto, o retrocesso no adensamento não provocou desindustrialização absoluta das classes industriais, pois estas não apresentaram diminuição do emprego ligado as operações industriais. Certamente, o crescimento industrial do século XXI ocorreu com menor transformação industrial e maior uso de mão de obra pouco qualificada ligada as operações de montagem de insumos e componentes importados [...] Segundo, a indústria de transformação brasileira ainda possui grau de adensamento produtivo alto, sobretudo porque os setores manufatureiros de baixa e média-baixa tecnologia (BT-MBT) são muito adensados e possuem um peso grande na estrutura industrial do país. BT-MBT correspondem a dois terços da produção manufatureira e o país possui competitividade nas indústrias intensivas em insumos agropecuários, minerais e energéticos. No entanto, a categoria de alta e média-alta tecnologia (AT-MAT) possui adensamento relativamente baixo e inferior à média dos 15 países detentores dos maiores parques industriais do mundo [...] Terceiro, a maioria das classes industriais apresentaram adensamento produtivo elevado, mas não é uma característica de toda a indústria de transformação [...] Quarto, as classes industriais dos setores “eletrônicos, informática e ópticos”, “farmacêutica” e “outros equipamentos de transportes” estão muito esgarçadas pelas importações. Do ponto de vista do grau de transformação industrial, partes expressivas do tecido industrial desses setores encontram-se em processo de desindustrialização avançado e assemelham-se a uma indústria de *aparafusamento* ou *maquiladora*. O setor químico possui grau de adensamento produtivo intermediário ao passar por esgarçamento produtivo significativo em poucas classes expressivas em produção industrial. Esses quatro setores são responsáveis por cerca de metade dos gastos empresariais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) do planeta. Dessa forma, o esgarçamento diagnosticado restringe bastante o desenvolvimento tecnológico do país [...] Quinto, os demais setores de AT-MAT - automobilístico, máquinas e equipamentos e máquinas e aparelhos elétricos - possuem grau de adensamento elevado e poucas classes encontram-se fragilizadas pelas importações de insumos intermediários, porém há indícios de aumento significativo de importações de produtos acabados, finais ou intermediários [...] Sexto, no caso das poucas classes de BT-MBT com maior CIICC predominaram *importações não competitivas* de insumos e componentes porque o país não possui capacidade de produção na quantidade e qualidade demandadas,

principalmente devido à técnica produtiva, escassez de alguns recursos minerais (como metais preciosos), tipo de clima pouco favorável à produção de trigo, entre outros [...]Portanto, o desadensamento produtivo foi mais forte nos segmentos de AT-MAT, que possuem maior qualidade em termos tecnológicos, maiores ligações entre os setores manufatureiros, alta remuneração por trabalhador, além de alta elasticidade-renda da demanda e grande dinamismo no comércio internacional (MORCEIRO, 2020, p.856-857).

Diante desse quadro atual da indústria brasileira, é possível dizer que, contrariando as análises pessimistas, o Brasil possuiu grande musculatura industrial ainda disponível, e pronta para a retomada do crescimento, bastando que as políticas industriais e macroeconômicas sejam feitas a partir da “ciência do planejamento”, condição *sine qua non* tanto para o mundo capitalista, que necessita planejar cada vez mais seu comércio exterior, como o próprio mundo socialista sob a liderança do planejamento econômico chinês, que a rigor, tem demonstrado prudência em se colocar acima do bem e do mal, como foi o planejamento soviético, diante dos ciclos econômicos de Kondratiev.

Nesse sentido, se os estudos de Morceiro (2020) tem o mérito de apontar para a possibilidade de planificar nosso comércio exterior, a partir dos setores onde os coeficientes de importação se tornaram predatórios da indústria nacional, por outro lado, não ultrapassa o pensamento que gravita em torno da literatura sobre o processo de desindustrialização, restrita a explicar o fenômeno apenas pelo viés econômico estrutural (Gráfico 3), sem qualquer visão de conjunto que envolva o complexo de múltiplas determinações (geográficas, políticas, econômicas, morais, culturais, etc.) da qual estamos insistindo ao longo desse trabalho.

Gráfico 3 - Manufatura (% no PIB) versus PIB per capita, 1947 a 2018: Brasil x EUA - PIB per capita em 1.000 US\$ PPC de 2017



Fonte: (MORCEIRO e TESSARIN, 2019, p.19)

O que diz Morceiro e Tessarin (2019, p.18) sobre o gráfico acima é esclarecedor a esse respeito, pois para os autores, o que interessa na explicação da comparação desses dois tipos de desindustrialização, - a “prematura” brasileira e a “normal” dos EUA – é que os dois países “têm suas similaridades, pois são países populosos, continentais, ricos em recursos naturais, foram colônias e tiveram períodos de escravidão”.

Não há dúvidas que os dois países possuem algumas similaridades, mas a rigor, desde sua gênese e evolução, Brasil e EUA possuem mais diferenças⁷⁸ do que denominadores comuns, a começar pelo fato primordial que explica o gráfico acima assinalado, a saber, a contrarrevolução neoliberal que bloqueou o desenvolvimento da economia mais dinâmica do Ocidente capitalista entre os anos de 1930 e 1980, isto é, o Brasil.

De todo modo, não caberia aqui aprofundar essa questão, mas dizer que se os economistas, como Morceiro (2020), procurassem realizar, com a mesma capacidade e competência, - como foi seu estudo setorial do processo de desindustrialização brasileira que demonstrou a não homogeneização no trato industrial – outras combinações nas quais a geografia e o marxismo têm contribuído para explicar os fenômenos em sua totalidade, não há sombra de dúvidas que a “ciência do planejamento” no Brasil teria condições de ser retomada.

⁷⁸ O recente trabalho publicado de (ROCHA e VIEIRA, 2021) são esclarecedores sobre a gênese e evolução do Brasil e do EUA, revelando, por exemplo, além de suas peculiaridades geográficas, econômicas, políticas, culturais, etc. que engendraram a via revolucionária (pequena produção mercantil) como motor primordial da acumulação capitalista, o papel do casamento do banco com a indústria nos EUA do final do século XIX que acabou por dar origem a um precoce capitalismo financeiro nacional, que se por um lado financiou a industrialização brasileira até os anos 1980, reagiu - semelhante ao capitalismo industrial inglês no século XIX, interrompendo o surgimento do capitalismo industrial brasileiro – bloqueando a irrupção de nosso casamento nacional dos nossos bancos com a nossa própria indústria.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO - O CASO DE OLÍMPIA COMO SÍNTESE

No último quinquênio da década de 2010, a cidade de Olímpia passou a despertar algum interesse no mundo acadêmico, muito por conta das profundas transformações em curso que estão sendo levadas a cabo pelo setor do turismo. Afloram nas pesquisas, temas como planejamento, desenvolvimento econômico “sustentável”, tecnologias “limpas”, inovações, dinâmica regional, entre outros, que procuram decifrar a realidade atual, de uma cidade, que até no início dos anos 2000 encontrava-se em estado de decadência e estagnação, e passou a ocupar 2ª posição no ranking de desenvolvimento sócio-econômico – (emprego e renda, educação e saúde) realizado pela FIRJAN (2016)⁷⁹, a 2ª cidade do Estado de São Paulo com oferta de 75.000 leitos de hospedagem⁸⁰, a 5ª “maior rede” de hotelaria do País, - só atrás de grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Seguro e Salvador⁸¹ - além de ser contemplada como o 1º Distrito Turístico do Brasil⁸².

Todavia, as recentes pesquisas⁸³ revelam certas deficiências em compreender, a partir do processo histórico, o que levou o município de Olímpia ao recente desenvolvimento dos indicadores sociais e econômicos induzidos pelo setor do turismo.

Nesse sentido, como forma de encaminhar nossas considerações finais, mas do que buscar decifrar os recentes desdobramentos de uma “cidade de fazendeiros” que conheceu sua pujança movida pelas riquezas no café na década de 1920, participando timidamente no ciclo de substituição de importações (1930-1980), e que passado as crises dos anos 1980 e 1990, reencontrou seu caminho de forma lenta, gradual e segura pela confluência entre Estado e iniciativa privada, procuraremos encaminhar aqui a corroboração de nossos argumentos e hipóteses levantadas ao longo da pesquisa em acordo com as ideias do Projeto Nacional e a

⁷⁹ Informações disponíveis em <https://exame.com/brasil/as-100-cidades-mais-desenvolvidas-do-brasil-segundo-a-firjan/> Acesso 19/08/2021.

⁸⁰ Em 2009, Olímpia contava somente com “sete hotéis, quatro pousadas, 42 casas de veraneio, e um hotel fazenda com um total de 687 leitos”. Ver <https://exame.com/brasil/por-que-olimpia-e-um-exemplo-de-cidade-de-sucesso/> Acesso 19/08/2021.

⁸¹ Informações disponíveis em <https://www.diariodaregiaio.com.br/economia/riopretoeregiao/olimpia-se-torna-a-segunda-cidade-do-estado-em-numero-de-leitos-de-hoteis-1.805138> Acesso 19/11/2021.

⁸² Informações disponíveis em <https://adit.com.br/o-primeiro-distrito-turistico-do-brasil-ja-foi-definido-saiba-o-que-vem-pela-frente-com-a-lei-723-2020/> Acesso em 18/08/2021

⁸³ Dois recentes trabalhos que tem abordado o desenvolvimento de Olímpia nesse últimos anos com forte subestimação do processo histórico olimpiense. São eles: “A estância turística de Olímpia: histórico e aspectos de sustentabilidade do plano do Turismo – André F. B. Gallão, 2020, Uniara-Araraquara (SP)”; e “Planejamento e instrumentos de gestão da política de turismo municipal: um estudo de caso de Olímpia – André Rossi Machado; Rafael Bretones Lane, FGV, 2021”.

tese da dualidade básica de Ignacio Rangel. É que para nós, as recentes transformações em curso na cidade de Olímpia ainda se encontram em estado latente para uma análise crítica mais cautelosa, e atribuída de rigor aos fatos. As pesquisas, por exemplo, sobre o fluxo de pessoas que estão a visitar anualmente o município por conta dos atrativos turísticos, apresentam oscilações que precisam ser mais bem meditadas antes de elaborar qualquer tipo de síntese propositiva. Para tanto, como proposta de uma agenda de pesquisas ulterior, seria preciso decifrar quais as possibilidades do setor turístico em Olímpia manter o ritmo de crescimento consecutivo, e quais as ações de planejamento econômico serão capazes de ser edificadas para a manutenção desse ritmo.

A seguir, nossas considerações sobre a gênese e evolução do turismo olimpiense.

Como se sabe, a “marcha ao oeste”, isto é, ao “novo” oeste paulista – ou zona dos baixos chapadões do planalto ocidental – ocorreu nos intermédios da primeira para a segunda dualidade brasileira, quando os comerciantes de import/export assumiram como sócio-maior⁸⁴ o pacto de poder do Estado Nacional (Abolição/República) ao lado dos “coronéis”, estes “latifundiário-comerciantes, representantes do polo interno, ou sócio-menor” (RANGEL, 1981, p.25).

De acordo com os estudos de Monbeig (1984), nesse período de transição houve uma leva de mineiros atraídos para essa zona em busca de terras para a criação de gado, - herança da economia natural das fazendas mineiras⁸⁵ – pois com a criação da Lei Eusébio de Queiroz (1850), o feudalismo passava a escravizar a terra e, conseqüentemente, diminuía o prestígio social dos vassalos-senhores de escravos, muito por conta do interesse pelos títulos de posse como possibilidade de mobilidade social.

Olímpia não foge a essa regra, atraindo do sul de Minas Gerais, o desbravador Antônio Joaquim dos Santos, que toma partido das terras em 1857, atraindo outras famílias de fazendeiros criadores de gado⁸⁶ ao longo da segunda metade do século XIX, como as de

⁸⁴ Vale a pena lembrar, que o centro dinâmico da economia nesse período encontrava-se fora do Brasil, sendo que essa burguesia, representante do capitalismo comercial, estava intimamente associada ao capitalismo industrial inglês, que desde os anos 1950 do século XIX participaram ativamente na construção das ferrovias no país.

⁸⁵ Alguns fatores que influenciaram na migração de mineiros para as terras do oeste desconhecido estão associados a crise provocada pela decadência da mineração, e a Guerra do Paraguai, que intensificou o “transito” nessas zonas de transição.

⁸⁶ É bom lembrar que na parte noroeste do Estado de São Paulo (onde há cidades importantes como Barretos, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto), já havia um circuito econômico pré-estabelecidos desde os tempos

Manoel Alves de Lima (São Joaquim (MG) – 1869), José Bento Miranda, (Araraquara (SP) – 1880) fundador do primeiro engenho, Joaquim Antônio Braz (São José dos Campos (SP) – 1893) que montou a primeira ferraria do arraial e trouxe o primeiro arame farpado para Olímpia, Miguel Soares de Medeiros (1889) de origem portuguesa (Ilha d Madeira) e Clemêncio Souza e Silva (Sertãozinho (SP) – 1895) (MARANGONI, 2001).

Essas famílias tradicionais de pioneiros logo que se apossaram de grandes extensões de terra ainda nessa segunda metade do século XIX, tiveram parte das terras doadas para edificação do Patrimônio de São João Batista dos Olhos D'Água em 1904, - sob tutela do bispado de São Carlos - passando posteriormente a condição de vila em 1906, na medida em que Barretos, - anteriormente sido elevada à condição de Município (1885) assumiu os domínios do “sertão de Jaboticabal” - exerceu grande influência política na formação desse núcleo urbano.

Mas adiante, a elite de Barretos sob a direção do promotor de Justiça Dr. Antônio Olímpio Rodrigues Vieira, chefe do Partido Republicano Paulista (PRP) e, intimamente associado as figuras representantes do capitalismo industrial inglês, isto é, os engenheiros fazendeiros Robert Jogn Reid e Wilian Leaterbarrow, promoveram a criação do núcleo urbano que logo levaria a emancipação de Olímpia em 1917 (MARANGONI, 2001).

Na década de 1910, Olímpia já possuía algumas funções comerciais com a instalação da primeira fábrica de beneficiamento de arroz pelo Capitão Narciso Bertolino, a ferraria de Julião Plaza, o açougue de Antônio Bispo, bem com a serraria de João Batista Casteli. Com a chegada de colonos espanhóis, portugueses, russos, japoneses e italianos, houve uma multiplicação de atividades artesanais-urbanas, em diversos setores como a indústria de metalurgia de André Degasperi (1918), o pastificio de Julio Ferranti (1917), a fábrica de Cerveja Luchesi por Aladino Fabri (1913), entre muitos armazéns de secos e molhados (MARANGONI, 2001).

Nesse período que se estende até a Revolução de 1930, Olímpia conhece seu auge de desenvolvimento tanto nas fazendas de café com ex-colonos italianos enriquecidos (vindo da região de Ribeirão Preto e Sertãozinho) que logo passaram de pequenos sitiantes a grandes

coloniais, que ligavam o Brasil Central dos criadores de gado, passando pelas invernadas do noroeste paulista em direção a praça comercial do Rio de Janeiro (MAMIGONIAN, 1976), cujas rotas de penetração dos mineiros nessa área fez com que eles se integrassem “rapidamente a órbita econômica do Triangulo mineiro” conforme assinalou Monbeig (1998, p.136).

fazendeiros, comerciantes e industriais, como foi o caso de Geremias Lunardelli (conhecido como rei do café) quanto na diversificação de algumas atividades comerciais, como David Oliveira, português natural de Tocha, que por muitos anos “foi concessionário da Massey Ferguson e implementos agrícolas”, além de possuir grandes armazéns, com máquinas de beneficiamento de café e arroz”, e Pedro Ricciardi, italiano de Arezo, que foi “acionista das Cias. Bandeirantes de Armazéns Gerais e Bandeirantes Comerciais/S.A” (MARANGONI, 2001, p.79-80).

Com a crise de 29 e a homologação da 3ª Dualidade pela Revolução de 1930, os fazendeiros de café em Olímpia foram obrigados a diversificar sua produção, - muito próximo de como ocorreu em outros municípios do interior descritos por Mourão (2002) e Gomes (2007) – substituindo paulatinamente o café pela cultura do algodão⁸⁷, fato este que permitiu a atração de empresas como a Anderson Clayton Ltda e a SANBRA S.A. interessadas nos 5.000 alqueires de terra plantados no município (MARANGONI, 2001).

Mas é bom lembrar também, que antes da quebra da bolsa de Nova York, havia outros fatores que contribuíram ulteriormente para o estrangulamento de Olímpia, conforme assinalamos no capítulo III. Nesse período, São José do Rio Preto já se apresentava como boca do sertão da ferrovia araraquarense (1912) mobilizando grandes excedentes migratórios das fazendas, enquanto que o trecho da estrada de Ferro São Paulo-Goyaz só chegaria a Olímpia por volta do ano de 1915, sendo que muitos dos ramais haviam sido construídos para escoar a produção das grandes fazendas de café. Além disso, na medida em que São José do Rio Preto passou a atuar como centro de atração de pequenos produtores, comerciantes, artesões, etc., grande parte dos fazendeiros banqueiros de Olímpia transferiram seus bancos para esse centro, em busca de melhores oportunidades, já que parte dos fazendeiros de café haviam contraído gigantescas dívidas (MORI, 1925).

Com efeito, durante o segundo quartel do século XX, as iniciativas urbano-industriais artesanais tiveram pouco desenvolvimento, passando a predominar nas funções urbanas muitas atividades comerciais conforme assinalou Goulart (1951). E é daí, do capital comercial olimpiense desse período, que décadas depois iríamos assistir o projeto idealizado pelo

⁸⁷ Vale lembrar que Olímpia nesse período já começava a se interessar pela cultura de cítricos como substituição do café.

industrial Benito Benatti, que daria origem ao pioneiro clube de águas quentes, *Thermas dos Laranjais*, no ano de 1987.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a história desse empresário olimpiense, ajuda a corroborar a tese da dualidade básica exposta nesse trabalho, sobretudo no que diz respeito ao dinamismo e agressividade da nascente burguesia industrial paulista (sócio-menor) que soube virtuosamente se reinventar durante as etapas dos ciclos juglarianos, e mesmo diante da crise contrarrevolucionária dos anos 1990, encontrar, com criatividade e nacionalismo, alternativas para o desenvolvimento durante esse início do século XXI.

Segundo Ribeiro (2012), Benito Benatti chegou a Olímpia por volta do ano de 1949, com 17 anos de idade, após ter servido a Marinha na cidade de Florianópolis. Filho de italianos abastados da cidade de Turim, - seu pai foi agricultor, e sua mãe farmacêutica - Benatti nasceu em uma fazenda do interior paulista, no município de Votuporanga, que em pouco tempo, por conta da má administração, foi obrigado a ter que seguir viagem e recomeçar a vida do zero.

Em 1954 fundou a Auto Elétrica Heliar, em parceria com “Doca”, sua primeira loja comercial e oficina de conserto, atuando “no enrolamento de motores, recarregadores de baterias e consertos de matérias elétricos” para automóveis (MARANGONI, 2003, p.232). A partir do relato de sua esposa Eudirce (RIBEIRO, 2012, p.60), é possível perceber a rápida evolução dos seus negócios ao ponto de fundar em 1964, junto de Álvaro Brito e Antônio Mansur, a indústria Eletro Metarlúgica Ciafundi:

“ele montou uma oficina de bateria com um sócio que chamava Doca. Tinha duas ou três baterias, depois foi aumentando. Acabamos casando em 1953, aí não era mais sócio do Doca, ele comprou o prédio e montou outra casa grande na Rua 9 de Julho, esquina com a General Osório e como tinha acumulador ele reformava as baterias e no fundo do quintal ele fazia terminais de bateria. Eu ficava segurando o pendente debaixo de uma lona, rezando e ele fazendo no chão as matrizes e deu certo. Ele também montou uma casa de pneu na General Osório, que depois vendeu. Ele montou oficina de acumulador em Severínia, em Guaraci, aí montou a indústria, ficou grande e ele foi dando para os funcionários. O Gudu foi funcionário dele muitos anos e ele passou a oficina pro Gudu. Em Bebedouro ele tinha uma oficina e passou pro Zé Roberto. Daí ele foi se desfazendo do que tinha e ficou só com a indústria. Devagarzinho montou a indústria, que é a Ciafundi, ali onde era do Marreta, num barracão onde hoje é a padaria Bruniera (Rua São João). Ali ele tinha acho que doze empregados. O seu Álvaro Britto chegou lá, gostou e falou pra ele que queria ser sócio. O Benito falou comigo e eu disse você que sabe, você que resolve, eu não posso resolver nada, porque eu não entendo nada de indústria. O seu Álvaro tinha lá no fundo da casa dele um galinheiro. Eles reformaram, fizeram a Ciafundi, depois fizeram a Incesa, depois a Ciafundi II, mas isso foi de longa data,

eles foram trabalhando, trabalhando e o que ele tem não veio de herança de ninguém...”

Todavia, diante dessa rápida expansão dos seus negócios no setor de matérias elétricas, é preciso considerar aqui o papel desempenhado por Álvaro Brito, influente político olímpense, que havia sido vereador em 1952 e prefeito entre os anos de 1956 a 1959. Formado em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, o araraquarense Álvaro Brito chegou a Olímpia por volta de 1933 para trabalhar no escritório de Natal Breda⁸⁸, adquirindo matrimônio com sua filha Zenaide Breda, da qual herdou grande parte do patrimônio do pai (MARANGONI, 2002).

Disso resultou a união do capital político local às iniciativas industriais advindas do capital comercial, que deram sequência ao processo de industrialização local ao longo da terceira dualidade. É verdade, que para se concretizar esse processo, as medidas institucionais criadas a cada volta do parafuso do ciclo juglariano brasileiro conforme assinalamos no capítulo III foram de grande importância. Tanto o Plano de Metas, como o PAEG e o PND atuaram ativamente na condução das propostas de financiamentos da indústria nacional, como foi o caso do FINAME nos anos 1960⁸⁹.

A CIAFUNDI aproveitou de inúmeros incentivos estatais nesse período em diante, dividindo-se em dois segmentos produtivos: a parte elétrica, na fabricação de condutores, e a parte metalúrgica, com a fundição de metais, além do que criava suas “próprias máquinas para a produção de peças” (MARANGONI, 2003, p.232). Em outras palavras, é possível dizer que a empresa, praticou o mesmo processo de interiorização das oficinas “artesanal” na produção de bens de capital, fato que ajuda a desmistificar as teses de Tavares (1986) e Mello (1986) a respeito do processo de irrupção do Departamento I da economia.

⁸⁸ Natal Breda foi um imigrante italiano, que veio sozinho para o Brasil e trabalhou como colono na região de Ribeirão Preto, passando por Guariba, Jaboticabal, (já como sitiante e comerciante de secos e molhados) acumulando fortuna em Olímpia entre 1913 e 1940, como um dos maiores fazendeiros da cidade com 6.847 alqueires de terra, um milhão e 200 mil pés de café produzindo e 526.000 em formação, 4 mil cabeças de gado, além de imóveis, máquinas de beneficiamento de café, armazéns, etc., (MARANGONI, 2001).

⁸⁹ É preciso chamar atenção aqui, para o papel de transferências tecnológicas adotados por essa empresa, que partiram para o processo de imitação e cópia de outras empresas, desenvolvendo seus próprios produtos. Outro ponto importante a se destacar era a prática do desconto de duplicatas, que ajudou a mobilizar recursos para a continuidade das inversões, bem como os financiamentos rurais que eram feitos a taxas de juros baixíssimos, transferindo recursos posteriormente para a indústria.

Vale lembrar também que nesse período de intensificação da substituição industrial de importações nos setores da indústria pesada, a indústria do interior paulista, como é o caso da olimpiense acabou se beneficiando pelas distancias do polo gravitacional da Capital, por retomar investimentos em setores de baixa intensidade tecnológica. Surgiram daí empresas, como a “Indústria extrativa de óleos vegetais Ricciardi” (1963), com capitais oriundos de imigrantes fazendeiros de café, que produziam óleo e torta de mamona e amendoim inicialmente para o mercado paulista, chegando a exportar anos depois para Alemanha Ocidental e Londres, mas que logo foram “engolidos” pela cultura da laranja, encerrando as atividades; a Confecções Lodi (1960) que funcionou até 1975 no mercado de confecções com mais de 50 trabalhadores, mas que acabou sendo comprada pelas Confecções Caron de São Paulo (MARANGONI, 2003).

Conforme a tabela 4 abaixo é possível perceber o paulatino desmantelamento do complexo rural olimpiense, na medida em que o setor industrial passou a comandar o desenvolvimento urbano da cidade, transferindo grande parte da mão-de-obra agrícola para as fábricas e setores ligados ao comércio e serviços. Segundo Montini (1988), o crescimento industrial de Olímpia chegou a posicionar o município na vigésima primeira colocação entre os 500 municípios mais desenvolvidos do Brasil.

Tabela 4 - (PEA) POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DE OLÍMPIA

ATIVIDADE	1970	1980	1988
AGRICULTURA	4.463	4.352	4.244
INDÚSTRIA	1.490	3.519	8.311
COMÉRCIO	889	1.450	2.365
SERVIÇOS	2.558	3.056	3.651
AT. SOCIAIS	529	840	1.334
AD. PÚBLICA	293	375	480
OUTRAS	495	296	177
TOTAL	10.717	13.888	20.562
PEA %	--	29,6%	48,1%

Fonte: MONTINI, 1988. Adaptado pelo autor.

Não obstante algumas iniciativas industriais, agrícolas e comerciais, Olímpia durante a década de 1980 e 1990 não desfrutou de transformações econômico-sociais de grande envergadura no tecido urbano, muito por conta da “mentalidade” corporativista presente em alguns grupos dominantes de políticos e empresários que bloquearam muitas das tentativas de

atração de capitais exógenos, com argumentos de que a instalação de grandes empresas poderia elevar os salários da classe trabalhadora local.

Uma das possíveis explicações pode ser encontrada nos pactos de poder locais, que após o fim dos anos 1970, os últimos governos mais próximos do capital industrial olimpiense, foram substituídos por lideranças do capital comercial, bem como por funcionários liberais, sobretudo médicos, integrantes da classe média gelatinosa⁹⁰. Basta lembrar que Wilson Zangirolami, prefeito de 1983 a 1988, foi dono de uma das empresas comerciais mais poderosas de Olímpia, o “Bazar das Noivas”⁹¹. Em sua gestão conseguiu atrair o grupo sucroalcooleiro Usina Cruz Alta de Açúcar e Álcool, direcionando o anterior desenvolvimento conseguido pelas iniciativas industriais locais, para a agricultura movida naquele momento já pela cana-de-açúcar não surtindo efeitos diretos na economia, há não ser pelos benefícios trazidos pelo ICMS (MARANGONI, 2003).

Entretanto, só foi na segunda metade dos anos 2000 que o município retomaria os caminhos do desenvolvimento econômico com a ampliação do clube de águas termais Dr. Antônio Augusto Reis Neves (1984), conhecido atualmente como *Thermas dos Laranjais*. No entanto, para se entender a gênese do ouro azul, que hoje mobiliza “fundos e mundos” no desenvolvimento urbano-regional, é preciso regressar aos tempos dourados do nacional-desenvolvimentismo e a campanha do “Petróleo é Nosso”. Até porque, se mobilizarmos aqui o conceito de “acertar por equívoco” próprio da dinâmica do processo de industrialização brasileira, isto é, a lógica da “tentativa e erro”⁹², foi justamente como se deu com a descoberta

⁹⁰ Como bem coloca Mamigonian (1988, p.203) “a classe média brasileira é muito instável economicamente, vale dizer ideologicamente. Ela oscila entre os interesses opostos das classes dominantes e das classes exploradas. Mesmo que seu coração esteja com estas últimas, o seu bolso está com aquelas, à cabeça sendo obrigada a “optar” conforme a direção dos ventos”.

⁹¹ Ao contrário do que diz (MARANGONI, 2003, p.223), o “Bazar” estava longe de ser uma indústria, no sentido estrito do termo, pois sempre atuou no setor de distribuição, desde o pequeno comércio de enxovais de 1955, chegando ao ano de 1962 como representante da empresa Johnson e Johnson e grande atacadista, até a falência da Distribuidora Zangirolami Ltda em 2014. Não há como negar a importância dessa empresa que foi alavancada no melhor do termo ao que Ignacio Rangel atribui ser o caminhão “rebelde do planejamento”, pois foi trilhando as cidades vizinhas com seu caminhão Ford carregado de linhas, zíper, botões e outras miudezas”, que conseguiram, a partir de um típico empreendimento familiar, edificar um “império” de distribuição de mais de 3000 marcas por 14 Estados brasileiros com uma frota de 110 caminhões e uma equipe de 270 representantes.

⁹² É esclarecedor o que diz o supervisor da empresa contrata pela Petrobras para fazer os estudos da possibilidade de exploração do petróleo em Olímpia: “*Qualquer acumulação de petróleo depende, é claro, de existirem reservas subterrâneas. Desde que a área seja coberta pelas areias Sava e Super basáltica, não é possível determinar a existência de qualquer estrutura antes de realizar a locação. No entanto, esta área foi*

de águas termais em Olímpia, já que a Petrobrás, ao ser mobilizada pelo Programa de Metas (JK) em 1958 para viabilizar a exploração de petróleo no município, acabou não encontrando o mineral, deixando perfurado dois poços que seriam utilizados para outro fins pelo “visionário” industrial Benito Benatti um quartel de século depois (RIBEIRO, 2012).

Em seu relato sobre a fundação do clube Thermas dos Laranjais em 1984 e, logo sua inauguração em 1987, Benito Benatti apresenta a visão de típico de um industrial nacional-desenvolvimentista, que mesmo abortado seus planos de inserir-se na carreira de político profissional quando cogitou a possibilidade de se candidatar a prefeito nos anos 1980, continuou apostando em estratégias de mobilizar a sociedade civil em prol do desenvolvimento de Olímpia. Como diz Benatti sobre a construção do futuro parque aquático

O meu plano era trazer indústrias para Olímpia. Depois de batalhar muito com a FIESP, etc., eu visualizava a possibilidade de tornar Olímpia uma cidade industrial, com umas dez empresas de grande porte interessadas em vir para cá, para a região, principalmente na área de látex, produtos da seringueira, mas aí, na ocasião, naquela época, o pessoal não gostava muito de indústria porque poluía, aquela coisa toda e a situação da agricultura estava muito boa, não tinha ainda o problema da cana, a monocultura e deram contra. Então eu resolvi fazer um empreendimento sem a chaminé, que seria o parque aquático. Então começamos a batalhar em cima dessa ideia e formei uma equipe com uma série de companheiros. O pessoal de Olímpia acreditou, me apoiou e nós conseguimos chegar onde estamos (RIBEIRO, 2012, p.27).

Ao combinar inovação, espírito empreendedor e intervenção do Estado, que nesse caso, no momento de implantação do Thermas estava mais intimamente ligada à esfera pública municipal, foram delineados um modesto plano para atender as necessidades locais em matéria de lazer e entretenimento. Oriundos de capitais locais, a estratégia encontrada para financiar o projeto elaborado pelo arquiteto Jorge Noronha se deu com a venda de cerca de 4.063 títulos de sócios patrimoniais, ao passo que a prefeitura disponibilizaria máquinas, equipamentos e mão-de-obra para a construção (RIBEIRO, 2012).

Aliás, é bom lembrar que desde o momento da fundação e implantação do projeto, quando surgiam adversidades financeiras mediante o andamento das obras, Benatti chegou a colocar, segundo Marangoni (2003, p.216), “dinheiro do seu próprio bolso”, mas que em outros termos, poderiam ser traduzidos, nas inversões promovidas pela Condumax – Fios e Cabos Elétricos (antiga Ciafundí), sobretudo no que diz respeito das técnicas e práticas de

escolhida por pertencer à de argilas devonianas (Norte-Este) que são betuminosas e permitem supor grandes possibilidades de encontrar petróleo” (RIBEIRO, 2012, p.11).

produção herdadas dos tempos das substituições de importações, como se vê na construção local dos brinquedos em grande parte com equipamentos nacionais (RIBEIRO, 2012).

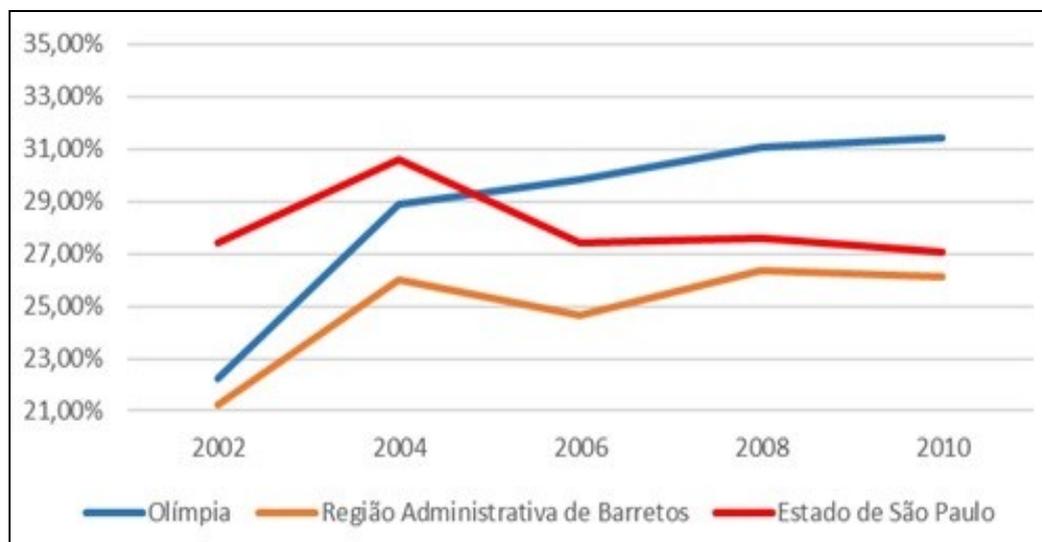
Com efeito, é no final da primeira década dos anos 2000 que o Clube Thermas dos Laranjais se voltou para fora, isto é, buscou-se uma estratégia de médio longo prazo atrair, como mercado de “destino” o interesse do público estadual em busca de entretenimento e lazer através do turismo. Em 2004, ao passar de Clube Social para categoria de Parque Aquático, o Thermas passou não só a atender as demandas locais de sócios e munícipes, como atrair em um raio de 200 km turistas que se deslocavam nos feriados e finais de semana para desfrutar das águas termais.

Todavia, durante esse período, as duas gestões de governo do município dirigidas pelo médico Luiz Fernando Carneiro (2001-2008) não lograram um maior aprofundamento da intersecção Estado/iniciativa privada, como forma de atrair capitais de fora possibilitando o desenvolvimento do setor de turismo. Mas, é possível dizer que o setor industrial olimpiense manteve-se de modo inverso ao ritmo de desaceleração industrial do Estado de São Paulo em matéria de participação total do valor adicionado, conforme o gráfico 4 abaixo, cujas agroindústrias desempenharam um papel importante, ao lado de outras empresas do ramo de fabricação de equipamentos elétricos, de máquinas e equipamentos agrícolas, química e fertilizantes, têxtil, entre outros (tabela 5 e 6)⁹³.

Na verdade, a estratégia adotada por essas duas gestões de governo do PMDB procurou manter uma política voltada para as questões sociais do município, como o equilíbrio das contas públicas, voltando-se para organização de alguns setores básicos como saúde e educação, criando políticas de descentralização da merenda escolar, reformas e expansão infraestrutural em escolas, abertura de novas creches em conjuntos habitacionais, bem como a realização de obras hidráulicas em áreas urbanas centrais frequentemente comprometidas por chuvas e inundações.

⁹³ Informações disponíveis em <https://arquivo.olimpia.sp.gov.br/video/memoria-viva---luiz-fernando-carneiro/19>

Gráfico 4 - Participação da indústria no total do valor adicionado (em %) - 2002-2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação Seade.
Adaptado pelo autor. Ver <https://perfil.seade.gov.br/#>.

Tabela 5 - Olímpia: Participação de trabalhadores por subsetores (1985-2008)

Setores/Ano	1985	1990	1995	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Prod. Mineral Não Metálico	6	19	15	36	46	53	57	82	103	84	73
Indústria Metalúrgica	153	219	634	65	56	73	77	89	95	132	136
Indústria Mecânica	60	128	110	180	119	114	111	103	94	97	59
Elétrico e Comunic.	241	324	-	451	390	410	452	486	576	663	722
Madeira e Mobiliário	211	228	189	223	273	247	241	224	224	220	219
Papel e Gráfica	13	24	18	32	34	39	35	33	37	37	36
Borracha, Fumo, Couros	7	4	6	41	58	43	63	52	52	65	75
Indústria Química	0	9	19	56	63	70	98	117	80	73	72
Indústria Têxtil	157	276	237	174	313	335	297	264	239	271	294
Alimentos e Bebidas	762	663	605	733	734	773	886	2328	2791	2851	2832
Serviço Utilidade Pública	19	28	97	99	96	102	97	96	17	17	96
Construção Civil	95	161	203	135	199	120	195	122	151	199	229
Comércio Varejista	766	880	864	1039	1194	1276	1539	1676	1790	1852	1862
Comércio Atacadista	277	803	367	128	444	485	516	744	867	902	860
Instituição Financeira	356	278	179	152	134	136	136	141	145	147	161
Adm Técnica Profissional	942	228	135	141	152	181	177	168	165	301	400
Transporte e Comunicações	123	37	128	424	144	199	122	101	114	170	165
Alojamento, Comunicação	183	261	397	408	450	626	747	819	931	1004	1129
Médicos Odontológicos Vet	130	151	208	230	252	243	235	245	260	296	304
Ensino	19	19	90	183	217	182	185	193	221	143	217
Administração Pública	415	634	829	877	959	933	1308	1269	1183	1198	1027
Agricultura	112	917	2308	1754	1982	2431	2665	917	828	733	858

Fonte: RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008. Organizado pelo autor.

Tabela 6 - Olímpia: número de estabelecimentos por subsetores (1985-2008)

Setores/Ano	1985	1990	1995	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Prod. Mineral Não Metálico	5	6	6	7	7	9	9	8	8	8	7
Indústria Metalúrgica	7	8	9	10	12	13	14	14	12	17	18
Indústria Mecânica	4	7	4	3	3	2	3	4	4	7	4
Elétrico e Comunic.	1	1	0	5	4	4	4	4	4	4	5
Madeira e Mobiliário	19	22	24	30	27	23	24	23	20	19	21
Papel e Gráf	4	5	6	7	7	7	7	8	10	9	8
Borracha, Fumo, Couros	2	1	2	8	6	7	7	8	8	7	5
Indústria Química	1	1	5	5	4	5	3	5	3	1	2
Indústria Têxtil	5	12	13	7	10	9	9	8	8	12	11
Alimentos e Bebidas	16	17	24	16	19	23	25	30	29	30	28
Serviço Utilidade Pública	2	4	3	3	3	3	4	4	3	2	3
Construção Civil	2	30	47	46	55	59	49	26	31	40	57
Comércio Varejista	156	197	258	273	331	358	389	430	426	457	485
Comércio Atacadista	18	17	23	23	22	29	29	25	33	32	37
Instituição Financeira	12	11	12	18	17	17	16	18	18	19	19
Adm Técnica Profissional	22	40	40	52	57	65	69	64	65	74	72
Transporte e Comunicações	6	5	21	15	17	19	26	27	32	46	41
Alojamento, Comunic	49	60	63	81	81	95	106	119	136	149	152
Médicos Odontológicos Vet	6	12	29	49	65	68	65	62	72	77	81
Ensino	2	2	10	17	15	17	18	18	20	18	19
Administração Pública	3	3	4	4	2	2	3	3	4	4	3
Agricultura	9	16	442	390	398	385	359	353	341	333	331

Fonte: RAIS, 1985, 1990, 1995, 2000, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008. Organizado pelo autor.

Ao que tudo indica, se tomarmos os dados acima esboçados, é possível extrair algumas conclusões estruturais e conjunturais anteriores à crise mundial de 2008, bem como a mudança de rota do desenvolvimento econômico e social olimpiense que passou a se pautar pelo estabelecimento do setor turístico como “locomotiva” da estratégia do governo municipal.

É evidente que há um prévio esboço significativo nas mudanças das funções urbanas da cidade durante esse período, como se observa no crescimento do setor de serviços de alojamento e hospedagem que posteriormente serão as bases de sustentação do turismo na promoção de empregos e criação de novos estabelecimentos. Entretanto, é preciso reter aqui que, distante das leituras “apressadas” da realidade concreta, há certo equívoco em atribuir, ainda no último quartel do século XX, que a cidade fosse sustentada pelas rendas diferenciais da terra, isto é, voltada exclusivamente para a agricultura.

Se observarmos o período que se estende entre 1985 e 2000, há um duplo movimento entre a conjuntura nacional e regional que deve ser relativizado, pois não basta observar a manutenção de empregos formais deslocados intersetorialmente, ou mesmo o seu crescimento em valores absolutos dos empregos e estabelecimentos em determinados subsetores. Como demonstram os dados, a taxa de crescimento médio foi de 2,6% na geração de empregos formais, e 7,21% na criação de novos estabelecimentos, mantendo-se acima da média do Estado de São Paulo (1,1%), da região administrativa de Barretos (1,19%), ou até mesmo a média nacional (1,67%).

No entanto, esse crescimento está intimamente ligado ao fato de que, no plano nacional, não houve a transição à 4ª Dualidade. O que colocaria por definitivo a burguesia industrial no comando da Nação brasileira ao lado dos empresários rurais capitalistas como sócio-menor do novo pacto, mas sim, a permanência no poder do bloco neoliberal contrarrevolucionário dos governos de Collor e FHC, comandado pelo “latifúndio feudal (Norte e Nordeste), com poder político”, embora estrangulado “economicamente”, ao lado do “capital financeiro norte-americano” (MAMIGONIAN, 2021, p.408).

Aliás, é justamente esses empresários rurais capitalistas locais - altamente dinâmicos e oriundos da pequena produção mercantil - que durante esse período se beneficiaram do pacto nacional, na medida em que expandiram a citricultura no município e na região, atraindo como força de trabalho os chamados “boias-frias”, sobretudo do Nordeste, durante as safras da laranja. É daí o resultado do aumento substancial de 35,33% da mão-de-obra na agricultura entre 1985-1995, e 47,61% na abertura de novos estabelecimentos agrícolas no mesmo período, sendo que só a Cooperativa Citrovale⁹⁴ ampliou de 12 para 25 unidades extratoras de sucos cítricos (SAMPAIO, 2003), motivo pelo qual após sua expansão e, devido à concentração e centralização de capitais através do movimento de fusões e aquisições, acabou sendo adquirida pelo capital nacional do grupo Cutrale, que logo acabou encerrando as atividades processadoras no município.

⁹⁴ A Citrovale foi fundada por cerca de 67 produtores locais de cítricos em 1969, sob o nome de Indústria Paulista da Laranja. Todavia, o projeto só seria alavancado em 1978, com a entrada do empresário do ramo sucroalcooleiro, Maurílio Biagi (Ribeirão Preto – SP), no controle majoritário da empresa (54% das ações). Já na década de 1980, a família Biagi se desfez inesperadamente de suas ações para o grupo de José Cutrale, motivo pelo qual, os produtores de Olímpia foram posteriormente forçados a vender suas quotas (46%), pois não poderiam investir numa futura chamada de capital financeiro (MARANGONI, 2003).

Por outro lado, a tabela 7 abaixo é elucidativa no que tange as transformações estruturais do espaço agrário olimpiense no decênio subsequente, com a substituição da cultura dos cítricos cedendo espaço a integração vertical às duas maiores cadeias de produção agropecuária do território paulista assinalados por Gonçalves (2010, p.33), isto é, os “mares de cana” e os “mares de braquiária”, que foram os verdadeiros beneficiados pelas políticas econômicas neoliberais com a “adoção do câmbio flutuante” facilitando as exportações do setor agroindustrial sucroalcooleiro.

Tabela 7 - Área Cultivada - Município de Olímpia

Cultura/Ano	1995/1996		2007/2008		2016/2017		Variação 1995- 2008	Variação 2008- 2017	Variação 1995- 2017
	UPAS	Hectares	UPAS	Hectares	UPAS	Hectares			
Laranja	850	26.789,90	448	11.225,5	202	5.933,7	-6,02%	-6,18%	-6,62%
Cana-de-açúcar	186	19.515,20	596	42.333,8	765	51.441,2	5,69%	1,97%	4,50%
Braquiária	503	14.265,50	636	9.399,7	676	8.121,5	-2,94%	-1,45%	-2,53%
Milho	291	2.790,20	171	1.168,9	59	427,3	-6,03%	-9,57%	-8,18%
Seringueira	74	754,40	138	1.940,5	170	2.462,9	6,98%	2,41%	5,53%

Fonte: Projeto Lupa, 1995-1996, 2007-2008, 2016-2017. Organizado pelo autor.

Na verdade, o que se pode notar, para além dos dados da tabela 5 e 7, que expressam o aumento substancial do número de empregos formais no subsetor de “alimentos e bebidas”, com 2328 mil postos de trabalho ocupados em 2005, bem como o aumento do número de Unidades de Produção Agrícola ligadas à produção de cana-de-açúcar (596) em 2007/2008, é a entrada agressiva de capitais regionais, nacionais e internacionais que acabaram por drenar parte da riqueza “agrária” produzida no município de Olímpia, levando uma parcela da pequena produção local a decadência.

O caso da Citrovale (laranja) e da Usina Cruz Alta⁹⁵ (cana-de-açúcar) é emblemático nesse sentido, pois os capitais regionais advindos de Ribeirão Preto (Biagi) e Araraquara

⁹⁵ Vale lembrar o processo que deu origem a Usina Cruz Alta no município de Olímpia ainda em 1987 como já assinalamos acima. Ainda na década de 1940, quando o município de Severínia não havia sido desmembrado de Olímpia, o mascate libanês César Galib Tannuri deu origem, a partir da compra de um engenho para a fabricação da aguardente Guarani e produção de açúcar mascavo para as Forças Armadas, na Usina de açúcar que depois viria a ser chamada de Guarani. Já nos anos 1970, com o processo de substituição de importações chegando a sua etapa final no setor de engenharia e construção civil pesada, os empresários Luiz Cyrillo Fernandes e Carlos Moacyr Gomes de Almeida fundadores do Grupo Gafisa (RJ), acabaram por comprar a Unidade Industrial de

(Cutrale), no primeiro caso, bem como os capitais nacionais do grupo Gafisa (RJ), no segundo caso, foram os verdadeiros vetores da nova configuração territorial do espaço agrário regional, não deixando muito espaço para as iniciativas de empresários locais na direção do processo de oligopolização e financeirização da economia brasileira.

No entanto, o processo de oligopolização e perda de conteúdo nacional no caso do setor sucroalcooleiro foi mais agressivo se comparado com o complexo citrícola que ainda hoje permanece majoritariamente “nas mãos” da família Cutrale. Pois, com a venda do Grupo Guarani em 2001 - da qual a Usina Cruz Alta (Olímpia) fazia parte - para o segundo maior produtor de açúcar no mundo e no Brasil, o conglomerado francês Tereos, grande parte da riqueza que estava mobilizada nas mãos de grupos nacionais como o Humus, da família Marchesi, Maubisa da família Biagi, entre outros, passou a ser drenada para a França.

Não há dúvidas que com a aquisição da Guarani pelo grupo Tereos em 2001, e sua posterior modernização da Usina Cruz Alta (Olímpia), ao duplicar sua capacidade de produção de açúcar e álcool pela introdução do pioneiro difusor de cana-de-açúcar em 2003 substituindo a moenda, produziu uma taxa de crescimento médio entre 2003 e 2005 de 44,41% de empregos formais no subsetor de alimentos e bebidas. Mas, esses capitais externos, longe de produzir um efeito multiplicativo, atraindo a criação de novos estabelecimentos voltados para o agronegócio, ou mesmo atuar na capacitação de trabalhadores locais e assim, dinamizar a economia local, contribuiu pela manutenção do equilíbrio, ao longo desse primeiro quartel do século XXI, produzindo no campo um efeito de concentração fundiária, ora pelo efeito do arrendamento ou compra de terras dos pequenos produtores pelos grandes produtores de cana-de-açúcar, ora pela atração de técnicos e profissionais nas áreas de P&D oriundos do polo regional mais dinâmico, como é o caso de São José do Rio Preto.

Com efeito, no caso da citricultura, mesmo com os fatores adversos que levaram ao bloqueio das iniciativas industriais com a criação e fechamento da Citrovale e, posteriormente a substituição de grandes pomares de laranja pela cultura da cana-de-açúcar conforme a tabela 7

Severínia e promover sua expansão, com a compra da fazenda Cruz Alta em Olímpia – sob o domínio dos ingleses – para o plantio e construção de uma nova planta de produção de açúcar e etanol. A força desse grupo carioca do setor imobiliário (1954), que posteriormente migrou para São Paulo, nos remete ao pacto de poder firmado pela Terceira Dualidade, já que o grupo Gafisa esteve intimamente ligado na criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) conforme assinalou Campos (2002).

nos indica, a perda de velocidade no ritmo da produção citrícola no município foi capaz de gerar e alavancar a criação de um novo setor agroindustrial altamente dinâmico, como é o caso dos fertilizantes agrícolas elaborados pela empresa Kimberlit.

É interessante observar que essa empresa fundada em 1989, no município de Batatais, foi adquirida em 1994 por um comerciante olimpiense⁹⁶ que atuava no segmento de defensivos agrícolas e, que, logo com a transferência da planta para o distrito industrial de Olímpia em 1998, acabou se consolidando como uma das empresas mais dinâmicas do setor químico regional e nacional, voltados para a produção e transformação de minerais em fertilizantes como o cloreto de zinco, magnésio, sulfeto, etc.

De certo modo, a origem e o desenvolvimento histórico da Kimberlit se aproximam da experiência exitosa de Benito Benatti no setor metalúrgico e elétrico olimpiense em décadas anteriores, quando a pequena produção mercantil urbano-artesanal, de típico capital comercial local, se transforma em capital industrial demonstrando sua força e dinamismo na medida em que atinge níveis de inserção no mercado regional e nacional. É que até 1994, a Kimberlit havia sido uma empresa familiar de apenas quatro funcionários, possuindo um moinho para a produção de apenas um fertilizante foliar voltado para a citricultura, bem como atendendo um mercado restrito de produtores próximos a região de Batatais, Bebedouro, Pirangi e Araraquara, no interior do Estado de São Paulo.

Porém, com a transferência da empresa para o município de Olímpia, e a ampliação de 150m² de área construída para 1500m² entre o ano de 1998-1999, houve a introdução de novos equipamentos como reatores, prensas, filtros e misturadores, que proporcionou não só a formulação dos fertilizantes foliares, como também a produção da própria matéria-prima (ácidos clorídricos e sulfúricos).

Já em 2001, os investimentos realizados nos anos anteriores possibilitaram que a empresa aumentasse as possibilidades de inversões, motivo pelo qual o estrangulamento do

⁹⁶ Antonio Carlos de Gissi Junior, natural de Barretos, mudou-se para Olímpia aos 19 anos de idade. Técnico agrícola formado pela Universidade Estadual Paulista de Jaboticabal (UNESP), teve seu primeiro negócio em Olímpia em 1985, aberto como revenda da rede Agrofito de Matão (SP), que atuava no setor de defensivos químicos. No ano seguinte, Gissi criou seu próprio comércio com a Gicitrus, passando a atuar na venda de insumos agrícolas (defensivos, fertilizantes foliares, sementes), voltados exclusivamente para os produtores de cítricos. Com a crise da Laranja nos anos 1990, acabou fechando o negócio da compra da Kimberlit em Batatais, que anteriormente atuava como fornecedor de insumos para a Gicitrus.

espaço físico fosse reestruturado em uma nova planta de 5.000m²⁹⁷ localizada no eixo rodoviário Barretos-São José do Rio Preto, fora, portanto, da zona urbana olimpiense. Isso possibilitou um crescimento econômico próximo de 80 vezes se comparados os anos de 1999, quando o faturamento da Kimberlit estava próximo dos 300.000 reais/ano, e 2004, ao atingir 24 milhões de reais/ano.

Todavia, o período de 2005 a 2008 foi permeado por uma crise no setor agrícola regional movida pelas taxas de câmbio desfavoráveis, penalizando os pequenos produtores que haviam adquiridos insumos com o real desvalorizado no período anterior e acabaram sendo penalizados com a apreciação da moeda nacional no momento da venda de seus produtos.

Diante da crise, a Kimberlit que havia vivenciado um período de expansão vertiginosa foi obrigada a se reestruturar financeiramente, com apoio técnico de administração financeira advinda de Londrina (PR), que foi capaz de introduzir na empresa técnicas de planejamento de médio e longo prazo, no intuito de dirimir a crises cíclicas proporcionadas pelas flutuações econômicas. Não à toa, que a crise mundial de 2008 pouco afetou o desenvolvimento econômico da Kimberlit, que soube, com a nova reestruturação voltada para o planejamento decenal (2009-2029) elevar seu faturamento de 10 milhões de reais/ano para 100 milhões de reais/ano, expandindo seu mercado para os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e algumas regiões do Nordeste.

Durante esse período, o desenvolvimento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) foi colocado como centro da problemática empresarial, cuja inovação em novas tecnologias possibilitou a criação de um portfólio de mais de 100 produtos na linha de fertilizantes foliares com alto valor agregado, elevando a níveis superiores de produtividade e rentabilidade as diversas culturas agrícolas de grande destaque no Brasil (soja, cana-de-açúcar, laranja, milho, etc.).

A rigor, a constante renovação em matéria de P&D favorecida pelo investimento em capacitação de técnicos especializados voltados para o desenvolvimento de novas tecnologias (fertilizantes inteligentes) acabou por dar origem a criação da Loyder, uma empresa do grupo voltada a atuar em conjunto com a Kimberlit e ampliar a competitividade diante das grandes

⁹⁷ Vale lembrar que essa nova planta possui um sistema autossuficiente de geração de energia solar, transformando custos fixos em benefícios na geração de excedentes energéticos.

companhias produtoras de fertilizantes (Microquímica, Produquímica, Stoller, etc.), produzindo assim, produtos mais sofisticados com alto padrão de sustentabilidade e com menores riscos de impactos ambientais.

Em resumo, os resultados do crescimento dessa empresa, bem como seus “efeitos multiplicativos” no desenvolvimento regional olimpiense, podem ser percebidos na medida em que surge no ano de 2019 o grupo ESSERE⁹⁸, uma holding criada verticalmente para abarcar não só a Kimberlit e a Loyder, mas também as duas novas empresas que foram desenvolvidas para atuarem no mesmo segmento. É o caso, por exemplo, da Bionat, no ramo laboratorial produzindo soluções biológicas para o agronegócio, e também a Floema, que emergiu como condição de conduzir a logística interna, com sua frota de caminhões para o transporte de seus produtos.

Ao fim e ao cabo, o que se pode extrair desses exemplos e de inúmeros outros casos que se multiplicam pelo município de Olímpia em diversos setores industriais⁹⁹, tanto por iniciativas locais, ou mesmo regionais, que acabaram atraídas, ora por incentivos fiscais, ora por localização privilegiada, etc., é o papel agressivo que desempenha o empresariado do Oeste Paulista. Este, mesmo diante de inúmeras adversidades em matéria de políticas econômicas nacionais, como já assinalamos em outros capítulos, conseguiu, pelas vias da acumulação primitiva, levar às últimas consequências o dinamismo industrial, como se procurou demonstrar.

Se hoje a atividade turística desempenha um papel extraordinário no desenvolvimento regional olimpiense, isso se deve muito por conta dessas iniciativas locais dos empresários dinâmicos, que promoveram em bases sólidas nas décadas anteriores os caminhos da transição

⁹⁸ Vale lembrar que todas as empresas estão localizadas e concentradas dentro do município de Olímpia, próximas a atual planta da Kimberlit. Os efeitos multiplicativos nesse caso, podem ser observados entre as quatro décadas de desnacionalização da economia brasileira conforme assinalamos no capítulo II, pois a irrupção do setor químico olimpiense se apresentava de forma incipiente, e acabou emergindo por conta da crise agrária instalada, sobretudo, pela crise no setor citrícola nos anos 1980-90.

⁹⁹ Vale lembrar aqui o papel do setor industrial metalúrgico olimpiense liderado pela Ciafundi, que foi capaz promover inversões no setor de equipamentos elétricos, criando a Condumax, na fabricação de cabos automobilísticos e linhas de média tensão. Ainda na década de 1990, o papel desempenhado pelo industrial local, Benito Benati, em atrair novos investimentos, acabou resultando na instalação da empresa Italcabos, de origem familiar italiana (Quattordio), que havia se pulverizado por vários países (Brasil, Polônia, Argentina) na fabricação de cabos para empresas como a FIAT, Alpha Romeo, etc. Hoje, das nove empresas que atuam no Brasil na fabricação de cabos automobilísticos (Acome, Amphenol-TFC, Cabelauto, Condu spar, Prysmian, RFS, Cablena) duas estão concentradas no município de Olímpia (Condumax e Italcabos), demonstrando a capacidade industrial local na superação das crises cíclicas de longa duração.

alavancada pelas gestões do prefeito Geninho Zúliani (2009-2016) em direção ao setor de serviços voltados para o lazer e o entretenimento. Sem essas bases locais é impossível pensar o desenvolvimento recente do município de Olímpia e a chegada de grandes grupos dessa nova indústria do turismo, - como é o caso do NATOS de Goiânia, e muitos outros que continuam sendo atraídos – que têm fortemente contribuído para a transformação da cidade e de suas funções urbanas em ritmo acelerado.

Por fim, pode-se corroborar aqui nessa pesquisa a validade da hipótese da dualidade básica como teoria e método das formações sociais periféricas, seu papel como ferramenta imprescindível para se decifrar a realidade concreta a partir de uma visão holística cara ao pensamento geográfico e marxista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho procurou-se encaminhar um auspicioso debate sobre os paradigmas e categorias que contemplam a intersecção geografia-marxismo nos estudos e pesquisas que se propõem a decifrar a realidade em suas múltiplas combinações e determinações. A rigor, a pesquisa teve como núcleo central o pensamento original e independente de Ignacio Rangel como elo norteador de toda nossa argumentação, sobretudo a tese da “dualidade básica da economia e da sociedade brasileira”, que procuramos enriquece-la de provas, bem como aprofundar o tema do desenvolvimento econômico-social brasileiro a partir de suas leis objetivas.

Na primeira parte da pesquisa foi realizado um esforço teórico acerca dessa intersecção a fim de situar e atualizar o debate ora em curso, procurando demonstrar a importância dos paradigmas modernos da qual a geografia se beneficia em suas investigações, isto é, o geossistemas e a formação econômico-social (ou formação socioespacial), como “ferramentas” imprescindíveis para as pesquisas.

Diante da crise filosófica, de método e significado que tanto a geografia humana como o marxismo se enveredaram ainda nos anos 1980 com a crise do ciclo longo (Kondratiev) – que atingiu todos os países do mundo - levantou-se no segundo capítulo, em matéria de debate, os reais motivos que levaram o recuo desses campos do conhecimento humano, que na verdade, foram alvos de uma profunda recolonização organizada pelo imperialismo norte-americano.

Assim, apresentamos como argumento da interrupção e supressão do debate, o pensamento único difundido pelo Consenso de Washington, com os manuais de administração das escolas estadunidenses à frente. Daí que os paradigmas próprios do marxismo e da geografia humana ancorados na categoria de formação econômico-social não mereceram atenção devida e, todavia, omitidos, levaram uma gama de intelectuais “progressistas” e intitulos de “esquerda”, a abandonarem o “barco” do longo processo de transição, calcados pela rivalidade imperialismo-socialismo.

A opção de “debandada” desses intelectuais foi clara como procuramos demonstrar, pois a rigor, com a queda do muro de Berlim e a debacle da União Soviética, as relações

fundamentais como as de centro-periferia passaram a ser substituídas pelas teses da “globalização”, que decretaram o “fim da história” e, por conseguinte, o “fim do socialismo”.

Nesse sentido, foram raros os intelectuais que se mantiveram atentos a essas “mudanças” que influenciaram quase por completo o universo das ciências sociais, a começar por importantes economistas - que logo acabaram deixando-se influenciar pelas pautas imperialistas, como as de combate à inflação – seguidos de sociólogos, geógrafos, etc., encantados com a abertura da economia sem planejamento, e com a moda de ser “moderninho” nas palavras de Aloysio Biondi, enveredando-se pelo labirinto doentio do irracionalismo capitalista cuja competitividade e individualismo são as verdadeiras palavras de ordem.

São inúmeros os casos dos “gênios” nascidos de “geração espontânea” surgidos nesse período, que nos levou a endossar como parte da explicação do “espetáculo como técnica de guerra” na própria saga da autopromoção intelectual no mercado de ideias, as teses da “angústia da influência” assinaladas por H. Bloom a respeito do declínio do mundo ocidental, bem como as denúncias de “como a picaretagem conquistou o mundo” assinaladas pelo jornalista F. Wheen, - profundo observador de como a social-democracia em diversos países do centro da economia capitalista se deixou levar pelas fantasias e delírios da globalização, isto é do mundo sem fronteiras – como se a internacionalização do mundo pelos mercados não houvesse se internacionalizado anteriormente, com as grandes navegações do século XV e XVI.

Além dessas considerações, corroboramos a tese elaborada por A. Mamigonian de que parte da intelectualidade, - excluindo aqui os oportunistas - se revelou um tanto quanto ingênua, quando não antidialética, pois, por um lado se admitia a possibilidade de neutralidade na ciência, isto é, o trabalho técnico-científico-informacional sem compromisso político algum com a verdade, sujeito a passividade regressiva imposta pela fragmentação e especialização nefasta dos campos e disciplinas do saber, por outro lado, se promovia a práxis política como falsa consciência, como se a posição político-ideológica do pesquisador, muitas vezes dogmática, em última instância, fosse capaz de superar as contradições inerentes ao próprio desenvolvimento histórico.

Em outras palavras, o recuo da intersecção geografia-marxismo, se deu justamente por essa mudança dos ventos, onde ex-marxistas passaram a renegar a visão de totalidade inerente

à intersecção geografia-marxismo, afinal, herdeiras de raízes comuns, esses dois campos do conhecimento são frutos da filosofia clássica alemã e, portanto, as áreas do conhecimento científico de vanguarda mais aptas à superação do capitalismo e da fragmentação das ciências. Isto é, únicas ciências capazes de elaborar a crítica à economia política a partir de uma explicação total cujas variáveis se dão pela interação de múltiplas combinações em níveis mais simples, como os fenômenos naturais, aos mais complexos e superiores, como são os eventos políticos.

Já no terceiro capítulo, introduzimos as ideias independentes de Ignacio Rangel como forma de orientar a teoria e o método do trabalho. Como se sabe, o marxista maranhense foi pioneiro em decifrar as leis objetivas em que se dá o processo de desenvolvimento histórico brasileiro. A partir das peculiaridades nacionais, Rangel percebeu que havia na formação social brasileira uma profunda diferença nas vicissitudes entre o “bom senso geral” e o “bom senso nacional”, distinção necessária para se compreender a engrenagem do desenvolvimento nacional pelas “leis” da dualidade básica da economia e da sociedade brasileira.

Disso resultou toda uma reconfiguração da compreensão do desenvolvimento histórico brasileiro, sobretudo ao virtuoso processo de industrialização nacional que, a rigor, se processou na contramão do que se ensina e se reproduz nos programas de graduação e pós-graduação em economia e disciplinas afins, quanto à formação do Departamento I da economia, isto é o setor de bens de produção, ou bens de capital. É que, não raro as divergências políticas existentes entre liberais e desenvolvimentistas que se arrastam desde os tempos de E. Gudín e R. Simonsen, Rangel foi o primeiro a constatar o caráter artesanal desse Departamento no limiar da industrialização ainda no primeiro quartel do século XX e, que, ao longo do processo de substituição de importações, pode encetar aquilo que batizou como os ciclos médios, ou “juglarianos brasileiros”.

Da mesma forma, foram os resultados obtidos através da constatação pelas leis da dualidade básica, como se deu configuração dos pactos dominantes de poder que fizeram escola no Brasil e, quais os motivos que levaram ao atraso do estabelecimento da 4ª Dualidade, junto das respectivas tarefas encampadas pelo prosseguimento da revolução nacionalista inaugurada por Getúlio Vargas.

Trocando em miúdos, procuramos demonstrar através dos ciclos juglarianos brasileiros atualizados até 2020, uma possível periodização do Brasil na transição

imperialismo-socialismo, através do binômio industrialização/desnacionalização da economia, já que o país chegou a se posicionar como uma pequena potência regional durante os 50 anos gloriosos alavancados pelo processo de substituição de importações financiado pelos bancos norte-americanos. E, ao longo dessas últimas quatro décadas (1980-2020) continuou, “aos trancos e barrancos”, com dificuldades de se livrar das amarras imperialistas, consolidando assim, o capitalismo financeiro nacional, - único sistema capaz de orientar e financiar os setores estrangulados da economia através dos setores supercapitalizados, conforme a dinâmica da dialética da capacidade ociosa elaborada por Ignacio Rangel.

Além disso, sugerimos a possibilidade de se utilizar como teoria e método o arcabouço conceitual elaborado por Rangel para se decifrar as formações sociais periféricas, pois a dualidade básica enquanto categoria histórico-dialética é a única capaz de fornecer um quadro conceitual por infinitas aproximações sucessivas da realidade concreta – distante, portanto, de um modelo apriorístico, cristalizado por variáveis.

Daí que, como resultado, aprofundamos a possibilidade de conectar o arcabouço conceitual de Ignacio Rangel para os estudos geográficos da formação social do Oeste Paulista, demonstrando a clara possibilidade de se compreender como as periferias se tornam centro no processo de industrialização brasileira. Ou seja, como uma área, anteriormente drenada pela capital paulista (São Paulo), se insere paulatinamente, ciclo após ciclo juglariano, na divisão regional, nacional e internacional do trabalho, passando de uma simples força centrípeta do centro dinâmico da economia nacional, para desempenhar, junto desse centro, como parte integrante do núcleo central (core econômico brasileiro). Igualmente, foram as ilações a respeito do papel do imigrante-colono verdadeiro motor da industrialização brasileira, na qual defendeu-se a tese de que, ao contrário do que costumeiramente é dito, se transformaram em burguesia industrial, distintamente dos aristocratas fazendeiros de café.

Neste processo, demonstramos e reforçamos – ancorados já em alguns estudos de caso sobre o processo de industrialização no Brasil e no Estado de São Paulo – que a questão do imigrante, como empreendedor, mesmo sob avanços e recuos em determinadas áreas das frentes pioneiras, levou às últimas consequências a luta de classes existentes no processo de acumulação primitiva, ou, dito de outro modo, da luta entre senhores e servos, descritos por Marx, como a via revolucionária de transição ao capitalismo.

Isso pode comprovar que não há síntese conciliatória nas relações entre os senhores fazendeiros de escravos e os servos colonos (camponeses), a não ser que se considere como se buscou corroborar o papel dos “matrimônios vantajosos”, pois, foi essa a forma encontrada pela burguesia agrário-exportadora paulista para não perder seu prestígio diante da ascensão dos imigrantes à categoria de industriais, e nova classe que passou a compor o pacto de poder a partir da revolução nacionalista e anti-imperialista inaugurada com Getúlio Vargas.

Já no quarto capítulo, procurou-se debater a própria transição imperialismo-socialismo na contramão das teses da globalização. Nesse momento, concluímos que não há possibilidade alguma, no que diz respeito aos países da periferia do sistema capitalista, de aceitar as pautas importadas do centro do sistema, isto é, dos “modelos”, “receitas”, manuais de desenvolvimento econômico propositalmente impostos pelas forças imperialistas mundiais.

Através da recente rivalidade econômica China-EUA, procuramos contribuir com o debate acerca das ideias básicas de como foram construídos os Projetos Nacionais de Desenvolvimento ao longo dos estágios de desenvolvimento do capitalismo, isto é, da passagem do capitalismo concorrencial à sua fase monopólica imperialista, entre economias avançadas e tardias, mas com ênfase nos países periféricos, como é o caso do Brasil.

Nesse sentido, elaborou-se aqui, além das explicações fundamentais de como o imperialismo estadunidense bloqueou o desenvolvimento das economias mais dinâmicas do mundo nos anos 1980, como foram o caso da ex-União Soviética, o Brasil e o Japão, e como se deu o retardamento da abertura de uma nova fase ascendente do ciclo longo, que começa no final desse primeiro quartel do século XXI apresentar certa tendência em surgir, com o aceleramento da terceira revolução industrial já em curso, sobretudo no segmento energético onde a fusão nuclear é o núcleo central dessa concepção.

Ainda aqui, procurou-se também retomar o debate em torno das noções de Plano e Projeto Nacional, pois, via de regra, essas noções básicas foram dilapidadas nas últimas décadas, não ultrapassando as fronteiras do senso comum. Assim, apresentou-se, como aprofundamento, as noções não só de o que fazer, mas como fazer e com que meios fazer um Plano Nacional de Desenvolvimento, a partir da realidade brasileira, e suas respectivas experiências de programação nos períodos em que eclodiram com mais força as raízes do nacional-desenvolvimentismo.

Sem uma profunda clareza de nossa pauta de importações, o nível de integração da economia no mercado interno e externo, bem como o adensamento da indústria brasileira, não há como elaborar e determinar o planejamento de maneira sábia, já que, parte do projeto passa, a rigor, não só pelo nível tecnológico de nosso parque fabril, mas pelos gargalos infraestruturais que se expressam nas relações de custo-benefício socialmente constituídos no nível da União.

Isso quer dizer que não basta pensar as categorias do planejamento somente pelas tendências abertas pelas fronteiras da segunda revolução científico-técnica, ou 3ª Revolução Industrial, ora em curso. É necessário, nessa atual quadra e conjuntura histórica, aprofundar o debate em torno das questões fundamentais para se retomar a soberania nacional, com uma política ativa e altiva de inserção nessa nova Divisão Internacional do Trabalho que tende a se abrir com o afunilamento das inovações radicais nos setores estruturais e de transportes ao mesmo tempo.

Ora, como o Brasil é um caso em que os nós-de-estrangulamento se apresentam nos serviços de utilidade pública *pari passu* com a deficiente capacidade ociosa no setor industrial, já não há mais dúvidas que só um planejamento com base voltada para o comércio exterior (ampliando as exportações), e políticas industriais de ativação do parque industrial nacional, com medidas institucionais de controle cambial e instituição de reservas de mercado planejada para incorporação do conteúdo nacional nas pautas e encomendas dos setores estratégicos e dos setores pesados da economia nacional, será possível o país retomar seu posto conquistado nos anos 1980 de potência regional, capaz de avançar com as propostas de integração das economias latino-americanas e se posicionar com independência diante do mundo multipolar que se apresenta como tendência para esse século XXI.

Por fim, no último capítulo, procurou-se aproximar a questão nacional à questão regional brasileira, procurando decifrar como o estudo das formações sociais regionais podem ser estabelecidos de acordo com a intersecção geografia-marxismo apresentada no segundo capítulo. Não que isso represente alguma novidade, pois há já muitos trabalhos, como explicitamos na introdução dessa pesquisa, que procuraram se beneficiar do arcabouço teórico metodológico elaborado por Ignacio Rangel. Porém, a novidade se dá pelo estudo, a partir desse referencial, de uma área do Oeste paulista ainda não explorada por essas ideias, como é o caso da região do noroeste paulista em que se insere o município de Olímpia.

Nesse sentido, o estudo de caso da Estância Turística de Olímpia, trouxe como resultado a contribuição de se pensar as dualidades rangelianas em escala estadual, organizando os pactos de poder das classes locais que engendraram ora o atraso, ora o desenvolvimento daquele município.

Em suma, demonstrou-se como uma economia municipal em pleno estado de equilíbrio pode ser alavancada por forças políticas internas locais e regionais, na busca de promover seu desenvolvimento e sua transição ao capitalismo inicialmente pela força do capital comercial e posteriormente industrial, onde, atualmente foi o principal indutor, junto do Estado, em transformar a cidade, nesta última década, voltada para o setor de comércio e serviços, como se vê com o dinamismo criado acerca do Turismo. Em outras palavras, foi possível apresentar alguns resultados parciais de como economias em estado de estagnação ou equilíbrio, na medida em que se posicionam de forma ativa, em busca de se inserir, à sua maneira, nas fronteiras do desenvolvimento e do planejamento, pode encontrar resultados frutíferos no médio e longo prazo do processo histórico. Além disso, pode-se comprovar que mesmo diante de toda desnacionalização da economia brasileira nas últimas décadas, a possibilidade de reversão, a partir de políticas econômicas acertadas, a força e musculatura representada pela burguesia industrial nacional é capaz de se recolocar dinamicamente no mercado interno, bem como externo, ampliando assim, suas exportações e atraindo investimentos diretos nos setores carecidos dos mesmos.

Para tanto, e para efeito de pesquisas posteriores, estas dever-se-ão se encaminhar no intuito de possibilitar a compreensão de até que ponto o recente dinamismo apresentado pelo município de Olímpia conseguirá: 1) desaguar em novas inversões concomitantes as necessidades urbanas na medida em que a cidade se coloca diante do desafio de acompanhar o ritmo de desenvolvimento apresentado pelo setor de serviços ancorados no Turismo; 2) decifrar os reais motivos que o complexo de multipropriedade das novas redes hoteleiras conseguiram ser atraídos e sofreram de boa receptividade pelos investidores e; 3) até que ponto a curva de demanda/oferta turística conseguirá suportar os efeitos da sazonalidade ao longo do ano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

AB'SABER, Aziz Nacib. A terra paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.23, p.5-38, jul. de 1956.

AB'SABER, Aziz Nacib. Os baixos chapadões do Oeste Paulista. São Paulo, Instituto de Geografia, **Geomorfologia**, 1969.

AB'SABER, Aziz Nacib. O legado de Jean Tricart para as Ciências Geográficas. In: **Da Teoria à prática da geografia global: abordagem transdisciplinar proposta por Jean Tricart**/ Teresa C. da Silva (org.) – (Livros Geográficos; 3). Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011.

AGAMBEN, Giorgio. "Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro". Entrevista com Giorgio Agamben. **Instituto Humanitas UNISINOS**. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ANDAKU, Evandro. Breve reflexão sobre o direito de propriedade intelectual no desenvolvimento industrial e seus reflexos na indústria brasileira. In: **Brasil e Mundo no início do século XXI: geografia, história e economia**. MAMIGONIAN, A.... [et al.] (Orgs.) 1ª Ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2021.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Caminhos e descaminhos da geografia**. Campinas, SP: Papyrus, 1989a.

ANDRADE, Manuel Correia. América Latina: Presente, Passado e Futuro. In: **Revista Terra Livre**, n.10, (AGB) - Geografia, Espaço e Memória, jan.- jul., 1992b, p.140-148.

ARAÚZ, Celestino Andrés; PIZZURNO, Patricia. **Relaciones entre Panamá y los Estados Unidos – História del Canal Interoceânico desde el siglo XVI hasta 1903** – Tomo I. Panamá: Autoridade del Canal, 1999.

ARRUDA destaca crítica construtiva do dono do grupo Votorantim, **SenadoNotícias**, 22 setembro 1997. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1997/09/22/arruda-destaca-critica-construtiva-do-dono-do-grupo-votorantim> Acesso 27 mar 2019.

AURELIANO, Liana. **No limiar da industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

AZZARÁ, Stefano G. Crítica ao liberalismo, reconstrução do materialismo. Entrevista com Domenico Losurdo. **Crítica Marxista**, n.35, Campinas, 2012, p.157-159.

BARBER, Benjamin R. **O império do medo** – guerra, terrorismo e democracia. Trad. Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BARRIOS, Sonia. Political Practice and Space. Massachusetts, **Antipode**, p.36-39, 1977.

BASTOS, José Messias. Rangel e a Geografia: algumas considerações. In: HOLANDA, F. M. de et al. (Org.). **Ignácio Rangel: Decifrador do Brasil**. São Luís: Edufma, 2014.

BASTOS, José Messias; RAMOS, João Victor Moré. Geografia e Marxismo: A escola de Ignácio Rangel. In: VII Seminário Internacional - Teoria Política do Socialismo - Revolução Russa: 100 anos que abalaram o mundo - A Transição como Atualidade Histórica, 2017, Marília. **Anais...** Marília: VII Seminário Internacional, GT 707, 2017.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos**. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

BERNAYS, Edward. **Propaganda**. Barcelona: Melusina, 2008.

BERNAYS, Edward. **Biografia de uma ideia: Memórias do Conselho de Relações Públicas**. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1965.

BIELSHOCWKSY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BINI, Danton Leonel de Camargo. Breve histórico da atividade canavieira na Região de Araçatuba. **IEA**, Análises e Indicadores do Agronegócio, v.4, n.6 jun. de 2009.

BIONDI, Aloysio. (Debatedor). In: ODÁLIA, N. (org.). **Brasil, o desenvolvimento ameaçado: perspectivas e soluções**. São Paulo: UNESP, 1989. p.37-44.

BOECHAT, Cassio Arruda. Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista. (**Dissertação de Mestrado**). São Paulo, FFLCH-USP, 2009.

BONELLI, Regis; PESSOA, Samuel; MATOS, Silvia. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretações. In: **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. (Orgs.) BACHA, E., BOLLE, M. de. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 1985.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 1995.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 2008.

BRECHT, Bertold. “**Um Homem é um Homem**” (pp. 145-218). In: Teatro Completo 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **Por um Brasil-Nação**. 2017. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/manifesto/17.04.Por-um-Brasil-Nacao.pdf> Acesso em 20/08/2018.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. Reindustrialização como Projeto Nacional. Le Monde Diplomatique Brasil, out. 2015. Disponível em <http://bresserpereira.org.br/articles/2015/15.10-LMD-Brasil-Reindustrializa%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso 23/04/2018

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado Ditatorial Brasileiro, 1964-1985.

(**Tese de Doutorado**). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

CANO, Wilson. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e a Industrialização no Brasil. Brasília (DF), **EconomiA**, v.13, n.3b, p.897-916, set/dez, 2012.

CAPEL, Horácio. Estudio Introductorio: Schaefer y la nueva Geografía. In: **Excepcionalismo en Geografía** – Colección “Pensamiento y metodo geográfico”, n.1. Barcelona: Departamento de Geografía de la Universidad de Barcelona, 1988.

CARMONA, Ronaldo G. Geopolítica clássica e geopolítica brasileira contemporânea: Mahan Mackinder e a grande estratégia do Brasil para o século XXI (**Dissertação de Mestrado**) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 2012.

CARVALHO, Delgado de; CASTRO, Terezinha. de. Geografia Política e Geopolítica. In: **Geografia e Geopolítica. Memorial Institucional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009, p.401-410.

CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios da economia brasileira**. Vol.1. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988b.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985a.

CASTRO, Marina; AMORIN, Victoria. **Indústrias Migram Para Diferentes Regiões**: Cada vez mais a atividade industrial brasileira se desloca para regiões interioranas, em busca de maior lucro. 2013. Disponível em: <http://jpress.jornalismojunior.com.br/2013/05/industrias-migram-diferentesregioes-brasil/>. Acesso em: 28 mai. 2018.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. Tradução de Ruy Braga. **Revista Outubro**, São Paulo, n.5, 2001, p.7-28.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. trad. Luiz Antônio Oliveira de Araujo. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista Geográficos. In: **Boletim Geográfico**.n.179 (1ª parte, p.139-145), n.180 (2ª parte, p.267-276). Rio de Janeiro: IBGE, 1964, p.139-145 e 267-276.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

COLLETTI, Lúcio. **Ultrapassando o marxismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

CORRÊA, Domingos Sávio. O movimento de fusões e aquisições de empresas e o processo de privatização e desnacionalização na década de 1990 – o caso brasileiro. (**Dissertação de Mestrado**). FFLCH-USP, 2004.

CORRÊA, Domingos Sávio. Geografia das Fusões e Aquisições de Empresas no Brasil. **Cadernos Geográficos**. v.20. Florianópolis: Imprensa Universitária, UFSC/CFH/GCN, 2010.

CORRÊA, Getúlio. Dreyfus, o maior erro judiciário da história. **Revista de Estudos & Informações** – Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, nº 45, outubro de 2020.

CORRÊA, José Rossini C. Campos do C. Eu e Ele: minhas memórias de Ignacio Rangel. In: **A singularidade do pensamento de Ignacio Rangel**. (Orgs.) SILVA, R. N. P.; SOUSA, J. U. P. São Luís: IMESC, 2008.

CORSI, Francisco Luiz. Política externa, projeto nacional e política econômica ao final do Estado Novo. **Política e Sociedade**, n.12, abr. de 2008.

COSTA, Darc. **Em Prol do Ocidente Profundo, 2017b**. Disponível em <http://www.patrialatina.com.br/em-prol-do-ocidente-profundo/> Acesso 30/10/2017.

COSTA, Darc. **O Brasil na Era Trump, 2017a**. Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniao/brasil-na-era-trump-20884158> Acesso em 30/10/2017.

COSTA, Darc. Conversas Informais. In: **Memórias do desenvolvimento** – Ano 5, n.5, (2016). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007.

COSTA, Darc. **Palestra 1: Estratégia de desenvolvimento nacional de longo prazo**. In: I Seminário da ASSECOR – “Estado, Planejamento e Desenvolvimento”. Brasília: ASSECOR, 2010a.

COSTA, Darc. Integrar é desenvolver a América do Sul. In: **Integração da América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2010b.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ªed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. A presença de Gramsci no Brasil. **Revista em Pauta: Teoria Social & Realidade Contemporânea**, n.22, p.37-44, Rio de Janeiro, 2008.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELFINO NETTO, Antônio. **O animal econômico**. Organização, apresentação e notas Fernando Cazian. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

DELFIN NETTO, Antônio. Um projeto de Nação, por favor. **Revista IHU-Online**, 2017. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/571634-um-projeto-de-nacao-por-favor> Acesso 08/10/2019

DELFIN NETTO, Antônio. É preciso aprender. In: Revista **Carta Capital**, ed.896, Opinião, abril, 2016, <https://www.cartacapital.com.br/revista/896/e-preciso-aprender>. Acesso em 07/02/2018.

DELFIN NETTO, Antônio. “Deem-me o ano e não se preocupem com décadas”. In: Jornal do Brasil (**Revista Econômica**), Rio de Janeiro, 20 de março, 1970, p.3.

DIRCEU, José. **Memórias/José Dirceu**. São Paulo: Geração Editorial, 2018. 496p.

DOBB, Maurice. Uma réplica. In: **A transição do feudalismo para o Capitalismo**. SWEEZY, P. (Org.) 3ª . S.; Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DOMINGUES, Fabian Scholze; FONSECA, Pedro Dutra. Ignácio Rangel, a correção monetária e o PAEG: recontando a história. **Estudos Econômicos**, v.47, n.2, São Paulo, Apr./June, 2017.

DORES, Priscila Branquinho das; LAGE, Elisa Salomão; PROCESSI, Lucas Duarte. A retomada da indústria naval brasileira. In: **BNDES 60 anos: perspectivas setoriais**, 2012. p. 274-299. (v. 1)

EMERIQUE, Lucas Possedente. Dos engenhos de açúcar a indústria automobilística: o desenvolvimento e as transformações no município de Piracicaba – SP. (**Tese de Doutorado**) FFLCH-USP, Departamento de Geografia, São Paulo, 2014.

ENGELS, Friedrich. Carta a Franz Mehring (em Berlim) 14 de julho de 1983. In: **Obras Escolhidas**. (org.) José BARATAMOURA, E.; CHITAS, F. M.; PINA, A., tomo III. Lisboa: Edições Progresso, 1982, p. 556-561.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da Natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 3ª ed.

FARO, Luiz Cesar; SINELLI, Mônica. **Ignácio Rangel – Elogio à ousadia**. Rio de Janeiro: Insight Comunicação, 2014.

FIORI, José Luís. **Nicholas Spykman e a América Latina**. 2007. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Nicholas-Spykman-e-a-America-Latina/20843> Acesso em: 10 jan. 2018.

FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações: 40 anos depois. In: **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. BACHA, E.; BOLLE, M. B. de (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FLEURY, Afonso. A indústria do futuro: intervenção de Afonso Fleury. In: ALMEIDA, J. S. G. de; CAGNIN, R. F. (Orgs.) **A indústria do futuro no Brasil e no Mundo** Instituto de Estudos para o desenvolvimento industrial. São Paulo, mar. 2019.

FORTES, Leandro. **Cayman: o dossiê do medo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2ª Ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRESCA, Tania Maria. A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista: estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. (**Dissertação de Mestrado**) UFSC, Departamento de Geociências, 1990.

GEWEN, Barry. **The inevitability of tragedy: Henry Kissinger and his world**. New York: Norton, 2020. 480p.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GOMES, Ciro. **Projeto Nacional: o dever da esperança**. São Paulo: Leya, 2020.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: **Geografia e Epistemologia: ciência viva e dinâmica, aberta e plural**. (Org.) Fioravante, K. E.; Pereira, R.; Rogalski, S. R. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do oeste paulista: Araçatuba, Birigui, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. (**Tese de Doutorado**). FFLCH – Departamento de Geografia, USP, 2007.

GONÇALVES, José Sidinei. Do Mar de Café ao Mar de Cana ou ainda um Mar de Braquiária: transformações estruturais e composição da área agropecuária paulista. **Cadernos Geográficos**. n. 22, Florianópolis: Imprensa Universitária, UFSC/CFH/GCN, 2010.

GOULART, Ely Pereira de Araújo. A cidade de Olímpia. **Boletim Paulista de Geografia**, n.9, out. de 1951.

GOWAN, Peter. **A roleta global**. Trad. Regina Bhering. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere, volume 4**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Cartas do cárcere**, v2: 1931-1937. Tradução Luís Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Volume 1. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GREENSPAR, Alan. **Capitalismo na América: uma história**. Alan Greenspar, Adrian Wooldridge. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

HARTSHORNE, Richard. O conceito de geografia como uma ciência do espaço, de Kant e Humboldt para Hettner. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, AGB- Seção Local Presidente Prudente, v.1, n.28, p.9-34, 2006.

HARTSHORNE, Richard. **Questões sobre a Natureza da Geografia**. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História (Comissão Geográfica), 1969.

HARTSHORNE, Richard. Exceptionalism in Geography Re-examined. **Annals of the Association of American Geographers**, v. XLV, n.3, september, 1955.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15ª Edição.. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

HIRST, Paul. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Paul Hirst e Grahame Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. Livre Comércio versus Protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições. **Estudos Econômicos**. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 28, n. 1, 1998, p. 33-75.

HOLLOWAY, Thomas. H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo – 1886-1934**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HUMBOLDT, Alexander Von. **Del Orinoco al Amazonas – Viaje a las regiones equinocciales del Nuevo Continente**. Barcelona: Litografía Rosés S.A., 2005.

JINPING, Xi. **The Governance of China**. Beijing: Foreign Languages Press Co. Ltd, 2014.

KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua: um Projeto Filosófico**. Trad. Artur Morão. Textos Clássicos de Filosofia. Covilhã: Universidade da Beira interior, 2008.

KAPLAN, Robert D. **Políticos guerreiros**. Trad. Maria Cláudia Ratto. São Paulo: Futura, 2002.

KEUCHEYAN, Razmig. **Alain Badiou: Evento, fidelidade, Sujeito**. 2015. Disponível em: <https://overquil.wordpress.com/2015/04/11/alain-badiou-evento-fidelidade-sujeito-por-razmig-keucheyan/> Acesso em: 21 de jul. 2018.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Trad. Cláudio Figueiredo. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KONDRATIEV, Nicolai. **As ondas longas da Conjuntura: Com Seis Curvas**. Tradução Felipe Castilho de Lacerda. São Paulo: Com-Arte, PPGHE-USP, 2018.

KRUPSKAIA, Nadejda. Lênin, Propagandista e Agitador. **Eroc**, 1939. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/krupskaja/1939/mes/lenin.htm> Acesso em: 07 mar. 2019.

LABASTIDA, Jaime. **Humdoldt, cidadão universal**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19ª ed. Campinas: Editora Papirus, 2012.

LAGE, Nilson. **O papel e a situação da mídia no Brasil**. 2014. Disponível em: <http://www2.carosouvintes.org.br/o-papel-e-a-situacao-da-midia-no-brasilentrevista-com-nilson-lage/> Acesso em 03 mar. 2018.

LENIN, Vladimir I. **Cadernos Filosóficos: Hegel**. Trad. Paulo Almeida. São Paulo: Boitempo, 2018.

LENIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LENIN, Vladimir I. **Obras Completas: Tomo 25 – marzo-julio de 1914**. Moscú: Editora Progreso, 1984.

LENIN, Vladimir I. **O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1980.

LÉNINE, Vladimir I. Un paso en frente dos pasos atrás. In: **Obras Escolhidas**. t. 1, pp. -215-376. Lisboa: Avante, 1977b.

LENIN, Vladimir I. **Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática**. Traduzido das O. Completas de V.I.Lénine 5ª Ed. russo t.11 pp 1-131. Lisboa: Avante, 1977a.

LENIN, Vladimir I. **Obras Completas**: Tomo V – mayo 1901/Febrero 1902. Madrid: AKAL Editor, 1976.

LENIN, Vladimir I. **Obras Escogidas**. Tomo III. Moscú: Progreso, 1961.

LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. Infraestrutura e Logística no Brasil. In: CARDOSO JR, J. C. **Desafios ao Desenvolvimento Brasileiro – contribuições do conselho de orientação do Ipea – Livro 1**. Brasília: Ipea, 2009.

LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. **Projeto Nacional e democracia, 2011**. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia/158201-1> Acesso em 22/10/2017.

LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. **Quem lidera?, 2015**. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/revista/843/quem-lidera-5452.html> Acesso em 22/10/2017.

LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. **BNDES quer privatizar o Brasil. A sociedade quer isso?, n.120, 2016a**. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/120/o-bndes-quer-privatizer-o-brasil-2607.html> Acesso em 22/10/2017.

LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. Conversas Informais. In: **Memórias do desenvolvimento** – Ano 5, n.5, 2016b. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007.

LESSA, Carlos Francisco T. M. Ribeiro de. **Estamos abrindo mão da identidade nacional, 2017**. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/11/estamos-abrindo-mao-da-identidade-nacional-diz-carlos-lessa/> Acesso em 22/10/2017.

LI, David. **O século XXI pertence a China? Um debate sobre a grande potência asiática**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2012.

LIMA, José Ignácio de Abreu. e. **O Socialismo**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Pensamento Crítico; v.29).

LIPIETZ, Alan. **O Capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LOSURDO, Domenico. **Um mundo sem guerras: a ideia de paz das promessas do passado às tragédias do presente**. Trad. de Ivan Esperança Rocha. São Paulo: Editora Unesp, 2018b.

LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer**. Trad. Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2018a.

LOSURDO, Domenico. Ser a favor da revolução não é somente um sentimento (parte3/3). [Entrevista concedida a André Ortega e Pedro Marin]. **Revista Opera**, 2017. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2017/04/03/losurdo-ser-favor-da-revolucao-nao-e-somente-um-sentimento-parte-33/> Acesso em 14 de ago 2019.

LOSURDO, Domenico. A luta pela paz ontem e hoje relendo Palmiro Togliatti. **Revista Princípios**. São Paulo, ed.142 mai-jun-jul, 2016.

LOSURDO, Domenico. Revolução de outubro e democracia no mundo. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis – PPGICH**. Florianópolis, v.12, n.1 jan/jun - 2015. Tradução de Marcos Aurélio da Silva. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2015v12n1p361> Acesso: 07 de ago. 2018.

LOSURDO, Domenico. **Produção das emoções é novo estágio do controle da classe dominante**, 2013b. Entrevista realizada por João Novaes e Rodolfo Machado. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/31615/losurdo-producao-das-emocoes-e-novo-estagio-do-controle-da-classe-dominante>. Acesso em: 23 mar. 2018.

LOSURDO, Domenico. **A indústria da mentira, parte da maquina de guerra do imperialismo**, 2013a. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article180543.html> Acesso em: 10. de ago. 2018.

LOSURDO, Domenico. Per una critica a David Harvey. 2012. **Comunismo e Comunità**. Disponível em: <http://www.comunismoecomunita.org/?p=3407> Acesso em 28 mar 2019.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. Trad. Giovani Semeraro. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

LOSURDO, Domenico. Guerra preventiva, americanismo e antiamericanismo. **Margem Esquerda: Ensaios Marxistas**, Boitempo, São Paulo, n.5, 2005, p.64-68.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal**. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004b.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da História?** A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 2004a.

LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. **Crítica Marxista**, n. 17, Campinas, 2003, p.51-79. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo100critica17-A-losurdo.pdf. Acesso em 01 de outubro de 2018.

LOSURDO, Domenico. **Hegel, Marx e a Tradição Liberal**. Tradução Carlos Alberto Fernando Nicola Dastoli. 1ª Reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

LUKÁCS, Georg. **O Romance Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LUKÁCS, Georg. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956- 1971**. Organização, introdução e tradução Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

LUKÁCS, Georg. **Velha e Nova Cultura**. 1978. Velha e Nova Cultura, de György Lukács, foi publicado originalmente em 1920 na revista *Kommunismus*, nº 43.. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/mes/cultura.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

LUKÁCS, Georg. **EL Assalto a La Razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler**. Fondo de Cultura Económica: México, Buenos Aires, 1959.

LUPORINI, Cesare. Reality and historicity: economy and dialectics in Marxism, **Economy and Society**, London, 4:2, 1975, p.206-231.

MAGRI, Lucio. **O alfaiate de Ulm**: uma possível história do Partido Comunista Italiano. trad. Silvia de Bernardinis. São Paulo: Boitempo, 2014.

MAJESKE, Andrew. Donald Trump, american cesarism, and Legacy of Leo Strauss. **American Studies Journal**, n.65, 2018. Disponível em: <http://www.asjournal.org/65-2018/donald-trump-american-caesarism-and-the-legacy-of-leo-strauss/> Acesso em 20 de jan 2020.

MAMIGONIAN, Armen. **Ascensão da China e rivalidade com os EUA**. 2021. Artigo não publicado (no prelo).

MAMIGONIAN, Armen. O enigma brasileiro atual: Lula será devorado?. In: **Brasil e Mundo no início do século XXI: geografia, história e economia**. MAMIGONIAN, A.... [et al.] (Orgs.) 1ª Ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2021.

MAMIGONIAN, Armen. **O Desenvolvimento do Brasil Segundo o “Perigoso” Rangel**. Entrevista. 2019c. Disponível em: <http://revistaursula.com.br/blog/2019/07/03/o-desenvolvimento-do-brasil-segundo-o-perigoso-rangel/#>. Acesso em: 03 dez. 2020.

MAMIGONIAN, Armen. URSS e China na transição para o socialismo. In: **China: Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois**. JABBOUR, E. (Org.). São Paulo, SP: Anita Garibaldi; Fundação Mauricio Grabois, 2019b.

MAMIGONIAN, Armen. Visão Geográfica do Brasil atual: Estado, crises e desenvolvimento regional. **Revista Latino-Americana de Geografia Econômica e Social**, Foz do Iguaçu, n.1, p.7-44, 2019a.

MAMIGONIAN, Armen. O mundo no final do século XX e início do século XXI. **Boletim Paulista de Geografia**, n.100, (Edição Comemorativa), p.173-205, 2018.

MAMIGONIAN, Armen. **O Brasil será destruído?** 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RryFaDt3Doc&feature=youtu.be>. Acesso em: 26 dez. 2020.

MAMIGONIAN, Armen. Bigarella, o Humboldt brasileiro? **Espaço Aberto**, v.6, n.2, 2016, p.159-163.

MAMIGONIAN, Armen. Conferência de Encerramento: Intérpretes do Brasil: Ignacio de Mourão Rangel e Celso Furtado. In: CORRÊA, D. S.; NETO, J. V. F.; LUEDMANN, M. da S. (Org.). **Desenvolvimento econômico e social: mundo, Brasil, e nordeste**. Maceió: EDUFAL, 2015.

MAMIGONIAN, Armen. Ignácio Rangel e seus interlocutores. In: HOLANDA, F. M. de et al. (Org.). **Ignácio Rangel: Decifrador do Brasil**. São Luís: Edufma, 2014b.

MAMIGONIAN, Armen. **O Pensamento de Milton Santos**. Youtube, 18 jun. 2014a. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fyj8mM6kQ74&t=2101s> Acesso em 20 de jun. 2019.

MAMIGONIAN, Armen. Milton Santos: Sartreano e Terceiro-Mundista. In: SILVA, M. A. da. (Org.) **10 anos sem Milton Santos**. Salvador: Alba, 2011.

MAMIGONIAN, Armen. A Nascente União das Nações Sul-Americanas (UNASUL): suas perspectivas. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 12, 2009, Montevideu. **Anais...** Montevideu: EGAL, 2009, v.1, p.182-192.

MAMIGONIAN, Armen. A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng. In: ROIO, M. d. (Org.) **Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros**. São Paulo: Ícone; Marília, SP: Oficina Universitária da FFC-Unesp Marília, 2008c, p.179-182.

MAMIGONIAN, Armen. As bases naturais e sociais da civilização chinesa. In: Geografia Econômica. **Anais de Geografia Econômica e Social**. Grupo de Pesquisa/CNPq Formação Sócio-Espacial: Mundo, Brasil e Regiões. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Impressão no Departamento de Geociências, 2008b, p.41-66.

MAMIGONIAN, Armen. “Entrevista”. In: **Boletim Paulista de Geografia**, AGB-SP, nº 88, p.27-30, 2008a.

MAMIGONIAN, Armen. Qual o futuro da América Latina? In: Amalia Inés Geraiges de Lemos, María Laura Silveira, Mônica Arroyo (org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires, Ed. Clacso, 2006.

MAMIGONIAN, Armen. O Retorno do Profeta Desarmado. In: **Revista Carta Capital**, n.352, julho de 2005.

MAMIGONIAN, Armen. Imperialismo, universidade e pensamento crítico. **Revista Intellector**, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, v.1, p.1-7, jul/dez, 2004b.

MAMIGONIAN, Armen. Milton Santos: A formação de um professor universitário crítico. In: BRANDÃO, M. (org.) **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004a.

MAMIGONIAN, Armen. A Escola Francesa de Geografia e o Papel de A. Cholley. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, v.6, p.7-45, maio 2003.

MAMIGONIAN, Armen. Gerações e fascinações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 81, nº26.558, 19 dez 2001c, Opinião A-3.

MAMIGONIAN, Armen. Capitalismo e Socialismo em fins do século XX. **Ciência Geográfica**, Bauru- São Paulo, v. 7, n. 18, 2001b, p.04-09.

MAMIGONIAN, Armen. Milton Santos e geração dos geógrafos dos anos 50. **Ciência Geográfica**, Bauru - São Paulo, v.2, n. 19, p. 12-14, 2001a.

MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**. Florianópolis: Imprensa Universitária, UFSC/CFH/GCN, n.2, 2000b.

MAMIGONIAN, Armen. Marxismo e globalização: as origens da internacionalização mundial. In: SOUZA, A. J. et al. (Org.). **Milton Santos: cidadania e globalização**. Bauru, SP: AGB/Saraiva, 2000a.

MAMIGONIAN, Armen. Neodarwinismo social e múltiplas tensões no capitalismo em crise. **Revista ADUSP**, n.18. São Paulo: Edusp, 1999d.

MAMIGONIAN, Armen. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Geosul**, v.14, n.28, p152-157, jul./dez, Florianópolis, 1999a, p.152-157.

MAMIGONIAN, Armen. Tendências atuais da Geografia. In: **Geosul**, n.28, v. 14, Florianópolis: Ed. UFSC, 1999b.

MAMIGONIAN, Armen. Gênese e objeto da Geografia: Passado e Presente. In: **Geosul**, n.28, v. 14, Florianópolis: Ed. UFSC, 1999c.

MAMIGONIAN, Armen. (org.). **Simpósio Nacional sobre o Pensamento de Ignácio Rangel** (1.:1994: Florianópolis, SC). Pensamento de Ignácio Rangel / apresentadores Domar Campos... [et al.]. Florianópolis: UFSC, PPGG, 1997. 186p.

MAMIGONIAN, Armen. A Geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, M. A (org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: SANTOS, Milton (Org.) **Novos rumos para a geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988, p.203-208.

MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. **Geosul**, n.3, 1º sem., Florianópolis: Ed. UFSC, 1987b, p.63-71.

MAMIGONIAN, Armen. Entrevistas e Depoimentos. **Geosul**, Florianópolis, n.3, v.2, p.130-142, 1987a.

MAMIGONIAN, Armen. Debate: Geografia e Realidade. In: **Território Livre**, São Paulo, n.2, UPEGE, 1979, p.12-16.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre os frigoríficos do Brasil central pecuário. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.51, 1976b, p.7-14.

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.50, p.83-102, mar. de 1976a.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. **Boletim-Departamento de Geografia**, Presidente Prudente, n.2, p.55-63, 1969.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARANGONI, José Maria de Jesus. (Org.) **Olímpia, cidade Menina-Moça: 1963-2003**. Olímpia: Centrograf, 20023. V.3

MARANGONI, José Maria de Jesus. (Org.) **Olímpia, cidade Menina-Moça: 1941-1965**. Olímpia: Centrograf, 2002. V.2

MARANGONI, José Maria de Jesus. (Org.) **Olímpia, cidade Menina-Moça: 1857-1941**. Olímpia: Centrograf, 2001. V.1

MARDEL, Jacob. GIAMELLO, Giovanni. **COSCO takes in Hamburg Port Terminal**. 2021. Disponível em <https://merics.org/en/tracker/cosco-takes-stake-hamburg-port-terminal>
Acesso em 02/11/2021

MARTIN, Geoffrey J. In Memoriam: Richard Hartshorne, 1899-1992. **Annals of the Association of American Geographers**, Vol. 84, No. 3 (Sep., 1994), pp. 480-492

MARTONNE, Emmanuel de. *Traité de Géographie Physique*, trad. port., **Panorama da Geografia**, vol. I. Lisboa: Edições Cosmos, 1953.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. Seleção de textos. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte**. Vol. 11. Marx and Engels 1851-1853. In: Marx-Engels Collected Works. London: Lawrence & Wishart, 1975-2004. 50 vols, 2010 (MECW).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política (Vol. IV)**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)** 5ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. Prefácio. MARX, K.. **Contribuição a Crítica da Economia Política**. 2 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. In: **Obras escolhidas**. Moscou: Progresso, 1982.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MOLION, Luiz Carlos B. Aquecimento global, manchas solares, El Niños e Oscilação Decadal do Pacífico. **Climanálise 8** (agosto), 2005. Disponível em <http://www6.cptec.inpe.br/revclima/revista> Acesso em 30 de junho de 2019.

MOLION, Luiz Carlos B. Variabilidade e forçantes climáticas. **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Meteorologia**, SBMET, 27 a 4 de dezembro, Florianópolis (SC), 2006.

MOLION, Luiz Carlos B. Desmistificando o Aquecimento Global. **Intergeo**, v.5, p.13-20, 2007.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec e Polis, 1998.

MONBEIG, Pierre. As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista. In: **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v.11, n.116, 1953. p.455-465.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **EUA promovem desestabilização na América Latina**, 2015. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Moniz-Bandeira-EUA-promovem-desestabilizacao-na-America-Latina-/4/33088> Acesso em: 05 de ago. 2019.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos** – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A ideia de Nação no Brasil. In: **Nação, Câmbio e Desenvolvimento**. (Org.) BRESSER-PEREIRA, L. C. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos – de Collor a Lula 1990-2004**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. **A Geografia Neste Agora E Num Certo Outrora**. Florianópolis: IIR/GCN/CFH/UFSC, 2020. (Livros Geográficos; v.8).

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. **Geossistemas: a história de uma procura**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. A Geografia no Brasil (1934-1977). In: _____. **IGEOG – USP**, Série Teses e Monografia, nº37. São Paulo: USP, 1980.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. Geomorfologia. In: **Geografia do Brasil: Grande Região Sul**. Tomo I. CATALDO, D. M. (org.). Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

MONTINI, Mario Francisco. **Conjuntura Econômica de Olímpia - 1988**. Olímpia: Tipografia Nosso Lar, 1988.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia – Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MORCEIRO, Paulo César. Adensamento produtivo e esgarçamento do tecido industrial brasileiro. Unicamp, **Economia e Sociedade**, v.29, n.3, set./dez. 2020.

MORCEIRO, Paulo César. A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise de sua evolução estrutural, comercial e tecnológica. (**Tese de Doutorado**). FEA-USP, Departamento de Economia, 2018.

MORCEIRO, Paulo César. Desindustrialização na economia brasileira no período entre 2000-2011. (**Dissertação de Mestrado**). Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita, Araraquara, Departamento de Economia, 2012.

MORCEIRO, Paulo César; TESSARIN, Milene S. **Desenvolvimento Industrial em Perspectiva internacional comparada**. Instituto de estudos para o desenvolvimento industrial, 2019. Disponível em https://iedi.org.br/media/site/artigos/20190802_desind_intern_comp.pdf Acesso em 18/08/2021

MOREIRA, Ruy. Repessando a Geografia. In: SANTOS, M. (org.) **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MORI, Gualtiero. (org.). **Revista Agrícola de Olympia**. n.1. Typografia América, Olímpia, março-abril de 1925.

MORSE, Richard McGee. **Formação Histórica de São Paulo** – De comunidade à Metrópole. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. Reestruturação Produtiva da indústria e desenvolvimento regional: a região de Marília. (**Tese de Doutorado**). FFLCH-USP, Departamento de Geografia, 2002.

MÜLLER, Nice Lecocq. Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo. **Boletim 132**, Geografia n.7, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo, 1951.

NASSIF, Luis. (Ed.). **A espionagem americana no Brasil, por Bob Fernandes**. 2013. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/politica/a-espionagem-americana-no-brasil-por-bob-fernandes/>. Acesso em: 03 ago. 2019.

NEGRI, Borjas. A interiorização da indústria paulista. In: **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: SEADE (Unicamp), 1988.

NEVES, Léo de Almeida. A política brasileira e o Projeto Nacional. **Anais de Geografia Econômica e Social: Brasil Questões Nacionais e Regionais**. Grupo de Pesquisa/CNPq Formação Sócio-Espacial: Mundo, Brasil e Regiões. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Impressão no Departamento de Geociências, abril de 2009, n.3, p.365-389.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OREIRO, José Luis. **O retorno do rentismo no Brasil**. 2021. Disponível em <https://www.fundacaoastrojildo.org.br/rpd-jose-luis-oreiro-o-retorno-do-rentismo-no-brasil/> Acesso 1/12/2021

OREIRO, José Luis. **Espantos e fábulas**. Jornal do Brasil, 03 abr. 2018. Disponível em <https://jcoreiro.wordpress.com/tag/samuel-pessoa/> Acesso 20/03/2021

PAIM, Gilberto. **Industrialização e Economia Natural**. Textos Brasileiros de Economia – 1. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

PALHANO, Raimundo; CORRÊA, José Rossini; COSTA, Maureli; BRAGA, Pedro. **Um fio de prosa autobiográfica com Ignácio Rangel**. São Luís: IPES/UFMA/SIOGE, 1991.

PATRUSHEV, Nikolai. **A comunidade internacional deveria nos agradecer pela Crimeia**: Entrevista. 2016. Tradução de Jeffrey Fredrich. Editado por Helaine Schweitzer. Disponível em: <http://watchingamerica.com/WA/2016/02/07/nikolai-patrushev-the-international-community-should-thank-us-for-crimea/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

PEDROSA, Breno Viotto. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (Parte II). **Geosul**, v.30, n.59, p.29-46, Florianópolis, jan./jun. 2015.

PEREIRA, Duarte. **Lenin e a dialética hegeliana**. 2004. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=110>. Acesso em: 18 out. 2018.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. 4ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2009.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis: UFSC, 1989.

PERKINS, John. **A história secreta do império americano: assassinos econômicos, chacais e a verdade sobre a corrupção global**. São Paulo: Cultrix, 2008.

PESSOA, Samuel. Comentário ao livro “Projeto Nacional; o dever da Esperança de Ciro Gomes. Mar. 2021. 3ª versão. Disponível em <https://blogdoibre.fgv.br/posts/comentario-ao-livro-projeto-nacional-o-dever-da-esperanca-de-ciro-gomes> Acesso 18/08/2021

PETRAS, James. **The Western Welfare State: Its Rise and Demise and the Soviet Bloc**, 2012. **The James Petras Web Site**. Disponível em <http://petras.lahaine.org/?p=1902> Acesso em 23 de jul. 2017.

PESTANA, Augusto. **ITER, os caminhos da energia de fusão e o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2015.

PINTO, Álvaro Borges Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

QUAINI, Massimo. **A construção da geografia humana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

RADOSH, Ronald. Steve Bannon, Trump's Top Guy, told me he was a leninist. **Daily Beast**, 2016. Disponível em: <https://www.thedailybeast.com/steve-bannon-trumps-top-guy-told-me-he-was-a-leninist> Acesso em: 13 jul. 2019.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Apresentação. In: **Dualidade Básica da Economia brasileira**. 2ª Edição. São Paulo: Bienal, 1957.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

RAMOS, João Victor Moré. Por uma Geografia das Emoções: o Projeto Nacional como espetáculo-dirigido. In: 3º SENGES - Seminário Nacional de Geografia Econômica e Social, 2017, Foz do Iguaçu... **Anais**, Por uma Geografia das Emoções: o Projeto Nacional como espetáculo-dirigido, 2017.

RAMOS, João Victor Moré; BASTOS, José Messias. A geopolítica da mídia no Brasil e no Mundo. **Terra Livre** (A Geografia Toma Partido), São Paulo, AGB, v.1, n.50, p.34-64, 2018.

RANGEL, Ignacio Mourão. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. Vol.1

RANGEL, Ignacio Mourão. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b. Vol. 2

RANGEL, Ignacio Mourão. Recursos Ociosos e política econômica. In: **Obras reunidas/Ignácio Rangel**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1960-80] 2005. v.1, p. 447-535.

RANGEL, Ignacio Mourão. “Vamos sair da crise”: um debate com Ignácio Rangel e Luiz Carlos Bresser Pereira. **Geosul**, Florianópolis, v.14, n.28, p.201-225, jul./dez. 1999b.

RANGEL, Ignacio Mourão. 500 Anos de desenvolvimento da América e do Brasil. **Geosul**, Florianópolis, n.15, v.8, p.7-12, 1993.

RANGEL, Ignacio Mourão. A quarta dualidade. **Indicadores Econômicos FEE**, v.20, n.1, p.237-245, 1992.

RANGEL, Ignacio Mourão. Monotonia da paisagem brasileira não passa de ilusão. **Folha de São Paulo**, 3/1/1991e. Turismo G-17.

RANGEL, Ignacio Mourão. O mercado e o plano. **Folha de São Paulo**, 13/6/1991d. Dinheiro 3.

RANGEL, Ignacio Mourão. Apostasias. **Folha de São Paulo**, 2/1/1991c. B-2 Opinião Econômica.

RANGEL, Ignacio Mourão. As crises gerais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 71, nº22.913, 27 dez 1991b, Dinheiro, p.2.

RANGEL, Ignacio Mourão. Por onde começar a privatização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 71, nº22.802, 7 set. 1991a, Dinheiro 3, p.1.

RANGEL, Ignacio Mourão. Pressupostos do Plano. **Folha de São Paulo**, 27/1/1990d. B-2 Opinião Econômica.

RANGEL, Ignacio Mourão. **Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro**. 2ª Ed. São Paulo: Biental, 1990c.

RANGEL, Ignacio Mourão. Fogo, Blindagem e Conjuntura. In: **Geosul**, n.10, Florianópolis: Ed. UFSC, 1990b.

RANGEL, Ignacio Mourão. Reaganomics. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 70, nº22.527, 06 dez 1990a, Opinião Econômica, p.B-2.

RANGEL, Ignacio Mourão. O ardid do Conceito, São Paulo, **Folha de São Paulo**, 29 nov. 1989, C-2 Opinião Econômica.

RANGEL, Ignacio Mourão. Prefácio. In: PEREIRA, J. S. **O Homem e sua Ficha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

RANGEL, Ignacio Mourão. **A Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Biental, 1987b.

RANGEL, Ignacio Mourão. O futuro da dívida externa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 67, nº21.170, 20 mar 1987a, Opinião Econômica, p.A-20.

RANGEL, Ignacio Mourão. Federalismo e Unitarismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 66, nº20.989, Opinião Econômica, 20 de set. 1986a, p.74.

RANGEL, Ignacio Mourão. A inflação e o juros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 66, nº20.819, 03 abr 1986b, Economia, p.16.

RANGEL, Ignacio Mourão. Acerto por equívoco. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 66, nº20.964, 20 mar 1986c, Opinião Econômica, p.A-30.

RANGEL, Ignacio Mourão. Carta Aberta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 65, nº20.443, 23 mar 1985c, Economia, p.9.

RANGEL, Ignacio Mourão. **Economia: milagre e anti-milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985b. (Brasil: os anos de autoritarismo).

RANGEL, Ignacio Mourão. No limiar da industrialização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 65, nº20.607, 3 set 1985a, Economia, p.8.

RANGEL, Ignacio Mourão. Dualidade e ciclo longo. São Paulo, **Revista de Economia Política**, v. 4, n.1, 1984.

RANGEL, Ignacio Mourão. O ciclo médio e o ciclo longo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.3, n.2, 1983.

RANGEL, Ignacio Mourão. A Polônia e o Ciclo Longo. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Ênio Silveira... et al. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1982b. (Encontros com a civilização brasileira, v.29).

RANGEL, Ignacio Mourão. **Ciclo, Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982a. (Coleção Retratos do Brasil; v.158).

RANGEL, Ignacio Mourão. História da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, v.1, n.4, out./dez. 1981.

RANGEL, Ignacio Mourão. A 4ª Dualidade. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Ênio Silveira... et al. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1980b. (Encontros com a civilização brasileira, v.25).

RANGEL, Ignacio Mourão. **Recursos ociosos e política econômica**. São Paulo: Hucitec, 1980a. 140p.

RANGEL, Ignacio Mourão. O mesmo ciclo uma nova história. Rio de Janeiro, Boletim **IERJ**, p.6-7, 1979.

RANGEL, Ignacio Mourão. Dualidade e escravismo colonial. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, 1(3): 79-92, set. de 1978.

RANGEL, Ignacio Mourão. Prefácio à Losada Aldana. In: **Dialética do Subdesenvolvimento**. Tradução de Ignácio M. Rangel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

RANGEL, Ignacio Mourão. **A inflação brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1963b.

RANGEL, Ignacio Mourão. A economia e a política ou Resposta a Guerreiro Ramos. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.4-5, p.14-24, jun-set, 1963a.

RANGEL, Ignacio Mourão. **Recursos Ociosos na economia nacional**. Textos Brasileiros de Economia - 7. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

RANGEL, Ignacio Mourão. Balancear Recursos para Projetar. **Serviço de Imprensa Inter**, Rio de Janeiro, Edição Diária, n.23, 1958c.

RANGEL, Ignacio Mourão. Bases de um Programa de Desenvolvimento Nacional. **Serviço de Imprensa Inter**, Rio de Janeiro, Edição Diária, n.21, 1958b.

RANGEL, Ignacio Mourão. Comércio Exterior e o Desenvolvimento. Entrevista do Sr. Inácio Rangel concedida a Vitor Márcio Konder). Rio de Janeiro, **Diário Carioca**, ano XXX – n.9119, 6/04/1958a.

RANGEL, Ignacio Mourão. **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. Textos brasileiros de Economia -21.4.-. Rio de Janeiro: ISEB, 1957b.

RANGEL, Ignacio Mourão. Desenvolvimento e Projeto. Separata n.9, Belo Horizonte, **Revista Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG**, 1957a.

RANGEL, Ignacio Mourão. Brazil, terra de heroes. **O Combate**, anno V, n.1352, Maranhão, 27 ago 1929, p.4.

RANQUETAT, Cesar Alberto. Steve Bannon: o ideólogo da nova direita populista americana. **Revista de Geopolítica**, v. 11, nº 2, p. 25-39, abr./jun. de 2020.

RAPONE, Leonardo. **O jovem Gramsci: cinco anos que parecem séculos 1914-1919**. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2014.

RIBEIRO, Ivair Augusto. **Da poeira e da lama a paraíso da águas: a história do Thermas dos Laranjais**. Olímpia: Focus histórico produções, 2012.

RIBEIRO, Ivan de Otero. A agricultura e o capitalismo no Brasil. In: COUTINHO, C. N.; DAVID, M. B. de A. (Org.). **Agricultura, democracia e socialismo/Ivan de Otero Ribeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RIBEIRO JUNIOR, Amaury. **A Privataria Tucana**. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

RIVIÈRE, Dominique; BRET, Bernard. Michel Rochefort, uma geografia urbana militante. Trad. Alex Cássio da Silva e Giovana Thomaz, **Confins**, Revue Franco-brésilienne, n.23, 2015.

ROBERTS, Godfree. **Huawei, 5G and the Fourth Industrial Revolution: Shooting Two Feet With One Bullet**. 2019. Disponível em: <<http://www.unz.com/article/huawei-5g-and-the-fourth-industrial-revolution/>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

ROBINSON, William I. **As sementes do fascismo no século XXI**, 2013. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/as-sementes-do-fascismo-no-seculo-21/> Acesso em: 04 de ago. 2015.

ROCHA, Isa de Oliveira; VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus. Notas sobre a formação social dos Estados Unidos da América. In: **Brasil e Mundo no início do século XXI: geografia, história e economia**. MAMIGONIAN, A.... [et al.] (Orgs.) 1ª Ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2021.

ROCHEFORT, Michel. Entrevista. Presidente Prudente, **Formação**, v.2, n.15, p.5-12, 2008.

ROSS, John. **Despite himself Trump admits the superiority of China's socialist economy to capitalism**. 2019. Disponível em: <https://www.learningfromchina.net/despite-himself-trump-admits-the-superiority-of-chinas-socialist-economy-to-capitalism%EF%BB%BF/>
Acesso em: 02/03/2019.

ROSS, John. **China's is the fastest growth by a major economy in human history – 40 years of China's 'reform and opening up'**. 2018. Disponível em: <https://www.learningfromchina.net/chinas-socialist-reform-and-opening-up-improved-the-lives-of-a-greater-proportion-of-humanity-than-any-other-country-in-human-history/>.
Acesso em: 10 ago. 2019.

RUSSELL, Jacoby. **O fim da utopia: política e cultura na era da apatia**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAMPAIO, Fernando Sampaio. **Made in Brazil: dinâmica sócio-espacial da indústria citrícola paulista. (Tese de Doutorado)**. São Paulo, FFLCH-USP, 2003.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio-técnico-científico informacional**. 5ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Edição. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª Edição. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. O intelectual e a Universidade estagnada. **Revista ADUSP** n.º 11. São Paulo: Edusp, out. de 1997.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. Entrevista com o professor Milton Santos. **Geosul**, Florianópolis, n.7, v.4, p.116-147, 1989.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, 1977, p.81-99.

SANTOS, Milton. **Relações Espaço-Temporais no Mundo Subdesenvolvido**", Seleção de Textos nº 1, **AGB**, Seção Regional de São Paulo, p. 17-23, dez. 1976.

SANTOS, Manoel da Conceição. **Chão de minha Utopia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Projeto LUPA [1995-1996]: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo**. São Paulo: SAA: IEA: CDRS, [1997].

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Projeto LUPA [2007-2008]: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo**. São Paulo: SAA: IEA: CDRS, [2009].

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Projeto LUPA [2016-2017]: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo**. São Paulo: SAA: IEA: CDRS, [2019].

SARAMAGO, José. **Escritor português critica utopia e pede revisão conceitual da esquerda**. In: Folha de São Paulo, Brasil, domingo, 30 de janeiro de 2005.

SARAMAGO, José. **Especial FSM – 2005: O ano em que Chávez foi ovacionado**. In: Sul 21, Geral, 28 de novembro, 2015. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/especial-fsm-2005-o-ano-em-que-chavez-foi-ovacionado/>. Acesso em 17 jan. 2018.

SARTRE, Jean Paul. **Questão de Método**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967.

SCHAEFER, Fred K. O excepcionalismo na Geografia: um estudo metodológico. Rio Claro, **Boletim Geografia Teórica**, v.7, n.13, p.5-37, 1977.

SCHELLER, Fernando. **Em busca de custos menores, empresas brasileiras abrem fábricas no Paraguai: China latino-americana?**. 2017. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-busca-decustos-menores-empresas-brasileiras-abrem-fabricas-noparaguai,10000097591>. Acesso em: 02 jan. 2017.

SCHIAVON, Tais. *«Le Chemin de Fer Noroeste do Brasil et les paysages industriels de l'Ouest de l'État de São Paulo, comme patrimoine de la Mobilité au Brésil. »* **Dissertation** (Master en gestion et valorisation du patrimoine industriel) - Master TPTI, Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, Paris, France; Università Degli Studi di Padova, Padova, Italie; Universidade de Évora, Évora, Portugal. 2015.

SELINGARDI-SAMPAIO, Silvia. **Indústria e Território em São Paulo: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

SERAFINI, Mariana. **Em menos de uma década, três golpes na América Latina**. 2016. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/280729-1>. Acesso em: 01 ago. 2019.

SERENI, Emilio. De Marx a Lenin: a categoria de formação econômico-social. **Revista Meridiano**, Buenos Aires, n.2, p.297-346, 2013.

SILVA, Armando Corrêa da. Ponto de Vista: o Pós-Marxismo e o Espaço Cotidiano. **Terra Livre**, São Paulo, Marco Zero/AGB, n.7, p.59-62, 1990.

SILVA, Ludovico. **Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos e marxianos**. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana C.A., 2009.

SILVA, Washington Soares. O processo de industrialização paulista: os casos de Botucatu, Avaré e Ourinhos. (**Dissertação de Mestrado**) FFLCH-USP, Departamento de Geografia, 2015.

SINAVAL. **Visão Geral da Construção Naval Brasileira**. 2012. Disponível em: <http://sinaval.org.br/wpcontent/uploads/SINAVAL-VisaoGeral-Mar2012.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

SOARES, Paulo de Tarso Pesgrave L. Políticas Públicas: confusão de ideias e/ou subordinação ideológica?. **Geosul**, v. 29, Florianópolis, ESPECIAL, p 117-142, jul./dez. 2014a.

SOARES, Paulo de Tarso Presgrave L. Convergências entre Ignácio Rangel e Delfim Netto: uma leitura com base em Lenin. In: HOLLANDA, F. M de; ALMADA, J. U. P. S de; PAULA, R. Z. A de (Org.) **Ignácio Rangel, Decifrador do Brasil**. São Luís: Edufma, 2014b.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOO, Zen. **How Huawei beat America's anti-China 5G propaganda war in Southeast Asia, years before it even began**. 2019. Disponível em: <https://www.scmp.com/tech/article/3006935/how-huawei-beat-americas-anti-china-5g-propaganda-war-southeast-asia-years-it>. Acesso em: 02 jul. 2019.

SOUZA, Marco Aurélio Barbosa. Indústria calçadista de Birigui (1958-2001): um caso de aglomeração, p.1-29, 2003. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_marco_aurelio_barbosa_souza_industria-calcadista-de-birigui-1958_2001-um-caso-de-aglomeracao-industrial.pdf Acesso em 22/04/2018

SPOSITO, Eliseu Savério. Rede urbana e eixos de desenvolvimento: dinâmica territorial e localização da indústria e do emprego no estado de São Paulo. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **O novo mapa da indústria no início do século XXI**. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2015.

SZPORLUK, Roman. **Comunism and Nationalism** – Karl Marx versus Frederick List. New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 1988.

TAVARES, Maria Conceição. **Acumulação de Capital e industrialização no Brasil**. 3º Ed. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998. (30 anos de Economia – UNICAMP, 6).

TAVARES, Maria Conceição. Da “falsa via prussiana” à falsa via liberal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 76, nº24.644, 22 set 1996, Dinheiro 2, p.6.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo P.; DATYSGELD, Mark William. Os clientes diplomáticos e econômicos da espionagem digital estadunidense: análise das ações contra o Conselho de Segurança da ONU e a Petrobras. **Estudos Internacionais**, v.4, p.71-87, 2016.

THE WALL STREET JOURNAL. 2013. **O risco da desindustrialização na Europa**. Por Stephen Fidler e Colaboração de Daniel Michaels. Disponível em <https://www.wsj.com/articles/SB10001424127887324082604578487714211039302> Acesso 23/10/2020

TITAN JÚNIOR, Samuel. Que é uma Nação? De Ernest Renan. **Plural-Revista de Ciências Sociais/USP**, v.4, n.1, 1997, p.154-175.

TOGLIATTI, Palmiro. **La politica nel pensiero e nell'azione – Scritti e discorsi, 1917-1964**. In: *Il Pensiero Occidentale*, novembro, 2014. Milano: Bompiani/RCS Libri S.p.A.

TRAGTENBERG, Mauricio. A delinquência acadêmica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 57, nº18.141, Folhetim, p.12-13, 3 dez. de 1978.

TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria Técnica, SUPREN, 1977.

TROTSKY, Leon. **Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia**. In: História da Revolução Russa. São Paulo: Ed. Sundermann, 2007.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. Trad. Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006.

VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do A. Latifúndio Pastoril e Pequena Produção Mercantil: o caso do Brasil Subtropical. In: **Geografia Econômica - Anais de Geografia Econômica e Social**. UFSC. Florianópolis: GCN/UFSC, Abril de 2009.

VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus. (1992). *Formação Social Brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido*. Dissertação (**Mestrado em Geografia**) – CFH, UFSC, Florianópolis, 1992.

YOON, Taek Dong; SOUZA, Nali de Jesus. de. Uma análise empírica sobre os fatores de desenvolvimento Econômico da Coréia do Sul: 1961-1990. **Estudos Econômicos (USP)**, São Paulo, v.31, n.2, 2001.

WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.17, n.4, 1955, p.389-422.

WHEEN, Francis. **Como a picaretagem conquistou o mundo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2007.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt**. 1ª ed. São Paulo: Editora Planeta, 2016.

ZAMORA, Daniel. **Foucault, a esquerda e os anos 1980**. Cambridge, UK: Polity Press, 2016.

ZEDONG, Mao. **Memorandum of Conversation**, November 12, 1973 (5:40 pm-08:25 pm). In: National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Kissinger Office Files, Box 100, Country Files, Far East, Secretary Kissinger's Conversations in Peking, November 1973.

ZUCMAN, Gabriel. The Missing Wealth of Nations: Are Europe and U.S. Net Debtors or Net Creditors?, **Quarterly Journal of Economics**, v.128, n.3, p. 1321-64, 2013.